

Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

As Implicações Filosóficas da Teoria da Gestalt

Jonas Fornitano Cholfe

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos, como dissertação para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Débora Cristina Morato Pinto

Trabalho financiado pela FAPESP

SÃO CARLOS
FEVEREIRO/2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C547if

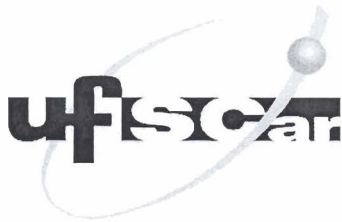
Cholfe, Jonas Fornitano.

As implicações filosóficas da teoria da Gestalt / Jonas Fornitano Cholfe. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
193 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Percepção. 2. Gestaltismo. 3. Fenomenologia. 4. Transcendência (Filosofia). I. Título.

CDD: 153.7 (20^a)



CERTIFICADO

Certifico, para os devidos fins, que JONAS **FORNITANO** CHOLFE foi **APROVADO** no exame de defesa pública da Dissertação de Mestrado, intitulada “**IMPLICAÇÕES FILOSÓFICAS DA TEORIA DA GESTALT**”, realizada no dia 06 de abril de 2009, junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos.

Fizeram parte da Banca os Professores Dra. Débora Cristina Morato Pinto (Orientadora – UFSCar), Dr. Saulo de Freitas Araújo (Membro Titular – UFSCar / UFJF) e Dr. Marcus Sacrini Ayres Ferraz (Membro Titular – USP/São Paulo).

O aluno só fará jus ao diploma de **MESTRE EM FILOSOFIA** após a homologação da documentação correspondente pelo Conselho de Pós-Graduação da UFSCar.

São Carlos, SP, 06 de abril de 2009.

Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos
Coordenador do PPG-FIL



Dedico esse trabalho àqueles que ainda acreditam
Na possibilidade de alcançarmos a verdade
Trilhando os caminhos da ciência

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Antônio e Loraine, pela oportunidade de conhecer esse mundo, a arte e o mistério das coisas, com segurança e carinho. À Simone pela alegria e pelo amor que sustentaram minha fé no significado da vida e pela sinceridade que sempre manteve meus pés no chão. Aos amigos André, Carol e Gustavo por tirarem meus pés do chão, mostrando-me que os laços da fantasia podem se estender até a realidade. Aos meus amigos de todas as circunstâncias, Danilo, Lucas, Juliana e Fabiano, pela companhia de todos esses anos e por me mostrarem que algumas Gestalten duram para sempre. Aos meus novos amigos, Juliano e Matheus, pelas discussões, sugestões e risadas que fizeram do meu mestrado uma atividade quase lúdica. À minha orientadora Débora por incentivar minha autonomia, pela dedicação nas correções e pela paciência com minhas inseguranças e insistências.

Agradeço especialmente à Fapesp pelo suporte financeiro sem o qual eu jamais poderia ter vivido com tanta intensidade as teorias que trabalhei neste texto.

Resumo

A Teoria da Gestalt, cujos fundamentos são erigidos no intercâmbio entre as idéias de Köhler, Koffka e Wertheimer, tem como objetivo principal o restabelecimento do vínculo entre a ciência e a vida humana. A noção de Gestalt, pensada como uma entidade da qual o sentido e o valor são características intrínsecas, constitui-se como a chave desse empreendimento. Partindo da “tese fenomenológica”, da defesa de que a elucidação conceitual exige o retorno aos dados da experiência direta, os gestaltistas encontram em sua categoria fundamental a possibilidade de uma concepção de natureza que supere as conseqüências do materialismo, isto é, a redução da riqueza da mente humana à mera ilusão subjetiva. A presença de configurações significativas tanto nos processos perceptivos primordiais, como na atividade do pensamento e nas entidades teóricas da ciência física, sustentará a proposição de uma Ciência que, ao ultrapassar o mundo da experiência humana, não descartará suas características mais relevantes, isto é, suas relações inteligíveis, baseadas nas características intrínsecas das partes de uma totalidade. Ao mesmo tempo, entretanto, os gestaltistas defendem um dualismo insuperável entre um mundo fenomenal, conhecido diretamente, e uma natureza transfenomenal, cognoscível apenas por meios indiretos – construídos na interação entre a teoria científica e os fatos levantados nas experimentações. Trata-se do “naturalismo” presente na Teoria da Gestalt, do qual a hipótese do isomorfismo é a expressão mais evidente. Tal naturalismo constitui-se como o alvo principal das críticas da escola filosófica fenomenológica (Husserl e Merleau-Ponty). Procuramos mostrar que a defesa do mundo físico como realidade exterior à consciência, mais do que um simples prejuízo realista, corresponde a uma suposição apoiada pela própria experiência direta, como exige a tese fenomenológica dos gestaltistas. Na “experiência da transcendência transfenomenal”, encontramos a presença de um termo transfenomenal como condição de sentido do termo fenomenal, portanto, o argumento fenomenológico que daria sentido à “transfenomenalidade”. Podemos apontar como contribuições de nossa pesquisa a elucidação do “dualismo epistemológico” da Teoria da Gestalt, bem como o levantamento de questões para a própria filosofia fenomenológica.

Palavras-chave: fenomenologia; Gestalt; mundo fenomenal; natureza; isomorfismo.

Abstract

The Gestalt Theory, which foundations are erected by the ideas of Köhler, Koffka and Wertheimer, has as main purpose the reestablishment of the bond between science and life. The notion of Gestalt, thought as an entity that has meaning and value as intrinsic characteristics, is the key of this enterprise. Starting from the “phenomenological thesis”, the defense that the conceptual understanding demands going back to the data of the direct experience, the gestaltists find in their basic category the possibility of a conception of nature that surpasses the consequences of the materialism, that is, the reduction of the most important features of the human mind to mere subjective illusion. The presence of significant configurations in the early perceptive processes, in thought and in the theoretical entities of physical science, will support the proposal of a Science that, when exceeding the life world, will not discard its more important characteristics, that is, its intelligible relations, based in the intrinsic characteristics of the parts of a totality. At the same time, however, the gestaltists defend a dualism between the phenomenal world, known directly, and the transphenomenal world, which is known only indirectly - it's constructed in the interaction between the scientific theory and the facts collected by the experiments. This dualism results in the "naturalism" in the Gestalt Theory, of which the isomorphism hypothesis is the better expression. Such naturalism is the main target of the critics from the philosophical phenomenology (Husserl and Merleau-Ponty). We are to show that the defense of the physical world as an reality appart from the consciousness corresponds to an assumption supported by the direct experience, as is demanded by the phenomenological thesis. In the “transphenomenal transcendence experience”, we find the transphenomenal term as condition of meaning of the phenomenal term, therefore, the phenomenological argument that would give meaning to “transphenomenality”. We can point as contributions of our research the understanding of the “epistemological dualism” of Gestalt Theory, as well as the survey of questions directed to the phenomenological philosophy.

Key-words: phenomenology; Gestalt; phenomenal world; nature; isomorphism

INTRODUÇÃO – O projeto gestaltista e a fenomenologia husserliana	7
CAPITULO 1 – A Teoria da Gestalt como Psicologia da Percepção	27
1.1 – Os conceitos e métodos clássicos do estudo da percepção:.....	31
1.2 – A crítica do introspeccionismo	35
1.3 – As Gestalten da percepção.....	42
1.4 – As novas leis fundamentadas na lógica perceptiva	47
1.5 – Uma discussão preliminar do papel da memória na Psicologia da Gestalt	58
CAPITULO 2 – A fenomenologia gestaltista	65
2.1 – A psicologia entre consciência e comportamento	67
2.2 – O significado filosófico do mundo da experiência direta.....	75
2.3 – A fenomenologia filosófica e o gestaltismo	88
2.4 – O mundo da experiência direta na Teoria da Gestalt.....	92
2.5 – Observação científica e experiência direta.	102
2.6 – Mundo físico e percepção: a necessidade da tese do isomorfismo.....	110
CAPITULO 3 – A revisão da noção de natureza: a Gestalt como categoria científica fundamental	128
3.1 – A função integradora da categoria Gestalt e a legitimidade da compreensão: 132	
3.2 – A lógica da Gestalt: o insight e a verdade.	136
3.3 – A Teoria da Gestalt para “além da fenomenologia”: a transfenomenalidade..	142
3.4 – A refutação do “novo realismo”: corpo e organismo	152
3.5 – As Gestalten físicas e a abordagem macroscópica da psicofísica	155
3.6 – A psicofísica da percepção.	161
3.7 – A psicofísica da memória: a parte transfenomenal da transcendência	168
3.8 – Os valores na natureza.	176
CONCLUSÃO – A relevância científica e filosófica da Teoria da Gestalt	182
BIBLIOGRAFIA:	190

INTRODUÇÃO - O projeto gestaltista e a fenomenologia husserliana

“Se acreditamos que as ciências, naturais e morais, não são uma mera coleção de atividades humanas independentes, com alguns indivíduos fazendo uma espécie de jogo, outros outra, mas que todas elas são ramos de uma ciência abrangente, então deveremos exigir que os princípios explicativos fundamentais sejam os mesmos em todas elas” (Koffka, 1955/1935, p. 32).

A comunidade de cientistas responsável pela Teoria da Gestalt sempre deixou transparecer o sonho de uma ciência unificada em suas diferentes disciplinas e capaz de lidar com os problemas mais profundos do gênero humano. Tais problemas referem-se a exigências comuns em discursos relativos à “crise do conhecimento”, especialmente na Alemanha entre as décadas de 1920 e 1940 (Ash, 1998, p. 289), de uma ciência que compreendesse a dimensão dos valores e do sentido, isto é, as categorias relativas às manifestações propriamente humanas, como a ética, a arte e o conhecimento. Se essas exigências humanistas tendiam a afastar as “ciências humanas” – restritas à dimensão do valor e do sentido –, das “ciências naturais” – restritas às leis cegas da natureza –, a Teoria da Gestalt, tendo Wertheimer, Koffka e Köhler por fundadores, apresentava-se desde o início como uma alternativa teórica que pretendia elucidar como, na passagem necessária da “vida” para a “natureza” presente em todas as disciplinas científicas, a perda do sentido e do valor não passa de uma consequência infeliz de alguns pressupostos filosóficos.

Assim, podemos dizer que o projeto filosófico gestaltista, cujo desenvolvimento pretendemos apresentar neste trabalho, aborda o problema do valor e do sentido da perspectiva epistemológica. Desenvolvendo uma reflexão psicológica pautada na descrição fiel da experiência tal como nos aparece – configurando-se como uma fenomenologia – os gestaltistas definirão a categoria Gestalt como a ordem e o sentido intrínsecos às aparências. A Teoria da Gestalt opõe-se, dessa forma, às definições científicas puramente simbólicas, referindo seus conceitos às estruturas diretamente apreendida nos fenômenos. Tendo a Gestalt a realidade psicológica garantida por tal evidência intuitiva, essa categoria será tomada como modelo de ordem e causalidade, bem como suas delimitações na percepção tornarão possível o desenvolvimento de uma

filosofia da natureza sob o princípio guia denominado “isomorfismo”, especialmente no pensamento de Köhler. A objetividade no âmbito da Teoria da Gestalt, portanto, é encontrada na característica autonomia das estruturas perceptivas, sendo a defesa da espontaneidade do sentido das estruturas da percepção a maior contribuição dessa teoria ao pensamento contemporâneo.

A Teoria da Gestalt nos apresenta, como afirma Ash (1998), um discurso científico pautado por uma visão estética do conhecimento, cuja função seria reconhecer a ordem inerente à natureza. Tal discurso opõe-se àquele de uma ciência experimentalista cujo principal objetivo corresponde a uma coleção factual que nos permitiria o domínio da natureza. Encontraremos essa discussão novamente na discussão da introdução de “Princípios de Psicologia da Gestalt” (Koffka, 1955/1935).

Os teóricos da Gestalt procuraram por princípios invariantes de ordem e sentido considerados inerentes aos fenômenos tais como são experienciados sob condições particulares de estímulos e não relações correlacionais ou outras relações funcionais contingentes entre variáveis dependentes e independentes. Com tal ênfase na ordem e sentido inerentes, a experimentação da Gestalt expressava uma oposição fundamental em relação às concepções tecnológicas da mente (Ash, 1998, p. 222).

A ênfase no sentido das estruturas diretamente vividas constitui-se como reação a uma ciência que, na passagem de um mundo vivido impreciso e lacunar a uma objetividade conceitual exata, deixava de lado os aspectos mais importantes do primeiro, isto é, as qualidades ditas subjetivas como o sentido e o valor. Veremos que foram justamente os pressupostos referentes à “exatidão” e “pureza conceitual” que impediram a psicologia clássica de compreender a objetividade inerente aos fenômenos, à qual o sentido não se opõe, mas fundamenta. A ciência, quando ignora a investigação da passagem necessária das “aparências” à “objetividade científica”, torna-se uma atividade que não se preocupa com sua justificação, portanto, torna-se um jogo, ou melhor, uma atividade técnica.

Com sua nova epistemologia apontando a ordem mais *nas*, do que por trás, das aparências, os teóricos da Gestalt ofereceram uma maneira de justificar a psicologia como uma disciplina tanto empírica quanto filosófica, e assim cumprir a tarefa na qual falharam seus predecessores (Ash, 1998, p. 199).

Numa época em que a psicologia tentava divorciar-se da filosofia e vice-versa¹, os gestaltistas, aliando-se a outros pensadores, como Wundt, Ehrenfels e Stumpf, procuravam recuperar a importância filosófica da ciência psicológica, especialmente em relação à teoria do conhecimento. Essa importância já era apontada por Brentano, mestre de Stumpf e Ehrenfels, na defesa do privilégio epistemológico do objeto da psicologia: a experiência imediata.

Não temos experiência do que verdadeiramente existe, em e por si mesmo, e aquilo que não experienciamos não é verdadeiro. A verdade dos fenômenos físicos, como dizem, é apenas uma verdade relativa. Já os fenômenos da percepção interna são outra questão. Eles são verdadeiros em si mesmos. Eles são, na realidade, justamente o que eles parecem ser, um fato que é atestado pela evidência com a qual eles são percebidos. Quem poderia negar, então, que isso constitui uma grande vantagem da psicologia sobre as ciências naturais? (Brentano, 1997/1874, p. 20).

A alegação da auto-evidência dos fenômenos da experiência, isto é, dos dados intuitivamente apreendidos, corresponde ao argumento fundamental das reflexões fenomenológicas, tanto no âmbito da psicologia, como vemos aqui, quanto da filosofia, como a fenomenologia de Husserl, outro discípulo de Brentano. Porém, tanto na psicologia brentaniana quanto na filosofia husserliana das “Investigações Lógicas”, a importância das relações intrínsecas à sensibilidade permanecia oculta à reflexão filosófica. É que as duas teorias ainda eram influenciadas pelas implicações da psicologia orientada pelo conceito de sensação.

Em Brentano, mesmo com a recusa de uma consciência reduzida à sensação, é possível encontrar o viés desse conceito na distinção entre “percepção interna” e “percepção externa”, sendo que os objetos da segunda – os objetos denominados ordinariamente de “coisas” – eram pensados como um conjunto de sensações reunidas por atos significativos da consciência. No Husserl das “Investigações...”, a consciência era ainda compreendida como doadora de sentido, de forma que as relações entre os dados sensíveis não partilhavam do mesmo privilégio epistemológico que as operações abstratas do pensamento.

¹ A delimitação da psicologia como disciplina independente colocava em questão, na Alemanha do final do século XIX e do início do século XX, sua relação teórica e política com a filosofia. A situação dessa ciência dividia os intelectuais, tanto da área da psicologia quanto da filosofia, entre aqueles que defendiam o afastamento da psicologia e aqueles que defendiam sua permanência como disciplina filosófica. No início do século XX a questão política destaca-se, representada pela exigência dos próprios filósofos de que a psicologia fosse extraída das cadeiras de filosofia das universidades alemãs, devido ao crescente desenvolvimento técnico dessa ciência e seu afastamento em relação aos problemas propriamente filosóficos. Porém, havia um conjunto de pensadores que ainda defendia a relevância filosófica da psicologia. Os gestaltistas encaixam-se no último grupo. Para uma exploração detalhada desse processo, ver Ash, 1998, capítulo 3.

Observados de perto, a coisa fenomenal ou o fragmento da coisa, por assim dizer o fenômeno sensível como tal (a forma espacial que aparece preenchida de qualidades sensíveis) não permanece jamais idêntica quanto a seu aspecto descritivo; mas, em todo caso, não há no conteúdo desse “fenômeno” nada que exija necessariamente e com evidência uma dependência funcional de suas modificações em relação às modificações dos “fenômenos” coexistentes. (...) Os exemplos apropriados são fornecidos por alguns fenômenos de sons ou de complexos sonoros, odores e outros vividos que podemos facilmente imaginar destacados de qualquer relação com a existência das coisas (Husserl, 1993/1901, p. 12 [231]).

As relações necessárias dos fenômenos da consciência, as relações de dependência, são encontradas quanto às espécies de fenômenos e não quanto a seu conteúdo sensível. É o caso, por exemplo, da relação essencial entre a cor e a extensão. Embora possamos variar uma nuance de cor sem que varie a extensão, não é possível representarmos a cor sem representarmos simultaneamente a extensão. Entretanto, a cor e a extensão enquanto categorias, assim como sua relação essencial, não são dados psicológicos, fenomenais, tais quais as nuances e suas superfícies. São, segundo a primeira edição das “Investigações...”, objetos intencionais, isto é, objetos visados, mas não contidos na esfera fenomenal.

Segundo Drummond (2008), as “Investigações...” têm como objetivo levar a cabo a tarefa de fundamentar as leis lógicas sem cair num psicologismo. Tal psicologismo é caracterizado pela redução das leis lógicas a leis psicológicas – leis que governam o pensamento acerca dos objetos lógicos. Embora Husserl concordasse com a afirmação de que os objetos lógicos (julgamentos, sentido, conceitos, leis, etc.) são pensados pela mente, isso não poderia implicar sua imanência à dimensão psicológica, sob o risco da perda da necessidade das leis lógicas. Entretanto, ainda era a psicologia descritiva que responderia ao problema epistemológico da relação entre a subjetividade cognoscente e a objetividade conhecida. A solução encontrada na primeira edição das “Investigações...”, conforme Drummond (2008) e Moura (1989), corresponde à afirmação de uma transcendência das essências lógicas em relação à esfera psicológica. Criava-se, porém, outro problema: compreender a ambigüidade das essências lógicas, as quais se apresentam fenomenalmente ao mesmo tempo em que são realmente transcendentais. Teria nascido, nesse momento, o problema da transcendência que conduziria Husserl à redefinição de seu projeto filosófico nas conferências realizadas em 1907, publicadas sob o título de “A idéia da fenomenologia”.

Com a abordagem que se segue de “A idéia da fenomenologia”, pretendemos levantar algumas questões importantes dirigidas pela redefinição de transcendência e

imanência, ou, como afirma Drummond (2008), do psicológico e do transcendental, à atitude natural, que seria aquela da psicologia, e à qual, segundo Husserl, continuariam presos os teóricos da Gestalt. É certo que o conceito gestaltista de fenomenologia afasta-se da fenomenologia husserliana, como nos mostram as críticas dirigidas ao método das “Investigações...” por Köhler. No entanto, acreditamos que a tematização do universal no âmbito fenomenológico, isto é, a superação da “transcendência real” das essências em relação ao fenomenal, nos permite uma aproximação entre o projeto husserliano e a Teoria da Gestalt. A elucidação intuitiva dos conceitos através da referência ao âmbito fenomenal, bem como a crítica das definições puramente simbólicas da lógica e da ciência correspondem, como pretendemos demonstrar, a um motivo filosófico comum das duas fenomenologias.

Husserl, a partir da “Idéia...” diferencia duas atitudes gerais frente à experiência direta – consciência – e ao problema da possibilidade do conhecimento, a atitude natural e a atitude filosófica: “Na atitude espiritual natural voltamo-nos, pela intuição ou pelo pensamento, para as coisas que em cada caso nos estão dadas – que elas o sejam, aceitamos de antemão, mesmo se o são de diversas maneiras e com diversos modos de ser, conforme o tipo e o nível de consciência” (Husserl, 1970/1950, p. 37 [17]). A naturalidade característica da primeira atitude refere-se ao fato desta seguir os motivos da própria experiência direta, tratando os objetos revelados na experiência como “coisas” de um “mundo externo” que seriam reveladas, por exemplo, na percepção. O conjunto das coisas, o mundo, é o solo a que se referem nossos juízos, tanto do senso comum quanto do cientista natural. A ciência, no entanto, procura estabelecer conexões objetivas, descobrir relações funcionais, com base em métodos rigorosos, buscando uma consistência cada vez maior entre julgamento – teorização – e observação.

Orientam-se pela atitude natural, para Husserl, “as ciências naturais, enquanto ciências da natureza física e psíquica – as ciências do espírito também – e, de outro lado, as ciências matemáticas” (Husserl, 1970/1950, p. 39 [18]). Os alvos de cada uma dessas dimensões do conhecimento são sempre coisas, sejam coisas psíquicas, físicas ou números, relações e multiplicidades, coisas ideais. Os problemas científicos, assim, são resolvidos “em virtude dos impulsos ou motivos do pensamento que residem precisamente nas coisas e parecem, por assim dizer, sair delas como exigências que as coisas, esses dados, dirigem ao conhecimento” (Husserl, 1970/1950, p. 39 [18]). Em suma, a atitude natural envolve a objetivação de seus problemas, isto é, uma reflexão pautada por uma objetividade em si que, à primeira vista, seria dada à consciência.

Na investigação desse mundo objetivo, no entanto, a ciência acaba por encontrar o problema do próprio conhecimento. Nesse momento, revela-se uma difícil questão à atitude natural, a impossibilidade da ciência lidar objetivamente com o conhecimento sem, ao mesmo tempo, negar-se enquanto conhecimento seguro. Para o pensamento natural, o conhecimento pode ser pensando como objeto de investigação tanto da psicologia, quanto da lógica. Vejamos em que sentido tais vias, para Husserl, seriam incapazes de justificá-lo.

Na investigação psicológica, o conhecimento é tomado como fato psíquico, “uma vivência de seres orgânicos que conhecem”. A compreensão de tais fatos envolve os procedimentos característicos do pensamento natural, isto é, a construção de leis por indução a partir de fatos particulares, a dedução de implicações a partir da elaboração dessas leis gerais e o teste de tais hipóteses no âmbito da experiência. O significado desses mesmos procedimentos científicos, no entanto, permanece desconhecido, já que são pressupostos necessários ao pensamento objetivo. A validade dos atos inerentes à atividade cognitiva, por sua vez, permanece inquestionada, portanto, incompreendida. Além disso, um pensamento que constrói teorias a partir de dados individuais, estabelecendo relações hipotéticas, não é capaz de atingir a universalidade, de investigar a essência do conhecimento, ou seja, de se compreender e justificar.

O conjunto dos procedimentos implicados na investigação psicológica, por outro lado, tem como objetivo compreender o conhecimento, fato psíquico, com relação a outro conjunto de fatos, sejam eles processos cerebrais ou mesmo atos dependentes da história de um determinado sujeito empírico. Trata-se, portanto, de uma investigação genética cujo objetivo final é a explicação, que Husserl recusará em favor do método fenomenológico, isto é, em favor de uma atitude propriamente filosófica que permitiria às relações essenciais oferecerem-se à apreensão direta². Tal método difere radicalmente da indução inerente ao primeiro tipo de investigação, pois não lhe é permitido o estabelecimento de relações contingentes. A tematização do conhecimento como um objeto da psicologia genética, que o torna um fato entre outros, bem como a consideração dos atos cognitivos como instâncias individuais, corresponde ao

² Em “Crítica da razão na fenomenologia” (1989), Carlos Alberto de Moura analisa detalhadamente o sentido do projeto husserliano como uma crítica da razão em geral, passando pelas relações que Husserl manteria com as reflexões psicológicas de Brentano. A recusa da psicologia genética pelo fenomenólogo representa a preocupação com uma fundação última do conhecimento, a partir de leis apriorísticas, que não podem ser alcançados através dos métodos inerentes à psicologia genética (indução, experimentação, etc.)

“psicologismo”, que, aliado ao “logicismo”, constituem as posturas epistemológicas a serem superadas por Husserl em suas reflexões.

A “convivência pacífica com o não justificado” – a ingenuidade científica, para Moura (1989) –, característica da investigação psicológica, e, podemos acrescentar, das demais ciências naturais, advém do seu afastamento relativo à investigação lógica, cuja função seria justamente validar definitivamente o método das demais ciências. Mas, para Husserl, a própria lógica não teria desempenhado adequadamente seu papel.

Considerando que o conhecimento se define essencialmente como referência significativa à objetividade, a investigação lógica o tomaria como uma “universalidade formal”. Trata-se de um conjunto de relações e signos abstratos que descreveriam todas as condições de possibilidades do discurso. Dessa forma, a lógica elucidaria a estrutura apriorística das relações objetivas, as condições de sentido da objetividade e do discurso sobre a mesma. O objetivo final da lógica, assim, seria tornar inteligível a relação entre o discurso e a objetividade. No decorrer dessa investigação, porém, tal ciência teria abandonado sua “função histórica” de auto-justificação da razão, tornando-se mais uma ciência ao lado das outras. Ao abandonar esse ideal³, a lógica passa a constituir-se como uma atividade teórica como qualquer outra, incapaz de elucidar o sentido da “teoria em geral”.

O resultado desse estado das ciências é a perda do suporte que as definia como conhecimento universal, o que as reduziria a meras técnicas, cuja característica principal corresponde ao descaso acerca da justificação de seus métodos. Segundo a análise de Moura (1989, p. 48) da crítica husserliana, a perda gradual do contato com a lógica teria sido motivada por questões internas à mesma. Como essa ciência lida com signos e relação entre signos, possibilidades ideais, acaba por perder o sentido original dessas abstrações. O sentido que elucidaria tais conceitos corresponde a sua referência relativa às entidades da experiência direta, aos dados intuitivos. Dessa forma, a lógica se distanciaria do contato com o dado evidente que nos permitiria compreender – e justificar – os conceitos e as relações cognitivas segundo leis de necessidade, que, segundo Husserl, só podem ser apreendidas pela intuição.

³ Tal ideal teria orientado o surgimento da lógica nos filósofos gregos e ainda estaria presente nos primeiros filósofos da modernidade, como Descartes. O abandono dessa preocupação com a fundação última e definitiva do conhecimento, que, aliás, uniria todas as ciências num corpo único, condena a ciência posterior ao caráter de mera técnica. Trata-se de um dos problemas presentes na reflexão husserliana acerca da ciência e da objetividade, sendo um aspecto do que o filósofo chamará, no seu inédito de 1938, de “crise” das ciências.

A tentativa de clarificar intuitivamente a lógica corresponde ao impulso inicial da fenomenologia husserliana. Embora tal projeto, segundo Moura, tenha sido adiado devido ao surgimento de questões acerca da própria intuição, as quais levaram Husserl a discussões mais radicais, tal caracterização da lógica nos permite compreender o que o filósofo quer dizer com a afirmação de que a lógica e a matemática lidam com possibilidades ideais que são “também de antemão apromáticas”. O afastamento da lógica da problemática da evidência e da intuição, portanto, faz com que Husserl classifique as ciências puras ao lado das ciências naturais, de forma que todas compartilhariam a ingenuidade acerca de seus fundamentos, sendo rebaixadas a meras técnicas teóricas.

A contraposição husserliana entre o conhecimento como objeto psíquico e lógico tem como principal objetivo revelar o mistério da correlação que o define, entre a vivência cognitiva, significação e objeto. Trata-se, aqui, da revisão do sentido da objetividade que, nas “Investigações...”, ausentava-se do âmbito fenomenal.

“O conhecimento é, em todas as suas configurações, uma vivência psíquica: é conhecimento do sujeito que conhece” (Husserl, 1970/1950, p. 41 [20]). Na “idéia da fenomenologia...”, Husserl levanta o verdadeiro problema que permeia a fundamentação das ciências. Se o conhecimento é a vivência de um sujeito, como pode alcançar uma objetividade transcendente, isto é, um conjunto de coisas e relações independentes da atividade desse mesmo sujeito? O que é efetivamente dado não é um objeto, é parte de uma vivência, o que se dá na percepção é algo percebido, não uma coisa em si; da mesma forma, são vivências subjetivas as recordações, expectativas e julgamentos que pretendem alcançar a verdade acerca da natureza e do discurso sobre a mesma.

De onde sei eu, que conheço, e como posso saber com certeza, que estes não são somente meus vividos, esses atos de conhecer, que existem, mas também aquilo que eles conhecem – de onde sei eu, ainda, que existiria alguma coisa que pudesse opor-se ao conhecimento como seu objeto? (Husserl, 1970/1950, p. 41 [20]).

Ora, se somente os fenômenos são dados ao sujeito cognoscente, deveríamos defender um fenomenalismo do tipo humeano, caindo, conseqüentemente num ceticismo que faz de todo objeto transcendente uma ficção? Essa pergunta, levantada por Husserl, permite-lhe apontar em que sentido é recusada a reflexão psicológica no âmbito da fenomenologia. Toda psicologia, segundo Husserl, “transcende a esfera da imanência”, guiando-se por termos que pressupõem uma realidade transcendente, tais

como “órgãos do sentido”, “hábitos”, “impressões”, etc. Dessa forma, ao classificar a transcendência como ficção, a reflexão psicológica do empirismo se contradiz. Podemos acrescentar que tal contradição deve-se a um naturalismo tácito, presente mesmo em Hume.

Tomando o conhecimento como dado objetivo, a atitude natural, de forma geral, não só ignoraria a verdadeira questão epistemológica “*como* poderíamos conhecer uma objetividade transcendente?”, mas chega a implicações que negam a universalidade das próprias leis lógicas. Consideremos, com Husserl, a teoria da evolução. Segundo a idéia de seleção natural, o conhecimento se desenvolve como uma das formas adaptativas do homem enquanto organismo em interação com o ambiente. As formas lógicas próprias do intelecto, sendo este apenas um momento acidental do percurso histórico da natureza, não exprimiriam “a peculiar índole contingente da espécie humana, que poderia ser de outro modo e se tornará diferente, no decurso da evolução futura?” (Husserl, 1970/1950, p. 42 [21]). Ora, como sustentar um conhecimento cujas leis são contingentes? Aliás, a própria concepção de lei como acidente não deixa de ser um contra-senso, é como se a ciência perdesse, junto com a necessidade de seus fundamentos, o sentido de suas afirmações sobre o mundo.

As conseqüências do pensamento natural, quando este toca a questão do conhecimento, evidenciam a necessidade de um novo método, que comece pondo em questão o sentido da objetividade, em vez de considerá-la como um dado. Os dados, dessa forma, devem ser tomados no seu sentido autêntico, isto é, como fenômenos, como partes da experiência direta. A atitude que caracterizará essa atividade, radicalmente reflexiva, corresponde à atitude espiritual filosófica, a saber, a fenomenologia. A fenomenologia, enquanto questionamento do sentido do conhecimento e da objetividade, torna-se crítica do conhecimento, da razão em geral. Somente o sucesso da investigação fenomenológica poderá livrar as ciências das contradições implicadas no método objetivista, fornecendo-lhes fundamentos seguros.

A legítima filosofia, assim, se caracteriza como uma reflexão subjetiva, na qual o sujeito toma seus próprios atos cognitivos como fundamentos de sua investigação. Como tais atos estão pressupostos na determinação do sentido da objetividade, nenhum conhecimento da atitude natural é aceito como justificativa ou explicação, portanto, perdemos todo o conhecimento produzido pelas ciências objetivas até então. Por outro lado, como tais atos – por exemplo, a percepção, a recordação, a expectativa – são dados em si mesmos à apreensão direta, constituem-se como um ponto de partida

seguro ao estudo do conhecimento, isto é, temos um contato direto com os mesmos que nos impede de duvidarmos de sua realidade. Husserl atribui a Descartes a primeira autoria desse importante movimento reflexivo da filosofia, como podemos ver na retomada do projeto cartesiano nas “Meditações cartesianas” (Husserl, 2001/1931), e no elogio desse mesmo projeto nas “Conferências de Paris” (1992/1929).

Toda vivência intelectual e toda vivência em geral, no momento em que se realiza, pode tornar-se objeto de um ver e captar puros, e nesse ver é um dado absoluto. É dado como um ser, como um “isto-aqui”, de forma que duvidar de sua existência é um não-senso (Husserl, 1970/1950, p. 54[31]).

Quando nos livramos dos juízos de existência – que fundam a objetividade da atitude natural – a experiência direta revela-se como um solo de evidências absolutas, as quais nos conduzirão ao sentido da objetividade. O objeto enquanto objeto percebido é um dado evidente, diferentemente da existência do objeto em si mesmo, como coisa real. Não tem sentido algum a dúvida: percebo realmente o objeto que percebo? O mesmo não ocorre com a dúvida acerca da existência em si do objeto percebido, como entidade transcendente. O problema, portanto, passa a ser a compreensão de *como* a experiência subjetiva pode revelar um objeto transcendente, ou melhor, o próprio sentido da transcendência. Como os próprios atos da experiência direta, ou vivência, tomados como objetos da reflexão são a evidência primeira, é preciso considerá-los tal como nos aparecem. Torna-se necessário, então, que o início da fenomenologia se oriente pelo método descritivo, cujo objetivo é explicitar as características e relações essenciais da experiência, para que, em seguida, o pensamento possa se fundamentar sobre um solo de evidências, justificando-se definitivamente. A fenomenologia, enquanto crítica do conhecimento, difere da estratégia explicativa da ciência.

Ela não pretende explicar o conhecimento enquanto fato psicológico, estudar as condições da ordem da natureza sobre as quais os conhecimentos aparecem e desaparecem e as leis da natureza às quais eles estão ligados em seus desenvolvimentos e transformações (...). O que a crítica do conhecimento pretende, ao contrário, é elucidar, tornar claro, trazer à luz a essência do conhecimento assim como sua pretensão de validade, que faz parte de sua essência – trazê-los, é justamente ao que isso nos reenvia, a uma presença-direta-em-pessoa (Husserl, 1970/1950, p. 55[32]).

É a esse “trazer à luz” que a noção de imanência passará a referir-se, à presença “em pessoa” das vivências e suas relações. Portanto, Husserl abandona aqui a definição de imanência no sentido de “interioridade psíquica” e a presença das relações essenciais no âmbito fenomenal deixa de significar “psicologismo”. De acordo com Drummond

(2008), podemos pensar numa redefinição da subjetividade, no sentido da conquista de uma filosofia transcendental que começa a se livrar do viés psicológico. É o que vemos, por exemplo, na distinção entre o fenômeno psíquico e o fenômeno puro, objeto da fenomenologia. O primeiro, as vivências “desse homem” que vive “nesse mundo”, ainda estaria ligado a conceitos transcendentais, no novo sentido de “duvidosos”, “não elucidados”, tais como “mundo”, “homem”. Ao tomar os fenômenos apenas enquanto fenômenos puros, Husserl abre espaço para uma subjetividade transcendental, o conjunto das estruturas necessárias de toda experiência e todo conhecimento possível.

O esforço reflexivo que revela essa região de evidências, a experiência tomada em si mesma, corresponde à “volta às coisas mesmas”, o objetivo da redução fenomenológica. Ao percorrer o caminho da fenomenologia, abandonamos os juízos não fundados sobre evidências, mas nossa experiência permanece um diálogo entre um eu e os objetos, de forma que toda a questão é compreender quais as formas desse diálogo e como o objeto se constitui (como adquire seu sentido objetivo) na multiplicidade dos momentos fenomenais. É preciso novamente ressaltar que o “eu” que permanece após a suspensão dos juízos da atitude natural não corresponde, para Husserl, a um “eu empírico”, a um ser humano com uma história que explicaria sua situação atual. Trata-se de um pólo do campo fenomenal, a unidade dos atos cognitivos, isto é, o ponto de partida e a unidade por trás dos múltiplos atos imaginativos, perceptivos, reflexivos, judicativos, etc. Por outro lado, nesse “puro ver”, também descobrimos que o objeto não é inteiramente dado à apreensão, ele aparece através de diversos “modos de doação”, como uma casa nos aparece de múltiplas maneiras, por múltiplos perfis. Ora, se o objeto não está inteiramente presente na experiência, como investigá-lo no âmbito de um método intuitivo, que prevê um contato direto com conteúdos dos conceitos investigados?

Os vividos cognitivos possuem – e isso pertence à sua essência – uma *intentio*, eles visam alguma coisa, se relacionam de tal e tal maneira a um objeto. O *relacionar-se-a-um-objeto* lhes faz parte, mesmo que o objeto não lhes faça parte. E o objeto pode aparecer, pode ter uma certa presença no aparecer, enquanto não se encontra, entretanto, no fenômeno cognitivo efetivamente, nem existe de qualquer outra forma como *cogitatio*. (Husserl, 1970/1950, p. 79[55]).

Aqui podemos apontar a solução proposta para a relação entre o “objeto” e os “vividos”. Há uma diferença crucial entre o aparecer dos atos (*cogitatio*) do “eu” e dos objetos correspondentes, o ato apresenta-se em si mesmo à apreensão, o objeto aparece como algo visado. Tocamos, portanto, numa peça central do quebra-cabeça husserliano:

a noção de intencionalidade. Enquanto na primeira edição das “Investigações...”, segundo Drummond (2008), a presença intencional do objeto era uma maneira de tornar o fenômeno uma instanciação da essência sem que ela fosse inerente aos conteúdos psicológicos, aqui a intencionalidade, o “visar algo” inerente à experiência, aparecerá como uma estrutura geral dos próprios fenômenos, uma espécie de “co-participação” numa essência comum. É que se o fenomenal não se iguala mais ao psicológico, a localização das essências nas relações fenomenais não é mais “psicologismo”.

Se o objeto não é dado inteiramente na experiência, ele apresenta-se como algo visado por cada um dos modos de doação, isto é, como objeto intencional. O visar inerente aos modos de doação é o dado evidente de nossa experiência, como cada um dos perfis de um objeto percebido apresentam-se, no tempo, como uma unidade, os “perfis daquele objeto”. É, enfim, evidente que o objeto percebido se doe por uma multiplicidade de modos de doação, sendo a unidade destes o sentido do que chamamos “objeto”. O objeto, portanto, não se apresenta como uma entidade exterior representada por uma alma, tomada como uma região diferente do mundo físico, ele corresponde à unidade dos múltiplos momentos presentes nas vivências, unidade que confere um sentido aos mesmos. Aqui, Husserl afasta-se de Descartes.

Segundo Moura (1989 e 2001), a “teoria⁴ dos todos e das partes” é fundamental para a elucidação do sentido dado por Husserl à relação entre os modos de doação dos fenômenos e seus objetos, e, de maneira geral, às relações universais, cuja revelação corresponde à função da fenomenologia. A definitiva auto-justificação do conhecimento exige que a investigação encontre intuitivamente relações absolutas. O absoluto, para Husserl, refere-se à independência de uma determinada totalidade em relação a modificações em outros conteúdos que não são suas partes, que lhe são exteriores. Teríamos, nesse absoluto, o fechamento de uma totalidade sobre si mesma. A consciência, na medida em que suas partes dependentes seriam acessíveis a um “puro ver”, seria um objeto de estudo cuja investigação poderia ser inteiramente empreendida no terreno da evidência. Precisamos, portanto, compreender o sentido da totalidade e das relações interiores, necessárias ou de dependência, e das relações exteriores, contingentes ou de independência.

⁴ O termo “teoria” deve ser compreendido no sentido fenomenológico, isto é, como a descrição de algo revelado pelo retorno à experiência tal como aparece, não se trata de uma elaboração intelectual arbitrária, mas uma elaboração guiada pela intuição.

Segundo a análise de Moura dessa parte da teoria de Husserl, “os momentos não-independentes serão ditos *inseparáveis* daqueles dos quais dependem. Um conteúdo dependente não é pensável⁵ senão como parte de um todo mais amplo” (Moura, 1989, p. 192). Portanto, a existência da totalidade da qual os conteúdos dependentes participam é condição de sentido desses momentos. Já os conteúdos independentes são aqueles cuja existência não é ameaçada por alterações arbitrárias no seu exterior, ou mesmo a inexistência de conteúdos não ligados aos mesmos. A consciência seria, assim, independente da realidade no último sentido, já que a existência em si do objeto não é condição para compreendermos a essência da consciência, isto é, a presença de relações intencionais e unidades de sentido. Os modos de doação de um determinado tipo de objeto, na medida em que aparecem como momentos de uma unidade intencional, dependem uns dos outros, constituindo uma totalidade. Tal totalidade, por sua vez, doa-se em seus diversos momentos, está implicada neles. É justamente essa implicação que pode ser apreendida na intuição, no visar que é essencial à consciência.

A cor, por exemplo, não é pensável separadamente da extensão, portanto podemos dizer que elas participam de uma totalidade. Enquanto condição de sentido, essa relação é necessária e universal, isto é, a apreensão de qualquer cor exige a extensão. Tais totalidades, é importante frisar, não se constituem como coisas reais, isto é, como um elemento simples, são multiplicidades unidas por relações de sentido⁶. As totalidades essenciais buscadas pela fenomenologia diferenciam-se de uma soma – o todo por agregação –, pois correspondem a conexões intrínsecas entre as partes, cada momento anuncia os outros, as partes se interpenetram. A soma é um tipo de totalidade em que as partes não se relacionam internamente, não dependem umas das outras para serem apreendidas. Trata-se, assim, de um agregado constituído por relações contingentes, enquanto as relações das totalidades do primeiro tipo são necessárias. Enquanto os todos de agregação necessitam de um “momento de unidade”, isto é, algo que una seus momentos independentes, exteriores, nas totalidades constituídas por relações internas as próprias partes se exigem. “Nos todos formados por conteúdos dependentes, é a própria exigência de complementação inscrita em cada um deles que

⁵ Acreditamos que o “pensar” aqui deve ser tomado no mesmo sentido que Husserl toma a *cogitatio*, isto é, como um modo do sujeito referir-se a um objeto, incluindo, dessa maneira, todas as dimensões da experiência, como a percepção, imaginação, etc.

⁶ Essa característica da totalidade de Husserl nos permitirá estabelecer um diálogo, posteriormente, com a noção de Gestalt.

tem a função de unificar o todo” (Moura, 1989, p. 194). Tal exigência apresenta-se diretamente – intuitivamente – a nossa apreensão.

A “exigência” inerente a cada uma das partes de uma totalidade define as relações intencionais. É através da variação dos conteúdos da experiência que compreenderemos as relações necessárias entre tais momentos, a “comunidade de essência” que os envolve e, dessa forma, poderemos fundamentar a universalidade através da evidência.

Trata-se do trabalho intelectual que deverá se orientar pelas apreensões singulares da experiência direta. Singulares, lembremos, como momentos de uma totalidade que se anuncia. Tais totalidades de sentido são as essências a que Husserl se refere na “Idéia da fenomenologia...” (Husserl, 1970/1950). A transcendência, agora, teria seu sentido verdadeiro revelado, ou seja, tratar-se-ia da evidência fenomenológica de que as essências, as universalidades, apresentam-se através das referências inerentes às multiplicidades que as compõem, portanto, não seriam dadas de uma só vez à intuição, mas estariam implicadas em cada um de seus momentos.

Toda investigação – relativa à elucidação de princípios – move-se de ponta a ponta na esfera da essência, a qual, por sua vez, se constitui sobre a base inferior dos fenômenos singulares fornecidos pela redução fenomenológica (Husserl, 1970/1950, p. 83[58]).

O papel filosófico da fenomenologia é revelar as relações essenciais que constituem as operações do conhecimento através de juízos totalmente fundados nas singularidades fenomenais. Como esse conjunto de essências refere-se ao conhecimento em geral, desde o contato mais primitivo com um objeto na percepção até os juízos mais complexos, trata-se das condições de sentido da experiência como um todo. Como a consciência revela-se, na reflexão husserliana, como uma totalidade absoluta, dada a si mesma e cujo sentido independe da existência de um mundo exterior, podemos dizer que o filósofo opera uma verdadeira inversão na ordem da atitude natural (Moura, 1989, p. 195). Enquanto para as ciências naturais a consciência é parte do mundo, um fato dentre outros, para a atitude filosófica o mundo é parte da consciência, parte de uma subjetividade absoluta. O mundo, assim, torna-se parte dependente da totalidade da consciência. Segundo Moura, tal inversão inspirou interpretações idealistas da obra de

Husserl⁷, como se o filósofo defendesse que somente os conteúdos ideais (presentes à consciência) existissem.

Entretanto, é fundamental ressaltarmos que a questão da existência não se coloca à fenomenologia senão como um sentido inerente aos fenômenos da percepção, jamais como a questão da existência em si dos fenômenos, o que é um contra-senso. Husserl parece preocupar-se com a descrição dos tipos de objetividades possíveis de serem conhecidas e com os diferentes modos pelos quais as operações cognitivas visam tais objetos, entendidos como uma unidade entre os próprios modos de doação, portanto, no âmbito da própria subjetividade. O objeto não é tomado na fenomenologia senão dessa forma, como correlato e unidade de sentido, trata-se de compreendê-lo como possibilidade de apreensão e não como existente em si ou não.

O mundo só penetra no discurso fenomenológico enquanto “mundo” entre aspas, apenas enquanto correlato. É essa consideração do objeto apenas enquanto correlato que Husserl chamará também de consideração da objetividade do ponto de vista *transcendental*: nela o objeto é visto apenas como ‘objeto de um conhecimento possível, como objeto de uma consciência possível em geral’ (Moura, 1989, p. 204).

A leitura idealista de Husserl, para Moura, deve dar lugar à concepção da fenomenologia husserliana como crítica da razão em geral, cujo objetivo é fundamentar as condições do conhecimento.

O contato dos gestaltistas com a filosofia husserliana parece ater-se aos trabalhos iniciais do filósofo, como a “A filosofia da aritmética”, e às “Investigações...”, de acordo com a época em que Wertheimer, segundo Ash (1998), teria lido o trabalho do filósofo. De acordo com Toccafondi (2002), embora alguns textos sugiram que os gestaltistas tenham sido discípulos de Husserl, como Merleau-Ponty⁸ defende acerca de Koffka, na verdade eles foram alunos de Stumpf, amigo e colega de Husserl. Quanto à herança intelectual dos gestaltistas, acreditamos ser mais propício apontar a Brentano. Foram alunos de Brentano, além de Husserl e Stumpf, Ehrenfels e Meinong, de forma que praticamente todos os teóricos que levantaram o problema da Gestalt aparecem nessa lista, além de, ao menos quanto aos psicólogos, encontrarmos uma postura semelhante em relação ao papel filosófico da psicologia.

Segundo Ash (1998), Wertheimer teria encontrado na terceira das “Investigações...”, “A teoria dos todos e das partes”, uma investigação ontologicamente

⁷ Os gestaltistas parecem ter assumido tal interpretação idealista das idéias de Husserl.

⁸ A sugestão do filósofo é aceita por alguns comentadores, tais como Donzelli (1980).

incompleta do problema da forma. Embora Husserl defendesse o primado da apreensão do objeto sobre as sensações, da experiência concreta em oposição aos artificios dos psicólogos, ainda havia uma hierarquia na experiência que diferenciava atos significativos de “agregados sensíveis”. O estatuto que a forma adquire na Teoria da Gestalt supera a hierarquização da percepção numa camada inerte e outra referente aos “atos da consciência”, pois a Gestalt será pensada como uma entidade e não como uma qualidade superposta à sensibilidade. Tal concepção, pertencendo especialmente às configurações mais básicas da percepção, implica o abandono da inércia e exterioridade que estavam implicadas no conceito de sensação.

Entretanto, quanto à atitude que percorre a obra do filósofo em relação à consciência, o primado da intuição concreta em oposição às abstrações, é possível estabelecer, como o faz Gurwitsch, uma relação importante entre os gestaltistas e Husserl. Enquanto na psicologia introspeccionista a percepção era tomada de uma perspectiva analítica, que visava à revelação dos elementos “reais” da experiência sensorial, tanto Husserl quanto os gestaltistas procuraram estabelecer uma teoria acerca da experiência tal como se apresenta.

No domínio da consciência nenhuma distinção entre realidade e aparência pode ser admitida; é até mesmo a característica essencial desse domínio que essa distinção mencionada lhe seja absolutamente estranha. Isso é decisivo para uma teoria da consciência e garante um interesse filosófico essencial numa teoria psicológica que, como a Teoria da Gestalt, segue uma orientação estritamente descritiva. Por essa razão é possível relacionar a Teoria da Gestalt à fenomenologia husserliana, a qual se devota à exploração sistemática da consciência (Gurwitsch, 2002/1936, p.278).

A originalidade da Teoria da Gestalt em relação ao seu contexto intelectual, como nos mostra Toccafondi (2002) e Gurwitsch (2002/1936), consiste na crítica da divisão da percepção em duas partes, uma ativa, outra passiva, encontrando na articulação espontânea dos fenômenos o conceito chave de uma nova psicologia. Dessa forma, a aproximação entre as leis gestaltistas, apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho, e o projeto husserliano pode se estender a um momento posterior do último, a saber, à noção de “síntese passiva” – já na fase transcendental de Husserl. Tal aproximação nos permitirá explicitar, no segundo capítulo, uma conquista das duas fenomenologias na figura do “mundo da vida”, presente tanto na “Crise das ciências européias e a fenomenologia transcendental” de Husserl (1970/1938), quanto nas obras “Psicologia da Gestalt” (1947) e “O Lugar do valor num mundo de fatos” (1959/1938) de Köhler.

Se por um lado podemos encontrar concordâncias entre os projetos da Teoria da Gestalt e de Husserl, suas divergências percorrem explicitamente as obras dos autores. Quanto ao próprio conceito de fenomenologia, como mostra Henle (1979), há importantes divergências discursivas. Para os gestaltistas, a fenomenologia parece referir-se a um método que nos colocaria diante dos fatos a serem explicados cientificamente. É o que vemos, por exemplo, no texto de 1935 de Koffka, quando é definida como “a descrição mais ingênua e completa possível da experiência” que deveria andar “lado a lado” com a explicação. Ao mesmo tempo, no texto de 1929 (revisado em 1947) de Köhler, vemos a colocação do “mundo como o encontramos, ingenuamente e sem crítica” como o ponto de partida de qualquer ciência. Entretanto, como pretendemos mostrar, na continuação da obra “Psicologia da Gestalt” (1947), e, em 1938, no “Lugar de valor num mundo de fatos”, Köhler nos apresenta uma reflexão dirigida pela consideração de que “toda questão de princípio deve ser resolvida em solo fenomenológico”, de forma que a “fenomenologia é o campo no qual todos os conceitos encontram sua justificação final”. O gestaltista, portanto, parece conceder explicitamente uma importância epistemológica central à fenomenologia. Ora, não é justamente o objetivo de toda fenomenologia husserliana a justificação da inteligibilidade do conhecimento? Pretendemos defender que a fenomenologia gestaltista, mais do que um método pré-explicativo, corresponde a um princípio epistemológico cujas implicações afetam a própria noção de ciência, conseqüentemente, a noção de “explicação”, como veremos em nosso terceiro capítulo.

Ainda no texto de 1938, apesar do elogio à iniciativa de Husserl, ao mote do retorno aos fenômenos, Köhler lhe dirige uma crítica importante para nossa compreensão do momento husserliano considerado pelo gestaltista. Segundo Henle, “Köhler considera a fenomenologia husserliana uma retirada diante dos avanços científicos, que pareciam lidar com meros fatos, excluindo a necessidade [requiredness, relações intrínsecas] que muitos filósofos consideravam essencial” (Henle, 1979, p. 5). Tal retirada caracteriza-se como a localização da necessidade dos princípios lógicos no âmbito de “entidades eternas”, idéias alheias ao “mundo dos fatos”, o mundo em que vivemos. É provavelmente à estratégia presente nas “Investigações...” que é dirigida essa crítica, de forma que Köhler recusa uma fenomenologia recusada pelo próprio Husserl. Sempre se tratou, para os gestaltistas, de encontrar relações intrínsecas nos fenômenos, que serão denominadas “leis da Gestalt”. É por isso que acreditamos que, na medida em que Husserl passa a localizar os objetos intencionais no âmbito das relações

intrínsecas entre os fenômenos, talvez encontremos aí um terreno fértil para estabelecer relações entre ambos os projetos filosóficos.

Resta ainda o fato de que Husserl recusa os “fenômenos psicológicos” em favor dos “fenômenos puros”, objetos da fenomenologia. Entretanto, o sentido em que Husserl recusa os fenômenos psicológicos é bem preciso: são recusados os fenômenos estudados por uma psicologia objetiva, a qual pretende relacioná-los a outros fatos por métodos científicos ainda não justificados fenomenalmente. Se, como vemos na “Crise das ciências...” (1970/1938), o mundo da vida, tomado da perspectiva do espectador estrangeiro, é pensado como a região intuitiva originária, temos uma aproximação interessante com o “mundo fenomenal”, tomado “ingenuamente e sem crítica”, da psicologia gestaltista. Se nos textos de Husserl, como em 1938, a Teoria da Gestalt aparece ao lado dos naturalistas, cabe-nos perguntar se o naturalismo gestaltista, devidamente compreendido, partilharia dos mesmos problemas do naturalismo empirista. Em outras palavras, cabe a pergunta: a concepção de ciência de Husserl não seria um preconceito que o levaria a excluir a ciência da reflexão filosófica?

Enquanto a reflexão husserliana encontra-se focada na subjetividade transcendental, de modo que se afasta de um confronto direto com as ciências, a Teoria da Gestalt pretende levantar as inadequações das teorias científicas na psicologia, biologia e física, oriundas da perda do contato com os dados da experiência direta, condição de inteligibilidade de seus conceitos. Nessa polêmica com as ciências, os gestaltistas defenderão uma epistemologia e uma noção de natureza originais, baseada na categoria Gestalt. A implicação mais importante das idéias gestaltistas corresponde à defesa de que a fenomenologia é fundamental, mas insuficiente, para pensarmos o conhecimento, especialmente o conhecimento natural.

A tese principal que acreditamos apresentar-se nas idéias dos gestaltistas corresponde à defesa de que a investigação fenomenológica, em alguns momentos, aponta necessariamente para uma transcendência real, que exige a concepção de uma realidade exterior. Tal realidade se insinuaria fenomenalmente e se revelaria como fundamento da própria experiência. A crítica da objetividade científica com base na subjetividade, no âmbito da Teoria da Gestalt, dessa forma, estará aliada à proposta de uma nova maneira de pensarmos a realidade.

Ora, considerando o caráter filosófico do questionamento da objetividade científica, a crítica gestaltista implica justamente a aproximação entre ciência e filosofia, sendo seu desafio principal dar conta, através de seu princípio fundamental, a

categoria Gestalt⁹, tanto da compreensão das leis dos fatos investigados na ciência, como das condições lógicas e epistemológicas subjacentes ao pensamento científico.

Na definição da Teoria da Gestalt como “resultado de investigações concretas em psicologia, lógica e epistemologia”, Wertheimer (1924) ressalta que a categoria Gestalt nasce da própria investigação, não sendo um construto posto de antemão, mas um conceito que vem descrever os próprios eventos investigados, ela nasce dos fatos, e, como veremos, dos fatos tomados fenomenologicamente. Cabe-nos compreender qual a novidade lógica e epistemológica trazida pela Gestalt, bem como o papel da psicologia no seu estudo.

Os postulados científicos combatidos pela Teoria da Gestalt são: 1. a defesa da exterioridade entre o observador e o sistema observado (ver Köhler, 1947, primeiro capítulo); 2. a metodologia analítica, defendendo a busca de entidades elementares (como átomos) que explicariam o fato global (ver Wertheimer, 1924); 3. A causalidade pensada como a explicação do evento posterior pela correlação com o anterior, sendo estabelecida apenas pela *repetição* experimental (Koffka, 1955/1935, p. 34).

A categoria Gestalt pode ser definida como um processo de organização espacial e/ou temporal, cujas partes articulam-se de maneira inteligível, realizando em conjunto uma configuração cujas características não são encontradas nas partes tomadas isoladamente, isto é, “há todos, o comportamento dos quais não é determinado pelo de seus elementos individuais, mas cujos processos parciais são determinados pela natureza intrínseca do todo” (Wertheimer, 1924). Portanto, tendo definido o objetivo da Teoria da Gestalt como a determinação da natureza desses processos, os gestaltistas recusam importantes postulados assumidos por grande parte da ciência de sua época.

Em primeiro lugar, o conhecimento apenas das condições antecedentes não permite a previsão de um estado subsequente específico, é preciso *compreender* a lei interna de um determinado conjunto, pois a mesma Gestalt realiza-se a partir de diversos estados iniciais de suas partes. Em segundo lugar, o comportamento de uma parte depende do estado das outras, de forma que uma alteração na primeira adquire um sentido em relação ao estado total, portanto, não é possível conhecer o comportamento de uma parte independentemente de sua função na Gestalt. Por último, a questão da observação torna-se importante pelo fato de que as primeiras Gestalten descritas foram processos perceptivos, inclusive o mais básico – estrutura figura-fundo –, o que

⁹ Poderíamos levantar a seguinte questão: a Gestalt retomaria o ideal racionalista de fundar todas as ciências sobre o mesmo princípio, que teria um fundamento intuitivo na experiência?

explicita a existência de processos de organização *espontânea* subjacentes às operações dos cientistas – se não pretendem ignorar a dependência daquilo que estabelecem teoricamente em relação ao que observam diretamente. A existência de processos circulares de organização na base da percepção mais natural, assim, põe em xeque a objetividade positivista, caracterizada por séries factuais.

Dessa forma, compreender a relação entre as Gestalten perceptivas, que são dados imediatos, e as operações superiores do pensamento – como a atividade experimental-teórica do cientista – torna-se o principal desafio da Teoria da Gestalt, elevando a psicologia ao estatuto de disciplina científica privilegiada na compreensão dos fundamentos do conhecimento. A epistemologia, a lógica e a psicologia tornam-se, portanto, áreas interdependentes de investigação, o que é evidenciado pelos textos envolvendo o conceito de *insight*¹⁰ nas obras gestaltistas.

Ora, adotar a investigação psicológica como uma área de reflexão privilegiada acerca de questões filosóficas como a fundamentação da ciência e a compreensão dos valores – o que abrangeria a ética e a estética – não seria uma estratégia psicologista que descaracterizaria as próprias questões, reduzindo-as à atividade de um sujeito empírico, cuja oposição ao sujeito transcendental é tão marcada em Husserl? Ou, mesmo não se constituindo como propriamente um “psicologismo”, não teria esse projeto de unificação do conhecimento sobre um princípio comum – a Gestalt – o custo de reduzir a realidade humana a uma realidade física, tendendo a um materialismo, como afirma Merleau-Ponty, na “Estrutura do Comportamento” ou, ao contrário, não resultaria numa concepção antropomórfica de natureza, em que valores humanos seriam projetados na natureza, sem justificativa? São questões que pretendemos trabalhar nas páginas que se seguem.

¹⁰ O termo *insight* foi traduzido como “introvisão” na tradução de 1975 da obra “Princípios...” de Koffka, aqui mantereí o termo em inglês, que deve ser entendido meramente como a experiência de “compreender” algo, conhecer o “por quê”, a apreensão de uma relação inteligível, isto é, que depende das características efetivas dos eventos relacionados; o *insight* se opõe à simples constatação de uma correlação entre diferentes processos.

CAPITULO 1 - A Teoria da Gestalt como Psicologia da Percepção

Voltava-se da experiência vivida para a ciência e questionava-se sobre o que se teria a dizer sobre tal experiência; tendo em mãos uma mistura de elementos, sensações, imagens, sentimentos, atos de vontade e leis governando tais elementos – dizia-se: “faça sua escolha, reconstrua a partir disto a experiência que você teve”. Tal procedimento acarretou dificuldades na investigação psicológica concreta e a emergência de problemas que desafiavam as soluções pelos métodos analíticos tradicionais. (Wertheimer, 1938/1924, p. 4).

A Teoria da Gestalt, mesmo sendo “mais do que uma teoria da percepção; mais do que uma mera teoria psicológica” (Koffka, 1922, p. 531), começa com o estudo da percepção. Ehrenfels, mestre de Wertheimer, em 1890, já havia demonstrado um fato que desafiava a psicologia introspeccionista da época: a existência de qualidades perceptivas que não eram explicáveis pela mera associação de sensações, denominadas por ele de “qualidades gestálticas” (Engelmann, 2002). A melodia é o exemplo clássico, pois se trata de uma mesma qualidade que pode ser reconhecida quando tocada por diferentes instrumentos, portanto, por combinações de sons qualitativamente diferentes, ou até mesmo em velocidades diferentes – excluindo a hipótese de que a constância do intervalo entre as notas seria o princípio explicativo do reconhecimento da mesma melodia. Entretanto, como o próprio Wertheimer explicita em 1924, Ehrenfels não leva a descoberta às últimas consequências, isto é, ainda mantém os conceitos da psicologia clássica¹¹ intactos, acrescentando-lhes apenas o conceito de “qualidade gestáltica”.

Segundo Gurwitsch (2002/1936), Ehrenfels apresentava a “qualidade gestáltica” como mais um dado da experiência, entretanto, “quase-sensorial”, já que diferia do complexo de sensações às quais correspondiam pontualmente estímulos orgânicos. Por outro lado, Husserl, na “Filosofia da Aritmética”, apresentava uma discussão semelhante quanto aos fatores “figurais”, ou “quase-qualitativos”. Tais fatores correspondiam à apreensão imediata da “coletividade”, como no caso das constelações

¹¹ Os gestaltistas, ao dirigirem suas críticas aos conceitos da psicologia do final do século XIX e início do século XX, têm como alvo principalmente a noção de sensação e os conceitos decorrentes, como veremos na seção seguinte. Dessa forma, sob o título de “psicologia clássica” pretendemos representar os teóricos que tomavam tais conceitos como princípios básicos da psicologia, especialmente a escola estruturalista de Titchener.

ou da percepção de grupos de elementos semelhantes, como multidões. Opunham-se, assim, a uma atividade do juízo que viesse a reunir, por operações abstratas de comparação e reunião, elementos anteriormente independentes. Ora, a aceitação de um tipo de dado “quase-sensorial” e “quase-qualitativo” na experiência implicava um problema fundamental para um pensamento que a dividia numa camada puramente passiva, sensorial, e outra ativa, intelectual.

Para a psicologia, especificamente, o problema era mais evidente, dada a necessidade de confrontar tais dados da introspecção com um modelo de organismo que não comportava senão relações pontuais entre estímulos e sensações. É que, como mostra Gurwitsch (2002/1936), às “qualidades gestálticas” não correspondia nenhum estímulo, o que levou o primeiro modelo explicativo desse fenômeno, de Benussi, a impor um dualismo no interior da experiência, classificando esses dados como “produções”. Tais produções apontariam uma atividade livre da mente sobre os dados sensoriais, caracterizando-se como um fenômeno propriamente humano.

A teoria de Benussi inseria-se na corrente de pensamento iniciada por Meinong, denominada “Escola de Graz”, da qual Ehrenfels também fazia parte. Os pesquisadores dessa escola foram os primeiros a realizar experimentos relativos ao problema da percepção da Gestalt, ou, como denominava Ehrenfels, da “qualidade gestáltica”. A linha de pensamento em que se inseriam Wertheimer, Köhler e Koffka foi denominada “Escola de Berlim” devido à cidade em que os três realizaram pesquisas significativas sobre os processos gestálticos, se bem que a pesquisa que lançou a interpretação do problema que seria comum aos três foi realizada por Wertheimer em Frankfurt, tendo Köhler e Koffka por sujeitos. A terceira corrente de pensamento relativa ao problema da Gestalt, iniciada por Krueger, sucessor de Wundt em Leipzig, foi denominada “psicologia da totalidade”. Segundo a última escola, o processo da percepção da Gestalt passava por etapas de constituição nas quais a experiência e a afetividade constituíam partes fundamentais (Engelmann, 2002).

A Escola de Berlim, por sua vez, distingue-se pela radicalidade com que tratou a noção de Gestalt. Ao contrário de ser um dado a ser encaixado no modelo psicológico dependente de uma fisiologia mecanicista, tal conceito implicava uma reformulação completa no sistema da psicologia, desde a esfera sensorial até os conceitos lógicos. O estabelecimento da Gestalt como conceito fundamental da experiência corresponde à importância ontológica dada ao conceito, como ressaltado por Ash (1998). Adicionalmente, podemos dizer que a radicalidade da Escola de Berlim foi responsável

pela presença mais marcante de suas idéias nas reflexões filosóficas contemporâneas, já que tamanha revisão conceitual terá conseqüências de longo alcance.

A Psicologia da Gestalt propriamente dita defendeu, assim, o abandono dos conceitos clássicos de sensação, associação e atenção, bem como do método introspeccionista, que previa um treino sistemático para que o observador se tornasse capaz de notar os elementos prescritos pelo experimentador¹². Tal abandono se deu em favor do método fenomenológico, no sentido do “primado da observação direta”, segundo Gurwitsch (2002/1936).

Como nos mostra Ash (1998, p.120), a epistemologia gestaltista já se insinuava no texto de 1912, “Números e conceitos numéricos em povos primitivos”, no qual Wertheimer apresentava uma pesquisa antropológica finalizada em 1909. Nessa pesquisa o autor discutia as divisões arbitrárias empreendidas pelos estudiosos de lógica acerca dos conceitos abstratos. A definição clássica do número voltada para a adição de “mais um” ao conjunto anterior, de forma que tal modelo pudesse ser aplicado em quaisquer circunstâncias, era criticada em favor de uma aproximação do pensamento em relação à experiência concreta. Wertheimer, assim, defendia que o pensamento e a experiência, examinados numa espécie de “antropologia fenomenológica”, exibiam articulações naturais, as quais impediam divisões arbitrárias da experiência em “unidades” independentes. Trata-se, por exemplo, do caso da divisão de uma lança em “ponta” e “vara”. Não teríamos, dessa forma, duas unidades independentes, como quando quebramos uma vareta em duas varetas menores, mas uma “lança quebrada”. A soma, por sua vez, também nos apresentaria implicações desse tipo, tal como a soma de um cavalo mais um cavalo é igual a dois cavalos, enquanto a soma de um cavalo e uma pessoa é igual a um “cavaleiro”. As divisões autênticas do pensamento, portanto, implicam as articulações naturais da experiência, como também evidenciado pela utilização de diferentes tipos de números conforme diferentes problemas pelos “povos primitivos”.

Não é mais do que uma ficção psicológica a suposição de que todas as divisões seriam arbitrárias e estariam, assim, no mesmo patamar. Contrariamente, descobrimos que os próprios objetos implicam certas divisões específicas. É possível dividir objetos sem considerar estes fatores, mas

¹² Novamente, cabe destacar o alvo dos gestaltistas. Trata-se de todo método de observação da experiência que prescreva elementos a serem encontrados na multiplicidade vivida, de forma que oponha a experiência concretamente vivida a uma suposta realidade sensorial. Abordaremos aqui as idéias de Titchener como representante dessa tendência criticada. Tal crítica, no entanto, pode se estender a outros autores.

tais divisões pertencem à classe de operações que são “remotas da realidade” (Wertheimer, 1938/1912, p. 271).

Tais “divisões naturais” aos objetos e situações da experiência serão colocadas como bases do pensamento abstrato, até mesmo no caso da “tecnicamente vantajosa” matemática da cultura ocidental.

As estruturas primordiais são provavelmente, não conceitos como 1 e adições contínuas de 1, mas estruturas individualizadas conceitualmente análogas. A pluralidade não corresponde, geneticamente, a uma quantidade de itens idênticos, mas a um todo articulado (Wertheimer, 1938/1912, p. 272).

O primeiro resultado experimental que veio a apoiar a noção de processos totais da percepção, em conjunto com uma interpretação propriamente nova do fenômeno, foi apresentado também em 1912. As condições experimentais foram apresentações sucessivas de dois estímulos (linhas) distantes alguns centímetros em tempos variados. Quando o tempo entre as apresentações era de aproximadamente 60 milissegundos, os sujeitos percebiam um percepto movimentando-se – o que foi chamado de movimento *fi* –, e não mais duas linhas apresentadas sucessivamente (Engelmann, 2002). Segundo a interpretação de Wertheimer, o fenômeno era uma Gestalt, uma articulação espaço-temporal global, que não deveria ser explicada como um “erro de julgamento”, mas compreendida como um processo autêntico da percepção.

Mas o que significa, exatamente, o termo “Gestalt”? As origens desse conceito remontam, segundo Ash (1998), à Goethe, a quem a Gestalt já aparecia como a descrição da auto-organização, do sentido e expressividade presentes nos fenômenos da natureza. Os processos da percepção, especialmente as cores, eram definidos por Goethe como intrinsecamente ordenados e expressivos, como a realização, em nós, das leis naturais do mundo exterior. É guiando-se por tais realizações gestálticas “em nós” que a ciência deve compreender a ordem “fora de nós”, conquistando, assim, a totalidade que lhe é negada pelas “operações mecânicas tecnomorfas”.

Se Ehrenfels já parte do termo goethiano para definir sua “qualidade-gestáltica”, a referência dos gestaltistas ao “que está dentro, aquilo está fora”, do poema *Epyrrhema* de Goethe, reforça ainda mais a importância estética desse conceito para a teoria do conhecimento. No caso da Teoria da Gestalt, esse motivo goethiano se revela ainda no compromisso com a busca da ordem nos fenômenos e na concepção da ciência como um corpo teórico total.

Köhler, por sua vez, distingue dois sentidos do termo “Gestalt”, “além da conotação de forma como um atributo das coisas, ele também significa uma entidade concreta *per se*, que tem, ou pode ter, a forma como uma de suas características” (1947/1929, p. 104). O segundo sentido é o adotado pela Psicologia da Gestalt, cujo objetivo é compreender organizações específicas da experiência, tendo ou não uma forma individual. Uma figura é um exemplo do primeiro caso, uma melodia, um exemplo do segundo. A definição da Gestalt como “entidade concreta *per se*” permite-nos compreender a afirmação de Wertheimer de que Husserl não teria dado a profundidade ontológica necessária ao problema da “forma”.

Cabe-nos investigar agora, mais especificamente, como esse conceito se contrapõe à compreensão clássica da percepção.

1.1 – Os conceitos e métodos clássicos do estudo da percepção:

Embora tenhamos apontado a oposição entre o positivismo e a Teoria da Gestalt, não podemos classificar a psicologia introspeccionista como positivista, já que o próprio Comte nega-lhe o estatuto de ciência positiva. Para o filósofo, nessa “ciência” haveria uma coincidência, na definição de seus métodos, entre o observador e o fato observado. Trata-se, aliás, de uma característica peculiar das ciências humanas que o sujeito e o objeto coincidam. Entretanto, como veremos no seguimento do trabalho, isso não implica a não-cientificidade dessa área do conhecimento. Na verdade, essa peculiaridade das ciências humanas denuncia uma questão que, embora possa ser ignorada pelas ditas ciências naturais, não deixa de estar implicada no desenvolvimento da ciência em geral.

O cientista, embora frequentemente se esqueça, se insere numa história, recebe uma concepção pronta de ciência através das faculdades, escolhe uma dentre diversas possibilidades teóricas e áreas do conhecimento, muitas vezes não por características intrínsecas a essas teorias, ou pela relação acurada com as observações, mas por motivos políticos, econômicos, pessoais. A própria observação, mesmo envolvendo uma comunidade científica com o objetivo de eliminar o viés subjetivo, envolve a escolha de um objeto, definições que se referem às variáveis investigadas, e, por fim, um modelo teórico cuja essência, muitas vezes, é elaborada por uma pessoa apenas – isto é, os fatos não falam por si mesmos. A investigação da consciência e da mente humana – bem

como de sua situação sócio-cultural –, portanto, é de profundo interesse para a ciência, sendo o mérito da psicologia clássica, cuja história apresentaremos brevemente a seguir, constituir-se como a primeira tentativa de realizá-la cientificamente.

Segundo Wozniak (1999, p. IX), a psicologia emerge e desenvolve-se como disciplina científica entre 1855 e 1914. Mesmo que a data escolhida para o nascimento da psicologia científica corresponda a 1879, com a fundação do laboratório de psicologia de Leipzig por Wundt, desde 1855 importantes trabalhos abriram o campo para que a psicologia se tornasse uma disciplina “independente da filosofia”. Alguns exemplos importantes¹³ são a obra “Os sentidos e o intelecto”, de Alexander Bain, publicado em 1855, que introduz uma orientação fisiologista na psicologia, e os “Elementos de psicofísica”, de 1860, em que Fechner desenvolve as bases conceituais e matemáticas para a mensuração dos estados psicológicos. Posteriormente à fundação do laboratório em Leipzig, o elementarismo e o associacionismo ganharam cada vez mais força no interior da psicologia, como pode ser visto na revisão da psicologia estruturalista realizada por Titchener no texto de 1898.

Na visão de Titchener, “todos admitem que as sensações são processos mentais elementares” (1989, p. 457). O conceito de sensação era o mais fundamental e de aceitação mais ampla no âmbito da psicologia anterior à Psicologia da Gestalt, em conjunto, segundo Koffka (1922), com os conceitos de associação e atenção. A partir desses conceitos buscava-se compreender a constituição da consciência e da mente, sendo a primeira a parte imediatamente acessível da última, que, por sua vez, também se referia à memória.

De acordo com Gurwitsch (2002/1936), na pretensão de se estabelecer como uma ciência natural, a psicologia se fundamenta sobre as idéias já elaboradas pela física e fisiologia. Segundo a fisiologia da época, as vias periféricas não se comunicavam entre si, como nos mostra a teoria de Helmholtz (Ash, 2008), sendo as sensações os efeitos psicológicos das excitações nas terminações nervosas. A independência entre as vias aferentes, é importante ressaltar, implicava que as sensações, por si mesmas, também não deveriam manter relações entre si. Na psicofísica de Weber e Fechner essa orientação leva ao estabelecimento de uma lei que previa uma relação funcional entre a alteração da excitação numa área determinada e o aumento da intensidade da sensação correspondente, lei que, subjacente a toda a psicologia clássica, já pressupunha a

¹³ Essas informações foram retiradas da obra de Wozniak, supracitada.

hipótese denominada por Köhler de “hipótese da constância”. A tal hipótese, veremos, o conceito de sensação relaciona-se intimamente.

As sensações eram definidas como as partes elementares da consciência, correspondentes cada uma a uma estimulação local específica. Envolviam como características principais a qualidade e a intensidade, de forma que a “qualidade é específica e individual; é a qualidade que faz de um processo elementar um azul, uma doçura, algo prazeroso ou um *c* da terceira oitava. Intensidade, ao contrário, é um atributo geral, comum a todas as modalidades de sensação” (Titchener, 1989, p. 460). As características da sensação eram determinadas pelo tipo e pela intensidade da excitação local, sendo o papel da “psicofísica interior” de Fechner (1912) determinar especificamente tal estimulação física e os processos orgânicos subjacentes.

É importante destacar três aspectos fundamentais do conceito de sensação. Em primeiro lugar, a busca por um inventário mais completo possível das sensações correspondentes aos diferentes estímulos relacionava-se com o princípio estruturalista, bem formulado por Titchener em 1898, segundo o qual a morfologia de um sistema deveria ser compreendida antes da investigação de seu funcionamento, isto é, a estrutura precedia a função. Poderemos compreender melhor seu ponto de vista através da analogia do estudo da consciência em relação ao estudo de um organismo.

Nós podemos investigar a estrutura de um organismo, sem considerar funções – determinando suas partes constituintes por análise e exibindo seu modo de constituir-se a partir das partes pela síntese. Ou podemos investigar a função das várias estruturas que nossa análise revelou, bem como os aspectos de suas inter-relações como órgãos funcionais (Titchener, 1898, p. 449).

A segunda implicação importante é a diferenciação entre a sensação e o estímulo correspondente. O método introspeccionista, que tinha como objetivo primeiro a descrição das sensações correspondentes aos estímulos apresentados pelo experimentador, era responsável pela eliminação do que chamavam de “erro de estímulo”. Nas palavras de Titchener, “o observador num experimento psicológico cai nesse erro, como todos sabemos, quando substitui a atitude da psicologia descritiva pela do senso comum, ou das ciências naturais; no caso típico, quando ele atenta não à ‘sensação’, mas ao ‘estímulo’¹⁴” (Titchener, 1921). Esse era o motivo primordial do

¹⁴ É preciso distinguir o sentido de “estímulo” nesse trecho do “estímulo” que se relaciona pontualmente à sensação. Para os psicólogos introspeccionistas, a sensação seria um correlato da estimulação nas superfícies receptoras dos órgãos sensoriais – estímulo proximal –, o “estímulo” envolvido no “erro” é, na verdade, o objeto do qual parte a estimulação – estímulo distal. Assim, o que Titchener quer dizer aqui é que não podemos confundir a sensação de azul, por exemplo, com uma caneta azul, pois, para ele, a

treino introspeccionista. O sujeito deveria passar por uma aprendizagem para poder identificar as sensações, distingui-las do estímulo distal – era o que diferenciava a introspecção da inspeção, sendo a última a observação do senso comum e das ciências naturais.

O método introspeccionista, inclusive, buscava uma linguagem objetiva para tratar a experiência imediata. É interessante o fato de que, geralmente, os textos que se referem às críticas fenomenológicas dirigidas à psicologia clássica ignoram as respostas dos introspeccionistas. A consequência dessa omissão é que, ao fim, não são apontadas as dificuldades que o próprio método fenomenológico há de enfrentar no seu estabelecimento. Para Titchener, por exemplo, a busca por “uma explicação que se propõe a tomar os fenômenos mentais em seu valor próprio, que os relata da forma como são ‘dados’ na experiência diária” é um empreendimento duvidoso.

Nós dificilmente podemos, com a pressão da tradição e de formas linguísticas sobre nós, considerar os fenômenos mentais de maneira ingênua, com uma verdadeira imparcialidade pré-científica; nosso senso comum corre para a lógica, incorpora uma psicologia da reflexão; os valores próprios são, de fato, valores altamente sofisticados, e as coisas dadas são coisas que já foram muitas vezes construídas (Titchener, 1912, p. 489).

A necessidade do treino introspeccionista justificaria a predefinição de conceitos abstratos para lidar com a observação dos dados da consciência; trata-se da última implicação que queríamos apontar. Afinal, como afirma Titchener, “os ‘elementos’ dos experimentalistas, como eles mesmos foram os primeiros a ressaltar, são artefatos, abstrações, utilmente isolados para fins científicos, mas não encontrados na experiência de outra forma se não como conectados com seus semelhantes” (Titchener, 1898, p.462). O critério utilizado para essa abstração será um dos alvos principais da crítica gestaltista.

Do conceito de sensação decorrem os conceitos de imagem e de associação. A imagem é basicamente a rememoração de uma sensação a partir de outras com as quais foi associada pela repetição da experiência, sendo, portanto, um dado não dependente mais de um estímulo presente, mas do complexo de sensações presentes, que o tornam consciente por evocação. A hipótese da associação defende que os elementos da percepção se relacionam segundo leis de contigüidade espaço-temporal, isto é, se A e B foram repetidamente percebidos ao mesmo tempo, há uma tendência de A evocar B.

sensação da cor azul é independente das outras sensações que constituem por associação a percepção da caneta.

Segundo Wertheimer (1922), a hipótese da associação, em conjunto com a hipótese do mosaico (*bundle-hypothesis*), que define a presença das diversas sensações num determinado momento como uma coleção – um agrupamento de caráter somatório, sendo um determinado elemento idêntico em conjuntos diferentes de sensações –, constituem a base da situação teórica da psicologia anterior à Psicologia da Gestalt.

1.2 – A crítica do introspeccionismo

O princípio por trás das duas hipóteses corresponde a uma estratégia de investigação de baixo para cima; a percepção concreta é construída a partir de peças predefinidas, sendo a relação entre elas uma relação arbitrária, extrínseca. A associação entre dois elementos não depende de suas características, mas de fatores externos, como a repetição e a contigüidade espacial. Tal concepção implica que, a princípio, qualquer sensação pode se associar a qualquer outra. Assim, a necessidade refere-se às propriedades absolutas dos elementos, ao “material” da experiência, sendo as associações contingentes. A recusa desses princípios e estratégia pelos gestaltistas se constituirá como uma verdadeira inversão metodológica e teórica. A crítica dirigida pela Teoria da Gestalt aos seus adversários levantará paradoxos, questões observacionais e problemas na explicação de fenômenos importantes da percepção concreta decorrentes da adoção da abordagem introspeccionista. Dessa forma, os gestaltistas pretendem defender a superioridade de sua teoria em relação à compreensão dos fenômenos da percepção.

Eu olho pela janela e vejo uma casa, árvores e o céu. Teoricamente, eu poderia dizer que há 327 intensidades de brilho e nuances de cor. Eu tenho “327”? Não. Tenho céu, casa e árvores. É impossível alcançar 327 como tais. E mesmo que tal cálculo excêntrico fosse possível – implicando, por exemplo, 120 para casa, 90 para as árvores e 117 para o céu – eu deveria ter, ao menos, este arranjo e divisão do todo, e não, por exemplo, 127 e 100 e 100; ou 150 e 177 (Wertheimer, 1938/1923, p. 71).

O gestaltista levanta aqui a importância dos dados concretos da percepção e o tipo de organização dada imediatamente, ressaltando como o próprio inventário das sensações pressupõe uma ordem do campo total da percepção – mostrando, enfim, que o todo precede as partes. Para Wertheimer, a ordem da percepção não é arbitrária, não se

constitui como uma soma, pois “eu vejo o arranjo e a divisão que são dados bem diante de mim” (Wertheimer, 1938/1923, p. 71). A oposição entre ‘soma’ e ‘divisão’ pode ser bem compreendida se lembrarmos que a ordem dos termos da primeira operação não muda em nada o resultado, enquanto para a segunda é uma característica crucial.

Para Gurwitsch (2002/1936) o “primado da observação imediata” é a característica essencial da Teoria da Gestalt, sendo a base sobre a qual se constitui sua epistemologia.

Primeiramente os conceitos descritivos que simplesmente apresentariam o que é imediatamente observado e constatado devem ser estabelecidos. Conclusões funcionais, tanto de natureza psicológica como fisiológica, são derivadas desses conceitos. Assim, estabelecem-se conceitos funcionais que se estendem para além dos dados intuitivamente observados, conceitos que serão as ferramentas necessárias da explicação teórica (Gurwitsch, 2002/1936, p. 279).

Dessa perspectiva, a percepção deixa de ser pensada como um mosaico de sensações e passa a ser considerada como um todo articulado. Koffka contribui para a definição ressaltando seu caráter fenomenológico, isto é, a percepção como uma articulação imediata, presente, que devemos tomar por si mesma:

Tudo o que desejo abarcar com esse termo [percepção] é o reino das experiências que não são meramente imaginadas, representadas ou pensadas. Assim, eu chamaria a mesa na qual estou escrevendo agora de percepção, assim como o cheiro do tabaco que estou inalando agora do meu cachimbo, ou o barulho do tráfego na rua sob minha janela. Assim, eu gostaria de usar o termo ‘percepção’ de uma maneira que exclui todo prejuízo teórico (Koffka, 1922, p. 532, grifos nossos).

No entanto, não podemos esquecer a crítica de Titchener à fenomenologia, a importância em dar conta do viés subjetivo ou cultural que pode impedir que a descrição se pautar realmente na percepção como é dada. O esforço dos gestaltistas para superar essa dificuldade é evidente na tentativa de excluir os prejuízos teóricos da descrição, que deve incluir o próprio associacionismo. Na verdade, a crítica é devolvida ao método introspeccionista. Como veremos em seguida, os conceitos de sensação, imagem e associação – entendida como relação extrínseca – não têm justificativa, a não ser uma série de pressupostos epistemológicos que implicam desacordos importantes em relação à experiência efetiva.

No seu artigo de introdução à Teoria da Gestalt de 1922, Koffka apresenta a mudança conceitual operada pelos gestaltistas através da análise de uma situação experimental especialmente problemática para a psicologia clássica. Trata-se do paradoxo primeiramente levantado por Stumpf – seu mestre em Berlim – em 1886,

segundo o qual é possível a produção de três sensações a , b e c , de forma que, num experimento de comparação sucessiva, a seja julgada igual a b , b igual a c , mas a seja julgada ser diferente de c , o que fere a implicação lógica dos dois primeiros julgamentos. Pode-se pensar num arranjo experimental em que a diferença entre as intensidades de a , b e c seja pequena.

Um tipo de solução buscada foi o desenvolvimento de hipóteses fisiológicas a respeito dos limiares que permitiriam a evocação de sensações diferentes. Segundo Koffka (1922), Titchener defendia a existência de uma espécie de ‘inércia’ na excitação nervosa correspondente à sensação presente, que deveria ser superada por um estímulo levemente mais intenso para dar origem a uma sensação diferente. Koffka aponta, porém, que várias apresentações de dois estímulos levemente diferentes $a > b$ podem acarretar tanto o julgamento $a = b$ e $a > b$, que seriam explicados pela hipótese, mas também o oposto, isto é, $a < b$, que não seria contemplado.

As soluções clássicas buscavam a todo custo manter a concepção de sensação intacta, levantando questões metodológicas como problemas de atenção e criando hipóteses sobre o funcionamento neurofisiológico, como vimos acima. A atenção, para Koffka, consiste num conceito obscuro da psicologia clássica que funcionava como um ajuste para os efeitos que não podiam ser explicados pelos conceitos de sensação, imagem e associação. Sendo o treino introspeccionista o desenvolvimento de um tipo especial de ‘atenção analítica’, um problema de atenção é um problema do treino, ou seja, do âmbito do sujeito e não do objeto experimental¹⁵. O sujeito experimental, então, não conseguiria perceber as sensações reais, sendo necessária a alteração da situação experimental para facilitar a discriminação entre as sensações ou a realização de outro treino em introspecção.

A questão do treino e da ‘adequação’ da situação experimental é bem trabalhada no terceiro capítulo de “Psicologia da Gestalt” (1947/1929) de Köhler. Segundo o gestaltista, os conceitos e métodos introspeccionistas levam a uma concepção de percepção estranha a nossa experiência imediata, não sendo capazes de explicar adequadamente a última. Trata-se da oposição entre as sensações – os elementos reais equivalentes pontualmente ao conjunto de estimulações presentes – e a percepção, entendida como um complexo que envolve as sensações atuais e as associações estabelecidas por aprendizagem, que, como vimos, é regida por fatores extrínsecos. A

¹⁵ Essa crítica tem o mesmo fundo daquela levantada por Watson em 1913, no texto de fundação do behaviorismo.

principal consequência dessa estratégia teórica corresponde à redução dos significados inerentes à percepção a todos de agregação, isto é, a coleções de relações contingentes.

Olhando ao redor vejo objetos, tais como uma mesa, livros abertos e fechados, uma lapiseira, um computador, que estão distantes uns dos outros, uns sobre os outros, existindo entre eles um espaço comum em que estão dispostos; ouço também uma música. Embora eu acredite ter descrito parte do que percebo efetivamente, adotando a atitude introspeccionista eu precisaria dizer que não há objetos (um conjunto de partes que estão articuladas constituindo uma entidade perceptiva, que se constitui como o significado destas) e que não há *uma* música, há apenas sensações exteriores entre si de formas, cores, sons, que se apresentam constituindo unidades apenas devido à aprendizagem, que é em si mesma accidental. É que a concepção introspeccionista de aprendizagem envolve apenas relações contingentes entre elementos independentes, de forma que qualquer elemento pode, a princípio, associar-se a qualquer outro desde que ocorram ao mesmo tempo regularmente. A atitude introspeccionista, porém, só se torna capaz de descobrir sensações separadas em situações rigorosamente controladas, em que estariam presentes, teoricamente, apenas um estímulo e sua sensação correspondente. Assim, seriam reveladas as sensações reais correspondentes a cada estímulo presente. Tal correspondência, em seguida, era transportada para a experiência imediata, explicando quais os dados perceptivos são, “na verdade”, presentes e quais são trazidos à consciência por associação.

Ora, a situação experimental não deixa de ser uma situação de experiência imediata, tendo como peculiaridade apenas um arranjo extremamente simples devido à exclusão de outros objetos das redondezas e envolvendo, inclusive, a aprendizagem de uma atitude especial. Essa constatação básica nos permite compreender por que, para Köhler, “a questão principal é, logicamente, de acordo com quais critérios algumas experiências devem ser selecionadas como fatos sensoriais genuínos enquanto todas as outras devem ser descartadas como meros produtos de aprendizagem” (Köhler, 1947/1929, p. 44). O segundo movimento do pensamento de Köhler será mostrar como as experiências “reais” em conjunto com a aprendizagem não nos permitem compreender aspectos de outras experiências em situações mais complexas.

Se uma pessoa aproxima-se de nós, diríamos que seu tamanho não muda conforme sua distância em relação a nós varia; também não diríamos que um prato visto quando estamos sentados à mesa e, em seguida, distante alguns metros, tem sua forma circular alterada. Entretanto, um introspeccionista duvidaria desses fatos e

desenvolveria situações especiais nas quais perceberíamos como, “na verdade”, há uma variação onde nossa experiência mostra constância. O que há por trás dessa afirmação é a crença de que uma variação na estimulação local implica uma variação simultânea nas sensações presentes, ou seja, a “hipótese da constância”.

Para a comprovação dessa teoria, torna-se necessário o isolamento de uma determinada estimulação. Consideremos a constância de tamanho, por exemplo. Se um quadrado branco posto em distâncias diferentes for visto através de um tubo, que elimina a presença de quaisquer outros objetos, veremos seu tamanho variar. Porém, isso não muda o fato de que, na experiência cotidiana, na presença de outros objetos, o tamanho permanece constante. Para dar conta dessas experiências, a psicologia clássica lançava mão do que Köhler chama de hipótese empirista, isto é, o uso da noção de aprendizagem para explicar a diferença entre as observações experimentais e as observações da experiência concreta. A hipótese empirista, denominada de “hipótese associacionista” por Wertheimer, em conjunto com a hipótese da relação pontual entre estimulação proximal e sensação, constituía as bases da psicologia da época para Köhler. Além de acrescentar uma análise acerca da relação entre estímulo e sensação, Köhler aprofunda a discussão de Wertheimer sobre o papel da hipótese empirista na psicologia clássica. Ele revela o uso dessa hipótese na negação das articulações diretamente observáveis da experiência concreta em favor de uma história de associações extrínsecas, que ocultaria a “experiência sensorial real”, determinada, por sua vez, sob condições experimentais extremamente artificiais.

Dessa forma, os gestaltistas denunciam o caráter hipotético de princípios psicológicos que eram considerados fatos consumados – basta que pensemos nas afirmações de Titchener sobre as sensações e sobre o erro de estímulo. A crença de que a cientificidade da psicologia exigia o abandono da filosofia obscureceu o fato de que, na verdade, essa ciência nada mais fez do que incorporar sem crítica alguma as concepções da filosofia empirista. O “retorno aos fenômenos” da Teoria da Gestalt, na medida em que promove uma crítica aos pressupostos não justificados da psicologia clássica, constitui-se como uma contribuição filosófica fundamental à psicologia.

As conseqüências desses pressupostos, segundo Köhler, correspondem ao afastamento da investigação de toda experiência que não fosse uma situação experimental rigorosamente controlada, em que a consciência imediata “real” se tornasse evidente. Todo tipo de significação passou a ser concebido como um fruto da aprendizagem, portanto, não havia nenhuma significação intrínseca à experiência,

constituída apenas de associações contingentes, que, por serem meros exemplos dos princípios de associação – e não fatos originais, novos –, deixavam de ser interessantes ao psicólogo na sua busca por sensações. O gestaltista aponta que toda significação é tratada como a atribuição de um sentido a um sinal, assim como o símbolo “+” nos aparece como significando uma operação matemática. A questão, porém, é que no caso do símbolo “+”, nos lembramos dessa aprendizagem, diferentemente de outros significados presentes em nossa experiência. As constâncias são exemplos básicos disso, pois os objetos mudam de posição, continuando a ser “os mesmos”, “um objeto movendo-se”, e não uma mudança contínua num mosaico de sensações. Essa discordância nos leva a pensar, como afirma Köhler, que “como usada pelo Introspeccionista, a explicação empirista serve como um muro que protege suas concepções particulares sobre a função sensorial” (Köhler, 1947, p. 53).

Uma das acusações mais importantes da Teoria da Gestalt contra tal psicologia é a ausência de um teste explícito dessa hipótese. Pensemos no exemplo do prato, que é percebido como igualmente circular em diferentes situações de estimulação local. O introspeccionista mostra como, na ausência de qualquer outra estimulação, um estímulo que se apresenta na forma elíptica nas superfícies receptoras é percebido como elíptico. Trata-se do caso, por exemplo, de um círculo num fundo negro, observado de um ângulo em que a incidência dos raios luminosos sobre a retina desenhasse uma elipse. Na experiência concreta, isto é, na presença de outros objetos, a aprendizagem faria com que o prato, cujos raios refletidos teriam a mesma incidência elíptica na retina do círculo da situação experimental, aparecesse como “circular” e não como uma elipse. Entretanto, “na verdade”, a experiência sensorial corresponderia a uma elipse, sendo a experiência do “prato circular” uma imagem evocada por outras estimulações ou um “erro de estímulo”. Trata-se do realismo, a que se refere Gurwitsch (2002/1936), imposto à experiência pela psicologia clássica, isto é, a experiência correspondente à estimulação local seria a experiência real, enquanto a experiência “ingênua” seria mera aparência.

Ora, quantas vezes vimos um prato num ângulo em que a estimulação da retina desenhasse a forma de um círculo (a organização da estimulação quando vemos o prato paralelamente à linha de nossa cabeça)? A incidência da estimulação retiniana de um prato visto cotidianamente corresponde mais freqüentemente a uma elipse do que a um círculo. Se a repetição de uma experiência determina sua estruturação, então, os fatos (a freqüência do tipo de incidência da luz sobre a retina) decorrem de maneira que seria

mais provável, assumindo a hipótese empirista, que percebêssemos o prato redondo como elíptico do que o elíptico como circular, sendo que a observação evidencia a percepção do prato circular. Köhler pretende mostrar que os próprios introspeccionistas não enxergam as implicações de suas hipóteses, especialmente as que são negadas pelos fatos.

É preciso acrescentar que há alguns fatos que apóiam o introspeccionismo, sendo, inclusive, passíveis de reprodução. Há realmente situações experimentais em que a percepção assemelha-se à estimulação local, porém, tais situações envolvem a homogeneização do meio da estimulação. A correspondência pontual estímulo-sensação na situação experimental seria explicada pelo fato de serem os outros fatores presentes nos arredores do objeto os responsáveis pelas associações que nos dão uma impressão errada de experiência sensorial. Köhler, entretanto, defende que “sem dúvida, o isolamento de fatos no campo sensorial afetam esses fatos” (Köhler, 1947/1929, p.56), ou seja, alterando-se o ambiente – homogeneizando-o –, é possível fazer com que a percepção corresponda à estimulação local, mas disso não decorre, necessariamente, que “a verdadeira experiência sensorial sempre depende somente da estimulação local, sendo somente a lembrança de conhecimentos adquiridos dependente de fatores do seu ambiente”. Para a Psicologia da Gestalt, “a experiência sensorial num dado local depende não apenas da estimulação correspondente a este local, mas também das condições de estimulação do ambiente” (Köhler, 1947/1929, p. 56).

Gurwitsch (2002/1936, p. 277) nos fornece uma boa ilustração do que a Teoria da Gestalt pretende com a defesa de que a “purificação” da situação de estimulação é uma mudança real na experiência, sendo o isolamento de uma figura outro tipo de experiência e não a apresentação de uma ordenação ponto-a-ponto subjacente a toda e qualquer experiência. Para a Teoria da Gestalt, a percepção (P) é pensada como função de duas variáveis, as condições internas (condições orgânicas, memória, atitude) e externas (situação de estimulação), que poderiam ser dispostas na função “ $P = F(x_i, x_e)$ ”. Tal fórmula implica que a variação nas condições corresponderia a uma variação na própria experiência, que deve ser compreendida como a articulação conjunta dessas condições. A concepção gestaltista, assim, diferencia-se daquela que pode ser representada pela fórmula “ $P = F(x_i) + F(x_e)$ ”, que Gurwitsch atribui à escola de Graz, de Meinong e Benussi, mas que acreditamos representar igualmente bem a concepção geral do introspeccionismo. Na última fórmula, a percepção é dividida em duas funções, sendo a eliminação da influência das condições internas possível, “ $P = 0 + F(x_e)$ ”,

representando, nesse caso, a experiência sensorial pura. Entretanto, a primeira fórmula representa a postura gestaltista de que tal estratificação não é autorizada pela experiência, isto é, mesmo que seja possível manter uma variável constante, nas situações experimentais, isso não implica que ela não exista ou que se revele uma experiência privilegiada que representaria, nas situações concretas, a experiência real. Em suma, as variáveis, por assim dizer, co-participam da percepção, não como dois elementos de uma soma, mas como partes num todo articulado.

A concepção gestaltista salva a psicologia da necessidade de postular as “sensações não percebidas”, que eram necessárias à psicologia clássica devido à defesa de uma “experiência real”. No exemplo do prato, a sensação não percebida seria o argumento para a pergunta: “mas onde, afinal, aparece o prato elíptico que eu deveria perceber devido às condições de estimulação?”. Trata-se de uma bela ilustração do “muro introspeccionista” que protegia o corpo teórico da psicologia das sensações.

1.3 – As Gestalten da percepção

Para a Teoria da Gestalt, o isolamento das condições da percepção operado pelo introspeccionista não é um isolamento verdadeiro, pois implica a percepção de algo num ambiente homogêneo, que não deixa de ser um ambiente. Um determinado dado perceptivo inserido num ambiente já é um processo de organização – estrutura denominada “figura-fundo” –, de forma que a própria associação, ou relação aditiva, pressupõe uma segregação de entidades percebidas. É a que se refere Wertheimer ao afirmar que “o dado em si mesmo é ‘estruturado’ (‘gestaltizado’) em graus variáveis, consistindo em todos e processos totais mais ou menos definidos, com suas propriedades e leis totais, tendências características globais e determinações das partes pelo todo” (Wertheimer, 1938/1922, p. 14). O que a inspeção direta da percepção nos mostra, poderíamos dizer, é o caráter dependente das partes em relação ao seu contexto¹⁶, evidente até mesmo na manipulação experimental do introspeccionista.

A respeito da amplitude das organizações perceptivas, Wertheimer acrescenta que “o limite superior corresponde a uma organização interna completa de todo o dado; o limite inferior é aquele da adjacência aditiva entre dois ou mais todos relativamente

¹⁶ A totalidade aqui, portanto, corresponderia ao todo husserliano discutido na introdução deste trabalho, cujas relações são de dependência.

independentes”. O conceito de sensação, assim, perde completamente o sentido, pois já não existem mais elementos primordiais constituintes da experiência sensorial, que passará a ser compreendida como a articulação de um campo total. Cada uma das partes do campo, assim, corresponde ao resultado da organização *presente* do todo. Esse é o motivo pelo qual os gestaltistas apontam que Ehrenfels ainda se prendia à psicologia tradicional, pois, para a compreensão das “qualidades gestálticas”, era preciso abandonar completamente os postulados associacionistas.

Um dos aspectos da mudança epistemológica empreendida pela Teoria da Gestalt na psicologia, segundo Gurwitsch (2002, 1936), corresponde justamente ao significado das leis na investigação científica. Assim como para alguns cientistas da física contemporânea¹⁷, para os gestaltistas a ciência exigia uma investigação das condições presentes que tornariam os fenômenos inteligíveis, e não uma explicação no nível dos “materiais” constituintes, especialmente uma que negasse a própria observação direta. Trata-se de procurar as constantes dos processos em suas leis de interação e não em seus “elementos básicos”.

Se, entretanto, percepções privilegiadas não são mais admitidas e, conseqüentemente, em relação a qualquer objeto percebido, não há mais espaço para um estrato elementar de dados psíquicos dependendo apenas dos estímulos objetivos, tais constantes não podem ser encontrados em *fatoss* ou *dados* mas repousam apenas nas *leis* (Gurwitsch, 2002/1936, p. 279).

É fundamental lembrarmos, adicionalmente, da interpretação de Ash (1998) do método gestaltista. A lei é encontrada no âmbito de uma atividade científica orientada pela apreensão direta da ordem, afastando-se, assim, de uma noção de lei baseada na repetição factual.

Vejamos como a Teoria da Gestalt torna-se capaz de resolver alguns problemas da psicologia clássica através dessa mudança epistemológica. Para tanto, apresentaremos a mudança proposta por Koffka, em 1922, na forma de pensarmos o “paradoxo de Stumpf”.

¹⁷ É certo que grandes físicos, como Einstein e Max Planck, participaram do círculo intelectual no qual se desenvolveram academicamente os gestaltistas, especialmente Wertheimer e Köhler. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que pretendemos nos afastar da concepção de que a Gestalt assumiria ingenuamente princípios da física, como pretende mostrar Merleau-Ponty no terceiro capítulo da “Estrutura do Comportamento”. Mostraremos no decorrer do trabalho como a Teoria da Gestalt defende a justificação de seus princípios, que, é verdade, às vezes concordam com a física, mas que implicam discussões importantes e oferecem contribuições filosóficas originais à ciência em geral.

Deixem-nos, portanto, tentar outro método, e, retornando aos simples fatos, sem pressuposições, olharmos diretamente os dados subjacentes a todas estas teorias. Qual é a minha experiência quando eu vejo que este cinza é mais claro do que aquele, esta linha maior, ou este som mais alto, do que aqueles? As teorias antigas assumem sem questionamento que estamos lidando com o cinza *a* e o cinza *b*, a linha *a* e a linha *b*, o som *a* e o som *b*. Onde quer que a mera existência de duas sensações tenha parecido insuficiente para explicar um julgamento de comparação, os psicólogos procuraram, e não em vão, por outros elementos (Koffka, 1922, p. 539).

Se a busca não foi em vão, foi porque os psicólogos tentaram estabelecer as “relações” como outro tipo de elemento psíquico, mas isso, segundo o gestaltista, não resolvia o paradoxo e nem alcançava consenso entre os psicólogos. A questão central aqui é que os próprios postulados elementaristas criaram a dificuldade, que desaparece se pensarmos em cada experiência comparativa como uma situação total. A seqüência de julgamentos $a = b$, $b = c$, e $a > c$, envolve três experiências: as relações $a1 - b1$, $b2 - c2$, $a3 - c3$. O conceito de sensação exige que: $a1 = a3$, $b1 = b2$ e $c2 = c3$, por isso o julgamento $a3 > c3$ é contraditório. Pensando, porém, que o conjunto da estimulação dá origem a uma experiência total em que as partes se definem em relação mútua, constituindo uma Gestalt, $a1$ e $a3$ são partes de totalidades diferentes, portanto, o julgamento $a3 > c3$ não é contraditório, pois se refere a uma articulação específica e não à sensação *a* (a mesma que era comparada com *b*) e à sensação *c*.

Primeiramente, precisamos compreender quais experiências estão envolvidas em comparações, ou, como diria Gurwitsch, precisamos encontrar os conceitos descritivos que revelam as constatações no âmbito da observação direta. Pensemos numa situação em que dois cartões da cor cinza estão lado a lado sobre um fundo negro e deveríamos julgar a relação entre as intensidades dos brilhos. Segundo Koffka (1922, p. 540), há quatro experiências possíveis. “(1) Vejo numa superfície negra um oblongo cinza homogêneo com uma pequena linha de divisão que o organiza em dois quadrados (...). (2) Vejo um par de “*steps*”¹⁸ de brilho” ascendendo da direita para a esquerda. (3) Vejo um par de *steps* de brilho com a direção oposta. (4) Não vejo nem um oblongo uniforme nem *steps*, mas algo indefinido, vago, não tendendo a uma uniformidade, nem a um *step* ascendente ou descendente, pois ele nunca realmente se consolida”. Essa última experiência é especialmente ilustrativa da afirmação de Wertheimer de que “nem mesmo a impressão caótica é uma experiência de somação” (Wertheimer, 1938/1922, p. 14), isto é, a instabilidade de uma organização ainda é a característica de um contexto.

¹⁸ Preferimos manter o termo em inglês em algumas circunstâncias, pois o fato de *step* significar graus, níveis, gradações e, ao mesmo tempo, degraus de uma escada, é importante para a oposição com *plank* – o apoio do degrau da escada em si mesmo, um piso – que Koffka utilizará para ressaltar a experiência de *steps* como articulações.

A percepção da ascensão das gradações de brilho é uma característica essencial da situação, pois ela é o que a define como um tipo de articulação dinâmica. A ascensão revela uma “direção” na experiência, que é ocultada pelas preconcepções elementaristas. É no interior dessa totalidade direcionada que as partes são definidas como mais claras ou mais escuras. Para Koffka, os *steps* da experiência são como os degraus de uma escada, em que cada um existe apenas como parte de um todo, não existindo em si mesmos, como os pisos (*planks*) da escada. “Um piso é um piso em qualquer lugar e posição; um *step* é um *step* apenas em sua posição particular numa escala” (Koffka, 1922, p. 540).

A inovação epistemológica, aqui, se torna evidente. Trata-se de mudar radicalmente a concepção dos objetos da psicologia da percepção, de “coisas reais” para “Gestalten¹⁹”, articulações que envolvem significações imediatamente dadas – as partes têm um sentido específico na totalidade. O método introspeccionista, por sua vez, é rejeitado em favor do fenomenológico, devido principalmente a sua incapacidade de elucidar as articulações imediatas da experiência. A comparação, da perspectiva fenomenológica, deixa de ser apenas um julgamento que se aplica exteriormente a dados exteriores entre si, passando a constituir-se, nos casos citados acima, como a descrição de uma experiência indivisa em que as partes têm um sentido intrínseco, uma posição no todo que depende de suas características – não sendo, portanto, um sentido doado arbitrariamente. Pensando nas experiências comparativas apresentadas acima, os julgamentos correspondentes sobre as intensidades de brilho serão: (1) iguais; (2) o quadrado da direita é mais claro; (3) o quadrado da esquerda é mais claro. (4) incerteza quanto à diferença. O quarto julgamento seria prontamente classificado como impróprio por um introspeccionista, enquanto para um gestaltista trata-se de um julgamento legítimo, correspondente a uma experiência real.

Voltando ao paradoxo, e à questão dos limiares envolvida neste, Koffka mostra que, dados estímulos subliminarmente diferentes, $a - b$ e $b - c$, um sujeito teria, provavelmente, as experiências 1 ou 4. Um sujeito ingênuo teria provavelmente a experiência 1 nesses casos e nas situações de diferenças supraliminares (a e c) teria as experiências de gradações (2 e 3). Isso mostra que a diferença de intensidade dos estímulos pode levar a duas “boas” experiências qualitativamente diferentes, a

¹⁹ Em alguns artigos iniciais dos gestaltistas eles evitavam o uso do termo “Gestalt”, para que não houvesse confusão com as *Gestalten-qualitat* de Ehrenfels. No artigo de 1922 de Koffka, ele usa o termo “estrutura” para designar as Gestalten.

percepção de um plano ou da gradação. O que importa aqui não é mais a correspondência local entre um estímulo e uma sensação, mas as características da situação da estimulação e da experiência, sendo a diferença entre os estímulos presentes um fator mais crucial à experiência do que o local excitado pelos mesmos.

Os limiares diferenciais (a diferença necessária entre os estímulos para que esta apareça fenomenalmente) serão pensados por Koffka segundo as leis estruturais denominadas “lei de assimilação ou nivelamento” e “lei da ênfase”. Até certo ponto, a diferença entre as intensidades dos estímulos acarreta a experiência de um plano, a partir desse ponto, a experiência será a de uma gradação cada vez mais enfatizada, com uma direção determinada, até o momento em que haverá um “nivelamento assimilativo”, no qual a direção deixará de existir e as partes serão indiferentes²⁰. Essa última experiência corresponderia melhor à situação dos estímulos objetivos. Koffka ilustra a diferença entre a ênfase (escada) e a assimilação (indiferença) através da analogia com uma escada real, afirmando que esta não seria uma “boa” escada se a diferença entre os degraus fosse 1mm ou 10m.

Notemos mais uma oposição em relação às definições clássicas. Se a sensação era definida como uma qualidade que permanecia constante e uma intensidade variável – ambos correspondentes à estimulação local –, vemos aqui que a experiência muda qualitativamente conforme as diferenças de intensidade das partes da estimulação total. Descobriremos através das leis estruturais de Koffka, adicionalmente, como a atenção altera a experiência, favorecendo algumas estruturas ao mesmo tempo em que depende destas. A intenção do gestaltista é justamente apontar a superioridade dos resultados práticos dos novos métodos apresentados pela Psicologia da Gestalt.

Para Koffka, a atenção diminuiria os limiares, fazendo com que as situações percebidas ordinariamente como planas sejam percebidas como ênfases. Quando nos preparamos para julgamentos, facilitamos determinados tipos de estruturas que são inerentes às comparações – aquelas que envolvem direções e não indiferença entre as partes. O termo “atenção” é substituído por “atitude”, pois o último expressa melhor esse preparo de determinadas estruturas. Essa predisposição produziria, então, tensões no campo perceptivo de forma a facilitar um tipo específico de articulações dinâmicas. As alterações fenomenais decorrentes das atitudes, portanto, passam a ser tematizadas e

²⁰ É importante acrescentar que a “indiferença entre as partes” ainda pressupõe sua segregação de um fundo comum, portanto há uma articulação, o que está ausente é a relação dinâmica entre as partes, característica do fenômeno de ênfase.

testadas, como mostram os experimentos de Fernberger e Washburn citados por Koffka (1922). Nestes, a mera inserção da opção de julgamentos de igualdade num grupo experimental modificou o desempenho em relação ao outro grupo em que tais julgamentos não eram permitidos. Decorre desse fato que a atitude não é apenas um ato intelectual, mas uma predisposição que altera a própria experiência. Podemos, além disso, adiantar duas conseqüências importantes da tematização explícita da atitude. Por um lado, isso ressalta a necessidade da compreensão do papel do ego como pólo do campo perceptivo total, inserindo a subjetividade como questão teórica e empírica. Em segundo lugar, o conceito de atitude relaciona-se com a participação da memória nas estruturas perceptivas.

Tendo apresentado a concepção gestaltista dos limiares diferenciais, Koffka acrescenta que os limiares absolutos (a estimulação necessária para acarretar a percepção de algo) também seguem leis estruturais. Trata-se da organização figura-fundo, subjacente a todas as outras. Na Teoria da Gestalt, a homogeneidade deixa de ser concebida como ausência, pois faz parte da estrutura, assim como os intervalos fazem parte de uma música, ou como o silêncio expressa muito mais do que uma multidão de sons em determinados contextos (Koffka, 1922). O próprio espaço deixa de ser pensado como um vazio para ser lugar de relações dinâmicas e intervalos que são determinados pelas características dos próprios objetos articulados nele. Pensemos na experiência da “direção” das gradações, não há uma coisa entre as figuras de diferentes intensidades de brilho, há um espaço que tem um sentido e que significa ambas as figuras numa comparação. Perceber um som sobre um fundo silencioso é perceber uma figura sobre um fundo, pois o mesmo som percebido em outras circunstâncias tem um sentido diferente.

Agora, note isso: quando você troca a cidade pelo campo, e senta-se para trabalhar em sua mesa, você pode se espantar com um estranho fenômeno, pois você pode “ouvir” o silêncio. (Koffka, 1922, p. 554)

1.4 – As novas leis fundamentadas na lógica perceptiva

É interessante que na enunciação das leis de organização da percepção, em 1923, Wertheimer tenha abordado a estrutura figura-fundo e o conceito de “boa Gestalt” após a enunciação de diversos fatores de organização, já que tanto a segregação de

subtudos de um fundo (como figuras num fundo homogêneo), como a tendência à melhor organização possível são fatores que subjazem a todos os outros. Podemos entender que um dos principais motivos é ressaltar como tais conceitos estão presentes nos fatos perceptivos, não sendo apenas postulados teóricos que, à primeira vista, poderiam assustar os experimentadores mais rigorosos. O sentido da experimentação gestaltista, segundo Ash (1998, p. 222), difere da concepção da “verdade experimental” que tem a imparcialidade do observador e a repetição dos mesmos resultados com o maior número de sujeitos possíveis como princípios fundamentais. Tratava-se, para Wertheimer, de produzir um “bom fenômeno”, apreensível, que evidenciasse a lei em questão ao observador, isto é, uma forma de organização da experiência. A objetividade, assim, era pensada como característica dos próprios fenômenos e não como o resultado da exclusão das “influências subjetivas” na experimentação.

Temos, adicionalmente, no artigo crítico “A filosofia da ciência na Teoria da Gestalt” (1952), de Madden, uma tentativa de reduzir o discurso da Teoria da Gestalt ao discurso analítico da ciência, descaracterizando a originalidade do discurso gestaltista. Tal redução tem como conseqüência, segundo o autor, que “a crença de que a Teoria da Gestalt é, entre outras coisas, uma nova filosofia da ciência, é mal fundada” (Madden, 1952, p. 238).

Sobre o último autor, gostaríamos de apontar dois aspectos de sua argumentação que nos parecem inadequados para pensarmos a Teoria da Gestalt, especialmente sua originalidade em relação à filosofia da ciência e o significado de suas leis. Madden assume de antemão o modelo da ciência dirigido pela “predição e controle”, distinguindo, dessa perspectiva, a “descrição” e a “explicação” no âmbito científico. A possibilidade de previsão, intrinsecamente relacionada à “explicação”, “é sempre questão de um conjunto de condições e uma lei ou teoria nos termos das quais um conjunto futuro de condições possa ser predito” (Madden, 1952, p. 236). Uma das críticas à Teoria da Gestalt é sua “confusão” entre “descrição” e “explicação”.

Ora, a proposição de uma nova forma de pensarmos a ciência não implica uma revisão terminológica? A compreensão dos eventos a serem estudados no âmbito da Teoria da Gestalt implica justamente a aproximação entre a descrição e a explicação, já que essa teoria pretende o estabelecimento das leis no âmbito das “relações diretamente observadas”, intrínsecas aos fatos. Dessa forma, como já o dissemos, os gestaltistas afastam-se da ciência que compreende os fatos como “antecedentes” e “subseqüentes”.

Como veremos na análise do texto de 1935 de Koffka, não se trata, para os gestaltistas, sequer de compreender uma seqüência de fatos, mas o desenvolvimento de um único fato, em que os momentos articulam-se de maneira inteligível. Afirmar o afastamento da Teoria da Gestalt em relação a uma postura científica analítica significa uma recusa relativa às divisões definidas de antemão, pois o sentido dos eventos é definido pelo seu lugar no contexto, conforme suas implicações em relação à lei interna dessa totalidade. É justamente a busca da compreensão da lei interna que impede o privilégio das condições antecedentes em relação à predição, conceito que, inclusive, não é pensado, aqui, como guia do desenvolvimento científico.

A pergunta posta por Madden a Wertheimer nos evidencia o segundo aspecto da argumentação do primeiro que gostaríamos de ressaltar. Madden afirma que nenhum psicólogo negaria, por exemplo, que um estímulo (S_1), ligado a outro estímulo, pudesse levar a diferentes respostas, reconhecendo, em seguida sua dificuldade em compreender a posição de Wertheimer quando à relação entre o todo e suas partes.

Porém, quando Wertheimer defende que a natureza intrínseca das partes é determinada pelo seu lugar no todo, nós devemos confessar que não sabemos o que ele quer dizer. Não é S_1 , enquanto evento, S_1 , quer ele apareça sozinho ou em conjunto com outra coisa? (Madden, 1952, p. 235).

A resposta dos gestaltistas certamente seria: não sempre²¹. Trata-se justamente do princípio, ignorado por Madden, de que a parte pressupõe o todo e nem sempre um estímulo, figura, ou qualquer processo natural, como veremos defenderem os gestaltistas, corresponde a uma segregação legítima daquela totalidade. O “todo” a que se referem os gestaltistas não corresponde a um “algo a mais”, mas a relações intrínsecas aos fatos, relações que os definem e não que se somam a uma camada predeterminada. A concepção inadequada da “Gestalt”, em conjunto com um pensamento preso a uma predefinição do que é ciência, jamais serão capazes de compreender a originalidade do gestaltismo. Se é perfeitamente possível discutirmos a legitimidade das concepções gestaltistas acerca da experiência, ciência e natureza, isso não implica que não tenham alcançado uma originalidade filosófica, a qual deve ser compreendida no interior das próprias definições e critérios apresentados por esses autores e não através de uma “refutação metodológica” que descaracteriza tais proposições julgando-as segundo critérios que não são os dessa teoria.

²¹ Ver figuras 7 e 9.

Pretendemos, em seguida, apresentar as leis da percepção de Wertheimer, na forma de um exercício descritivo que ilustrará, esperamos, a perspectiva gestaltista. O caráter ilustrativo de nossa apresentação significa que não pretendemos proporcionar um inventário das leis, mas explorar os processos observados diretamente nas figuras de modo a apoiar a interpretação de Ash acerca dessa teoria. Acreditamos que o conceito de “boa Gestalt” – o qual pretendemos alcançar no desenvolvimento dessa apresentação –, como o comentador ressalta em 1998, representa adequadamente a tendência estética dessa teoria. A importância das figuras que se seguem, por fim, corresponde à possibilidade de proporcionar, no âmbito da experiência do leitor, uma intuição acerca da Gestalt, intuição que as palavras talvez não tenham elucidado adequadamente.

Wertheimer apresenta as leis de organização como processos decorrentes de “fatores” do campo percebido. As articulações da percepção, bem como a própria rememoração e a atitude, apresentam-se como dependentes das características presentes do campo, isto é, a organização perceptiva não é construída, é espontânea, deve-se ao conjunto de aspectos dinâmicos coexistentes (pressões, tensões, direções, etc.). Segundo Gurwitsch (2002/1936), os “fatores” correspondem a aspectos que governam a organização presente.

O primeiro fator exposto corresponde à proximidade, definido como o agrupamento de entidades próximas umas das outras (o próprio grupo é percebido como entidade perceptiva).

(1) Proximidade: o o o o o o o o o o
 a b c d e f g h i j

Notemos que já num exemplo tão simples podemos encontrar relações importantes e significações. Não seria uma descrição completa do exemplo a afirmação de que vemos 10 “o”, pois os “o” constituem 5 duplas, sendo os grupos mais estáveis os “o” mais próximos. Além disso, considerando os espaços entre os grupos e o espaço interior aos mesmos, veremos que o primeiro aparece como um fundo comum aos grupos, enquanto o espaço interior aparece como partilhado pelos dois “o”. É preciso ressaltar que a distância entre os grupos também contribui para o agrupamento, já que, na situação acima, é praticamente impossível enxergar uma divisão em grupos do tipo b-c, mas numa situação em que os grupos apresentam-se mais próximos haverá menos estabilidade na articulação.

As leis de organização não são válidas apenas para a visão. Se produzimos um ritmo com duas batidas rápidas e um intervalo, veremos que o agrupamento ocorre da mesma forma. Esse fato, porém, é mais importante do que parece, já que os sons organizam-se temporalmente, apontando para a validade espaço-temporal das Gestalten.

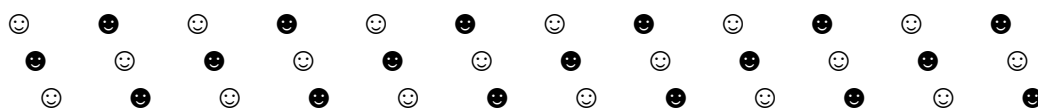
Outro fator que determina o agrupamento de entidades percebidas é a semelhança. Mantendo-se a proximidade constante, o agrupamento por semelhança prevalecerá. É sempre possível notar o sentido dos intervalos.

(2) Semelhança: ☺ ☺ ☹ ☹ ☺ ☺ ☹ ☹ ☺ ☺ ☹ ☹ ☺ ☺ ☹ ☹ ☺ ☺

É possível acrescentar que podemos tentar organizar os grupos em pares de carinhas de cores diferentes, mas o esforço necessário para consegui-lo só vem confirmar a maior estabilidade da organização por semelhança. Quanto à audição, poderíamos produzir sons num intervalo constante, dois mais fortes seguidos de dois mais fracos, para observarmos tal organização.

Algumas organizações apresentam mais estabilidade do que outras, donde deriva a noção de “boa Gestalt”, que são as articulações mais estáveis. Existem casos, por exemplo, em que os fatores de agrupamento competem, gerando articulações que mudam do fator de semelhança para o de proximidade. São organizações instáveis, pois oscilam entre possibilidades de equilíbrio, como podemos ver abaixo.

(3) Competição entre Semelhança e Proximidade:



Neste exemplo, o princípio de semelhança parece prevalecer em relação ao de proximidade (é uma organização mais forte, mais estável), entretanto, em alguns momentos a própria organização se desfaz em favor de um agrupamento por proximidade. É fundamental ressaltarmos que a instabilidade é uma característica objetiva, pois vemos a própria situação modificar-se independentemente de nossa atenção, ou atitude. E se podemos modificar algumas organizações, produzindo tensões no campo, a facilidade desse procedimento será inversamente proporcional à

estabilidade da Gestalt percebida, como vimos no caso dos estímulos subliminarmente diferentes, em Koffka.

O fato das Gestalten serem articulações espaço-temporais espontâneas permite que sejam investigadas as leis dos movimentos de entidades do campo perceptivo. É do que trata o fator de densidade uniforme (ou destino comum), segundo o qual o movimento simultâneo de determinadas partes do campo torna aquelas partes um grupo segregado do restante. Consideremos o exemplo 1, o movimento pode envolver um dos grupos naturais (a-b) ou partes de diferentes grupos (a, c, e). Em ambos os casos, os pontos que se movimentam constituem um agrupamento, cuja qualidade nos leva a outro aspecto importante das mudanças estruturais. Se o movimento envolver um agrupamento presente, será considerado “pró-estrutural”, enquanto no outro caso será denominado “contra-estrutural”. Tal distinção é fundamental, pois são fenômenos cujo valor perceptivo é diferenciado, no sentido de que “mudanças do último tipo são bem menos ‘suaves’ do que as do primeiro tipo” (Wertheimer, 1938/1923, p. 78). As mudanças contra-estruturais, portanto, produzem uma “quebra” da Gestalt anterior em favor de uma nova articulação e isso não aparece como um dado indiferente em nossa apreensão.

Essa mudança global das estruturas percebidas já evidencia o que será explicitado em seguida como a existência de organizações mais estáveis, precisas ou fortes, chamadas de regiões de pregnância (*Prägnanzstufen*). Num experimento que envolvia uma situação semelhante àquela do nosso primeiro exemplo, Wertheimer apresentou aos sujeitos diferentes arranjos horizontais de pontos, de forma que os intervalos interiores aos grupos (a-b, c-d, etc.) eram aumentados, diminuindo-se o intervalo entre os mesmos (b-c, d-e, etc.). O gestaltista descobriu, assim, três regiões perceptivas privilegiadas (*unique-regions*): 1. a que apresentamos no exemplo (1); 2. a percepção de uma linha cujos pontos distribuíam-se uniformemente; e 3. a percepção dos grupos b-c, d-e, f-g, em vez de a-b, c-d, e-f. As situações intermediárias apareciam como estruturas menos determinadas. Nos intervalos mais próximos às regiões de pregnância, os arranjos eram vistos com referência às mesmas. Quando os intervalos aproximavam-se da uniformidade, por exemplo, os pontos eram vistos como “não bem igualmente espaçados”, ou a própria uniformidade era relatada.

Outro exemplo citado por Wertheimer pode ser mais ilustrativo. Em relação aos ângulos percebidos existem três regiões precisas: reto, obtuso e agudo. Quando os ângulos apresentados estão muito próximos ao ângulo reto, são percebidos como “um

ângulo reto mais ou menos inadequado”, ou como o próprio ângulo reto, sendo que, no primeiro caso, “embora o sujeito pudesse relatar que [o ângulo] ‘não era bem correto’, ‘de alguma forma errado’, etc., ele geralmente era incapaz de dizer em que direção estava o erro” (Wertheimer, 1938/1923, p. 79). É interessante pensarmos, a partir desses dados, na nomenclatura que recebe o ângulo de 90°. A “retidão” tem um significado para além da geometria, que nos permite relacionar estruturalmente a qualidade de uma reta, de um ângulo privilegiado e de um comportamento correto.

Considerando a discussão de Koffka dos limiares diferenciais, veremos que se trata do mesmo problema. As regiões limítrofes entre a experiência do piso e dos degraus aparecem como indeterminadas, levando aos mais diversos julgamentos (quando a opção “incerta” está ausente). Em suma, tais fatos evidenciam a existência de um direcionamento espontâneo da experiência à ordenação.

Ao mesmo tempo, podemos começar a compreender o que os gestaltistas chamam de “valor”, pois esse termo, no texto de Wertheimer, refere-se a características específicas das Gestalten, o fato de aparecerem imediatamente como “corretas”, “definidas”, “imprecisas”, “quase certas”, etc. Na noção fenomenal de “valor” podemos identificar as influências da estética apontadas por Ash (1998).

A referência entre os fenômenos será também trabalhada através da enunciação do fator de “arranjo objetivo”. Quando os sujeitos vêem as mudanças de intervalos ocorrerem sucessivamente diante de seus olhos, cada arranjo aparecerá como parte de uma seqüência global. Vemos, nesse procedimento, o alargamento de um grupo para além da situação que, quando apresentada isoladamente, resulta na percepção de uma distribuição uniforme das partes. Quando é parte de uma organização temporal mais ampla, a situação em que os intervalos são iguais não aparece como uma linha uniforme, mas como um momento do alargamento dos grupos a-b, c-d, etc. Após um determinado intervalo, perceberemos uma mudança do “alargamento” desses grupos para o “fechamento” dos grupos b-c, d-e, etc. Para Wertheimer, “isto significa que a linha [um momento do arranjo horizontal] é *uma parte numa seqüência* e a lei de seu arranjo é tal que a constelação resultante de uma forma de seqüência será diferente daquela dada por *outra seqüência*” (Wertheimer, 1938/1923, p. 79).

Trata-se da relação entre a Gestalt e suas partes, uma relação de cima para baixo em que uma parte depende funcionalmente da articulação que realiza em conjunto com as outras. Outra implicação dessa relação é que “um certo arranjo (objetivamente) ambíguo será perfeitamente definido e inequívoco quando dado como parte de uma

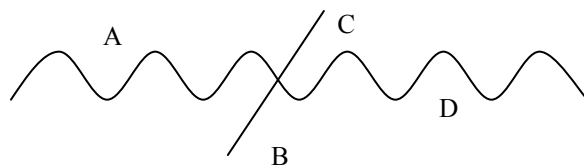
seqüência” (Wertheimer, 1938/1923, p. 80). Não desenvolveremos tal discussão neste momento, porém, podemos adiantar que esse princípio será importante para o problema do *insight*.

Gurwitsch (2002/1936, p. 295) enxerga na lei do “arranjo objetivo” uma contraposição a posições dualistas tais como a da escola de Graz. Benussi, por exemplo, sustentava uma atividade livre do espírito sobre a ambigüidade das Gestalten. O argumento de Wertheimer se contrapõe a tal visão na medida em que afirma que a ambigüidade, embora seja em algumas circunstâncias um aspecto característico da estrutura, depende das condições objetivas e não da atividade do sujeito, já que, em determinados arranjos, um dado anteriormente ambíguo torna-se “perfeitamente definido e inequívoco”. Defende-se, assim, a definição da Gestalt como um processo objetivo, no sentido já especificado de “processos intrinsecamente ordenados”, contrapondo-se à sua concepção como produto mental sobreposto ao material sensível.

A noção de Gestalt, no entanto, não deve ser confundida com um arranjo de partes específicas, pois a Gestalt é a própria organização, de forma que um mesmo arranjo pode se realizar através da articulação de partes diferentes, embora estas exerçam a mesma função. Essa ressalva já estava presente, segundo Koffka, mesmo que de maneira imprecisa, nos critérios de Ehrenfels para a designação das qualidades gestálticas. O primeiro critério, já discutido anteriormente, exigia que a estrutura não pudesse ser composta a partir de elementos. O segundo critério, ao qual visamos, considera que uma totalidade “deve ser passível de transposição como uma melodia” (Koffka, 1922, p. 552). Assim como uma melodia tocada em dó maior ou lá menor, mais rapidamente ou lentamente é a mesma melodia, uma Gestalt, embora exija a existência de suas partes, as ultrapassa, subordinando-as a uma organização específica.

Os dois fatores seguintes apontarão para a existência de uma lógica interna nas estruturas. Trata-se dos fatores da direção e do fechamento. O primeiro ressalta uma unidade dada por uma direção comum. Consideremos o caso abaixo.

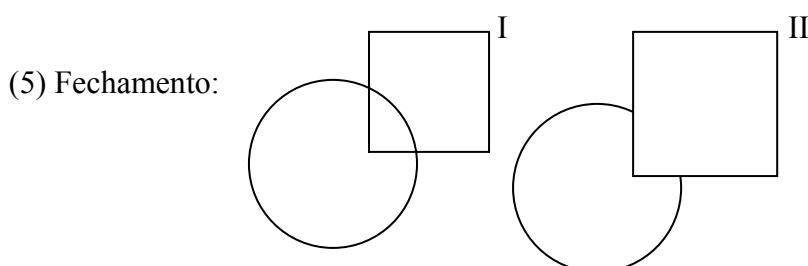
(4) Direção²²:



²² Esta figura foi reproduzida do texto de Wertheimer.

Vemos a linha A-D, cortada por uma reta B-C, a despeito da maior proximidade das partes A-B e C-D. Tal organização ocorre devido à propagação da estrutura ondulatória da linha que vai de A a D, que a define como uma unidade, sendo o mesmo fator o responsável pela segregação a linha B-C como uma reta, que aponta em outro sentido, de outra maneira. Como cada entidade apresenta uma direção particular, elas são vistas como duas linhas que se cortam, e não como uma única figura. A direção pode ser definida como a predeterminação de uma continuidade adequada presente na própria estrutura.

O fator de fechamento, por sua vez, envolve segregação de unidades conforme o “bom fechamento”.



Nas situações I e II acima, o “fechamento coerente” do círculo e do quadrado determina a segregação de duas figuras, em vez da percepção de apenas uma. Na figura II, percebemos duas figuras sobrepostas, sendo que o círculo “continua” por trás do quadrado. Esse aspecto da figura II aponta para a expansão da articulação imediata para além dos limites efetivamente presentes da percepção, como se a própria parte ausente participasse do todo. No entanto, o sentido dessa parte ausente é dado ainda pela articulação das partes presentes, nesse caso, pela organização característica do círculo.

É importante frisar que essa “coerência interna” é um dado imediato, pertencente, nos casos acima, às próprias Gestalten. Pensemos no desenho de um objeto incompleto, as adições ao mesmo “podem proceder na direção oposta ao original, ou podem *levar adiante* o princípio ‘logicamente demandado’ pelo original”, sendo que “é do último caso que resultará ‘unidade’” (Wertheimer, 1938/1923, p. 83). Há, portanto, uma lógica inerente à Gestalt, uma “necessidade” interna²³. Como princípio geral, podemos enunciar que a “boa Gestalt” – à qual as direções apontam – é aquela que possui características “totais” como a simplicidade, simetria, fechamento e equilíbrio. Tais termos devem ser entendidos como características da organização, não de partes individuais. É o que leva Wertheimer a afirmar que a “simetria significa muito mais do

²³ Trata-se de outra característica compartilhada pela noção de “relação interna” de Husserl, a “exigência” das partes umas pelas outras (pp. 10).

que uma mera semelhança de partes; ela se refere, na verdade, à adequação lógica de uma parte considerada em relação ao todo em que ocorre” (Wertheimer, 1938/1923, nota de rodapé da p.83). Um exemplo dado por Köhler em “O lugar do valor num mundo de fatos” (1959/1938) ilustra bem o que se quer dizer aqui com referência e demanda lógica.

(6) A demanda lógica²⁴:



Observando a curva acima, vemos que uma parte aparece como uma inadequação em um progresso contínuo. Trata-se do sentido dessa parte em relação à lei interna do todo, sendo que intuitivamente conhecemos, ou melhor, vemos como demanda da própria figura, a modificação necessária para que a curva adquira um valor diferente, mude de “inadequada” para “correta” – na verdade, tais aspectos referem-se à curva total, sendo a parte analisada apenas a “causa” da incorreção. As partes, portanto, referem-se umas às outras segundo uma lógica própria em que buscam uma articulação específica. É interessante neste exemplo que a parte inadequada é o único trecho da linha que aparece como “parte”, sendo o resto de seu percurso uma totalidade direcionada (uma ondulação).

Na afirmação de que a continuidade no sentido “logicamente demandado” é uma “necessidade interna” à Gestalt, o termo “logicamente” deve ser considerado com cuidado. Sendo as questões de sentido e de valor do discurso os principais objetos da lógica, aqui vemos uma transposição de tais problemas para a percepção. Através desses exemplos, cuja apreensão dispensa qualquer treinamento, os gestaltistas levantam uma resposta à concepção empirista do sentido e valor como atribuições posteriores a elementos reais independentes; mostram como há uma inteligibilidade (relações de sentido e valor) imanente à percepção, anterior ao advento do pensamento ou da memória – cujo papel seria conferir sentido a dados indiferentes entre si. As relações na percepção são internas, não externas, sendo que os próprios fenômenos referem-se uns aos outros – por isso a insistência no caráter “objetivo” das Gestalten da percepção.

²⁴ Reproduzimos a figura apresentada por Köhler na p. 348 do “Lugar do valor...” (1959/1938).

Teríamos, então, nessas leis, um passo adiante no projeto gestaltista de elaborar uma teoria que compreenda não só os processos psicológicos, mas problemas filosóficos tanto da lógica e da estética, sustentando uma conexão entre tais áreas com as noções de objetividade, necessidade e sentido, essenciais à categoria Gestalt. Além disso, a consequência dessas idéias ao estatuto da percepção é fundamental, pois esta passará de constituída a constituinte, principalmente em relação ao pensamento e à memória.

Ora, a aprendizagem e o sujeito não influenciam, também, a percepção? A recusa gestaltista refere-se à explicação de todas as organizações da percepção através de tais fatores, bem como à defesa de relações arbitrárias na determinação das associações. Após a compreensão das organizações segundo os princípios apresentados por elas mesmas, Wertheimer apresenta a experiência passada como um dos fatores de organização possíveis, ressaltando, entretanto, sua dependência em relação às articulações imediatas.

É fundamental aos gestaltistas refutarem a tese de que as organizações da experiência são todas aprendidas, como vimos em Köhler, para fortalecer as descrições que apontam para a espontaneidade das articulações. Acrescentaremos à discussão mais um bom argumento, elaborado por Wertheimer.

Agora que compreendemos a percepção como uma organização espontânea das entidades presentes, envolvendo relações de sentido internas à própria situação, podemos perguntar: qual fator prevalecerá quando uma figura já vista estiver graficamente presente em outra, mas não significando uma parte naquela totalidade: a memória ou a organização presente? É evidente que a hipótese do gestaltista aponta para o sentido interno presente na estrutura. Vejamos as figuras seguintes.

(7) O privilégio da organização atual em relação à experiência passada²⁵.



²⁵ Figuras baseadas nas do artigo de Wertheimer (1923).

Embora provavelmente nunca tenhamos visto a figura I, não reconhecemos as letras W e M e sim uma espécie de losango entre duas linhas paralelas com as terminações encurvadas. Já na figura II vemos imediatamente as letras²⁶. Podemos concluir que, para uma entidade ser reconhecida, é necessário que seja uma parte “logicamente válida” de uma estrutura.

Tal conclusão é fatal para a psicologia clássica, pois implica o abandono completo das leis de associações por fatores extrínsecos, em favor das leis de articulação espontânea, as leis das Gestalten. A percepção mais simples, assim, passa a ser uma totalidade, um campo homogêneo que resiste antes de se constituir por partes, o estímulo mais simples deixa de ser um estímulo local e passa a ser um *padrão* homogêneo de estimulação. A primeira segregação envolve, assim, uma determinada tensão do campo que resulta na sobreposição de um objeto (mancha, figura, etc.) em relação a um fundo, de forma que “o fundo não é limitado pela figura, mas geralmente parece continuar intacto por trás da figura” (Wertheimer, 1938/1923, p. 88) – lembremos a discussão de Koffka de 1922 acerca dos limiares absolutos. A estrutura figura-fundo, portanto, envolve uma articulação em que duas entidades adquirem sentido em relação mútua, sendo que determinados aspectos da situação aparecem como reunidos na figura, como o contorno e o preenchimento, enquanto o fundo aparece como menos articulado, com fronteiras indefinidas.

1.5 – Uma discussão preliminar do papel da memória na Psicologia da Gestalt

Com o abandono das leis de relações extrínsecas, tornou-se necessária uma revisão completa da teoria da memória. As associações – as relações armazenadas – e a lembrança – a evocação dessas relações – passarão a ser regidas pelas leis de organização, como mostra Köhler em “Psicologia da Gestalt” (1947/1929). O autor apresenta uma série de estudos que evidenciam a dependência tanto da associação como da lembrança em relação às divisões legítimas de uma situação. A discussão, levada a cabo principalmente no oitavo e nono capítulos, envolve diversas questões de

²⁶ Procurei simplesmente recortar a figura I para mostrar como as “letras” estavam graficamente presentes nela.

psicofísica, que pretendemos abordar no terceiro capítulo. Neste momento, apresentaremos aspectos referentes aos próprios fatos da memória, ignorando as hipóteses que são levantadas em relação aos traços orgânicos subjacentes.

Os estudos mais comuns envolvendo a associação eram realizados segundo o procedimento de Ebbinghaus, que envolvia a memorização de seqüências de sílabas sem sentido, com o propósito de excluir a influência de associações prévias. Entretanto, Köhler, inserindo-se numa corrente de crítica já existente contra tal procedimento, levanta o que chama de “uma falha no procedimento”. O fato é que, nesses estudos, o pesquisador pedia ao sujeito que memorizasse a seqüência, tornando a associação um processo intencional e não automático. Erro grave, pois, para o gestaltista, “gradualmente foi-se percebendo que, sem a memorização intencional, a aprendizagem de séries de sílabas sem sentido era de todo impossível” (Köhler, 1947/1929, p.155). A necessidade da memorização intencional nesses casos condiz com a Psicologia da Gestalt na defesa de leis de relações intrínsecas. Köhler apóia-se na afirmação de G. E. Müller, estudioso importante dos processos de rememoração e associação: “uma série de figuras, consoantes, sílabas, etc., é aprendida essencialmente numa atividade de síntese em que os membros de uma série são combinados de maneira que se tornem grupos sólidos” (Müller, 1924, apud Köhler, 1947/1929, p. 155). Na falta de uma organização espontânea, portanto, a associação depende de uma organização intencional, em que o sujeito confere às sílabas um sentido que por si só não teriam. Um exemplo consiste no relato das sílabas, realizado muitas vezes de maneira rítmica pelo sujeito, de forma que as sílabas se organizassem em grupos mais amplos e grupos subordinados – assim como uma melodia.

Alguns experimentos com sílabas sem sentido (Köhler, 1947/1929, pp. 154 e 158) ilustram bem a existência de articulação nas associações. No primeiro, realizado por Nagel, os participantes aprendiam a recitar uma longa seqüência de sílabas até que o fizessem sem hesitação. No entanto, quando as sílabas eram apresentadas isoladamente, os sujeitos mal recordavam um terço da série. Isso, segundo Köhler, sugeria que “dentro de um fluxo de uma série organizada, as sílabas dadas não parecem ser as mesmas coisas que são apresentadas isoladamente” (Köhler, 1947/1929, p. 155). Vemos aqui uma bela ilustração da relação parte-todo apresentada por Wertheimer – ver o fator “arranjo objetivo” –, em que determinadas articulações perceptivas, quando partes de um processo, adquiriam aspectos diversos daqueles que apresentavam isoladamente – como uma articulação completa.

Outro fato experimental importante corresponde à facilidade com que um sujeito se lembra, num experimento de memorização de pares de sílabas (BaDa, TuGo, p.e.), do segundo componente quando o primeiro é dado (Ba-Da), enquanto dificilmente se lembra da primeira sílaba do grupo seguinte, quando é dada a segunda do grupo anterior (Da-Tu). Ora, vimos nas organizações segundo a proximidade o quanto era preciso nos esforçarmos para enxergar os agrupamentos não naturais (b-c, e-f, etc.). A peculiaridade da seqüência de pares de sílabas é apenas o caráter temporal da organização, enquanto os pontos se dispunham espacialmente.

Tais fatos, do ponto de vista dos gestaltistas, além de comprovarem a necessidade da existência de um “sentido” nas relações, apontam para a existência de dois tipos de associação. A tese de Köhler, em suma, consistia na defesa de que “onde a organização é naturalmente forte, a associação ocorre espontaneamente”, de forma que “na ausência de uma organização específica, nenhuma associação é esperada, até que o sujeito estabeleça alguma organização particular intencionalmente” (Köhler, 1947/1929, p. 158). A contigüidade espaço-temporal e a repetição, fatores fundamentais da visão tradicional acerca da associação espontânea, não serão ignorados pelos gestaltistas. Na verdade, estes conceitos deixarão de ser combinados como responsáveis pela criação de relações entre elementos independentes. A repetição, embora reforce uma memorização, não cria uma relação nova, enquanto a contigüidade torna-se, por si só, um dos fatores responsáveis pela articulação em grupos (fator de proximidade, ver seção anterior) – lembremos que esse fator só prevalece dependendo dos demais fatores presentes, considerando a qualidade da articulação resultante.

A associação, assim, “perde seu caráter de conceito teórico especial e independente”, tornando-se meramente “um nome para o fato de que processos organizados deixam traços nos quais a organização desses processos é mais ou menos adequadamente preservada” (Köhler, 1947/1929, p. 160). Tal conceito deixa, portanto, de ter o estatuto de constituinte, passando a ser dependente das mesmas leis de organização da percepção – do sentido imediato que as partes adquirem numa dada situação total.

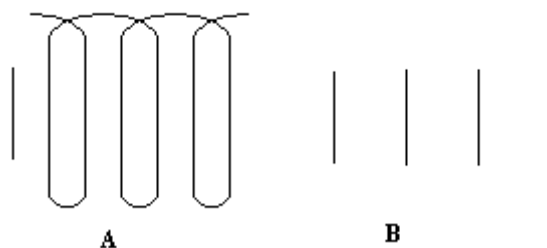
O estudo da memória também inclui a investigação da lembrança, pois não se restringe à determinação de como uma relação preserva-se no tempo; é fundamental, portanto, compreendermos as circunstâncias que levam à evocação dessas estruturas. Segundo Köhler, a psicologia aborda o problema da memória em três tópicos centrais: “(1) Aprendizagem e a formação de traços que permitem, tardiamente, a lembrança, (2)

o destino desses traços no tempo entre a aprendizagem e a lembrança e (3) o processo de lembrança por si mesmo” (Köhler, 1947/1929, p.164). Vejamos agora mais de perto as mudanças relativas ao processo do lembrar-se.

Segundo os preceitos clássicos, a percepção de uma sensação evoca imagens quando, no passado, tal complexo foi percebido repetidas vezes. A consequência dessa tese para a lembrança é que quanto mais elementos desse complexo estiverem presentes, mais facilmente sua totalidade será evocada. Para Köhler, porém, o aspecto determinante da evocação na situação presente não é a quantidade de elementos de uma coleção associativa, mas a presença de partes legítimas de um contexto.

Num experimento realizado por Köhler, sujeitos observaram uma série de pares de figuras. Após certo tempo, figuras incompletas eram apresentadas, sendo solicitado aos participantes que apontassem as partes restantes. Vejamos o exemplo citado pelo gestaltista para ilustrar seus resultados.

(8) Lembrança e organização²⁷

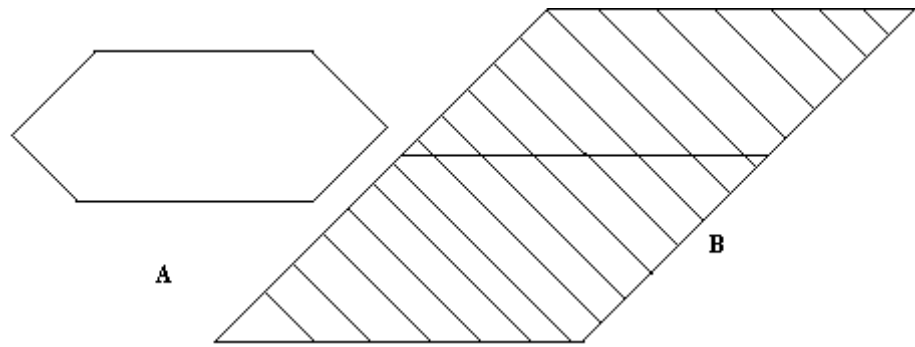


A linha vertical e a figura à sua direita (A) correspondiam ao par apresentado aos sujeitos. Duas figuras incompletas eram apresentadas, esperando-se que tal situação fosse lembrada. A primeira correspondia à linha vertical apenas, enquanto a segunda correspondia à situação B. Os sujeitos lembravam-se da figura A com frequência maior quando era apresentada apenas a linha vertical do que quando era apresentada a situação B, que contém muito mais elementos gráficos da situação A, entretanto, que não se constituem como suas partes efetivas na experiência direta, isto é, não se apresentam como unidades autênticas do contexto. Esse resultado apóia a hipótese gestaltista.

Além disso, alterações no contexto em que figuras estão inseridas podem fazer com que, mesmo na presença da figura completa, esta não seja reconhecida, como mostra o exemplo seguinte.

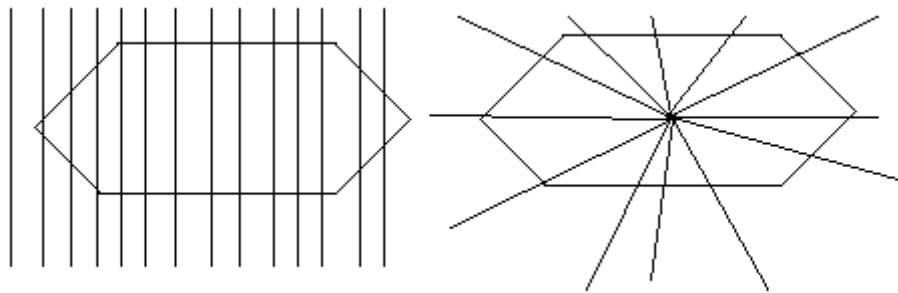
²⁷ Reproduzimos as figuras da p. 171 de “Psicologia da Gestalt” (Köhler, 1947/1929).

(9) Mudanças contextuais e reconhecimento²⁸



A figura A está presente completamente na figura B, entretanto, só nos tornamos capazes de encontrá-la após um esforço analítico que dificilmente é levado a cabo sem o uso de referências adicionais (como traçar de outra cor, pouco a pouco, a figura A no interior da figura B). Podemos concluir que a figura A – que se apresenta como uma unidade segregada – não se apresenta como uma articulação estável em B, devido às condições internas à mesma. O polígono será sempre reconhecido quando as características totais da situação permitirem o seu “fechamento” enquanto unidade segregada. Isso pode ser observado se traçarmos uma série de linhas atravessando A, sem constituir uma “lógica” que “contradiga” a “lei interna” de A²⁹.

(10) Alterações contextuais indiferentes



Considerando o percurso apresentado que vai da percepção à memória, podemos extrair alguns princípios que constituem a epistemologia gestaltista. Em primeiro lugar, as pesquisas envolvendo percepção (que, de certa forma, incluem as sobre a memória) devem envolver a descrição dos processos tais como ocorrem aos sujeitos, não sendo tais descrições recusáveis devido a contradições em relação às condições experimentais (como considerar a percepção de movimento como ilusória devido à ausência de tal

²⁸ Reproduzimos as figuras das pp. 112 e 113 de “Psicologia da Gestalt” (Köhler, 1947/1929).

²⁹ Wertheimer apresenta exemplos bem ilustrativos tanto de alterações contextuais indiferentes, como das que acarretam o desaparecimento da unidade da figura, no seu artigo de 1923.

estímulo) ou a pressupostos teóricos (como a noções de sensação, imagem e atenção). A descrição da experiência direta, assim, nos dá acesso àquilo que devemos compreender, sendo a origem e o teste necessário dos esforços explicativos. Por isso os eventos parciais devem ser compreendidos em relação à situação espaço-temporal total experimentada. A estratégia gestaltista, assim, se constitui “de cima para baixo”, buscando conhecer em primeiro lugar as características totais dos processos para, em seguida, compreender a função de suas partes. Dessa forma, as divisões e acontecimentos de um determinado campo relacionam-se internamente, isto é, adquirem um sentido segundo a relação entre suas características e as dos demais membros de um contexto (proximidade, semelhança, direção, destino comum, etc.). Isto implica que o sentido das partes não é produzido por fatores extrínsecos que uniriam acidentalmente elementos reais – o que define o papel da ciência como a determinação das propriedades particulares desses elementos e suas leis de associação –, mas é compreendido como necessário para a Gestalt da qual são membros. Enquanto os “elementos reais” são oriundos da tentativa de explicar o todo a partir das propriedades dos átomos que o constituem por agregação, a noção de Gestalt implica que as partes em inter-relação adquirem propriedades que não possuem em outros contextos.

Ao mesmo tempo, existem características de contexto (referentes à totalidade em si e não às partes), tais como tensões, direções, coerência, incoerência, etc. Essas características evidenciam a “lei interna” da Gestalt, pois se constituem como as articulações mais coerentes (como a experiência dos *steps*) ou apontam para as mesmas (como a curva “incorreta”, que tem esse aspecto devido à proximidade de uma região de pregnância).

Segundo a lógica nascida das pesquisas gestaltistas, as influências exercidas nas Gestalten podem ser classificadas em três categorias: pró-estruturais, contra-estruturais e indiferentes. A primeira categoria refere-se às mudanças que mantém a configuração atual, aparecendo perceptivamente como eventos mais “suaves” do que os contra-estruturais, como o movimento do agrupamento natural no fator “destino comum”. A segunda categoria consiste em mudanças contrárias à lei interna de uma Gestalt, acarretando cada vez mais tensão até que ocorra um rearranjo, uma “quebra” da articulação. A tensão estrutural interna evidencia a contínua busca da Gestalt pela reintegração a um estado ordenado determinado, até que a coerência interna não possa mais ser mantida, o que acarreta ou a passagem a uma nova ordem ou a dissolução daquela unidade, sua fusão com o ambiente, o “fundo”, ou com outra Gestalt segregada

– como no exemplo (9). A última categoria é composta por mudanças no campo de uma Gestalt que não lhe afetam de maneira alguma, por serem indiferentes a sua lei interna, como mostra as linhas do exemplo (10), que são indiferentes à articulação da figura cujo fator predominante é o fechamento.

Procuramos apresentar o desenvolvimento da noção de Gestalt no interior das críticas dirigidas pela Escola de Berlim à psicologia clássica. Assim, revelamos a originalidade desse conceito e suas implicações para a ciência psicológica, isto é, a superação do realismo imposto à experiência pela oposição entre a experiência sensorial real e os erros de julgamento e relações aprendidas. Entretanto, como afirma Koffka (1922) e Wertheimer (1924), a Teoria da Gestalt vai além do terreno psicológico. Mostraremos, portanto, nos capítulos que se seguem, como as investigações psicológicas gestaltistas contribuem para a elaboração de uma crítica geral da ciência, culminando numa epistemologia orientada pelo método fenomenológico. A consequência mais relevante dessa epistemologia, acreditamos, será uma concepção de ciência na qual a riqueza das características do mundo vivido seja preservada.

CAPITULO 2 - A fenomenologia gestaltista

“O homem não tem acesso direto ao mundo físico. O mundo fenomenal contém todo o material que lhe é diretamente dado. Assim, nossa abordagem do domínio físico irá sob todas as circunstâncias constituir-se de inferências que extraímos da observação de certos perceptos ou, talvez, de outras experiências; será sempre uma *construção*. Para tal construção não há material disponível senão o que encontramos no mundo fenomenal. Nesse sentido, então, não se torna apenas possível que em alguns aspectos a natureza tenha traços comuns com os materiais fenomenais. Na verdade, não pode existir um único traço na natureza que não tenha ao menos um modelo em algum lugar no mundo fenomenal” (Köhler, 1959/1938, p. 143).

Esperamos ter evidenciado, no capítulo anterior, a presença fundamental dos processos de organização no âmbito da percepção e memória. A revelação de tais processos pelo método fenomenológico constitui-se como o impulso inicial a uma investigação filosófica mais profunda no âmbito da Teoria da Gestalt. Na medida em que a percepção e a memória correspondem a processos básicos da vida humana, que subjazem a quaisquer atividades, inclusive à prática científica, torna-se uma questão fundamental o significado desses processos para a teoria do conhecimento. Se definirmos como subjetividade todo o campo da experiência direta, teremos na Teoria da Gestalt, assim como na fenomenologia de Husserl, a concepção da origem da objetividade científica no âmbito da experiência subjetiva. Os gestaltistas, no entanto, pretendem estender a discussão até a noção de natureza implicada na prática científica, o que exigirá a defesa da Gestalt como uma categoria legitimamente objetiva. Husserl, por sua vez, numa reflexão de cunho transcendental, isto é, voltada à definição das condições de possibilidade do conhecimento, afasta-se de uma descrição efetiva da experiência em direção à tentativa de apreender suas estruturas a priori. Entretanto, pretendemos identificar no “mundo da vida” um ponto de encontro dessas duas fenomenologias.

A defesa da originalidade da Gestalt, isto é, sua fundamentação enquanto entidade anterior à constituição empírica, como organização espontânea, exige ainda a superação de outra interpretação possível dessa entidade. Trata-se, como apresenta Gurwitsch (2002/1936) da teoria dualista da Escola de Graz, de Meinong e Benussi. A

ordenação implicada na Gestalt seria resultado de processos mentais superiores, como vimos, sustentados sobre o argumento de que a Gestalt seria sempre uma organização ambígua. Trata-se de um bom exemplo da interpretação espiritualista da Gestalt, em que o sentido não nasceria dos próprios processos, mas de uma entidade externa aos dados sensoriais. Tal interpretação impedia que a Gestalt fosse estabelecida como uma categoria legítima a uma filosofia da natureza, dado seu vínculo com o espírito.

O primeiro movimento para refutar tais interpretações era a defesa de que “elementos sensoriais não existem, senão enquanto produtos de análises provocadas pela escolha arbitrária de separar e isolar, portanto, não existem senão enquanto resultado de percepções artificiais” (Donzelli, 1980, p. 9). Por outro lado, um segundo argumento especialmente importante corresponde aos fatos produzidos com as pesquisas sobre o comportamento animal, evidenciando a presença de estruturas perceptivas também em “organismos inferiores”.

Considerando a participação da Gestalt na determinação do comportamento, a Psicologia da Gestalt encontra o behaviorismo de Watson como um novo adversário, cujas teses resultavam em problemas semelhantes aos decorrentes do introspeccionismo. O resultado desse embate é a retomada, em “Psicologia da Gestalt” (1947/1929) de Köhler, da investigação da experiência direta na psicologia, elucidando seu papel epistemológico para a ciência em geral. Em seguida, veremos como a concepção de uma natureza exterior à experiência exige a tese do isomorfismo, que tornará necessária, por sua vez, a concepção da Gestalt como categoria objetiva legítima. Objetiva, aqui, no sentido de um conceito compatível com o objeto das ciências naturais.

Analisando a “tese fenomenológica”, bem como a defesa do “isomorfismo”, apresentaremos as bases da epistemologia gestaltista. Pretendemos, opondo-nos a Madden (1952), elucidar o caráter filosófico dessa teoria, isto é, apresentá-la como uma revisão da concepção de ciência até então vigente, orientando-se por princípios que, como mostra a fenomenologia husserliana, serão parte fundamental do pensamento filosófico contemporâneo.

2.1 – *A psicologia entre consciência e comportamento*

As polêmicas teses do introspeccionismo eram questionadas não só no pensamento alemão, mas também no contexto do desenvolvimento do behaviorismo nos Estados Unidos. Os três principais fundadores da Teoria da Gestalt, tendo trabalhado juntos em Frankfurt e Berlim, encontraram-se novamente nos EUA, para onde migraram em oposição às repercussões intelectuais e políticas da instituição do regime nazista na Alemanha (Ash, 1998). Na América, encontraram a psicologia imersa num debate fundamental e procuraram mostrar como os princípios epistemológicos gestaltistas poderiam contribuir com a solução das dicotomias da psicologia, cujo estado parecia exigir muito mais um posicionamento do que uma revisão dos conceitos dessa ciência. Tal discussão envolvia questões acerca do objeto e dos métodos que definiriam a psicologia como uma disciplina legitimamente científica.

Reconhecendo que a oposição estabelecida entre a psicologia da consciência e a do comportamento originava-se de pressuposições inadequadas comuns, os gestaltistas caminharão na construção de um sistema em que a relação entre percepção e comportamento não se torna apenas possível, mas necessária. Veremos que essa tensão presente na psicologia do início do século XX carecia de uma revisão da noção de ciência que a permeava, passando por questões fundamentais para o conhecimento humano, como a relação entre a subjetividade e a objetividade.

Além das questões epistemológicas e da importância do estudo dos animais, o comportamento aparece na Psicologia da Gestalt como um dado da experiência humana, o que mostra como a mudança de ênfase não implica um afastamento do método fenomenológico e uma circunscrição do mesmo ao estudo da percepção. Na verdade, as reflexões acerca do comportamento contribuirão para a compreensão da própria percepção, como que elucidando seu sentido numa Gestalt que a ultrapassa. É justamente através do testemunho da experiência que Koffka mostrará como a percepção e o comportamento, longe constituírem uma dicotomia, definem-se numa relação mútua.

A oposição entre a experiência sensorial “real” e a experiência concreta “aprendida”, instituída pelo introspeccionismo através da hipótese empirista³⁰, tornou a

³⁰ Como detalhado na seção 1.2, tal hipótese implica a classificação das articulações naturais da experiência, seu sentido imediato, como aparências, pois seriam, na verdade, aprendidas. A experiência real, revelada apenas no contexto da introspecção, seria constituída por elementos independentes, sendo

psicologia uma ciência extremamente desinteressante e vazia. Tendo a experiência concreta deixado de representar qualquer novidade ao psicólogo, tendo a realidade vivida pelas pessoas no seu dia-a-dia passado a ser pensada como um mero agregado de associações extrínsecas, sem nenhum sentido inerente, não é de se surpreender que a maior parte do público tenha desenvolvido uma atitude de desprezo pela ciência psicológica. Tal descaracterização da experiência, entretanto, custou caro ao introspeccionista, pois “tão removido da experiência comum é seu mundo sensorial verdadeiro que, se algum dia conhecêssemos suas leis, todas elas juntas não seriam capazes de levar-nos de volta ao mundo em que realmente vivemos” (Köhler, 1947, p. 51).

Já que ele ignora as experiências da vida cotidiana, e se concentra em fatos raros que somente um procedimento artificial pode revelar, tanto seu público profissional quanto o leigo irão logo perder a paciência. E algo mais irá acontecer. Haverá psicólogos que o tomarão ao pé da letra quando ele diz que esse é a única maneira correta de lidar com a experiência. Se isso é verdade, irão dizer, o estudo da experiência certamente não nos interessará. Faremos coisas mais vívidas. Nós iremos estudar o comportamento natural. (Köhler, 1947, p. 52).

Assim Köhler explica o advento do behaviorismo, motivado especialmente pelo fracasso da psicologia clássica. Podemos afirmar que o gestaltista parece compreender a postura behaviorista como uma consequência da crise em que a psicologia colocava o conhecimento devido ao empobrecimento da experiência humana. É com essa nova perspectiva que os ideais do positivismo alcançam a psicologia, sendo empreendida uma reforma metodológica radical. Entretanto, não é sem polêmica que uma nova concepção de psicologia surge num cenário dominado há 50 anos pelo introspeccionismo.

Segundo John Watson, a psicologia “é um braço puramente experimental objetivo das ciências naturais” (Watson, 1913, p. 2). Tal objetividade é conquistada através da adoção de um objeto de estudo observável publicamente³¹, o comportamento, definido como a reação de um organismo a determinadas circunstâncias. Assim, para o behaviorista, prever e controlar o comportamento torna-se a nova função da psicologia – o que, provavelmente, faria Comte mudar de idéia acerca do estatuto da psicologia enquanto ciência positiva.

as relações entre os últimos estabelecidas devido à repetição de coincidências na experiência. A noção de aprendizagem, dessa forma, não só estabelecia uma oposição entre a realidade e a aparência, mas impedia que a experiência concreta, a “aparência”, pudesse falsear as observações experimentais da “realidade”.

³¹ Essa observação pode ser uma observação direta ou indireta, através da observação de instrumentos de medida (como as reações de glândulas, variações de pressão sanguínea, etc.).

Assim, entre 1913 e 1914, ocorre um debate crucial para a ciência psicológica, entre o behaviorismo e a “velha psicologia”, em que o primeiro defende a possibilidade de uma investigação empírica do comportamento, aquém do método introspeccionista e sem referência alguma aos dados subjetivos que lhe serviam de objetos. Acompanharemos a argumentação de seu principal representante, procurando elucidar as origens desse grande debate que a psicologia enfrentou em sua história.

Um dos aspectos que impedia que o método behaviorista conquistasse espaço na psicologia era a valorização dos estudos do comportamento apenas enquanto permitissem inferências relativas aos processos conscientes humanos. As pesquisas com animais, portanto, eram quase inteiramente descartadas. A repercussão desse preconceito seria o afastamento da psicologia das outras ciências naturais, pois “o mundo dos objetos físicos, (estímulos, incluindo aqui qualquer coisa que possa excitar um receptor), que constitui o fenômeno total do cientista natural, são considerados meramente como meios para um fim” (Watson, 1913, p. 3). O fim corresponderia à produção de estados mentais, cuja análise tomava toda a atenção da psicologia.

A contraposição behaviorista de Watson ocorrerá em dois momentos. O primeiro corresponde à defesa do comportamento como um objeto válido por si mesmo, englobando o ser humano apenas como um tema possível, não mais privilegiado. O segundo movimento consistirá num ataque aos métodos introspeccionistas, buscando evidenciar o fracasso da antiga proposta e reforçar a validade da nova.

O behaviorista, em seus esforços em obter um esquema unitário da resposta animal, não reconhece uma linha divisória entre o homem e as bestas. O comportamento humano, com toda sua complexidade e refinamento, corresponde a apenas uma parte do plano total de investigação do behaviorista (Watson, 1913, p. 2).

O comportamento, para Watson, tem um valor próprio na compreensão da adaptação dos organismos ao meio em que estão inseridos. A partir do momento em que se considera necessária a referência à consciência para validação desse objeto de estudo, obriga-se o behaviorista a construir uma consciência animal, implicação que é prontamente rejeitada.

Depois de ter determinado a habilidade de aprender de nosso animal, a simplicidade ou complexidade de seus métodos de aprendizagem, o efeito de hábitos passados sobre a resposta presente, o escopo de estímulos aos quais ele pode responder sob condições experimentais (...), nós ainda deveríamos sentir que nossa tarefa não está acabada e que os resultados são inúteis, até que nós possamos interpretá-los por analogia à luz da consciência (Watson, 1913, p. 6).

Watson busca, adicionalmente, apontar que a solução dos problemas envolvendo o comportamento só deveria passar pela consciência devido a uma pressão da concepção clássica da psicologia. Segundo ele, “embora nós tenhamos solucionado nosso problema, nos sentimos apreensivos e inquietos por causa de nossa definição de psicologia: nos sentimos forçados a dizer alguma coisa sobre os possíveis processos mentais de nossos animais” (Watson, 1913, p. 6). A tese mais importante, portanto, corresponde à defesa de que o comportamento pode ser estudado sem menção alguma à consciência.

No entanto, para Watson, não se trata apenas de fundar uma psicologia do comportamento marginal à psicologia da consciência, trata-se de defender que a psicologia do comportamento é a única psicologia científica possível. Esse é o sentido do ataque ao introspeccionismo. Segundo ele, uma verdadeira psicologia experimental deveria, ao não conseguir reproduzir seus dados, rever seus métodos e não culpar os seus sujeitos. Watson afirma que, para os estruturalistas, “se você falha em reproduzir meus resultados, não é devido a alguma falha no seu aparato ou no seu controle de estímulos, é, na verdade, porque sua introspecção não está bem treinada” (Watson, 1913, p. 13) – na essência, é a mesma crítica feita pelos gestaltistas. Ele parece querer mostrar que o subjetivismo dos métodos introspeccionistas não permite uma abordagem verdadeiramente experimental dos dados, já que as variáveis objetivas não têm muita participação nos resultados obtidos.

Watson, portanto, aponta uma oposição essencial entre a psicologia estruturalista e as ciências naturais, não considerada por Titchener, que tomava a diferença entre a inspeção e a introspecção como apenas uma mudança de atitude, sendo ambas científicas. Enquanto para a física e para a química as condições podem ser manipuladas e observadas publicamente, os diversos psicólogos introspeccionistas entrariam sempre em desacordo, incapazes de alcançar um consenso acerca das propriedades dos elementos simples da percepção. Espera-se que métodos semelhantes sejam capazes de encontrar resultados com algumas características semelhantes, como, por exemplo, a possibilidade de reprodução.

A dificuldade na reprodução dos resultados está interligada com outra questão sobre a introspecção, de natureza conceitual: “não há nenhuma garantia de que nós todos dizemos a mesma coisa quando usamos os termos correntes da psicologia” (Watson, 1913, p. 14). Ele cita a intensa discussão sobre os atributos que definiriam as sensações, aos quais alguns psicólogos adicionavam propriedades como clareza, ordem,

não aceitas por outros pesquisadores “de treinamento diferente”. Não se alcançaria, portanto, um consenso quanto ao conceito psicológico mais básico.

Outro problema, para o behaviorista, refere-se ao constante contato com o problema mente-corpo, devido à escolha dos processos mentais como objetos. O contato com esse problema originaria uma série de especulações prejudiciais à compreensão empírica dos eventos estudados. Watson defende que, para o behaviorista, a “consideração do problema mente-corpo não afeta nem o tipo de problema selecionado, nem a formulação da solução daquele problema” (Watson, 1913, p. 20). Essa afirmação representa o repúdio de Watson à especulação, sendo tal rejeição baseada na distância desse tipo de investigação – de caráter mais argumentativo – em relação aos problemas experimentais e seus resultados. O discurso behaviorista evidencia a valorização da proximidade entre as observações empíricas objetivas e os postulados e problemas de uma ciência. Trata-se, assim, da rejeição da “atividade de poltrona” em favor da “atividade em laboratório”, discussão que acarretou outra polêmica, com William McDougall, acerca dos critérios de cientificidade da psicologia. A questão principal, aqui, consiste na tentativa behaviorista de superar uma impossibilidade de diálogo entre a psicologia e as outras ciências naturais.

Se o estudo do comportamento é como o estudo dos fenômenos da física ou da biologia, a abordagem dos fenômenos “mentais” torna-se desnecessária. É interessante notar como, nesse momento, Watson escolhe, em vez de afirmar qualquer coisa a seu respeito, afastar-se desse problema ontológico que permeia a psicologia: “a mente”. No entanto, ainda mais surpreendente é o fato de que o psicólogo aceita a presença implícita da consciência no trabalho científico, dando-lhe um estatuto instrumental que caberia apenas à filosofia investigar.

A implicação dos problemas relativos aos resultados da psicologia introspeccionista seria a ausência de uma área de aplicação de suas conclusões. Watson esperava que, se a psicologia seguisse a proposta behaviorista, poderia encontrar mais aplicações nos trabalhos de juristas, médicos e educadores. Sendo capazes de prever a reação dos animais e dos seres humanos a determinados estímulos, os behavioristas se tornariam aptos a controlar o comportamento através da manipulação das condições em que ocorrem. Para reforçar seu argumento, Watson defende que:

O que me dá esperança de que a posição behaviorista é defensável é o fato de que os ramos da psicologia que já estão parcialmente se retirando da psicologia experimental tradicional, que já são conseqüentemente menos dependentes da introspecção, estão hoje em condições mais frutíferas (Watson, 1913, p. 25).

Ele cita como exemplos os estudos em psicopatologia, testes psicológicos, psicologia legal, das drogas e pedagogia experimental. Há, portanto, um fundo pragmático em suas críticas.

Se o abandono dos temas da psicologia clássica não acarretava nenhuma repercussão negativa ao behaviorista é porque a consciência era tão importante para ele quanto para os físicos, químicos e biólogos. O abandono dessas questões da mente corresponde, para Watson, a uma fase semelhante ao abandono do criacionismo na biologia. A ciência natural se desenvolve através da objetivação dos métodos e das conclusões, afastando-se do terreno da especulação. Por esse motivo Watson defende que a psicologia é um “braço puramente experimental objetivo das ciências naturais”. A adoção de uma metodologia pautada pela objetividade aproximaria a psicologia das outras ciências, tornando possível a comunhão dos resultados, já que são definidos nos mesmos termos. A redefinição do estudo dos sentidos é um importante exemplo dessa comunhão. O behaviorista é capaz de acessar as diferenças de estímulos através de estudos em que o animal é punido ao responder a um estímulo, mas não a outro. Assim, enquanto o animal for capaz de se ajustar ao estado de estímulos, pode-se dizer que os estímulos são bases para respostas diferentes, ou seja, que o organismo é sensível à diferença. Watson acredita que, dessa forma, “o anatomista e o fisiologista podem pegar nossos dados e mostrar, por um lado, as estruturas que são responsáveis por estas respostas e, por outro lado, as relações físico-químicas que estão necessariamente envolvidas” (Watson, 1913, p. 33). A pura objetividade do comportamento é garantida pela concepção da relação direta entre o estímulo, enquanto estimulação nas superfícies sensoriais, e a resposta, entendida como uma reação motora ou glandular. Todos os elementos comportamentais estão contidos no mesmo mundo da física, química e biologia, portanto, são observáveis ou mensuráveis através do “olhar para fora”, nos termos de Titchener, e não precisam do olhar “para dentro”, necessário aos processos mentais.

A retirada do caráter subjetivo do objeto da psicologia, no entanto, não indica que Watson negue a existência da consciência; na verdade, ele defende que tópicos como imaginação, julgamento, raciocínio, “se tornaram tão desgastados por tantas abordagens que poderiam muito bem ser deixados de lado por um tempo” (Watson, 1913, p. 35) – é rejeitada, portanto, a definição introspeccionista da consciência. Ele também espera que o avanço dos métodos behavioristas possibilite uma abordagem

futura desses tópicos, entendidos como comportamentos especialmente complexos. Acredita que “os problemas que são agora deixados de lado se tornarão imperativos novamente, mas poderão ser vistos, quando retornarem, sob um novo ângulo e em condições mais concretas” (Watson, 1913, p. 36).

Watson escolhe, na verdade, afastar-se das questões metafísicas implicadas na defesa de um mundo físico ou de uma entidade mental, afirmando que “se você garantir ao behaviorista o direito de usar a consciência da mesma maneira que os outros cientistas naturais a empregam – isto é, sem torná-la um objeto especial de observação – você terá garantido tudo que minha teoria requer” (Watson, 1913, p. 36). Esse uso geral da consciência que as ciências naturais empregam, para Watson, “pode ser chamado de um retorno a um uso não-reflexivo e ingênuo da consciência” (Watson, 1913, p. 39). A consciência, portanto, é uma ferramenta utilizada por todos os cientistas, e “se a ferramenta está sendo bem utilizada ou não pelos cientistas no presente, é uma questão para a filosofia e não para a psicologia” (Watson, 1913, p. 39). Tais afirmações são especialmente ilustrativas da atitude natural, como definida por Husserl. A justificativa filosófica do método é delegada a outra área do conhecimento, o que pode nos levar a interpretar tal psicologia como uma técnica experimental, despreocupada com suas bases epistemológicas. Assim, encontramos neste momento do behaviorismo o afastamento entre a psicologia e a filosofia que era recusado por alguns cientistas na Alemanha, dentre os quais se encontravam os gestaltistas. A defesa desse círculo intelectual correspondia à defesa, lembremos, de que a psicologia era uma ciência especialmente relevante para a teoria do conhecimento, portanto, para a filosofia.

A ousadia presente na defesa de uma mudança radical na ciência psicológica não passou despercebida a uma longa tradição de pensamento. No ano seguinte à publicação da “Psicologia na perspectiva do behaviorista” (1913), Titchener publica uma interessante contra-argumentação que evidenciará ainda mais as questões que pretendemos trabalhar aqui. Veremos que a forma como Watson recusa a tematização da consciência ao mesmo tempo em que assume sua inerência à atividade científica não deixará de ser notada pelo estruturalista.

Segundo Titchener (1914), a proposta behaviorista, em seus aspectos positivos – sua definição enquanto ciência responsável pela previsão e controle do comportamento – é inteiramente válida. Entretanto, o tom revolucionário dessa proposta ignoraria uma história prévia em que a valorização do estudo do comportamento já ocorria. Outra avaliação crítica de Titchener corresponde ao apontamento de uma “irrelevância lógica

do programa de Watson àquilo que, atualmente, é chamado de psicologia” (Titchener, 1914, p. 4).

O primeiro ponto é defendido através da referência a outros autores, como Cournot, que já em 1851 afirmavam que as observações mais importantes relativas ao conhecimento humano “não foram, como regra, frutos de uma contemplação solitária e estudos internos dos fatos da consciência; foram, na verdade, resultados de um atento estudo do comportamento (conduta)” (Cournot, 1851, apud Titchener, 1914, p. 5). Podemos acrescentar que tal opinião é compartilhada por William McDougall, que posteriormente também se envolverá com a discussão da pretensa revolução empreendida por Watson. A disputa com McDougall será especialmente importante para a Gestalt, como vemos nos “Princípios da Psicologia da Gestalt” (1955/1935) de Koffka, devido às críticas dirigidas à definição do comportamento em Watson, restrita ao conceito de “reflexo”.

A “irrelevância lógica” da proposta behaviorista corresponde, para Titchener, ao fato de que o projeto de Watson não implica o abandono da psicologia da consciência. Para o psicólogo estruturalista, o behaviorista defende que a “consciência, no sentido de uma ferramenta ou instrumento com o qual todo homem de ciência trabalha, deve ser utilizada pela nova psicologia sem escrúpulos e sem exame” (Titchener, 1914, p.3). O behaviorista, além disso, espera, fundamentando-se “apenas em convicções pessoais”, que, sendo os tópicos e métodos da psicologia clássica abandonados, seu “resíduo poderá ‘com toda probabilidade ser posto de tal maneira que métodos refinados em comportamento (que certamente deverão surgir) irão orientar sua solução’” (Titchener, 1914, p. 3, notem que ele cita Watson acrescentando uma pequena observação entre parênteses).

A essa postura behaviorista, Titchener responde que

O behaviorista pode, se desejar, ignorar a “consciência no sentido psicológico”; ele pode usar a consciência como um instrumento sem fazer dela um “objeto especial de observação”; não há ninguém para lhe dizer que não; mas por que alguém que não é um behaviorista não deveria examinar o que ele ignorou, tentando encontrar empiricamente quais os materiais que compõem esse instrumento particular? (Titchener, 1914, p. 6).

A questão em jogo nessa discussão transparece nas palavras de Titchener. O behaviorista assume que a consciência está implícita na atividade científica, na atividade que investiga “experimentalmente” a “objetividade”, ou seja, na prática do cientista natural. Ao mesmo tempo, no entanto, afasta as questões implicadas nessa irrecusável

presença da subjetividade na investigação objetiva, como se a experiência ingênua nos garantisse obviamente um acesso direto à objetividade. O estruturalista, por sua vez, defende a importância do estudo desse “instrumento” universal da ciência, mas incorre em dificuldades metodológicas e acaba “esvaziando” a experiência humana de qualquer significado intrínseco – resultado da redução da experiência concreta a um agregado acidental de sensações, empreendida pela “hipótese empirista”.

O valor da psicologia clássica para a ciência, como apontamos anteriormente, consiste na busca da tematização da subjetividade enquanto questão epistemológica. Há uma lacuna na passagem da experiência ingênua – que também é a base do senso-comum – para o conhecimento científico que os primeiros psicólogos tentavam a todo custo superar. Os gestaltistas, orientados pela fenomenologia, recolocarão a questão da relação da atividade científica com a subjetividade, mostrando que o insucesso da psicologia clássica deve-se muito mais ao seu método e a uma visão analítica realista de ciência – a defesa de uma objetividade científica composta por partículas reais e relações contingentes – do que à natureza de seu objeto. Ao mesmo tempo, defenderão que a proposta behaviorista, ao fugir dessas questões, paga o preço de assumir uma concepção de ciência semelhante, apenas alterando o objeto analisado.

2.2 – O significado filosófico do mundo da experiência direta

A generalidade da investigação empreendida nos dois primeiros capítulos da “Psicologia da Gestalt” (1947) de Köhler resulta em contribuições importantes para a filosofia da ciência, ultrapassando o campo da psicologia e partilhando diversos aspectos da fenomenologia husserliana, como a dependência da objetividade científica em relação à percepção. A reflexão fenomenológica acerca da percepção é orientada pela noção de “mundo da vida”, trata-se de compreender a experiência perceptiva como uma dimensão de estruturas antepredicativas, pré-científicas, as quais o entendimento viria a determinar definitivamente. Tal noção empreende uma verdadeira virada filosófica tanto no pensamento moderno como na própria fenomenologia husserliana.

A questão que esse conceito coloca à filosofia, mais especificamente à teoria do conhecimento, corresponde ao problema de que, anteriormente a qualquer construção de um sistema teórico objetivo, seja científico, lógico, etc, já existe um mundo diante de nós que se constitui significativamente. Tal mundo, intuitivamente presente, configura-

se necessariamente como base das operações responsáveis pelo estabelecimento dos conceitos definidores de qualquer “objetividade”. No caso de Husserl, essa região assume o papel das “intuições originárias” que guiarão o estabelecimento das condições a priori da experiência, tendo uma brilhante justificação filosófica no desenvolvimento da “Crise das ciências européias...” (1970/1938). Entretanto, a recusa do “conhecimento objetivo”, fundamentada, como vimos, na “Idéia da fenomenologia” (2002/1950) afasta Husserl de uma polêmica explícita com os conceitos científicos, todos deixados de lado a princípio.

A Teoria da Gestalt, por sua vez, ao tomar o “mundo da vida” como guia da construção da objetividade científica, expande suas repercussões à ciência. Dessa forma, os gestaltistas acreditaram ter encontrado uma possibilidade de articulação das ciências sobre uma categoria comum, a Gestalt, que estaria presente desde as formas primordiais da percepção até as mais articuladas organizações intelectuais. A compreensão da posição gestaltista acerca do mundo da vida, no entanto, exige a elucidação da importância filosófica do mesmo, bem como da discordância entre a fenomenologia e os gestaltistas. Tal compreensão nos levaria à retomada dessa esfera pré-científica. Parte dessa discordância, veremos, decorre de uma interpretação idealista de Husserl por parte dos gestaltistas, até certo ponto justificada por um momento específico do pensamento do fenomenólogo.

Na segunda parte da “Crise das ciências européias e a fenomenologia transcendental” (1970/1938), Husserl apresenta criticamente a história da filosofia até o advento da fenomenologia. Sua crítica encontra um sentido progressivo nesta história, revelando na sucessão das filosofias de Descartes, Locke, Hume e Kant a passagem do objetivismo ao subjetivismo transcendental. É como se a filosofia desenvolvesse gradativamente uma redução, revelando e tentando superar as pré-concepções das teorias anteriores.

O desenvolvimento da matemática pura estabeleceu o contexto necessário para o desenvolvimento do objetivismo moderno, representado pela física de Galileu e pela metafísica de Descartes. A matemática passou a se constituir como um método simbólico desprendido da esfera sensível, cujas relações e leis seriam compreensíveis apenas através do pensamento, sendo universais justamente por empregarem símbolos genéricos. As categorias matemáticas, por mais que pudessem ser aplicadas às entidades sensíveis, seguiriam leis independentes dessa aplicação, constituindo-se como um universo ideal fechado em si mesmo. A sensibilidade enquanto região do “subjetivo-

relativo”, em Galileu, era superada através da exclusão das qualidades secundárias, resultantes dos sentidos, sendo abstraídos os aspectos determináveis através do método matemático, isto é, as formas, movimentos, quantidades, etc. Assim, nascia a concepção moderna de “natureza”, que, como o universo da geometria, existiria independentemente do mundo “subjetivo-relativo”. O pensamento parecia, cada vez mais, um dom desprendido da finitude característica do mundo dado diretamente através da percepção.

Coube a Descartes a legitimação filosófica do método de pensamento dedutivo, bem como do acesso à objetividade exterior a partir da subjetividade. A preocupação cartesiana com a validade do conhecimento, no entanto, levou-nos a um dos momentos mais marcantes da filosofia. A suspensão de todas as crenças (*doxas*) e a dúvida hiperbólica empreendidas na primeira meditação nos revelam o pensar como primeira verdade inquestionável, na segunda meditação, assim como o sentido de uma experiência “clara e distinta” da verdade. Trata-se de um ponto em que a dúvida perde o sentido, tornando-se uma impossibilidade de princípio, dada a presença imediata – intuitiva – da verdade. Segundo Husserl, a filosofia teria tocado pela primeira vez na questão da intencionalidade. É que o pensar, a *cogitatio*, em Descartes, é apresentado de maneira ampla, abarcando diferentes modos de presença à consciência.

Mas o que sou eu, portanto? Uma coisa que pensa? Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente (Descartes, 1973/1641, p. 103).

O julgamento, a vontade, a imaginação e o sentir são, portanto, diferentes modos do pensamento. Os objetos correspondentes a tais pensamentos, por sua vez, enquanto partes da consciência, têm sua verdade assegurada. À acusação de que as aparências perceptivas podem ser falsas, Descartes responde que “é muito certo que me parece que percebo”. O sentir em mim, “tomado assim precisamente”, é verdadeiro, o duvidoso é a existência transcendente da entidade representada no pensamento. Trata-se, enfim, da evidência da subjetividade enquanto tal e da colocação do problema do conhecimento, assim como em Husserl, na possibilidade de acesso à transcendência.

Conquanto que as coisas que sinto e imagino não sejam talvez absolutamente nada fora de mim e nelas mesmas, estou, entretanto, certo de que essas maneiras de pensar, que chamo sentimentos e imaginações somente na medida em que são maneiras de pensar, residem e se encontram certamente em mim (Descartes, 1973/1641, p. 107).

O prejuízo objetivista, no entanto, levaria Descartes a submeter a consciência às categorias que deveriam, num reflexão verdadeiramente radical, ter sentido apenas enquanto correlatos intencionais. O filósofo não levaria a cabo o motivo transcendental que ele mesmo revelara. Ao se perguntar “o que é uma coisa que pensa?”, Descartes constrói a subjetividade como alma pura em oposição ao corpo. Tem-se, no cartesianismo, a legitimação de uma região da subjetividade, ao lado de uma natureza de corpos existentes em si mesmos, isto é, o estabelecimento de uma realidade corporal pura, que já se constituía em Galileu, e de uma alma pura, construída em oposição à última, por abstração. Dessa forma, o dualismo da Nova Física ganhava uma legitimação filosófica.

A crítica husserliana a Descartes refere-se ao caráter real da transcendência implicada nas meditações. A concepção da alma pura como realmente exterior à corporeidade, por constituir-se como um tipo diferente de “substância”, torna a subjetividade uma região interior a si mesma, cuja relação com a exterioridade não poderia ser estabelecida senão pelo advento de Deus. Segundo Moura, “a partir do momento em que a ‘natureza racional’, no sentido das ciências da natureza, é concebida como um mundo de corpos existente em si, *era preciso* que o mundo se dividisse, ‘em um sentido até então desconhecido’, em uma natureza em si e em um modo de ser diferente desta, a *Gegenabstraktion* que é o ‘ser psíquico’ (Moura, 2001, p. 211). A presença dessa natureza em si nas reflexões cartesianas justifica o comentário de Moura, num estudo da relação entre a fenomenologia e o cartesianismo, de que, para Husserl, Descartes seria um “mau intuicionista”, afirmando “mais do que vê” e perdendo de vista a verdadeira subjetividade – aquela pautada pela noção de intencionalidade.

A subjetividade definida como um ser psíquico interior a si mesmo e exterior ao mundo é mantida na crítica empirista ao racionalismo de Galileu e Descartes. Entretanto, mesmo que a noção de intencionalidade tenha sido perdida no seguimento da história da filosofia, o empirismo, restringindo-se à investigação psicológica, leva-nos, segundo Husserl, ao primeiro subjetivismo transcendental em David Hume.

Através da defesa da dependência da objetividade ideal matemática, bem como de qualquer modelo de causalidade, em relação aos processos da experiência – o subjetivo-relativo –, Hume teria desferido um duro golpe no ideal moderno de racionalidade. Essa descoberta, por si mesma, é considerada por Husserl uma das viradas filosóficas mais importantes da modernidade. Trata-se de pensar a filosofia como investigação das condições do conhecimento (inclusive da possibilidade de um

conhecimento objetivo) no âmbito da subjetividade. Embora tenha dado o primeiro passo para uma fenomenologia, Hume não vai até o fim, principalmente por ainda estar preso a uma concepção associacionista do sensível. No empirismo, a sensibilidade correspondia a uma coleção de elementos independentes, as sensações, de forma que toda relação experimentada devia-se a fatores externos como a repetição da sucessão, ou da contigüidade espacial. A subjetividade seria constituída, assim, por todos de agregação, um dos legados do empirismo à psicologia experimental, que teria levado tal pressuposto consigo ao tornar-se “independente” da filosofia. O custo dessa independência foi uma psicologia pautada pela ingenuidade³², a qual a Teoria da Gestalt procurará superar.

Ora, se as relações entre as partes independentes dos todos de agregação são contingentes, a objetividade que se desenvolve na experiência psicológica não passaria de um acidente. O próprio objeto do conhecimento é uma ficção, assim como as relações necessárias que estariam envolvidas em sua determinação. Trata-se do ceticismo humeano apontado por Husserl. Entretanto, a consideração do problema do conhecimento no âmbito da sensibilidade, concebida como dado primeiro e originário em relação ao entendimento foi um movimento filosófico fundamental, pois revela a experiência sensível como dimensão subjacente, muitas vezes tacitamente, às operações intelectuais.

O empirismo teria revelado à filosofia, cujas verdades universais justificavam-se pela pressuposição de uma objetividade ideal, que sua realização implica a atividade de uma consciência particular. A sensibilidade é anterior ao pensamento, que a determinaria, justamente por se constituir como um dado primeiro, uma dimensão “passiva” da mente. A reflexão psicológica empreendida pelo empirismo teria como motivo filosófico legítimo a concepção da filosofia como uma práxis dentre outras no âmbito de uma consciência já engajada numa multiplicidade de dados subjetivos. É como se as psicologias de Locke e Hume retomassem a reflexão cartesiana mais radicalmente, atendo-se à dimensão subjetiva, tentando, justificadamente, compreender o advento da objetividade a partir desta. A noção de intencionalidade, já perdida no decorrer da reflexão cartesiana, não seria ainda recuperada no empirismo, pois os pressupostos associacionistas exigiam a concepção dos dados da consciência como *partes extra partes*.

³² No sentido da despreocupação com a justificação filosófica de seus princípios, como vimos em relação ao conceito de sensação.

Sem dúvida foi uma coisa certa e boa que Locke entendesse as ciências como realizações psíquicas (embora ele também tenha dirigido seu olhar demasiadamente ao que ocorre na alma individual), colocando questões de origem por toda parte (Husserl, 1970/1938, p. 117).

Na seqüência da história da filosofia, a crítica kantiana à filosofia empirista não teria considerado seu motivo filosófico legítimo. Para Kant, embora o conhecimento comece na sensibilidade, não tem aí sua origem. A própria concepção da “causalidade”, por exemplo, apontaria para sua existência enquanto categoria *a priori* da subjetividade, não sendo possível extraí-la da experiência. É que a necessidade de uma conexão está implicada nesse conceito, de forma que as relações contingentes da experiência não seriam suficientes para estabelecê-la enquanto categoria do entendimento. A própria sensibilidade já se mostra um fruto de uma operação oculta da subjetividade. É verdade que a intuição sensível é o único contato imediato com um conteúdo do conhecimento, mas sua dependência de princípios apriorísticos nos mostraria a insuficiência de uma filosofia sustentada na sensibilidade.

A inviabilidade de uma filosofia que funda seus conceitos no sensível seria evidenciada pelo caráter contraditório de que se revestem tais conceitos. As regras da experiência do empirismo não poderiam ser sustentadas a partir da defesa simultânea da sensibilidade como constituída por relações contingentes e da origem empírica dos conceitos de entendimento. A ausência de relações necessárias na experiência impossibilitaria a defesa de qualquer regra, mesmo as regras de associação. Seria impossível, assim, alcançarmos uma universalidade a partir da sensibilidade.

Por um lado, a crítica da razão de Kant nos teria revelado a necessidade de uma investigação que englobe a subjetividade como um todo, elucidando as condições de possibilidade tanto da experiência como do entendimento. Dessa forma, a objetividade cognoscível seria sustentada por princípios necessários, deixando de constituir-se como uma ficção sensível. Por outro lado, o filósofo concede privilégio e originalidade ao pensamento, defendendo a impossibilidade da obtenção de uma universalidade a partir de juízos fundados no sensível. Assim, devolve-se à matemática e à lógica, enquanto métodos “independentes” da sensibilidade, o estatuto perdido no âmbito da filosofia empirista.

Antes de tudo, precisa-se observar que proposições matemáticas em sentido próprio são sempre juízos a priori e não empíricos porque trazem consigo necessidade, que não pode ser tirada da experiência (Kant, 1980/1787 p. 28).

A necessidade e o sentido jamais poderiam, para Kant, nascer da própria experiência, pois as sensações, pensadas enquanto uma multiplicidade de impressões dadas, ainda são elementos simples, uma “matéria bruta” a ser organizada segundo os princípios a priori da subjetividade. A intuição sensível, na qual a sensação torna-se fenômeno, já seria uma estruturação subjetiva, segundo as formas puras do espaço e do tempo. Mas a própria concepção de uma “forma pura”, a priori por ser condição da experiência e não dela dependente (não originada a partir de conexões empíricas), pressupõe uma divisão do fenômeno em “forma” e “matéria” que seria desautorizada por uma abordagem da experiência tal como nos é dada. A unidade de uma multiplicidade perceptiva³³, segundo a fenomenologia husserliana, não é uma “forma”, um todo que independeria das suas partes, sendo logicamente anterior e aplicado às mesmas numa estruturação subjetiva. A totalidade inerente ao fenômeno define-se pela referência intencional entre as partes, por sua exigência recíproca.

Já que aquilo unicamente no qual as sensações podem se ordenar e ser postas em certa forma não pode, por sua vez, ser sensação, então a matéria de todo fenômeno nos é dada somente a posteriori, tendo porém a sua forma que estar toda a disposição a priori na mente e poder ser por isso considerada separadamente de toda sensação (Kant, 1980/1787 p. 33).

Trata-se de um preconceito empirista, e não de um princípio auto-evidente, a defesa de que não podemos encontrar nenhuma universalidade na intuição sensível. Tal concepção teria levado Kant a localizar a necessidade sensível em formas puras (espaço e tempo) que pertenceriam ao sujeito transcendental e não aos próprios dados sensoriais. Ainda se mantém, assim, uma oposição entre um “princípio organizador” e “agregados sensíveis”, uma oposição entre atividade e passividade. O procedimento que extrai a forma pura das intuições sensíveis, os dados efetivos da experiência, já é uma dedução, os conceitos de espaço e tempo, portanto, já são abstrações, não são dados diretamente. Dessa forma, substitui-se a intuição pela lógica na elucidação do sentido das “formas puras”. Mas como vimos na “Idéia da fenomenologia...” (1970/1950), a intuição é a única dimensão cognitiva em que podemos encontrar a evidência que elucidaria e justificaria um determinado princípio, “fazendo-o dar-se a si mesmo”, incluindo aqueles da lógica e matemática. É por abandonar a possibilidade de uma elucidação intuitiva que Kant, para Husserl, acaba por cair em construções míticas, cujos elementos não seriam justificáveis definitivamente. Os próprios princípios lógicos, ou o sentido do “a

³³ Ver introdução.

priori lógico” não seriam adequadamente elucidados, portanto, Kant retornaria ao problema denunciado pelo empirismo, localizando-se, de certa forma, fora do progresso do pensamento que se desenvolvera de Descartes à Hume.

A elucidação intuitiva defendida por Husserl envolve primeiramente a redefinição da noção de intuição. Para além de sua concepção como o contato imediato com um conteúdo particular da sensibilidade, é preciso compreendê-la a partir da atitude fenomenológica, em que toma “unicamente o sentido genérico de auto-exibição originária” (Husserl, 1970/1938, p. 116). A intuição, assim, deve referir-se a todo o conteúdo que se apresenta diretamente à consciência, incluindo as referências que encontramos imediatamente neste. Como vimos anteriormente, é justamente uma totalidade organizada que se revela quanto tomamos a experiência da perspectiva fenomenológica.

O afastamento de Kant em relação à abordagem epistemológica-psicológica dos empiristas é compreensível devido à confusão teórica em que esta se encontrava, bem descrita, aliás, pelo próprio Kant na crítica à Hume. Mas não decorre de uma abordagem inadequada que se deva abandonar o próprio projeto, isto é, a compreensão de como o pensamento desenvolve-se a partir da percepção, região dos dados primordiais do conhecimento. O empirismo revelou a necessidade de pensarmos a reflexão como parte da experiência, a filosofia como uma práxis entre outras da vida humana. De certa forma, é como se a psicologia empirista, embora não tenha abdicado do associacionismo, nos revelasse a experiência como uma região apriorística, dada antes mesmo do advento das “formas lógicas”, uma dimensão do conhecimento que subjaz a toda práxis humana.

Se abdicarmos dos pressupostos associacionistas, tomando a experiência tal como nos é dada, isto é, na sua auto-exibição intuitiva, veremos revelarem-se estruturas fenomenais em que as partes apontam necessariamente ao todo. Essa totalidade dada de antemão na vida consciente, pressuposta por toda teoria, é denominada “mundo da vida”. Trata-se da experiência pré-científica, antepredicativa, da qual necessariamente partimos e à qual retornamos constantemente para validar nossas teorias. A ciência e a atividade predicativa de forma geral pretendem superar a relatividade desse mundo (o fato de seus conteúdos serem parte de uma experiência particular), encontrando verdades fixadas de uma vez por todas. Entretanto, como nos revela a filosofia humeana, toda concepção de objetividade nasce dessa dimensão subjetiva-relativa. O progresso implicado na filosofia husserliana, portanto, será a compreensão da

subjetividade como necessariamente estruturada nessa relatividade, permitindo que os conceitos e relações empregados pela atividade predicativa recuperem sua inteligibilidade e legitimidade.

O significado de qualquer fenômeno novo em nossa experiência envolve sua penetração no conjunto fenomenal do mundo da vida, que já tem implicações de sentido e validade. Os fenômenos relacionados nessa unidade de sentido são “fenômenos puramente subjetivos em sua totalidade, mas não meros fatos envolvendo processos psicológicos de dados dos sentidos” (Husserl, 1970/1938, p. 112). Essa dinâmica fenomenal participaria tacitamente da constituição do sentido da experiência. Trata-se, portanto, de uma região pressuposta em toda atividade intelectual, mas que teria permanecido inexplorada em solo filosófico até então.

É um reino de algo subjetivo que é completamente fechado em si mesmo, existindo de sua própria maneira, funcionando em todo experimentar, todo pensar, toda vida, assim em toda parte inseparavelmente envolvido; ainda assim nunca foi relevado, nunca apreendido e entendido (Husserl, 1970/1938, p. 112).

É no sentido de que toda realização fenomenal implica a penetração numa totalidade pré-dada que o mundo da vida se constitui como uma dimensão apriorística do conhecimento, sendo condição de quaisquer significações, sejam aquelas das práticas empreendidas na vida comum, sejam aquelas das refinadas operações científicas e filosóficas. Pensando que se trata simplesmente de revelar a pré-existência de um mundo dado no qual nos inserimos em nossa vida consciente, tais afirmações podem parecer um tanto óbvias e inúteis. Entretanto, trata-se de revelar tal dimensão fenomenal como uma estruturação subjetiva que é o solo auto-evidente que nos permitirá a fundamentação do sentido do conhecimento. Na medida em que Husserl pretende compreender *como* se dá a constituição do sentido na subjetividade, pensada a partir de agora como a dinâmica interna dessa totalidade, toda obviedade com que tratamos o mundo até então se torna um problema filosófico.

A colocação do “mundo da vida” como problema filosófico implica, para Husserl, um questionamento que vai além da fundamentação das ciências objetivas, isto é, torna-se mais do que um problema parcial do conhecimento objetivo (Husserl, 1970/1936, p. 132). Ao contrário, são as realizações da lógica e das ciências que acabam tornando-se problemas parciais, pois remontam ao problema geral implicado na investigação do “mundo da vida”. O que está em questão corresponde, sobretudo, à

compreensão da intuição primordial implicada em toda atividade humana, ou seja, a constituição do sentido em todas as suas instâncias. Entretanto, dado nosso interesse nas contribuições oferecidas por esse conceito à compreensão da relação entre a fenomenalidade e a objetividade científica, nossa reflexão se limitará às questões epistemológicas.

O que concede tal privilégio epistemológico ao mundo da vida corresponde ao fato deste ser diretamente dado à apreensão da consciência. A objetividade científica e as formas lógicas e matemáticas, por sua vez, não o são em si mesmos, senão em sua referência às estruturas fenomenais desse mesmo mundo da vida. Dessa forma, podemos justificar a importância da elucidação intuitiva, agora pensada como a busca das estruturas fenomenais que tornam os conceitos do entendimento inteligíveis. Tal retorno referencial ao a priori do mundo da vida, assim, é uma fundação de validade (Husserl, 1970/1938, p. 140). A noção de uma lógica, ou um pensamento, auto-suficiente, não passaria de ingenuidade, pois sem a elucidação no âmbito fenomenal tal ciência ficaria “suspensa no ar, sem sustentação”.

Tal “suspensão” corresponde ao problema que levou Husserl a repreender a ausência de uma elucidação intuitiva na teoria kantiana. Entretanto, na medida em que lançamos um olhar fenomenológico ao mundo da vida, negando a interpretação empirista da experiência como um agregado de unidades independentes, revelamos justamente uma subjetividade constituinte, cujas estruturas são necessárias e apriorísticas. Dessa forma, Husserl recupera o motivo filosófico de Kant, superando a dificuldade de elucidação que estaria presente numa reflexão pautada numa lógica pressupostamente auto-suficiente.

Husserl descreve o mundo da vida como aquele no qual já nos encontramos inseridos, ao mesmo tempo como parte constituída, isto é, como objetos dentre outros, e como constituintes, como sujeitos cujas atividades alteram constantemente a validade (existente, possível, indeterminado, determinado) das estruturas que nos são dadas num certo “modo de doação”. Embora no decorrer de nossa atividade valorativa no interior desse mundo o significado das coisas que apreendemos possa ser constantemente atualizado, ou sendo mesmo carregado por nós como fruto de uma experiência prévia, “o ‘mundo’, como existindo de maneira unificada, persiste a todo instante, sendo corrigido apenas em seu conteúdo” (Husserl, 1970/1938, p. 105). Ora, se essa constante atualização e mudanças de valores representam justamente a relatividade desse mundo,

sua estruturação enquanto totalidade é uma característica absoluta e universal da experiência, bem como os modos de valoração e de doação que a constituem.

Como podemos ver na descrição husserliana do mundo da vida, tanto o ego quanto as coisas a que se refere participam de uma mesma realidade fenomenal. Trata-se de uma concepção de subjetividade alargada que incorpora o eu e o mundo como entidades fenomenais que participam da experiência como pólos de significação. No âmbito dessa subjetividade, a percepção nos aparece como um modo de intuição primeiro³⁴, que, entretanto, não pode ser pensado como uma mera coleção de dados sensoriais. A passividade presente na percepção refere-se à independência da unidade dos objetos percebidos em relação à atividade constituinte de um ego fenomenal, o que seria o caso da prática teórica, na determinação dos conceitos. Por outro lado, há relações intencionais perceptivas originais. São aquelas que envolvem o corpo vivo (aquele pertencente ao ego) e o mundo circundante, de forma que os objetos se revelam segundo as exigências das funções cinestésicas e sensoriais em conjunto. A articulação do sentido da sensibilidade, assim, envolve uma cooperação inteligível dos órgãos (a motricidade e os órgãos dos sentidos) do corpo vivo que estão implicados num determinado tipo de atividade do ego. O corpo vivo, com sua qualidade fenomenal única, corresponde ao centro de um campo perceptivo total, organizado em torno de suas funções.

A concepção de uma estrutura intencional própria ao campo perceptivo rompe com uma tradição filosófica que reconhecia relações de sentido apenas através da interferência do juízo. Embora Husserl tenha elogiado a revelação cartesiana da subjetividade, sua concepção, guiada pela “teoria dos todos e das partes”, concede um estatuto completamente diferente à percepção. A unidade que define o objeto da consciência perceptiva, em Descartes, somente pode ser pensada como uma síntese produzida pelo juízo. Trata-se da clássica análise da percepção da cera, segundo a qual, dada a diversidade de formas extensas percebidas (exteriores entre si), somente à inspeção do espírito caberia compreender tal multiplicidade como um objeto. A exibição fenomenal das relações de sentido presentes na sensibilidade, entretanto, não se contrapõe apenas à filosofia anterior, mas se constitui como um progresso dentro da própria fenomenologia de Husserl.

³⁴ Trata-se de um modo intuitivo originário, pois corresponde à exibição do modo de “auto-apresentação”, no qual o objeto aparece como “ali ele mesmo”, do qual os outros modos de intuição temporais são derivados como “estava ali ele mesmo” ou “estará ali ele mesmo”.

Segundo Moura (2001), nas “Investigações Lógicas”, Husserl ainda compreenderia os correlatos dos atos do entendimento como objetos “novos” em relação àqueles da intuição sensível. A diferença entre a sensibilidade e o entendimento seria o caráter simples e fundante da primeira, enquanto o último seria fundado, complexo por ser relacionante e constituir-se como atos de “ordem superior”.

Enquanto na intuição sensível o objeto se constitui de modo simples e é imediatamente dado, na intuição categorial o objeto se constitui em atos “relacionantes”, atos ‘unificantes’, atos que, por isso mesmo, estão fundados em outros atos (Moura, 2001, p. 348).

Embora Husserl já defendesse uma relação de fundação do entendimento sobre a sensibilidade, o primeiro era original em relação ao sensível, o objeto dos atos categoriais era um objeto “novo”, “como ‘o conjunto’ é outra espécie de ‘objeto’ em face dos elementos que o compõem” (Moura, 2001, p. 349). Ora, o que Husserl nega ao objeto da intuição sensível é exatamente o caráter de unidade intencional de uma multiplicidade de modos de doação. O todo, o “conjunto”, será um objeto diferente do sensível, sendo ideal, atemporal.

O desenvolvimento da investigação husserliana nos revelou, porém, uma noção mais ampla de categorial, em que o próprio sensível implique relações de sentido, como a relação entre “atributo” e “substância”, e a participação de um objeto numa coletividade. A intuição simples deixa de existir, dando lugar a conjuntos sensíveis que permitirão “uma ‘atividade lógica’ presente em ‘camadas’ nas quais a tradição nunca a entrevira” (Moura, 2001, p. 357). A redefinição de intuição kantiana, assim, é em certa medida a redefinição da própria intuição sensível de Husserl, pois passa a ser preciso compreender a “auto-exibição” como uma relação de parte ao todo. Trata-se da inserção da noção de “horizonte interno” e “horizonte externo”, segundo as quais o objeto percebido nos aparece como uma parte de uma multiplicidade que é aquela cuja unidade corresponde ao objeto – horizonte interno –, mas ao mesmo tempo tem seu sentido relativo aos outros objetos da circunvizinhança, em relação à unidade de uma multiplicidade de objetos atuais e possível a que chamamos “mundo”.

Talvez inspirado pelas “questões de origem” que o empirismo nos revela, Husserl procurará compreender no âmbito dessa intuição primeira a origem das categorias lógicas, portanto, da inteligibilidade do próprio pensamento científico. Diferentemente dos resultados empiristas (o ceticismo humeano), Husserl defenderá a possibilidade da execução dessa tarefa devido ao fato do mundo da vida conter uma

“estrutura geral”. Na medida em que o pensamento pretende determinar aquilo que nos é dado na percepção, estabelecendo relações necessárias e compreendendo os processos que envolvem tais objetos, o contato entre pensamento e percepção só se torna compreensível se as categorias do pensamento pré-existirem no âmbito da percepção. De que outra forma a percepção poderia corrigir, validar, as especulações de pensamento?

Como mundo da vida o mundo tem, mesmo antes da ciência, as “mesmas” estruturas que as ciências objetivas pressupõem em sua estruturação do mundo que existe “em si” e é determinado através de “verdades em si” (essa estruturação sendo tomada como válida de antemão devido a uma tradição secular); essas são as mesmas estruturas que eles pressupõem como estruturas a priori e sistematicamente reveladas nas ciências a priori, ciências do *logos*, as normas metódicas universais pelas quais qualquer conhecimento do mundo existindo “em si, objetivamente” deve estar ligado (Husserl, 1970/1938, p. 139).

É pelo fato da subjetividade ser condição da objetividade científica, constituída no âmbito da práxis teórica e nunca em si mesma experienciável diretamente, que a psicologia da qual será tema de investigação não poderá se constituir como uma psicologia naturalista. Na verdade, Husserl não defende que as estruturas nasçam dos processos perceptivos, trata-se da dimensão subjetiva em que as encontramos diretamente. A progressiva superação dos preconceitos teóricos empreendida no desenrolar da reflexão husserliana na “Crise...”, que nos permitiria encontrar a experiência em sua “auto-exibição”, acabaria por revelar uma subjetividade transcendental atuante. Assim, as estruturas dadas na percepção seriam como uma síntese subjetiva oculta, diferente daquela do entendimento, mas ainda uma síntese³⁵.

Através da concepção de uma subjetividade transcendental atuante, Husserl procura levar adiante tanto o motivo filosófico do empirismo como o da filosofia kantiana. Como a subjetividade transcendental é “fechada em si mesma”, a legítima investigação psicológica será aquela que se atém à subjetividade, tematizando as realizações desta no mundo da vida, enquanto a filosofia transcendental elucidará, a partir de um diálogo com tal psicologia, as estruturas universais e necessárias da subjetividade.

³⁵ Tal síntese será pensada na reflexão husserliana acerca da temporalidade.

2.3 – A fenomenologia filosófica e o gestaltismo

A busca da necessidade no âmbito da percepção, da apreensão da validade de conceitos conforme sua referência às relações intrínsecas presentes no “mundo da vida” podem ser identificadas como aspectos comuns à fenomenologia husserliana e à fenomenologia gestaltista, como o faz Henle (1970, p. 4). Ambas opõem-se à concepção da experiência direta como um composto de elementos independentes, cujas relações são contingentes – todos de agregação. Tanto Husserl, quanto Köhler, Wertheimer e Koffka, opõem-se a tal atomismo levantando a evidência com que as relações intrínsecas da percepção se revelam quando nos livramos dos preconceitos teóricos e tomamos os fenômenos por si mesmos. Dentre as pretensões dos projetos que se originam desse argumento encontra-se a tentativa, mesmo que como um problema parcial, de fundamentar no âmbito fenomenal a inteligibilidade do mundo e do seu conhecimento. Enquanto em Husserl essa fundamentação torna-se possível pela revelação de uma subjetividade transcendental, para a Teoria da Gestalt, tal projeto guia-se pela correção implicada pelo seu conceito chave no corpo teórico e nos procedimentos da ciência.

Provavelmente há de chegar o dia em que, em Psicologia e Filosofia, será princípio de método que as características óbvias dos dados primários de observação serão respeitadas pelo valor que representam, qualquer que seja sua relação com preconceitos gerais. Reconhecer-se-á, então, que não nos é permitido interpretar o preto como realmente branco ou que determinado lugar seja realmente outro lugar, a menos que sejamos forçados a fazer isso devido a observações posteriores convincentes (Köhler, 1978/1944, p. 115).

A Teoria da Gestalt, é verdade, nunca “suspende” as observações científicas, fazendo da fenomenologia, enquanto “princípio de método”, um critério de crítica e reformulação conceitual. Ora, os gestaltistas não estariam, assim, presos à atitude natural, sendo impedidos de realizar uma fenomenologia autêntica, como diria Husserl, dos “fenômenos puros”? É justamente o ponto levantado pelo filósofo.

A Teoria da Gestalt, para Husserl, sofre dos problemas inerentes a todo pensamento naturalista. Tendo definido o naturalismo como a atitude científica que pressupõe a consciência como efeito de um mundo existente em si mesmo, Husserl coloca os gestaltistas na mesma categoria do empirismo de Locke e do atomismo da psicologia clássica. O psíquico, no naturalismo, é visto como uma variável dependente do físico. “Por isso mesmo a psicologia oriunda do naturalismo será antes de tudo uma

psicologia psicofísica, isto é, uma psicologia que manterá como princípio constante a eliminação de toda análise direta da consciência” (Moura, 2001, p. 174).

Merleau-Ponty apresenta-nos a polêmica entre Husserl e a Teoria da Gestalt na análise da filosofia de Husserl efetivada em lições proferidas em algum momento entre 1949 e 1952, publicadas sob o título de “As ciências do homem e a fenomenologia” (1973/1958). Ele alude a uma passagem no posfácio às “Idéias diretrizes para uma fenomenologia e uma filosofia fenomenológica puras” (Husserl, 1993/1913) para representar a classificação dos “psicólogos da forma” no pensamento do filósofo.

Parece perfeitamente natural a quem vive nos hábitos de pensamento das ciências e da natureza considerar o ser puramente psíquico, ou melhor, a vida psíquica, como um conjunto de eventos análogos aos fenômenos naturais no quase-espço da consciência. É aparentemente indiferente aqui, a princípio, conceber os dados psíquicos amontoados, “como átomos”, à maneira de grãos num pote de areia, mesmo que unidos conforme leis empíricas, ou concebê-los como partes de todos que não podem ter outro papel senão o de partes, quer seja por necessidade empírica ou apriorística; (...) Em outros termos, tanto o atomismo psicológico quanto a psicologia da forma (*Gestaltpsychologie*) conservam esse mesmo sentido (definido pelo que dissemos acima) que é o próprio princípio do “naturalismo” psicológico que podemos chamar aqui de “sensualismo” no sentido da expressão “sentido interno”. (Husserl, 1993/1913, p. 203).

Em suma, o fato da Psicologia da Gestalt pensar os processos psicológicos como uma “região psicológica interna” dependente de processos psicofísicos “exteriores” a condena ao naturalismo. Acreditamos, no entanto, que classificação da Teoria da Gestalt como “naturalista”, embora acertada em certo sentido, não implica uma simples transposição das críticas aplicáveis ao empirismo e atomismo. Trata-se de uma das perguntas, no fundo deste trabalho, o motivo que levou os gestaltistas a manterem um naturalismo no seu pensamento. Elucidando tal motivo, procuraremos levantar a originalidade do projeto da Teoria da Gestalt.

Na continuação da análise de Merleau-Ponty, encontramos uma breve defesa do projeto gestaltista, apontada também por Donzelli (1980). Trata-se da ênfase dos gestaltistas na significação imanente aos dados psicológicos, característica definidora da Gestalt.

Em outras palavras, creio que o que Husserl buscava para “lastrar” sua intuição eidética e distingui-la definitivamente dos conceitos verbais era (embora o ignorasse) uma noção semelhante àquela trazida pelos gestaltistas, a noção de uma ordem e de uma significação não produzidas pela aplicação da atividade do espírito a materiais exteriores a ela, a noção de uma organização espontânea, para além da distinção entre a atividade e a passividade, e cujo emblema é a configuração visível da experiência (Merleau-Ponty, 1973/1958, p. 55).

Tal configuração corresponde àquela que apresentamos através das leis da percepção, a concepção do sentido e valor como intrínsecos aos processos totais da percepção. A Teoria da Gestalt, especialmente quando tem Köhler por representante, mostra uma preocupação notável relativa à elucidação dos conceitos, quer sejam físicos, biológicos ou psicológicos, através das estruturas fenomenais. Entretanto, a ressalva de Merleau-Ponty de que “é preciso não se deixar influenciar pelas hipóteses fisiológicas dos gestaltistas, pela explicação cerebral das estruturas da consciência” e a aproximação, na “Estrutura do Comportamento” (2006/1942), da Teoria da Gestalt em relação ao materialismo, mostram que o filósofo condiciona a contribuição filosófica da Gestalt a uma certa purificação da teoria. De fato, o próprio filósofo pensa conduzir mais fielmente o projeto que os gestaltistas “nunca levaram muito adiante”, radicalizando à sua maneira a noção de estrutura, ou Gestalt.

O mesmo movimento é realizado por Gurwitsch, que, por sua vez, inspira o artigo “A lei da Gestalt na perspectiva fenomenológica” de Embree (1979). Segundo Embree, é preciso distinguir as “descrições” das “explicações” oferecidas pelos gestaltistas, sendo que a “exploração fenomenológica” da Teoria da Gestalt se pautaria por um refinamento de suas descrições e revelaria contribuições às leis de essência da experiência. Tudo se passa como se o naturalismo gestaltista fosse um pressuposto assumido ingenuamente e não, como pretendemos mostrar, uma filosofia da natureza que faz da insuficiência dos dados fenomenológicos um importante argumento.

É verdade que os gestaltistas tentarão fundamentar a experiência direta através dos processos cerebrais – a subjetividade genética da experiência –, entretanto, ao mesmo tempo, as hipóteses referentes a tais processos deverão permitir a compreensão dos fenômenos sem negar suas características essenciais. Trata-se do reflexo da defesa de um princípio semelhante ao da filosofia husserliana da “Crise das ciências...”. Trata-se da defesa do mundo da vida como contato primordial com a objetividade fenomenal, no qual são reveladas diretamente as estruturas utilizadas na atividade científica. Seria uma contradição importante na Teoria da Gestalt a coexistência de tais princípios, a subjetividade genética e a dependência da ciência em relação ao mundo da vida, se não houvesse a defesa da necessidade, no âmbito da própria realidade fenomenal, de pensarmos a subjetividade como parte de uma realidade exterior. Nesse ponto, encontramos uma primeira discordância entre as teorias fenomenológicas de Husserl e dos gestaltistas, pois para os últimos, a subjetividade não corresponde a uma totalidade

absoluta, seus conteúdos envolveriam uma referência necessária para fora de si. Elucidaremos tal argumento a seu tempo.

Ash (1998) identifica, especialmente em Köhler, a expansão da Teoria da Gestalt para a filosofia da natureza. Procura-se, nessa nova filosofia, enfatizar as características estruturais dos processos físicos, já que um dos aspectos que torna o naturalismo incapaz de fundamentar a experiência imediata em sua originalidade corresponde, para a Teoria da Gestalt, à concepção de natureza como composta por todos de agregação. Tal preconceito acerca da objetividade científica teria levado o próprio Husserl a restringir a noção de “mundo” a um pólo da subjetividade, por se tratar de uma totalidade fenomenal. A totalidade autêntica, a significação imanente, para Husserl, só é pensável no âmbito da subjetividade. É justamente através da recusa dessa concepção de natureza que o “naturalismo” gestaltista se fundamentará a partir da investigação fenomenológica. A natureza no âmbito da Teoria da Gestalt reveste-se de um significado novo, que pretendemos elucidar aqui.

Se a leitura de Husserl em relação aos gestaltistas é um tanto rígida, a recíproca é verdadeira. As críticas dirigidas à fenomenologia husserliana pelos pensadores da Gestalt referem-se ao momento em que Husserl ainda distinguia os objetos dos atos categoriais daqueles da intuição sensível. Köhler, no “Lugar do valor...”, afirma que Husserl destaca toda a necessidade da facticidade, fazendo-a repousar num universo próprio, atemporal. Dessa forma, entretanto, não haveria possibilidade de conhecermos diretamente tal dimensão ideal, já que toda experiência é temporal.

Se o mundo da verdade não se estendesse ao mundo da experiência – e isto é: de fatos – como poderíamos algum dia saber de sua existência? Inspecção da verdade, como Husserl o chamaria, é um fato real. Com tal, a inspecção dificilmente poderia alcançar seu objeto, se o objeto não pertencesse ao mesmo reino de fatos. Fatos e o material da verdade evidente parecem, depois de tudo, coexistir num mesmo universo (Köhler, 1970/1954, p. 53).

Segundo a análise de Henle (1979) das críticas de Köhler a Husserl, o filósofo, ao afastar as relações intrínsecas do “mundo dos fatos”, assemelha-se aos vitalistas, os quais procuraram localizar num conceito exterior aos processos naturais físicos, a “vida”, propriedades que não poderiam existir neles, pensados como necessariamente mecânicos. Trata-se de uma crítica geral que Köhler dirige à estratégia filosófica de criar um reino de pura necessidade em oposição a um reino de pura contingência, estratégia que aparece mais explicitamente na oposição entre as idéias e a sensibilidade

em Platão, mas também no “sujeito transcendental” de Kant e nas “essências” de Husserl.

Obviamente, se o reino dos fatos é classificado como contingente, a necessidade demandada pela própria noção de “conhecimento” deveria pertencer à outra região de reflexão. Entretanto, a classificação do “reino dos fatos” como composta por elementos agregados, para a Teoria da Gestalt, não é mais do que um preconceito filosófico, muito influenciado pela aversão produzida pelo pensamento materialista, o qual procurava reduzir o pensamento a processos oriundos de choques acidentais de partículas físicas. A compreensão da facticidade como baseada necessariamente em recortes no mundo “tal como o encontramos, ingenuamente e sem crítica” (Köhler, 1947, p. 1), permitirá a proposição de novos recortes possíveis, de forma que a necessidade intrínseca encontrada já nos processos perceptivos mais básicos seja preservada. Assim, em oposição à definição kantiana da sensibilidade, de onde nenhuma necessidade pode ser extraída senão como realização de uma atividade subjetiva constituinte, poderíamos dizer que os gestaltistas propõem a “desinversão” da inversão Copernicana de Kant.

Se a concepção da facticidade como oriunda da inspeção direta da experiência concreta, como a investigação da percepção, revela-nos relações de sentido no âmbito do próprio objeto fenomenal, livre da comparação a um material cego (sensações), poderíamos afirmar que se trata de uma conquista semelhante à da intencionalidade noemática (no âmbito do objeto e não do ato da consciência) de Husserl, que nos revelaria o “categorial” na sensibilidade.

Para além da polêmica entre o idealismo husserliano e o naturalismo gestaltista, podemos localizar no “mundo da vida” uma conquista crucial da reflexão fenomenológica, definida da maneira ampla como a tentativa de compreender as relações intrínsecas aos fenômenos. Veremos, daqui para frente, como tal o mundo da vida aparece na Teoria da Gestalt, configurando-se como conceito chave para a elaboração de uma nova forma de pensarmos a natureza e a ciência.

2.4 – O mundo da experiência direta na Teoria da Gestalt

O mundo da vida aparece na Teoria da Gestalt geralmente vinculado a discussões epistemológicas. Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar a importância de tal reflexão para pensarmos a relação entre a fenomenologia e a prática científica

num sentido amplo. Por outro lado, procuraremos compreender como evolui a fenomenologia gestaltista, bem como o significado que adquire a realidade transcendente no decorrer da reflexão de Köhler.

Um primeiro momento da reflexão fenomenológica gestaltista corresponde à distinção entre “mundo da experiência” e “mundo da ciência” apresentada no livro “Psicologia da Gestalt” (1947/1929) de Köhler. Segundo o autor, a abordagem descritiva daquilo que experimentamos diretamente é fundamental para a definição do objeto e dos conceitos de uma ciência. Trata-se de um primeiro contato com a região fenomenal que será destacada durante as investigações³⁶, permitindo-nos, inclusive, obter uma identificação precisa do processo que estamos medindo – trata-se da principal tese da epistemologia da Teoria da Gestalt, a qual denominaremos “tese fenomenológica”, descrevendo, assim, o “primado da observação direta” levantado por Gurwitsch (2002/1936).

A objetividade das ciências naturais geralmente é identificada ao mundo que nos é dado diretamente, o que, geralmente, permite o desenvolvimento natural das pesquisas. Entretanto, uma reflexão rigorosa sobre o procedimento científico descobre um desacordo importante entre o mundo da ciência e o da experiência. Tal desacordo desenvolveu-se através de um longo processo histórico, marcado pelo intenso diálogo entre observação e teorização – especialmente na ciência física. O conjunto dessas questões é a motivação central para investigarmos a relação entre a experiência direta e o pensamento científico.

“Parece haver um único ponto de partida para a psicologia, exatamente como para todas as outras ciências: o mundo como encontramos, ingenuamente³⁷ e sem crítica” (Köhler, 1947/1929, p. 7). A tese fenomenológica ganha cada vez mais força no desenvolvimento da Teoria da Gestalt, o que nos justifica retomá-la constantemente neste trabalho. Foi justamente esse contato com as coisas como aparecem diretamente (o método descritivo ingênuo) que operou a inversão metodológica no âmbito da percepção, apontando inadequações importantes no método introspeccionista. Se, nesse momento, o termo “parece” confere um sentido hipotético à afirmação, é porque tal ingenuidade pode ser perdida na construção de uma nova realidade, a científica.

³⁶ Constituindo-se, assim, como objeto daquela ciência. Pensemos como exemplos o privilégio que os instrumentos de medida adquirem na física e que as observações “objetivas” do comportamento adquirem na psicologia.

³⁷ O termo “ingenuidade” na Teoria da Gestalt refere-se à consideração da experiência tal como nos aparece, sem preconceitos teóricos. Difere, portanto, do sentido de “ingenuidade” em Husserl, relativo à aceitação de pressupostos não elucidados.

Entretanto, a tese é reforçada pela defesa de que, “de qualquer forma, todo o desenvolvimento deve começar com uma imagem ingênua (*naïve picture*) do mundo”, sendo tal origem necessária, já que “não há nenhuma outra base da qual a ciência possa surgir” (Köhler, 1947/1929, p. 7). Esse mundo, por sua vez, inclui tudo aquilo que nos é dado diretamente.

No meu caso, que pode ser tomado como representativo de muitos outros, essa imagem ingênua consiste, nesse momento, num lago azul com florestas escuras ao redor, uma pedra grande e cinza, dura e fresca, que escolhi como assento, um papel no qual escrevo, um barulho sutil do vento que move as árvores com dificuldade e um forte odor característico de barcos e pescaria. Porém, há mais nesse mundo: de alguma forma eu agora observo, embora não se funda com o lago azul do presente, um outro lago de um azul mais suave, ao qual me encontrava olhando, há alguns anos atrás, de suas margens em Illinois. Estou perfeitamente acostumado a contemplar milhares de visões desse tipo, que surgem quando estou sozinho. E há ainda mais nesse mundo: por exemplo, minha mão e meus dedos movendo-se levemente pelo papel. Agora, quando eu paro de escrever e olho ao redor novamente, há também um sentimento de saúde e vigor. Mas, no momento seguinte, sinto algo como uma pressão obscura em algum lugar em meu interior que tende a tornar-se uma impressão [feeling] de estar sendo caçado – eu prometi terminar este manuscrito dentro de alguns meses. (Köhler, 1947/1929, p. 7).

Se tal descrição da experiência ingênua – mundo fenomenal – parece banal a uma pessoa despreocupada com a precisão de seus termos, com a possibilidade de transformá-los em conceitos exatos e bem definidos, o mesmo não ocorrerá com o cientista. Vemos um relato repleto de qualidades, como a sutileza do movimento das árvores e do barulho do vento, as cores e demais aspectos dos objetos, ou mesmo do ambiente, como o odor “forte”, “de barcos e pescaria”. Ao mesmo tempo, há objetos com funções específicas, como a pedra que serve de “assento”, e um conjunto de eventos que se referem a um eu e a seu corpo (“minha mão”, “meus dedos”, “meu interior”, os sentimentos). O futuro e o passado também aparecem na cena, tornando-se, assim, regiões fenomenais que não se fundem com a percepção (o lago do presente), mas estão significativamente ligadas ao mesmo, já que um outro lago vem à memória de Köhler e o futuro que o assombra refere-se justamente ao término de sua atividade atual. Já notamos aqui a presença de um eu, seu corpo, seu comportamento, seu passado e seu futuro, assim como características dinâmicas que relacionam as partes do conjunto, como a “pressão obscura” que surge como um sentimento que tem sua origem no futuro fenomenal e atinge Köhler em sua atividade.

Após conhecermos as leis da percepção, algumas características deixam de contrariar diretamente uma atitude científica. Aspectos como “suavidade”, “pressão” (lembramos da “demanda lógica”), “leveza”, etc., referem-se à organização de

determinados eventos, assim como um tipo “ondular” de direcionamento, ou um movimento pró-estrutural “suave”, são características da articulação, do todo. Como vimos, leis podem ser extraídas de forma a contemplar tais qualidades; entretanto, como são leis da percepção, podem ser ameaçadas por uma acusação de “subjetividade”, em oposição à observação “objetiva”, confiável e precisa, do comportamento. Mas, se a precisão refere-se à adequação entre relato e observação, tal descrição é perfeitamente precisa do ponto de vista fenomenológico, já que, se algo aparece como incerto, deve ser descrito como incerto. A conquista dessa descrição precisa dos eventos, que represente adequadamente suas relações e qualidades, como afirma Ash (1998), corresponde ao “aprender a ver” implicado na orientação estética que tal autor identifica na ciência gestaltista.

A atividade científica, porém, não se prendeu à mera observação direta, pois “séculos atrás, várias ciências, a física e a biologia mais do que todas, começaram a destruir a confiança simples com a qual os seres humanos tendem a tomar esse mundo como *a realidade*³⁸” (Köhler, 1947/1929, p. 8). A ciência, na tentativa de determinar sistematicamente os fatos estudados, deparou-se com essa experiência permeada de contradições e ambigüidades, mas com o advento de instrumentos que permitiram mensurações precisas e a manifestação de entidades que jamais apareceriam espontaneamente em nossa observação, os cientistas foram capazes de revelar uma outra realidade por trás da experiência, desprovida das contradições que lhe são inerentes. Trata-se do “mundo físico” do qual participa o “organismo”, entidades que, segundo Köhler, não são contempladas na observação direta. Vejamos o que motivou essa secção na realidade.

Questionando a natureza dos sentidos, o homem teria descoberto que “cores, sons e cheiros, etc., eram meros produtos das influências exercidas sobre ele por seu ambiente” (Köhler, 1947/1929, p. 8). Entretanto, num primeiro momento, a presença da realidade persistiu na experiência. Mesmo com a exclusão das qualidades sensíveis ou secundárias, por serem resultados de processos orgânicos, ainda se considerava que o mundo físico era representado pelas qualidades primárias, como a forma, o peso e o movimento. Ainda se mantinha um realismo ingênuo, isto é, a crença na presença efetiva da realidade exterior em nossa experiência.

³⁸ O tema da discussão é a ciência no sentido experimental, podemos ignorar o fato de que a filosofia antiga já questionava seriamente o papel da experiência sensível como medida da verdade.

A descoberta de que as próprias qualidades primárias dependiam de processos orgânicos resultou, enfim, na crença de que “nenhuma fase da experiência imediata poderia ser considerada uma parte do mundo real” (Köhler, 1947, p. 9). Ora, sendo a experiência um conjunto de efeitos do mundo físico sobre o organismo, ou mesmo de processos interiores a esse organismo, as causas desses fenômenos só poderiam ser exteriores, assim como “o ferimento não é a arma que emitiu o projétil” (Köhler, 1947/1929, p. 17). Foi o último passo para o abandono do realismo ingênuo nas ciências naturais, de forma que “como resultado, a ciência teve que construir um mundo objetivo e independente, de coisas físicas, espaço físico, tempo físico, e movimento físico, e teve que sustentar que esse mundo não aparece em lugar algum da experiência” (Köhler, 1947/1929, p. 9). Temos então, como objetos das ciências naturais, respectivamente, um organismo e um mundo físico que não são acessíveis diretamente, diferindo, dessa forma, do corpo e do meio que são dados diretamente em nosso mundo vivido.

Nesse ponto, Köhler adia a discussão do método empregado na construção da realidade, referindo-se apenas ao “notável sucesso do empreendimento”. Tal discussão será retomada no segundo capítulo de “Psicologia da Gestalt” e aprofundada no “Lugar do valor num mundo de fatos” (Köhler, 1959/1938, capítulo 5). A principal preocupação do autor nesse momento é o papel da experiência na ciência psicológica. Mais especificamente, o que está em questão aqui é que, tomando como modelo a “atividade objetiva” precisa da física – ciência natural por excelência –, conquistada em séculos de reflexão, a psicologia behaviorista abandona prematuramente a experiência direta, ignorando como, mesmo que não correspondam pontualmente à realidade física, tais dados ainda são fundamentais para a construção científica.

O gestaltista compreende o método behaviorista como uma má interpretação dos métodos das ciências naturais. É como se o estabelecimento da psicologia enquanto ciência natural exigisse a superação da coincidência inerente ao método introspeccionista entre a atividade do pesquisador e o objeto investigado. Faltaria à introspecção uma característica essencial do procedimento da física, isto é, “a posição do observador fora do sistema observado” (Köhler, 1947/1929, p. 11). Ao observar um objeto ao qual se misturava, o introspeccionista acabava por modificá-lo pelo próprio ato de observação. Já nas experimentações objetivas, o observador investiga as reações de determinados sistemas independentes dele a partir de condições específicas e variações controladas. Assim, o método behaviorista seria perfeitamente adequado ao das ciências naturais. Pensemos num sistema a ser investigado, como um animal ou ser

humano, “certas condições, entre as quais as mais importantes são aquelas da estimulação exterior, são dadas e objetivamente controladas”, sendo a “reação resultante do sujeito registrada ou mensurada da mesma forma que os sistemas da física ou química” (Köhler, 1947/1929, p. 14). Esse registro, obviamente, inclui as maneiras indiretas de acessar os processos orgânicos, como por meio de instrumentos ou processos relacionados.

A conclusão do behaviorista, então, seria a de que se trata do único tipo de operação legítima da psicologia, sendo a experiência perfeitamente descartável, como já apontamos, e os tópicos relativos à mesma adiáveis até o advento de novos métodos objetivos. A premissa por trás dessa conclusão, o alvo principal de Köhler na “discussão do behaviorismo” (primeiro capítulo de “Psicologia da Gestalt”), é a crença de que “os métodos da ciência natural lidam com a realidade objetiva, enquanto a introspecção – se existe tal coisa – lida com algo inteiramente subjetivo” (Köhler, 1947/1929, p. 15). É desqualificando essa oposição que Köhler devolverá à experiência imediata a importância concedida pela psicologia clássica.

A partir de que momento o primeiro mundo que conhecemos adquire o título de “experiência direta” em contraste à realidade física? Segundo Köhler, apenas com o conhecimento da necessidade da construção de uma nova realidade da qual a experiência é efeito. Tal contraste é responsável pelo próprio significado de “experiência”. É que, antes dessa comparação entre duas realidades, já havia um mundo diante de mim que era “o mundo”, e não uma experiência particular. “Em meu mundo original, variedades inumeráveis de experiências apareciam como completamente objetivas, i.e., como existindo ou ocorrendo independentemente e externamente”, assim como “outras experiências pertenciam a mim, pessoalmente e privativamente, e eram nessa medida subjetivas, tais como um medo terrível em certas ocasiões, e uma felicidade esplêndida e calorosa no natal” (Köhler, 1947/1929, p. 16). Portanto, existe uma divisão entre subjetividade e objetividade na própria experiência, em que os fenômenos subjetivos aparecem como dependentes de mim e privados (relativos ao eu fenomenal), enquanto os objetivos apresentam uma característica independência e autonomia – sua existência não parece dever-se à minha percepção deles.

É importante ressaltarmos que a “independência” dos fenômenos objetivos refere-se menos a uma indiferença relativa ao sujeito do que à espontaneidade característica dos fenômenos. Acreditamos, portanto, que a última discussão apóia a interpretação de Ash em relação à concepção de objetividade na Teoria da Gestalt. A

objetividade evidencia-se na ordenação espontânea, na ordem intrínseca aos fenômenos e não na exclusão do sujeito, como implicado no método experimental, por exemplo, do behaviorismo. Um bom controle experimental, para os gestaltistas, é aquele que nos permite apreender as articulações internas de um fenômeno, e não aquele que torna o fenômeno independente da experiência direta.

A objetividade fenomenal, diretamente apreendida, só recebe o estatuto de “experiência” a partir da construção da realidade exterior, o que não implica, porém, que esta se confunda com as experiências subjetivas. Considerando o caráter indireto do conhecimento da realidade científica, a experiência objetiva constitui-se como a única objetividade diretamente cognoscível. A observação da ciência natural, portanto, não alcança a própria realidade física senão indiretamente, tendo necessariamente a objetividade fenomenal como mediadora.

Ora, mas o fato, geralmente aceito nas ciências, de que a experiência objetiva depende de processos orgânicos não a torna subjetiva? Segundo Köhler, “torna e não torna” (Köhler, 1947/1929, p. 18). A compreensão do sentido dessa resposta permitirá à psicologia superar a querela entre experiência e objetividade. A experiência objetiva torna-se subjetiva num sentido genético, assim como a experiência subjetiva, já que sua origem é determinada por processos no interior do organismo físico, que é inacessível diretamente. Entretanto, a subjetividade genética da experiência como um todo não deve ser confundida com a subjetividade fenomenal, atributo que é inerente à parte de nossa experiência. Tanto o behaviorismo como o introspeccionismo partem, de diferentes maneiras, desse mesmo erro.

O introspeccionismo torna a objetividade fenomenal uma experiência subjetiva por defini-la como agregado de elementos sensoriais simples, determinado pela aprendizagem. Assim, a “objetividade” do objeto torna-se uma ilusão do senso comum e do cientista natural – ilusão a ser superada pela atenção metodológica ao “erro de estímulo”. Lembremos da oposição entre a experiência concreta e a experiência sensorial real defendida pela antiga psicologia; é como se o introspeccionista tentasse construir aquilo que está implicado em qualquer construção, por isso sua teoria tornava-se artificial e vazia.

O estudo da percepção através do método fenomenológico revelou, entretanto, que as estruturas perceptivas têm uma lógica inerente, uma articulação imediata que não apenas independe, na maior parte das vezes, do sujeito que as percebe, mas que também determina a memória e os caminhos da intervenção subjetiva na organização presente.

A estrutura pensada como uma organização espontânea, portanto, torna possível a concepção de uma objetividade fenomenal, em que os objetos não sejam “subjetivos”.

O behaviorismo, por outro lado, levando a concepção introspeccionista de experiência “ao pé da letra”, abandona a abordagem da experiência “de dentro” e defende um método objetivo, como se a consciência ingênua fosse um “olhar para fora” capaz de revelar a natureza em si mesma, isto é, os dados físicos referentes ao comportamento. A experiência do organismo estudado, segundo tal premissa, torna-se um dado absolutamente desnecessário à compreensão de suas respostas, que, em conjunto com os estímulos, seriam diretamente observáveis.

Agora, já que o mundo da experiência direta é o primeiro que conheço, e já que tudo que conheço sobre o mundo físico foi posteriormente inferido de certos eventos no mundo da experiência, como se pode esperar que eu ignore o mundo da experiência? Depois de tudo, ele permanece minha única base para quaisquer opiniões sobre fatos físicos. Se eu escolher, eu posso, claro, levantar a questão se, num certo sentido, o mundo físico é talvez o mais importante. Mas, mesmo assim, eu teria que admitir que, do ponto de vista do reconhecimento ou acesso, o mundo da experiência é anterior ao da física; além disso, teria que reconhecer que minha única maneira de investigar realidades físicas é observando experiências objetivas e tirando destas as conclusões adequadas” (Köhler, 1947/1929, p. 19).

Mesmo com o avanço da fisiologia e o conhecimento dos correlatos da consciência, o organismo e seus processos nunca deixarão de ser exteriores à experiência, conhecidos apenas com base nos conteúdos que nos são dados diretamente, como o corpo percebido. Ora, se é a objetividade fenomenal que observamos na atividade científica, o observador não está realmente fora do sistema observado, devido ao subjetivismo genético, o que não impediu o avanço da ciência. Mesmo que algumas qualidades da experiência não sejam atribuídas aos objetos teoricamente construídos, elas podem nos fornecer dados sobre eles, tal como o cheiro de uma substância química pode ajudar em sua identificação, ou o fato de que a organização visual dos aparatos num experimento sobre um processo físico nos permite compreender qual é o significado do número apontado no instrumento de medida.

É perfeitamente discutível se a defesa de que o observador deve localizar-se fora do sistema está presente no texto de Watson, já que temos algumas menções à concepção de consciência como instrumento científico – e, num certo sentido, é o que se defende aqui. Estudos aprofundados poderiam elucidar o sentido mais adequado da consciência para esse teórico, o que não é nosso objetivo. No entanto, acreditamos que as críticas de Köhler referem-se principalmente ao legado behaviorista, a atitude de repúdio à tematização descritiva da experiência em favor da experimentação “objetiva”

como único método científico legítimo. Além disso, veremos a importância das organizações perceptivas – nas quais a utilização do método fenomenológico mostrou-se fundamental – na determinação do comportamento, e a importância da experiência para o comportamento é textualmente recusada pelo behaviorista.

Outra crítica fundamental do behaviorismo ao estudo da consciência na psicologia era a imprecisão conceitual implicada na subjetividade de seus métodos. A partir da elucidação epistemológica operada até então, Köhler extrai a implicação mais importante da experiência direta para a ciência.

Como eu defino meus termos quando trabalho como um físico? Desde que meu conhecimento da física consiste inteiramente de conceitos e observações contidas ou derivadas da experiência direta, todos os termos que uso nessa ciência devem, em última instância, referir-se à mesma fonte. Se eu tentar definir tais termos, minhas definições podem, obviamente, referir-se a outros conceitos e termos. Entretanto, os passos finais do processo sempre serão: apontar em direção ao locus de certas experiências sobre as quais estou falando e dicas sobre onde fazer certas observações (Köhler, 1947/1929, p. 20).

Não há outra opção ao cientista, qualquer que seja sua área, senão fundamentar seus conceitos na experiência direta, o que evidencia como a confusão conceitual do introspeccionista não decorre da qualidade da fonte de seus conceitos, mas da desconstrução operada por ele em nossa experiência. Ora, se os conceitos científicos devem encontrar seu sentido na experiência direta, o mesmo não se aplicaria à própria noção de “objetividade”? Podemos extrair da discussão precedente não somente o argumento de que nem toda observação da experiência implica a descaracterização de seu objeto, mas também a implicação de que a dimensão das Gestalten percebidas no campo exterior ao “eu”, especialmente sua característica autonomia em relação à atividade subjetiva, constitui-se como a base fenomenal subjacente à idéia da objetividade. A espontaneidade das Gestalten percebidas, assim, consiste na condição de inteligibilidade da independência dos objetos científicos que transcendem nosso mundo fenomenal.

Embora os objetos exteriores ao eu fenomenal tenham sido escolhidos pela física como representantes dos processos visados, cabe ressaltar que as características desses objetos que representariam adequadamente a realidade física constituem um problema crucial para essa ciência – como veremos nas seções seguintes. Na presente discussão, podemos afirmar que a conquista da objetividade exigiu o afastamento em relação aos atos do eu fenomenal (vontade, crenças, atitudes, etc.), entretanto, tal região fenomenal não deixa de ser um problema científico central, que deverá ser retomado devido à sua

importância em relação ao próprio processo do conhecimento (pensamento, significado, verdade, falsidade). Na visão gestaltista, especialmente com a inserção da tese do isomorfismo, os próprios fenômenos subjetivos serão considerados questões para a física e para a fisiologia. Como última ressalva, é importante adiantar que as características passíveis de serem observadas na objetividade fenomenal relevantes à realidade transcendente, para os gestaltistas, serão compatíveis com os processos que relacionam o eu e os objetos fenomenais, incluindo os objetos pensados. Trata-se de uma possibilidade aberta pela concepção das Gestalten como processos espontâneos intrinsecamente significativos, que incluirão as demandas como aspectos contextuais autênticos, tanto no âmbito da realidade transcendente como da objetividade e da subjetividade fenomenal.

A defesa de que a objetividade de uma ciência é resultado da observação pública de um evento é, para Köhler, infundada, pois “se alguém observa um galvanômetro, ele observa algo diferente do galvanômetro físico em si” (Köhler, 1947/1929, p. 20), ou seja, a observação baseia-se na percepção do cientista, a qual depende de processos que foram apenas iniciados pelo objeto físico. O mesmo ocorre para uma segunda pessoa, que observa o galvanômetro em sua própria percepção. Assim, podemos concluir que “de maneira alguma duas pessoas observam o mesmo instrumento, embora fisicamente os processos em ambas sejam iniciados pelo mesmo objeto físico” (Köhler, 1947/1929, p. 20). Em suma, não há ciência *puramente* experimental e objetiva – como o behaviorismo acredita definir-se – porque qualquer ciência pressupõe a subjetividade genética de suas observações, bem como a experiência direta, mesmo que objetiva, como a única fonte possível de seus conceitos fundamentais.

Experimentação e experiência não são, portanto, dimensões da ciência reciprocamente excludentes. Os gestaltistas parecem compreender a experimentação como um arranjo especial de nossa experiência, privilegiado no fornecimento de “dicas” sobre a realidade exterior. Assim, se buscarmos superar a “ingenuidade” da experiência com a experimentação, acabaremos por construir arbitrariamente a experiência, que é o único dado no sentido estrito. De certa forma, o erro do introspeccionismo foi a busca de uma fundamentação “experimental” da “subjetividade”.

O caráter fenomenal da objetividade observada pelo cientista, no entanto, leva-nos ao problema da acessibilidade da experiência de outrem. Não há meios de sabermos, com certeza, se outra pessoa tem experiência como nós, se a cor vista por outra pessoa, por exemplo, é idêntica à cor vista por mim. A única experiência

diretamente observável é a minha, tratando-se, portanto, de um dado necessariamente privado. A resposta de Köhler, nesse momento, é especialmente pragmática. Ao observar um instrumento de medida, um físico aceita que observa a mesma coisa que seu colega ao lado, aceitando, inclusive, que será semelhante ao que os outros observarão ao reproduzir seu procedimento, o que nunca atrapalhou o avanço da física. Outro argumento importante refere-se ao fato de que a dificuldade implicada na prova da existência da experiência de outrem é tão acentuada quanto a presente na prova da existência de um mundo físico independente. Assim, tais dificuldades epistemológicas não surgem apenas no âmbito da psicologia quando esta questiona a experiência, são questões presentes em qualquer ciência. Trata-se, portanto, do problema da transcendência que, como afirma Husserl, configura o cerne do problema do conhecimento em geral.

Um purista metodológico – como o behaviorista, para Köhler –, na medida em que recusa uma atividade científica fundada em postulados, não recusa apenas a psicologia clássica, mas a química, a física e a biologia. O mundo físico da ciência natural e a existência de outra experiência são, na verdade, dois postulados tornados necessários pelo mesmo fato: a relação necessária entre a ciência e a experiência direta. O que Köhler pretende apontar aqui é que o sucesso da ciência natural em oposição ao fracasso da psicologia clássica não foi obtido com o abandono da experiência. Abordaremos posteriormente a idéia de um mundo exterior, que, como exige a tese fenomenológica, deverá ser fundada na própria experiência. Nesse ponto, porém, basta que saibamos que os dois postulados são problemas implicados em todas as ciências.

2.5 – Observação científica e experiência direta.

A elaboração dos conceitos fundamentais de uma ciência exige a investigação da experiência direta, uma seleção que determinará quais dados serão utilizados como alicerces e tijolos na construção do edifício teórico daquela área do conhecimento. No segundo capítulo da “Psicologia da Gestalt” (1947/1929), Köhler aprofunda sua teoria sobre o desenvolvimento científico a partir da observação direta, discutindo a origem e a dependência dos métodos quantitativos indiretos em relação à observação direta, qualitativa. Encontraremos nessa discussão a denúncia da falsa dicotomia entre qualidade e quantidade, problema abordado novamente por Köhler no “Lugar do valor

num mundo de fatos” (1959/1938), e por Koffka, nos “Princípios da psicologia da Gestalt” (1955/1935). É importante lembrarmos, inclusive, da estratégia empregada para o estudo dos conceitos numéricos por Wertheimer³⁹, no artigo de 1912, pois a oposição relativa a definições puramente simbólicas e o favorecimento de conceitos descritivos, referentes às articulações naturais da experiência concreta, serão novamente temas de reflexão.

A ciência é facilmente identificada com a quantificação, sendo a matemática apontada, desde Galileu, como a linguagem pela qual a natureza é conhecida, ou seja, como critério para passarmos do mundo vivido para o físico. Também em Comte, a matemática escapa da classificação das ciências por estar subentendida em toda operação científica. Trata-se, portanto, de um ideal de racionalidade que atravessa toda a história da ciência, ultrapassando, inclusive, o pensamento filosófico moderno. Ao mesmo tempo, porém, vimos que os gestaltistas defendem que a experiência direta – o primeiro contato consciente e o único direto com uma realidade –, é a base necessária do conhecimento, o que inclui os alicerces da matemática. Ora, se a matemática fundamenta-se no mundo da experiência, como pode servir de critério às operações racionais que pretendem superar os limites desse mesmo mundo?

A Teoria da Gestalt procura resolver esse problema mostrando que a matemática se constitui como uma linguagem especialmente precisa para lidar com relações apreendidas na experiência e não como um critério de inteligibilidade ou de “exclusão da subjetividade”. Considerando o caráter abstrato dessa ciência, veremos que sua aplicação depende de definições que estão mais próximas daquilo que determinamos através da observação direta. A matemática, segundo Wertheimer (1938/1912), tem uma vantagem técnica devido justamente ao seu nível de abstração da realidade, entretanto, torna-se fundamental a descrição dos dados concretos da experiência para que se decida a melhor maneira de aplicá-la. Poderíamos, assim, afirmar que, para a Teoria da Gestalt, enquanto a matemática é tecnicamente vantajosa, a fenomenologia é epistemologicamente vantajosa, assim como era a psicologia descritiva para Brentano em relação às ciências naturais.

A discussão empreendida por Köhler em 1929 (revisada em 1947) levanta a relação entre a observação indireta realizada por instrumentos de mensuração, procedimento dominante na física, e a observação direta da objetividade fenomenal, que

³⁹ Ver apresentação do capítulo 1.

considera seus dados como representantes dos sistemas físicos estudados. O papel dessa argumentação é, principalmente, elucidar a seqüência de procedimentos exigidos pela quantificação saudável no âmbito das ciências naturais, nas quais a psicologia da época se espelhava.

Na física, aparentemente, os dados fenomenais foram reduzidos até as simples relações entre ponteiros e escalas, instrumentos que representariam precisamente as manifestações de sistemas físicos. Como vimos na seção anterior, a observação chamada de direta por Köhler, no que se refere à acessibilidade dos sistemas físicos estudados, é também indireta. Nesse momento, porém, o caráter indireto das mensurações por meio de instrumentos e métodos quantitativos refere-se ao estudo de um determinado sistema por meio de dados que representam outro sistema, supostamente capaz de detectar detalhadamente o sistema estudado – o que se aplicará à relação entre os testes psicológicos e os processos mensurados. Porém, o próprio instrumento observado consiste num sistema artificial, cuja relação com o processo estudado é bem estabelecida, isto é, pressupõe-se o conhecimento de determinadas relações funcionais entre o processo e o instrumento.

A psicologia, por sua vez, encontrava uma grande dificuldade na tentativa de empregar tais procedimentos exatos; dificuldade agravada pela expansão do interesse dessa ciência pelos dados fenomenalmente subjetivos, cuja descrição é especialmente problemática devido à influência da observação nos próprios fenômenos – como a auto-observação num estado de euforia descaracteriza imediatamente tal estado. Segundo Köhler, os problemas do estabelecimento dos métodos indiretos nessa ciência decorrem da pressa em alcançar o estado final das outras ciências naturais. Assim, a psicologia, desde Fechner, pareceu ignorar a seqüência lógica por trás da aquisição dos métodos quantitativos, tomados erroneamente como a característica essencial de uma ciência natural.

Antes de decidir tomar a física como modelo, Köhler levanta a necessidade de contemplarmos dois aspectos importantes do procedimento dessa ciência. O primeiro refere-se à sustentação da formulação de proposições acerca dos sistemas físicos sobre observações fenomenalmente objetivas; o segundo refere-se à busca preferencial pelos métodos quantitativos, que reduziriam a observação direta aos instrumentos de mensuração. Köhler reconhece que o behaviorismo, ao defender a necessidade de espelhar-se na física quanto ao primeiro aspecto, alia-se a outros pensadores num importante avanço metodológico na psicologia – lembremos que essa mudança não se

deve ao abandono da experiência direta. O comportamento dos homens e animais pode ser observado objetivamente, tendo tal observação o papel de fundamentar proposições acerca das ações de um determinado organismo (físico).

Entretanto, a psicologia, incluindo os behavioristas, teria valorizado prematuramente a quantificação – o segundo aspecto –, desconsiderando a necessidade de uma investigação prévia acerca das propriedades de seus objetos. Era preciso, em primeiro lugar, definir o objeto através de observações diretas, para que, em seguida, fosse decidido qual o melhor método para estudá-lo. A psicologia, enquanto “ciência jovem”, não possuiria a quantidade de informações necessária para reduzir suas operações a métodos quantitativos indiretos. A primeira questão que uma psicologia do comportamento deveria se colocar, portanto, referia-se aos dados fenomenais que seriam selecionados para o estudo do comportamento, o que exige observações diretas, qualitativas. É o que justifica a psicologia da Gestalt retomar o processo desde o início.

Obviamente, os vários tipos qualitativos de comportamento não são menos importantes do que as diferenças quantitativas dentro de um tipo dado. Uma vez conhecidas tais variedades qualitativas, bem como o tipo especial com o qual estamos lidando num determinado caso, a questão da mensuração quantitativa torna-se extremamente importante. Entretanto, em qualquer caso, a discriminação de tipos qualitativos deve ser realizada em primeiro lugar (Köhler, 1947/1929, p. 26).

Em suma, uma ciência exige como investigação inicial a discriminação das qualidades específicas dos diferentes tipos de eventos que pretende estudar. A variação quantitativa, por sua vez, refere-se às mudanças interiores a um mesmo tipo de evento. A observação qualitativa, definida como o trabalho em que os eventos são considerados conforme suas expressões fenomenais, é o lugar onde temos o primeiro contato com um novo objeto. Somente em seguida, a partir do conhecimento das relações desse objeto com outros processos já dominados pelo cientista, será possível a mensuração e o estabelecimento de proposições mais exatas.

Na medida em que a abordagem qualitativa nos permite entrar em contato com a entidade estudada, definindo suas propriedades e eventualmente encaixando-a numa série de fatos conhecidos, seus resultados tornam-se condição de sentido da mensuração. Trata-se do conhecimento subjacente aos conceitos presentes na observação indireta, na unidade de medida, na escala, no instrumento conectado ao sistema investigado.

Para Köhler, a psicologia teria empregado, diversas vezes, o método quantitativo sem desenvolver adequadamente a primeira investigação, tanto no âmbito da percepção como do comportamento. São exemplos do primeiro caso as inúmeras mensurações de intensidades de sensações, desde Fechner. Como vimos anteriormente, o conceito de sensação não encontra uma contraparte fenomenal adequada – como o próprio Titchener assume – tornando a mensuração uma atividade vazia de sentido, já que não se compreende adequadamente o que é medido. Por outro lado, os behavioristas se esforçariam na determinação de métodos de mensuração dos estados subjetivos através de dados orgânicos obtidos por instrumentos que determinam, por exemplo, variações na pressão sanguínea, movimentos respiratórios ou na resposta galvânica da pele. Entretanto, a interpretação dos resultados de tais medidas dependia, ainda, ou da observação direta do comportamento ou do relato do sujeito, “genericamente falando, ainda é um procedimento mais fácil e confiável observar a raiva em si mesma, no comportamento de um sujeito, do que medir, por exemplo, a adrenalina em seu sangue” (Köhler, 1947/1929, p. 27).

São tipos comportamentais qualitativamente diferentes, por exemplo, um animal numa atividade exploratória, lúdica ou numa caçada. Para um psicólogo da Gestalt, tais características representam aspectos da organização global do evento observado, por isso Köhler ressalta a indiferença desses aspectos em relação a afirmações acerca da “vida mental” do animal, repudiadas pelo método behaviorista.

Outro exemplo dado pelo gestaltista corresponde ao estilo da voz de um sujeito numa situação crítica, que pode ser regular ou trêmula. Tais características podem ser especialmente relevantes ao observarmos a reação desse sujeito a uma situação crítica.

No futuro pode ser descoberto um método pelo qual a regularidade da voz possa ser mensurada. Porém, para que esse método seja adequadamente utilizado, ainda deveremos saber, a partir da observação direta, o que queremos dizer por regularidade ou irregularidade como características temporais da voz. De outro modo, nós correríamos o risco de mensurar a coisa errada (Köhler, 1947/1929, p. 27).

As repercussões de uma mensuração precipitada podem ser especialmente dramáticas. Köhler aponta como exemplo a mensuração da inteligência. Embora as aplicações dos testes mostrassem que de fato eram capazes de mensurar alguma coisa, não era possível compreender exatamente o significado dos seus resultados, isto é, como as diferentes dimensões do desempenho contribuía para a pontuação final. O autor comenta alguns testes de desempenho de sua época.

As pontuações são meros números que permitem muitas interpretações diferentes. Falando figurativamente, uma dada pontuação pode significar: grau 3 de ‘inteligência’, junto com grau 1 de ‘exatidão’, com grau 4 de ‘ambição’ e grau 3 de ‘rapidez de fadiga’. Mas também pode significar ‘inteligência’ 6, ‘exatidão’ 2, ‘ambição’ 1 e ‘rapidez de fadiga’ 4 – e assim por diante. (Köhler, 1947/1929, p. 30)⁴⁰.

As conseqüências desse problema na compreensão de um número não são difíceis de prever. Como tratar uma criança que tem um baixo desempenho nesses testes, se são possíveis tantas interpretações sobre o sentido real de sua pontuação?

O que falta a tais mensurações é a compreensão das propriedades do que é mensurado, isto é, a compreensão do que tal número, de fato, expressa. Tal situação pode se tornar particularmente absurda quando, por exemplo, define-se uma determinada dimensão psicológica como aquilo que é mensurado pelo teste, ou seja, este serve de critério para definir o que deveria fundamentá-lo. Por isso é tão importante ressaltar que é a observação direta dos fenômenos, enquanto atividade definidora, discriminativa, que confere sentido à quantificação. Afinal, toda quantificação pressupõe uma padronização, que, se for desenvolvida arbitrariamente, sem os cuidados de um trabalho qualitativo prévio, tende a levar-nos a definições perigosamente arbitrárias.

Köhler ilustra a importância das observações diretas apontando alguns casos de descobertas de novos fatos na física que permitiram o desenvolvimento posterior de métodos mais precisos, indiretos. O primeiro caso corresponde à descoberta da relação entre correntes elétricas e magnetismo, realizada por Oersted, que se tornou a base da mensuração de correntes elétricas. O físico descobriu a geração de campos magnéticos por correntes elétricas observando que, ao aproximarmos uma bússola de um fio percorrido por uma corrente, ocorre um desvio na agulha. O segundo caso corresponde ao do físico Röntgen, que teria notado, durante o estudo de radiações através da geração de potencial em tubos com gases rarefeitos, a existência de um novo tipo de radiação. Ele observou que, mesmo que o tubo estivesse envolto por uma capa negra, notavam-se marcas em uma tela exterior ao mesmo, evidenciando a passagem de radiação para fora do tubo. Posteriormente, os raios-X tornaram-se o meio de mensurar as constantes dos cristais. O último exemplo corresponde ao procedimento de Cavendish, que comparava a resistência de diferentes materiais através do choque que lhe davam quando encostava

⁴⁰ Esse exemplo ilustra bem a necessidade de pensarmos a precedência da distribuição em relação à quantidade, questão já levantada por Wertheimer em 1923 (ver seção 1.2 deste trabalho).

porções geometricamente idênticas dos mesmos em um pólo de uma bateria e tocava com a própria mão no outro.

Esses exemplos nos apontam duas importantes funções da observação direta na ciência. Em primeiro lugar, reforçando os argumentos anteriores, mostram a precedência das observações qualitativas em relação às mensurações indiretas. No caso de Oersted, por exemplo, a relação entre correntes elétricas e campos magnéticos seria utilizada para a mensuração das primeiras. Entretanto, também evidenciam a importância da observação qualitativa na descoberta de novos fatos e na elaboração de hipóteses; são essas observações que apontam relações a serem compreendidas com a aplicação dos mais variados métodos. No caso dos raios-X, por exemplo, o simples fato destes ultrapassarem as superfícies que retêm os raios luminosos nos permite supor que o comprimento de onda desse tipo de radiação é menor que o da luz. A observação qualitativa, portanto, além de ser tão científica quanto a quantitativa, é responsável por grandes avanços na ciência. A psicologia, para Köhler, deveria começar inspirando-se nesse aspecto das ciências naturais, que marca tanto o seu início como o surgimento de novas áreas e métodos de investigação – lembremos das características do método fenomenológico no estudo da percepção. Valorizando somente a quantificação indireta como observação legitimamente científica, “nós poderíamos nos comportar como garotos que tentam copiar o estilo imponente de homens crescidos sem entender sua razão de ser, também sem notar que não se pode escapar das fases intermediárias de desenvolvimento” (Köhler, 1947/1929, p. 28). Tal comportamento constitui-se mais como o enaltecimento de um método imponente do que como a compreensão da riqueza da verdadeira atividade científica, aquela preocupada com as descobertas e novidades metodológicas.

Difícilmente pode-se exagerar o valor da informação qualitativa como suplemento necessário ao trabalho quantitativo. Na ausência de tais informações a psicologia do comportamento facilmente se tornará tão estéril quanto supostamente será exata (Köhler, 1947/1929, p. 32).

Essa atitude problemática estava tão presente na psicologia que o próprio Watson teria sido criticado por não usar métodos “exatos” em algumas observações do comportamento infantil. Ao mesmo tempo, as pesquisas com animais se restringiriam à mera geração de figuras (gráficos, tabelas, etc.) a partir de situações em que o comportamento dos organismos era forçosamente limitado a apenas algumas possibilidades: as respostas mensuradas. Embora esse método seja importante para

responder a algumas questões, não deveria, na opinião de Köhler, ser utilizado exclusivamente, pois implica o abandono da observação do comportamento por si mesmo, necessária à boa compreensão desses mesmos gráficos e tabelas.

A discussão precedente discorre sobre as diferentes maneiras de considerar a objetividade fenomenal. A primeira, uma apreensão direta e ingênua, nos revela o próprio significado da “objetividade”. Há, na atividade científica posterior, outras formas cujo objetivo refere-se especificamente aos processos representados pelos contextos fenomenais. Em algumas pesquisas, podemos contemplar a objetividade fenomenal deixando que responda livremente ao arranjo estabelecido, como nas pesquisas relativas à percepção, em que os participantes descreviam a situação tal como lhes aparecia, ou mesmo quando observamos o comportamento de um animal num dado ambiente, como nas pesquisas etológicas. O relato desse tipo de observação deve contemplar todas as dimensões dos processos observados, pois se trata de uma região fenomenal até então pouco determinada.

Podemos, por outro lado, se desejamos obter informações mais exatas e relações mais complexas, aplicar à objetividade fenomenal o crivo da estatística e dos instrumentos de mensuração, refinando a observação e trabalhando relações e perguntas mais pontuais. Esse tipo de experimentação geralmente responde a perguntas específicas, de maneira discreta, de forma que a resposta negativa à relação entre variáveis pouco revela sobre as relações verdadeiras. Não devemos, no entanto, considerar a atividade científica uma busca cega pela exatidão, o objetivo final consiste no conhecimento das leis que constituem o universo. O cumprimento desse objetivo exige uma ciência aberta a novas observações, em que novos fatos sejam revelados, podendo se encaixar, inclusive, como respostas às velhas perguntas.

Primeiro, duvido que seja aconselhável considerar o cuidado e o espírito crítico como *as* virtudes de um cientista, como se pouca coisa mais tivesse importância. São necessários, na pesquisa, assim como os freios de nosso carro devem estar sempre em ordem e o pára-brisa sempre limpo. Mas não é por causa dos freios ou do pára-brisa que dirigimos. Da mesma forma, o cuidado e o espírito crítico são como instrumentos. Devem ser mantidos de prontidão durante um empreendimento científico; todavia, a principal preocupação de uma ciência é obter mais e mais conhecimentos novos (Köhler, 1978/1961, p. 155).

2.6 – *Mundo físico e percepção: a necessidade da tese do isomorfismo.*

No “Lugar do Valor num Mundo de Fatos” (Köhler, 1959/1938), especialmente no quinto capítulo – “A natureza do mundo físico” – a discussão acerca da observação indireta se aprofunda e ganha dimensões que atingem a própria física. Nesse texto, Köhler investiga mais de perto a dependência dos conceitos físicos em relação à experiência direta, descobrindo, ao fim, como a organização da situação perceptiva, da objetividade fenomenal atual, tem importância crucial para o significado das investigações indiretas da física, sendo que as “leituras-de-ponteiros” perderão o estatuto de único dado fenomenal relevante às observações indiretas, como parece ser o caso na discussão de 1929. Assim, a observação direta determinaria o sentido dos dados da observação indireta para além dos conceitos subentendidos neste procedimento; a possibilidade da transposição dos conceitos abstratos à situação perceptiva atual (concreta) do cientista tornar-se-á condição da própria experimentação. A investigação seguinte revelará que a ordem perceptiva nunca deixa de ser essencial à práxis científica.

Considerando que o edifício teórico da física – que revelaria as propriedades do mundo físico – sustenta-se na atividade experimental, a investigação da relação entre os conceitos abstratos e a experiência imediata do observador torna-se um problema epistemológico fundamental. Tal problema, por sua vez, encaixa-se nas questões gerais acerca das relações entre o mundo da vida e as abstrações, permitindo-nos manter como questão de fundo o papel do significado fenomenal na prática científica.

Köhler se contrapõe à defesa, por parte de alguns físicos, de uma limpeza conceitual visando à exclusão do conteúdo fenomenal após o estabelecimento de definições matemáticas. A tese combatida pelo gestaltista – afirmação de uma relação descartável entre a experiência imediata e os conceitos científicos –, dessa forma, surge na ciência que lhe servia de modelo. As relações matemáticas teriam, assim, uma soberania em relação às articulações da experiência; situação que os gestaltistas tentarão a todo custo reverter. É que a concepção matemática da natureza esconde a crença numa oposição entre as propriedades dessa, quantitativas, e as do mundo fenomenal, qualitativo – o que transfere nossa discussão precedente da psicologia para a física. Ora, como poderíamos conhecer uma natureza radicalmente diferente daquilo que nos é dado diretamente? Qual seria o fundamento da própria quantificação? Para superar tal

oposição, Köhler mostrará a presença de diferenças qualitativas nos conceitos físicos, bem como a existência de relações comparativas na experiência direta, anteriores à quantificação, mas implicadas nesse procedimento.

As operações envolvidas na quantificação, contar e medir, se desenvolveram, segundo Köhler (1959/1938), a partir de comparações fenomenais primitivas, isto é, pressupõem uma longa história de vivências. Mesmo sem medirmos ou contarmos, somos capazes de perceber diferenças de tamanho e quantidade, “mesmo sem qualquer mensuração real todos percebem que algumas coisas são maiores do que outras, que leva mais tempo para andar de uma vila a outra do que através da primeira; mesmo sem contar, o homem pobre percebe que o rico tem mais gado do que ele” (Köhler, 1959/1938, p. 147). A comparação, lembremos, é uma estrutura específica de nossa experiência, trata-se de uma relação como aquela apresentada por Koffka em 1922, em que os quadrados apareciam como gradações de diferentes intensidades de cinza. Nessas estruturas, cada parte aparece com relação à outra, como mais intensa, maior, etc., constituindo uma referência natural entre subunidades do contexto da relação. A estrutura, assim, envolve cada parte e a sua referência natural.

A contagem e a mensuração não são, entretanto, simples contextos perceptivos, são operações intelectuais. Mas, como vimos na descrição do mundo fenomenal de Köhler, o ego, seus sentimentos, pensamentos, etc., são ainda partes da experiência imediata. “Se, em nossas operações intelectuais como eventos fenomenais não houvesse base para e nenhuma tendência em direção à quantificação precisa, nós jamais teríamos progredido até as mensurações altamente acuradas que são realizadas todos os dias na física” (Köhler, 1959/1938, p. 147). A base das operações intelectuais, portanto, repousa nas comparações primitivas, assim como a memória depende das articulações do campo perceptivo. Trata-se de uma defesa semelhante à de Husserl, relativa a uma espécie de “pré-existência” das categorias científicas no mundo da vida.

Para a Teoria da Gestalt, as operações do ego, sujeito do mundo fenomenal, não correspondem ao estabelecimento fortuito de relações entre unidades independentes. Se assim fosse, os critérios para tais conexões repousariam inteiramente em fatores extrínsecos, contingentes. É como se a própria objetividade fenomenal nos ensinasse as operações a serem aplicadas sobre si, o alcance de nossa liberdade em relação às estruturas presentes. As estruturas ambíguas, instáveis, que se transformam conforme nossa vontade e as evocações de estruturas passadas por contextos incompletos são exemplos interessantes desse diálogo entre o ego e o mundo. Outro fator relevante

corresponde à dependência da significação de uma parte em relação à totalidade da qual participa, como mostrado no fator “arranjo objetivo”, pois a consideração de um determinado evento perceptivo sob uma nova perspectiva – como parte de um contexto já amplamente determinado no qual *possa se encaixar* – pode revelar um tipo de operação teórica sobre as estruturas perceptivas.

Há, segundo Köhler, uma relação lógica entre as comparações primitivas e as operações mentais. O autor defende que a transição entre tais processos é estabelecida pela “consciência direta de sua equivalência em princípio”. O princípio já presente nas comparações primitivas corresponde às coincidências implicadas na relação entre extensões.

Se um bastão parece muito mais longo do que outro, essa simples comparação *implica* que o segundo possa ser colocado lado a lado com o primeiro, de forma que o primeiro se estenda além de ambas as extremidades ou ao menos de uma extremidade do segundo. Se dois bastões parecem ter a mesma extensão na comparação primitiva, há uma expectativa *racional* (*reasonable*) de que suas extremidades irão coincidir quando forem justapostas. Tal coincidência não será de maneira alguma um evento novo, surpreendente e independente (Köhler, 1959/1938, p. 148).

A diferença entre as comparações fenomenais de extensões e a mensuração propriamente dita é o fato da última empregar a classificação de determinada extensão como padrão, voltando-se mais à consideração da quantidade de pontos coincidentes entre a extensão mensurada e o padrão do que à observação direta da relação entre as extensões. Nessas refinadas operações, porém, está implicada a mesma relação de coincidência e ultrapassagem presentes em extensões fenomenais. Mesmo que o resultado seja um número, este se refere, mesmo que indiretamente, a uma extensão. Köhler conclui que “certamente nós não deixamos o mundo fenomenal, suas relações e operações racionais, quando desenvolvemos procedimentos quantitativos” (Köhler, 1959/1938, p. 148). Conseqüentemente, a quantidade não só é compatível com o mundo fenomenal, como nasce de suas relações. Assim como Wertheimer, Köhler parece defender uma gênese dos conceitos matemáticos a partir do mundo fenomenal.

Podemos acrescentar que tal argumentação só se torna possível a partir de uma perspectiva gestaltista da percepção, em que as estruturas, mesmo os contextos como as comparações, são entidades perceptivas autênticas. A definição da percepção como agregado de sensações e imagens independentes nos impede de defender a existência de comparações como relações intrínsecas, tornando a mensuração, por exemplo, um procedimento arbitrário e seu sucesso um tanto misterioso.

Quando Köhler defende a equivalência de princípio entre mensuração e comparação, ele refere-se às características estruturais da situação de comparação. Dessa maneira, mesmo que os resultados da comparação fenomenal sejam diferentes da mensuração precisa da ciência – caracterizando o que chamamos de “ilusões” perceptivas –, a mensuração só é compreensível porque subentende essa estrutura da experiência comparativa, trata-se, por isso, de uma relação de sentido. “De qualquer forma, a ‘extensão real’ e o procedimento indireto de medi-la ainda estão relacionados da mesma maneira sensível que originalmente fez da mensuração um procedimento racional” (Köhler, 1959/1938, p. 149).

Tendo estabelecido a possibilidade de operações quantitativas na experiência direta, o próximo passo do gestaltista será compreender como propriedades qualitativas estão presentes no corpo teórico da física. A argumentação acima aponta a inadequação da atribuição de determinados aspectos ao mundo da física, transfenomenal, que estariam completamente ausentes do mundo fenomenal. Entretanto, é preciso refutar a tese de que, embora a quantidade seja um atributo compartilhado pelos dois mundos, as diferenças qualitativas pertenceriam apenas ao mundo fenomenal.

“A ciência descartou tantas fases da experiência fenomenal como não pertencentes à realidade transfenomenal que a completa exclusão das diferenças qualitativas pode parecer ser o fim natural desse processo” (Köhler, 1959/1938, p. 149). Cabe agora ao gestaltista mostrar como esse processo não chega a tal fim aparente, nem ao menos se distancia tanto da experiência como pode parecer em princípio.

Ao nos referirmos à massa ou extensão de um objeto, por exemplo, queremos dizer coisas qualitativamente diferentes, a variação de uma massa não é o mesmo que a variação de uma extensão, o mesmo ocorre, ao menos, quanto ao tempo e à temperatura. Porém, segundo Köhler, ainda pode parecer que tais conceitos constituem as únicas diferenciações qualitativas, sendo as outras propriedades redutíveis aos mesmos. Assim, seriam os últimos vestígios da experiência presentes no corpo teórico da física, que construiriam os demais conceitos enquanto dimensões presentes nas operações matemáticas. A velocidade, exemplo trabalhado por Köhler, seria simplesmente definida como a divisão entre uma variação de distância e uma variação de tempo, não tendo relação direta a nenhuma qualidade específica da experiência imediata.

Para Köhler, porém, o sentido da articulação dos termos presentes em algumas fórmulas, como a que define a velocidade, aponta para uma determinada relação fenomenal. Se nos bastasse o arranjo matemático $v = \Delta s / \Delta t$, qualquer divisão de um

intervalo de espaço por um intervalo de tempo nos daria uma velocidade. É esse, porém, o caso, se dividirmos a extensão de uma linha pelo tempo que gastamos olhando para ela? “Embora bem trivial, esse exemplo mostra quão precipitados seríamos se, ao nos concentrarmos em quantidades mensuradas e simples operações matemáticas, acabássemos esquecendo o fundo que confere sentido a ambos” (Köhler, 1959/1938, p. 150).

O contexto fenomenal que dá sentido à noção de velocidade, representada na fórmula, envolve a experiência do movimento, em que tempo e espaço relacionam-se internamente como partes de uma mesma Gestalt. Não medimos uma distância qualquer, mas já a “distância pela qual o objeto se move com a velocidade em questão”, o tempo, por sua vez, já é o “tempo que [o objeto] gasta movendo-se com esta velocidade através da distancia mensurada” (Köhler, 1959/1938, p. 151). Tal relação interna entre movimento, tempo e distância é aquela da experiência direta, é essa articulação que torna o conceito de velocidade inteligível, bem como sua mensuração. Cabe lembrar que a primeira Gestalt perceptiva determinada por Wertheimer foi justamente a experiência do movimento de uma linha.

A partir de outros exemplos em que os termos não são definidos pela simples operação de dimensões, como as diferentes operações utilizadas para medir a carga elétrica ou a mensuração da energia potencial e cinética pela mesma fórmula, Köhler conclui que, mesmo que as noções físicas tenham poucas dimensões, não são redutíveis às mesmas. A participação da experiência nessas mensurações ainda será investigada, sendo a questão principal o fato das entidades envolvidas nessas circunstâncias não serem partes tão evidentes do mundo fenomenal quanto a velocidade ou a extensão, por exemplo.

Ao questionar a possibilidade da redução dos conceitos físicos a operações entre dimensões básicas, Köhler inicia um debate com o que chama de “tendência positivista” dos cientistas de sua época. A discussão precedente envolve essa tendência num estágio primitivo, aquele dos estudantes que começam a se envolver com o mundo da ciência. O ponto comum entre essa tendência primitiva e aquela presente até mesmo nos “maiores cientistas de nossa época”, é a exclusão dos conteúdos fenomenais em favor de um edifício teórico exato. Todo esse esforço visa à obtenção dos fatos com a menor impureza subjetiva possível. Porém, o que a Teoria da Gestalt pretende nos mostrar é que a subjetividade não é impureza, é fundamento. Assim como Husserl, os gestaltistas considerariam a experiência como um solo epistemológico auto-evidente, a que devem

se referir, em última instância, as atividades científicas. Na medida em que pensamos ingenuamente as atividades intelectuais envolvidas na lógica e na matemática como auto-suficientes, abdicamos de sua elucidação intuitiva e, portanto, da compreensão de como tais operações adquirem sentido. A busca da pureza factual, assim, acabaria levando o cientista a ignorar a necessidade da elucidação da própria definição de fato por trás do seu trabalho. A consequência dessa ingenuidade seria o rebaixamento do conhecimento científico a uma mera técnica teórica.

Por um longo tempo os físicos estiveram tão ocupados com a descoberta de fatos e leis relevantes que não puderam dar muita atenção ao seu próprio procedimento, suas premissas e seu escopo final (Köhler, 1959/1938, p. 153).

Ora, não é justamente essa a tendência absorvida pelo behaviorismo na tentativa de fundar uma psicologia em que os “objetos físicos” tivessem seu devido lugar de destaque, em que as mensurações objetivas tomassem seu lugar de procedimento privilegiado? Podemos, agora, nos perguntar se aquela reflexão de Köhler sobre a física e a importância da observação direta não seria rejeitada pelos próprios físicos. Não se trata, então, de simplesmente tomarmos a física como um modelo de ciência pelo seu sucesso e prestígio, o que acabou levando os primeiros behavioristas a adotarem uma visão errônea dos métodos das ciências naturais, mas de compreendermos as razões desse sucesso, desvendando como se desenvolve a relação entre pensamento científico e experiência direta. Tal investigação exige, com afirmação de Köhler em 1944, uma reflexão fenomenológica, pensada, em 1938, como a compreensão da base inteligível dos conceitos científicos.

Köhler apresenta a “limpeza teórica” pretendida pela “tendência positivista” através da figura da relação entre um edifício e os andaimes utilizados em sua construção. A eliminação dos andaimes, desnecessários após o término da obra, torna a fachada da construção mais clara, mais limpa. Descobertas da física, como as de Einstein, teriam mostrado que até mesmo as noções ingênuas de espaço e tempo deveriam ser radicalmente corrigidas antes de serem aplicadas ao mundo físico. Analisando a metáfora do edifício, podemos identificar os andaimes à experiência direta e a construção à teoria referente ao mundo físico. Assim, a eliminação dos andaimes refere-se à redução das impurezas perceptivas relativas aos conceitos físicos.

Retornamos, assim, à questão do mínimo conteúdo fenomenal presente na atividade científica. Köhler toma como referência, em sua argumentação, a reflexão de

Arthur Eddington, físico de destacado prestígio cuja obra mostra uma preocupação importante tanto com a epistemologia, quanto com os leigos que entram em contato com a mesma. Duas obras de Eddington parecem especialmente relevantes à discussão que se seguirá: “A natureza do mundo físico”, de 1929 – provavelmente a inspiração para o nome do capítulo da obra de 1938 de Köhler, que estamos abordando – e “Novos caminhos na ciência” (1947/1935).

O contato dos gestaltistas com a ciência física é marcado por grandes nomes. Wertheimer foi um amigo próximo de Einstein e Köhler aluno de Max Planck (Ash, 1998). Esse contato, no entanto, parece ter despertado em Köhler uma preocupação maior com a abordagem dos princípios da física e sua relação com as estruturas perceptivas, tema da psicologia. Considerando adicionalmente as reflexões de Eddington, com quem Köhler polemiza diretamente, pretendemos reforçar alguns argumentos que o gestaltista mantém em comum com o físico – especialmente o dualismo epistemológico – bem como compreender sua contraposição: a defesa da fenomenologia como uma investigação epistemológica fundamental.

No primeiro capítulo de “Novos caminhos na ciência” (Eddington, 1947/1935), Eddington aborda a relação entre “ciência e experiência”, defendendo uma postura extremamente rígida quanto à seleção dos dados sensoriais que constituiriam o contato entre ambas. Cabe destacar que ele utiliza o termo “experiência” num sentido amplo, considerando tanto os dados da consciência imediata quanto todas as suas condições físicas. Para o físico, haveria em nossa experiência dois “narradores” (*story tellers*), o narrador familiar da mente e o narrador da ciência, de forma que “uma de nossas primeiras tarefas deve ser tentar entender a relação entre a história familiar e a história contada pela ciência” (Eddington, 1947/1935, p. 2).

Enquanto a história familiar parece conter objetos que são exteriores a nós, existentes independentemente de nossa percepção, a ciência nos diz que tais fenômenos dependem de processos interiores a um cérebro, que receberia sinais do exterior, os quais, por sua vez, passariam através de nervos e nos centros nervosos resultariam em nosso “mundo familiar”. Sendo nossa experiência, então, um correlato desses processos, haveria um outro mundo, que, tocando nossas superfícies receptoras, ajudaria a construir nosso mundo familiar, sem, no entanto, ser diretamente acessível em si mesmo. A dificuldade de acesso se agrava se considerarmos que esses sinais misturam-se a outros processos originados no próprio cérebro, de forma que “a história que surge em nossa consciência é uma consequência desses sinais, mas contém muito que não

pertence à mensagem externa” (Eddington, 1947/1935, p. 5). A história do narrador de nosso mundo familiar, em sua maior parte imaginativa, não seria, conclui o físico, um bom relato acerca do mundo exterior.

Torna-se, então, um problema central para a ciência a discriminação entre os processos originados internamente e aqueles que apontariam adequadamente para as características do mundo exterior. A inacessibilidade do mundo físico à apreensão direta é uma questão de princípio, pois mesmo os dados aparentemente mais representativos deste são dados mentais. “Não esqueçamos que a mente é a primeira coisa e a mais direta em nossa experiência, todo o resto é inferência remota” (Eddington, 1947/1935, p. 5).

Em suma, as teses até aqui são as mesmas da Teoria da Gestalt, o mundo mental é definido pela experiência direta, o mundo físico, exterior, é uma inferência com base nos dados do primeiro, sendo os processos cerebrais o ponto de comunicação – o que caracteriza o subjetivismo genético da experiência. Podemos acrescentar que essa postura, chamada de dualismo epistemológico por Köhler, para Eddington, é quase um truísmo na física, sendo discutida apenas no âmbito de um pensamento filosófico “cientificamente insustentável”. A discordância entre Köhler e Eddington repousa na forma como a percepção participa da construção inferencial do mundo físico. Para o gestaltista, trata-se de uma questão de sentido. Para o físico, no entanto, o sentido dos conceitos é intelectual, referindo-se a outra dimensão da mente; a percepção, por sua vez, não passaria da primeira ancoragem de uma atividade, em sua maior parte, simbólica.

O cientista, para Eddington, é como o espectador desconfiado de uma peça teatral sobre um fato histórico, pois sabe que o narrador não é de maneira alguma fiel aos fatos. Ele assiste à peça em busca de elementos que possam revelar o código utilizado em sua construção, reconstruindo, posteriormente, os fatos históricos. Entretanto, uma interessante questão não passa despercebida ao físico. A percepção tem um sentido próprio, uma atividade que ultrapassa um mero relato fantasioso do mundo exterior.

Talvez, a *Tragédia de Hamlet* não seja apenas um mecanismo para ocultar um criptograma. Eu admitiria – ou melhor, insistiria – que a consciência com sua estranha imaginação tem alguma função para além da compreensão do especialista em cifras. No sentido mais verdadeiro (*in the truest sense*) a cifra é secundária à peça, não a peça à cifra. Mas não é nosso papel aqui contemplar estes atributos do espírito humano que transcendem o mundo material (Eddington, 1947/1935, p. 8).

O problema da relação entre a ciência e a vida humana, elegantemente recusado por Eddington, não o será pela Teoria da Gestalt. Revelar o sentido próprio da percepção e conhecer o desenvolvimento do pensamento é tarefa da ciência psicológica, que não entrará, de forma alguma, em desacordo com a física. Veremos que a origem da intelecção defendida por Eddington torna-se um tanto misteriosa, justamente por não haver uma experiência direta, uma base intuitiva, para o que ele chamará de estrutura, o objeto mental por trás das mensurações.

A experiência sensorial, para Eddington, assim como para Köhler em 1929, constitui-se ao menos como um ponto de partida, pois “nós assumimos o princípio de que ele [o narrador familiar] deve ser olhado sempre com desconfiança, mas não podemos caminhar sem ele na ciência” (Eddington, 1947/1935, p. 2). O que o físico pretende, na verdade, é determinar as condições de observação em que ele acreditará no narrador familiar, desenvolvendo instrumentos e métodos que lhe reduzam a imaginação.

A consideração da existência de um mundo físico exterior a nossa experiência imediata tem sua primeira inspiração nas regularidades encontradas na intersubjetividade, no reconhecimento de que “o problema da experiência relaciona-se com dados distribuídos entre muitas consciências individuais diferentes. A síntese da experiência conduz, então, à consideração de um domínio neutro não co-extensivo a nenhuma mente individual”. Esse domínio neutro corresponde ao “domínio externo (espaço e tempo físico) que conteria os objetos inferenciais de nosso conhecimento combinado” (Eddington, 1947/1935, p. 10). Trata-se, portanto, de uma região inferencial, exterior por ser acessível apenas indiretamente. É importante ressaltarmos que o sentido da exterioridade dessa região difere daquele que caracteriza o mundo percebido – a localização das coisas fenomenais fora do corpo fenomenal –, na vigília e nos sonhos, que ainda seria uma parte da mente.

É a regularidade comum à experiência de diferentes consciências que se constitui como o critério para a postulação de um mundo exterior. Nas recorrências da experiência direta o cientista encontra a chave de decodificação do criptograma cuja reconstrução levará ao mundo físico. O primeiro princípio guia desse trabalho corresponde à redução das redundâncias sensoriais. Os diferentes sentidos não seriam, para o método da física, nada mais do que diferentes formas de representar a mesma realidade. Assim, basta que abordemos um sistema criptografado, descobrindo, dentro

do mesmo, as recorrências de sinais e indicações que são o relato mais acurado do código utilizado pela mente em sua representação. Para Eddington, enquanto estivermos interessados na física, no âmbito dos dados sensoriais “descartamos tudo que não é essencial à elucidação de regularidades e recorrências” (Eddington, 1947/1935, p. 9). Tais recorrências elucidadas serão denominadas de “Leis da Natureza”.

Considerando, por exemplo, o sentido da visão, devemos excluir da observação aqueles dados que, embora possam representar entidades físicas, são dados incomunicáveis. Tal é o caso das cores. Embora as cores representem diferentes comprimentos de ondas, não se pode dizer que correspondam a tais ondas, especialmente por serem dados apenas ao sujeito que os percebe. Vejamos o caso de um daltônico, por exemplo. Sabemos que ele confunde o que normalmente se percebe como verde e vermelho, mas não podemos saber se ele percebe dois objetos verdes, ou dois vermelhos, ou outra cor totalmente desconhecida por nós, trata-se de um dado “aprisionado no interior da mente”, incomunicável. Como a regularidade intersubjetiva traz à tona a noção de mundo físico, este deve ser estudado de forma que “tudo que afirmamos possa ser verificado por uma pessoa cega para cores” (Eddington, 1947/1935, p. 12).

Num primeiro momento, pensou-se que poderíamos transferir alguns dados específicos, forma e magnitude, às entidades físicas, o que levou à “geometrização da física”. Não se trata do mesmo “realismo ingênuo” apontado por Köhler em 1929, pois não é o próprio mundo que repousa nos dados geométricos de nossa experiência, mas a forma que esse mundo teria, mesmo sem estar presente diretamente a nós. “Os dados preservados que continham as recorrências e, portanto, a chave para o criptograma, eram totalmente geométricos” (Eddington, 1947/1935, p. 12). Um bom exemplo talvez seja a óptica, em que a luz e sua propagação são representadas através de retas e ângulos. Esse movimento da física levou ao aumento da concordância nas observações, mas ainda mantinha uma concepção de espaço e tempo que seria questionada no âmbito da física do século XX.

Segundo Eddington, Einstein teria desferido, em 1915, “outro assalto em nosso aparato sensorial”. Era o momento de revisarmos – como também afirmou Köhler na descrição da “limpeza teórica” da física – até mesmo nossa concepção básica de espaço e tempo, reduzindo a funcionalidade de nossa experiência sensorial à mera constatação de coincidências. Assim, o resultado da redução sensorial é descrito através da figura do “observador” presente nos textos de Einstein.

Ele tem um olho (seu único órgão sensorial), que é cego para cores. Ele pode distinguir apenas duas sombras de luz e escuridão de maneira que o mundo para ele é como uma figura em branco e preto. A parte sensitiva de sua retina é tão limitada que ele pode ver apenas uma direção por vez. Nós lhe permitimos qualquer número de assistentes equipados como ele, de forma que eles possam se ater a diferentes partes do experimento e combinar seu conhecimento posteriormente. Já que tanto o mutilamos, ele não pode fazer o experimento por si mesmo. Nós fazemos o experimento, deixando que ele observe. O ponto é que todo o nosso conhecimento do mundo externo como concebido hoje na física pode ser demonstrado para ele. Se não pudermos convencê-lo, não temos direito de afirmar (Eddington, 1947/1935, p. 13).

Trata-se, basicamente, da descrição da experiência de um instrumento de medida, a percepção da coincidência entre um indicador e um número numa escala que representariam, simbolicamente, aspectos do mundo exterior. “Em vez de confiarmos em nossa sensação de calor, nós lemos a graduação de um termômetro; em vez de usar nosso sentido interno da duração, nós lemos o mostrador de um relógio” (Eddington, 1947/1935, p. 13). É apenas sob essas condições que o cientista confiará na história do narrador familiar, é como se o físico lhe fizesse uma pergunta à qual sua imaginação não ajudaria a responder.

Tal concepção da observação científica não nos conduziria a uma teoria física que não pudesse ser nada mais do que uma enunciação de coincidências? A resposta de Eddington é negativa, pois, para ele, a “leitura de ponteiros” (*pointer-readings*), mesmo sendo um passo fundamental, é apenas um ponto de partida. O objetivo final da física seria o estabelecimento de um esquema de relações, o que Eddington denomina por “estrutura”. É ao alcançá-la que o físico poderá descartar “os andaimes” utilizados na busca, isto é, os dados sensoriais.

Se para Eddington descartar esses dados não é descartar o fundamento do conceito, é porque a estrutura não se identifica à experiência sensível, apenas uma forma de sua expressão, um primeiro contato com um código a ser decifrado. A estrutura “tem um sentido que pode ser abstraído da natureza intrínseca daquilo que é o tema das relações” (Eddington, 1947/1935, p. 16). O conjunto de coincidências percebidas, assim, constitui-se como a matéria-prima para abstrações que as ultrapassam. Tais abstrações, as estruturas, são “a solução do criptograma”, os verdadeiros objetos da ciência física.

A sentença que agora escrevo pode existir em inúmeras formas. Pode ser uma série de sons percebidos por um ouvinte. Pode estar impressa num livro. Pode ser gravada por um gramofone e existir como um traço em um disco. Ela foi originalmente uma composição mental não pronunciada e não escrita. Há algo de comum a todas essas formas; e esse elemento comum, se pudermos abstrai-lo, constitui a sentença (Eddington, 1947/1935, p. 17).

O advento do intelecto, cujo papel é justamente operar essa abstração, salva o mundo físico da incompreensibilidade. Tal atividade de pensamento permitiria ao cientista superar a pobreza da primeira expressão sensível da almejada estrutura, alcançando uma representação simbólica da mesma que poderia ser aplicada ao mundo físico. A teoria, portanto, é o grande objetivo da física, não uma mera coleção de coincidências.

Não podemos esquecer, no entanto, duas características básicas da teoria física segundo Eddington, seu caráter inferencial e as mensurações (*pointer-readings*) como única base diretamente acessível. A atividade do físico, dessa forma, constitui-se como a articulação entre observação e construção de sistemas simbólicos. A teoria seria como um sistema de “linhas do mundo”, em que as interseções, constituídas pelas observações, compõem o esqueleto que deve ser respeitado pela totalidade das inferências. O físico define assim a fluidez da atividade teórica implicada em sua ciência, pois diferentes sistemas podem ser construídos, desde que não tornem nenhuma interseção uma não-interseção, isto é, desde que não contradigam nenhuma observação.

Uma ressalva de Eddington é especialmente importante às discussões seguintes. As inferências, para ele, jamais se constituem como a transferência de um conteúdo sensível ao mundo físico, como uma simples transposição, nem mesmo as coincidências observadas, pois se trata da base de um criptograma a ser interpretado e reconstruído. Para Eddington, as propriedades do mundo físico dificilmente seriam descritíveis por termos do mundo familiar, mesmo que houvesse alguma equivalência. Ele busca elucidar essa afirmação através do exemplo da percepção de duas maçãs. Uma maçã provavelmente terá uma contraparte física, que chamaremos de X, duas maçãs, assim, serão dois X físicos, porém, não podemos afirmar que “a dualidade (*twoness*) dos dois X é exatamente como a dualidade das duas maçãs”. Trata-se de uma importante ressalva acerca da linguagem aplicável ao mundo físico, mais distante da experiência e mais próxima da matemática. Tal assertiva representa bem a premissa de que a matemática e a percepção são linguagens incompatíveis, à qual nos referimos no início da seção.

De fato a multiplicidade no mundo exterior deve ser considerada como uma propriedade (indescritível em termos familiares) que, sendo por sua natureza descontínua, foi correlacionada à série de números inteiros, da mesma forma que propriedades contínuas foram correlacionadas a números contínuos de mensuração (Eddington, 1947/1935, p. 24).

Ao considerar a experiência sensorial e o mundo físico como diferentes formas de existência de uma mesma estrutura, Eddington desenvolve uma concepção ampla de experiência, que não implicaria nenhuma descontinuidade na “passagem da experiência mental para o fenômeno do mundo físico”. O físico pretende, através dessa concepção, recusar qualquer forma de dualismo substancialista entre mente e matéria. Acreditamos, no entanto, que sua reflexão, considerando a diferença de acessibilidade desses dois objetos de investigação, ainda se constitua como um dualismo epistemológico. Ele pensa o dualismo substancialista como “aquele de um homem que recebeu parte das instruções verbalmente e a outra parte na forma escrita, sentindo-se incapaz de combiná-las devido à natureza incompatível das ondas sonoras e da tinta” (Eddington, 1947/1935, p. 18).

Uma consequência importante de epistemologias que diferenciam mente e mundo físico, definindo o conhecimento do último como inferencial, corresponde ao caráter hipotético que sempre acompanhará as afirmações sobre a existência dessa realidade exterior. A existência da mente e seus conteúdos é evidente, como bem trabalhou Descartes, a existência e o acesso ao mundo físico, no entanto, parecem ainda constituir-se como os grandes problemas da ciência. Para Eddington, o problema já se evidencia na necessidade de definirmos o próprio termo “existência”. Apresenta, numa breve reflexão, em que medida pensa ser afirmativa a resposta a essa pergunta.

Sua argumentação gira entorno do que chama de “rede de existência”. Em primeiro lugar, afirma o caráter derivativo de qualquer noção de existência em relação a sua própria existência. Segue-se a afirmação da existência de outros seres conscientes, devido à presença, nestes, de “atributos que reconheço em mim mesmo”. “Assim apresento os rudimentos de uma ‘rede de existência’ à qual tudo que entra no conhecimento relaciona-se de várias maneiras” (Eddington, 1947/1935, p. 26). Podemos, talvez, compreender a noção de rede como a conexão intersubjetiva estabelecida pelas recorrências comunicáveis presentes em diferentes experiências, que apontam, como vimos anteriormente, para a existência de uma base comum. A existência de uma base comum no conjunto de experiências tornaria possível, inclusive, a própria noção de ciência.

Tentei mostrar a maneira particular pela qual o mundo da física está relacionado [à rede de existência]. Espero que a maioria das pessoas possa considerar um mundo relacionado dessa maneira como então qualificado para ser aceito como parte da mesma rede de existência (Eddington, 1947/1935, p. 26).

Podemos concluir que, na perspectiva de Eddington, o mundo físico relaciona-se à rede de existência como a solução do criptograma oculto em suas operações. Solução que está para a experiência sensorial como um objeto mental estaria para uma sentença escrita ou falada, ou melhor, como uma estrutura está para qualquer forma de expressão.

Para Köhler a epistemologia de Eddington representa um belo exemplo de clareza teórica, isto é, de um procedimento científico com o mínimo de aspectos sensoriais. A descrição dos *pointer-readings* como o mínimo de conteúdos fenomenais presentes na prática científica teria como grandes vantagens a homogeneidade, por corresponderem a apenas um tipo de percepção, e precisão, por tais objetos serem instrumentos matemáticos. Entretanto, ao tomarmos radicalmente tal concepção da observação científica, defenderá o gestaltista, perderemos o contexto verdadeiro que torna inteligível a teoria e a medida na física.

Köhler, entretanto, defenderá que a percepção não corresponde a um andaime descartável do edifício teórico da física, ao contrário, trata-se de um fundamento. Eliminar a percepção é eliminar os alicerces que mantêm a construção erigida.

Da forma como as coisas estão agora, algumas vezes dificilmente pode-se evitar sentir que tais esforços podem ser *tão* bem sucedidos, que com os andaimes toda a construção pode desaparecer, deixando um vazio em seu lugar, o que certamente satisfaria até mesmo as mais altas demandas de clareza (*clearness*, tendo ao mesmo tempo o sentido de ‘clareza’ e ‘limpeza’) (Köhler, 1959/1938, p. 154).

A defesa dos dados fenomenais como alicerces da teoria científica aponta para uma relação de sentido entre fenômeno e conceito. A inteligibilidade do conceito depende da referência a um conteúdo fenomenal, uma base intuitiva que constituiria, ao menos, o fim de uma cadeia de definições. Mesmo que, no decorrer da construção, a totalidade do edifício teórico se torne completamente estranha à totalidade do mundo fenomenal, devido à concatenação de conceitos cujas contrapartes fenomenais não se ligam espontaneamente, o composto só poderá ser efetivamente compreendido se, em última instância, suas partes referirem-se ao mundo fenomenal. Defende-se, portanto, a elucidação fenomenal como procedimento fundamental à ciência.

Köhler, na defesa dessa tese, contrapõe-se a Eddington investigando mais precisamente como um instrumento de medida adquire seu sentido na experiência imediata. Trata-se de uma verdadeira investigação da relação entre a práxis científica e a percepção. O tratamento dessas questões em Köhler assemelha-se ao tratamento da

lógica e da matemática em Wertheimer de tal forma que evidencia a unidade da estratégia fenomenológica gestaltista em seus diferentes representantes.

O primeiro aspecto contemplado corresponde ao problema do sentido dos números, se tomados isoladamente. O gestaltista conta a história “de alguns fatos reais em meras leituras-de-ponteiros: 4; 1; 1887; 60; 5; 52; 7; 19”. Em seguida, relata o contexto do qual foram extraídos, sua história: “Ele nasceu, como a 4ª criança de seus pais, no primeiro mês de 1887, no 60º grau de latitude norte. Quando tinha 5 anos, foi para uma cidade no 52º grau de latitude norte, onde freqüentou a escola dos 7 aos 19 anos” (Köhler, 1959/1938, p. 155). O texto confere sentido aos números, sem se referir a nenhuma das qualidades geralmente compreendidas como dados subjetivos – “aprisionados na mente” –, como cores e sentimentos. Sem o relato os números não passam de uma coleção, sem nenhuma relação que os fizesse parte de um mesmo processo. Podemos extrair dessa argumentação a necessidade de um contexto que ligue o “observador” e seus diversos assistentes, que não podem ao menos notar a presença um do outro – lembremos que os observadores só enxergam em uma direção, vendo apenas a coincidência entre um ponteiro e um número numa escala.

O segundo argumento aplica-se justamente à presença da escala nas mensurações. O número apontado pelo marcador do instrumento de medida não é um número isolado, pois ocupa um lugar específico numa escala numérica padronizada. O sentido da coincidência observada, assim, depende também, em parte, da ordem estipulada numa determinada seqüência numérica. Tal ordem, por sua vez, pressuporia a experiência direta das pessoas que construíram o instrumento, o fato de que outros olharam, em seu mundo percebido, para cada um dos números com relação ao ponto zero da escala. Tal argumento, segundo Köhler, tem como objetivo simplesmente ressaltar a presença de alguns dados fenomenais que passam despercebidos quando “usamos termos aparentemente simples como ‘coincidências’ ou ‘leituras-de-ponteiros’ e defendemos que eles são os únicos materiais perceptivos utilizados na física” (Köhler, 1959/1938, p. 156).

O ponto crucial da discussão refere-se às definições da física, à compreensão dos diferentes “nomes” que cada número adquire nas experimentações e construções teóricas, tais como “‘ohms’, se nós medimos resistência elétrica; ‘ampères’, se nós medimos a intensidade da corrente; ‘graus’, se medimos temperatura...” (Köhler, 1959, p. 156). Uma simples coincidência é incapaz de nos dizer com qual de tantas possibilidades estamos lidando num dado momento, nem mesmo ao incluirmos a escala

de que faz parte. É que tanto a escala quanto o nome presentes no instrumento, “amperímetro”, por exemplo, são meros substitutos de algo mais essencial, daquilo que lhes concede sentido. O uso racional das mensurações, portanto, nos leva, segundo Köhler, a duas questões cruciais.

Primeiro, tais palavras como ‘resistência’, ‘corrente’, ‘temperatura’, ‘velocidade’, ‘pressão’, ‘massa’ devem ter um sentido e, segundo, devemos ser capazes de decidir qual dessas várias entidades iremos medir, numa situação experimental particular, através das leituras-de-ponteiros (Köhler, 1959/1938, p. 157).

O primeiro passo na resposta a essas perguntas corresponde à recusa da concepção de Eddington, que recorre à atividade simbólica do pensamento. Segundo o gestaltista, o físico defenderia a existência de um sistema circular de definições em sua ciência, no qual a definição de um termo apontaria para outros, estes para mais outros, até que voltaríamos a nos perguntar o sentido do primeiro. As concepções familiares, isto é, a experiência sensorial, teria assim desaparecido da teoria física, composta por entidades de natureza absolutamente estranha à experiência direta, apreensíveis, lembremos, apenas pelo intelecto. Ora, mas como o pensamento, por si mesmo, poderia dar os nomes certos às coincidências sem nenhuma dica perceptiva, isto é, como discriminar as diferentes mensurações através de um aspecto comum a todas elas – ponteiros e números? Que razão teria para dar o nome de “temperatura”, por exemplo, à mera coincidência entre um marcador e um número? O abandono das estruturas percebidas nos conduz ao problema da transferência das questões teóricas ao contexto experimental, em que são realizados os testes mais importantes da ciência. Como o cientista, considerando o catálogo de definições da física, seria capaz de compreender a quais partes do seu aparato experimental, constituído de entidades percebidas, se refere determinado símbolo?

Segue-se que, na medida em que os símbolos têm algum uso na física, seus significados devem conter não apenas ingredientes fenomenais em geral; na verdade (*rather*) eles devem se referir a aspectos específicos das situações perceptivas, já que é nestas que todas as atividades simbólicas do teórico são eventualmente testadas (Köhler, 1959/1938, p. 158).

Obviamente, Köhler não recusa nem a participação do pensamento na física, nem a existência de relações entre conceitos e situações perceptivas, como no caso da entropia, “via outros conceitos para os quais a referência é direta”. A tese defendida aqui se refere à condição de inteligibilidade do pensamento, que só adquire sua função

através do diálogo com os arranjos fenomenais envolvidos na observação. Retomando a discussão em que o gestaltista se contrapunha ao behaviorismo, lembremos que a delimitação de novos processos físicos tem seu ponto de partida na experiência fenomenal, os métodos indiretos pressupõem observações diretas. É perfeitamente possível a mudança gradual da situação fenomenal considerada representativa de um determinado processo físico. No entanto, mesmo que tal situação venha a diferir do primeiro contato, ainda se constitui como um dado fenomenal essencial, implicado nas definições e testes acerca das entidades físicas delimitadas. Em suma, o contexto fenomenal muda, como um choque elétrico torna-se um amperímetro, sem dúvida com a participação do pensamento, mas não deixa de ser um dado fenomenal, a base direta da operação do cientista. Poderíamos dizer que a situação fenomenal subjacente ao conceito científico corresponde ao retorno necessário da ciência ao mundo da vida, o que a torna uma prática humana inteligível.

A redução dos conteúdos fenomenais, portanto, deve preservar aquilo que permite a transposição do conceito à experiência direta, ou melhor, à percepção. Assim, a estrutura perceptiva a que o símbolo se refere é seu verdadeiro significado, permitindo sua “materialização” no contexto fenomenal e uma coordenação correta entre símbolos e fatos. O autor cita o exemplo de uma “situação-corrente” (*current-situation*) na percepção. Apenas na medida em que o físico reconhece os aspectos essenciais dessa situação ele se torna capaz de compreender que o ponteiro no instrumento indica a intensidade de uma corrente elétrica. No contexto perceptivo, o que há de essencial, além dos ponteiros, significando-os, corresponde à estrutura do aparato (um galvanômetro) e a percepção de sua conexão com a parte principal da situação, isto é, o circuito. As próprias leis, enquanto se relacionam com as medidas realizadas, carregam também consigo a estrutura perceptiva que lhes concede sentido. Ou seja, o mundo fenomenal não é um dado não essencial a ser excluído. A base fenomenal da ciência não se restringe a meras constatações de coincidências. É como se o “observador” de Eddington não precisasse apenas de assistentes com outras visões parciais da situação, mas de um cientista cujo mundo fenomenal permanecesse integrado, condição de sentido da coincidência. Portanto, podemos afirmar que o “observador” é um conceito artificial desnecessário. “Nenhuma quantidade de leituras-de-ponteiros como tais podem mudar esse estado de coisas. Dez cegos não vêem mais do que um único cego” (Köhler, 1959/1938, p. 159).

Considerando o sentido adquirido diretamente pelas coincidências no contexto fenomenal, segue-se necessariamente a suposição da existência de tal estruturação no mundo físico. Não haveria sentido algum na experimentação se não acreditássemos existir uma configuração semelhante entre a situação diretamente dada ao cientista e o mundo físico. A noção de estrutura de Eddington, que descreveria adequadamente os processos mundo físico, na qual as leituras seriam encaixadas e obteriam seu sentido legítimo, não pode ser uma entidade radicalmente diferente da sensorial, pois as leis são testadas através de arranjos nesta dimensão fenomenal. Podemos afirmar que, para Köhler, embora a elaboração das leis não seja necessariamente uma transposição da observação fenomenal à física, é preciso que haja um acordo entre a organização fenomenal e a física, ao menos no nível macroscópico, para que a investigação experimental possa ter sentido. Mesmo que utilizemos a linguagem matemática na descrição das entidades físicas, tal linguagem deve ser compatível com o contexto fenomenal em que se dá a observação, responsável pela indicação das operações adequadas à entidade que representa.

O que desejo apontar é simplesmente que, em tal descrição, os traços mais essenciais dos contextos experimentais ou perceptivos são os mesmos daqueles de suas contrapartes físicas. Com respeito a esses traços, as estruturas perceptivas e físicas são isomórficas. Se não o fossem, nós não teríamos a física (Köhler, 1959/1938, p. 162).

Nesse ponto, alcançamos outra tese epistemológica fundamental da Teoria da Gestalt: o isomorfismo entre mundo fenomenal e mundo físico. Tal tese é exposta pelos gestaltistas desde os primeiros textos, inclusive no artigo inaugural da Teoria da Gestalt na psicologia experimental, em 1911, de Wertheimer. Entretanto, acreditamos que somente no “Lugar do Valor...” (Köhler, 1959/1938) sua implicação filosófica é trabalhada mais criteriosamente, ou seja, é nesse texto que o isomorfismo aparece como condição de possibilidade do conhecimento da natureza, justificando-se através da experiência da transcendência transfenomenal, uma ponte diretamente apreensível a uma realidade transcendente. A experiência da transcendência transfenomenal corresponde ao argumento fenomenológico que justificaria uma natureza transfenomenal, voltaremos a esse ponto no próximo capítulo.

CAPITULO 3 – A revisão da noção de natureza: a Gestalt como categoria científica fundamental

A Teoria da Gestalt refere-se a pesquisas concretas; não é apenas um *resultado*, mas um *instrumento*; não é apenas uma teoria *sobre* resultados, mas um meio de alcançarmos novas descobertas. Não se trata simplesmente da colocação de um ou mais problemas, mas de uma tentativa de *ver* o que realmente está acontecendo com a ciência. Tal problema não pode ser resolvido com uma listagem de possibilidades e sistematizações, classificações, e arranjos. Se queremos enfrentá-lo, devemos guiar-nos pelo espírito de um novo método e pela natureza concreta das próprias coisas que estamos estudando, preparando-nos para penetrar no que realmente é dado pela natureza (Wertheimer, 1938/1924, p. 3).

A Teoria da Gestalt tem como importante contribuição ao conhecimento, além de uma discussão de cunho fenomenológico próxima à atividade científica, a defesa teórica de uma natureza que compreenda necessariamente a categoria Gestalt. A afirmação de que tais entidades apresentam-se tanto na percepção como no mundo físico implica a transposição das características mais importantes dessa categoria, como o sentido e o valor, aos eventos físicos. Trata-se, assim, de uma verdadeira revisão na concepção de “fatos” vigente na ciência positivista com a qual a Teoria da Gestalt se deparava. Ash (1998) identifica nos gestaltistas a tentativa de unir as tendências do “holismo”, que ganhava força na Alemanha, à ciência natural. No holismo, como na psicologia de Leipzig, a reflexão do todo às partes implicava a determinação da vida humana por conceitos propriamente humanos, como a personalidade, caráter, etc., o que marcava uma cisão com as categorias da fisiologia e da ciência natural, os “átomos”.

“A busca da objetividade”, no título do trabalho de Ash (1998), refere-se justamente ao propósito da Escola de Berlim de compreender a categoria Gestalt como uma entidade autêntica tanto da vida psicológica quanto da natureza, portanto, como um conceito capaz de unir as ciências da natureza e as ciências humanas sem que a dimensão humana fosse reduzida a uma causalidade cega. Na verdade, o que vemos é justamente o oposto. Trata-se de elevar nossa concepção de natureza à dimensão do sentido e valor.

No capítulo passado, apresentamos a Gestalt no âmbito fenomenológico, apontando algumas conseqüências epistemológicas dessa reflexão para o mundo físico. Neste momento, veremos as implicações gerais dessa categoria para o pensamento

científico e o desenvolvimento dos argumentos referentes à “filosofia da natureza” gestaltista. Quanto ao primeiro ponto, apresentaremos a discussão da ciência psicológica no primeiro capítulo de “Princípios da Psicologia da Gestalt” (Koffka, 1955/1935), juntamente com importantes argumentos da nova lógica de Wertheimer; para abordarmos o segundo ponto, seguindo o conselho de Ash (1998), retomaremos o “Gestalten Físicas” de Köhler (1938/1920), juntamente com textos cujos argumentos elucidem pontos deixados em aberto nesse trabalho, “seu principal trabalho filosófico, uma extensão do conceito de Gestalt da percepção e comportamento para o mundo físico, e, assim, uma tentativa de unificar o holismo e a ciência natural” (Ash, 1998, p. 168).

Podemos classificar os teóricos da Gestalt, segundo Ash (1998, capítulo 5), numa “via do meio” na qual o embate com a ciência positivista e a ênfase no sentido inerente à vida humana não implicavam um irracionalismo. Trata-se da mesma atitude de pensadores cujas teorias participaram do treinamento dos gestaltistas, tais como William James, Bergson, Husserl, Dilthey e Driesch. Um ponto comum nesses teóricos é a crítica à psicologia associacionista e a tentativa de compreender racionalmente a dimensão do sentido. No caso de James, assim como na Teoria da Gestalt, a recuperação da categoria do sentido exigia uma nova psicologia. Em Bergson, podemos ressaltar o primeiro exemplo no “Ensaio sobre os dados imediatos da consciência” (1927), isto é, a representação da presença de uma totalidade irreduzível às sensações em mútua exterioridade através da experiência da dança, cujos momentos se interpenetram, anunciando e completando uns aos outros. Tal comportamento da totalidade assemelha-se à boa continuação das figuras apresentadas por Wertheimer, às demandas lógicas e segregações conforme a direção. Sem dúvida, a história do problema da Gestalt revela a arte como área privilegiada de reflexão. A recusa do positivismo e a busca de uma ciência cujas categorias compreendam o sentido como característica essencial abre a possibilidade da inserção da experiência artística como área legítima de investigação.

A atividade científica, na concepção positivista, é orientada pelo lema “previsão e controle”, sendo pautada pela “observação objetiva”. Os fatos são explicados na medida em que a sucessão que os envolve possa ser dominada pelo cientista. A explicação, assim, não corresponderia à compreensão de “por quê” os fatos ocorrem, mas à simples constatação e reprodução de sua ocorrência. A esfera da compreensão, da revelação do sentido, é recusada pelas “ciências da natureza”, sendo reconhecida apenas

no âmbito das “ciências humanas”. O positivismo representa bem a concepção tecnológica do conhecimento, a ênfase no domínio da natureza, ao qual se oporá a concepção estética da Teoria da Gestalt, a ênfase na apreensão direta da ordenação dos fatos. É como se o conhecimento da beleza inerente à organização espontânea da natureza justificasse, por si só, a atividade científica.

A fenomenologia de modo geral nos revela que a ciência é uma prática humana dependente das estruturas fenomenais. A observação do mundo físico, como vimos na Teoria da Gestalt, nunca é observação direta. A inteligibilidade da atividade científica, inclusive de suas observações indiretas, exige sua sustentação no mundo da vida. Se o mundo da vida se articula em Gestalten, como poderia um universo científico cognoscível articular-se de forma diferente?

Como vimos no âmbito das Gestalten da percepção, o sentido dos processos depende da “lei interna” da estrutura, aquilo que as partes realizam em conjunto. Somente a compreensão de tal lei interna possibilita a determinação da função que adquire cada parte após uma influência externa. Nesse tipo de evento, portanto, os estados iniciais não são suficientes para a previsão dos estados subseqüentes. A compreensão é fundamental para a revelação das leis da percepção e, na medida em que a determinação do mundo físico é necessariamente mediada por essas Gestalten, o será também para as ciências naturais. A Teoria da Gestalt, assim, defende uma nova concepção de causalidade na qual a explicação e a compreensão tornem-se um único procedimento científico. A “explicação” gestaltista não deve ser pensada, como em Embree (1979) e Madden (1952), como a relação entre um estado de coisas anterior e um estado de coisas posterior, é preciso compreender o que a noção de “lei interna” implica para a redefinição dessa categoria científica.

A oposição entre a concepção da explicação científica como busca de causas através da relação genética ou de sucessão com outros fatos exteriores e a descrição como procedimento de elucidação do sentido está também presente na discussão husserliana sobre a ciência. Podemos notar tal oposição na defesa da incompatibilidade entre as relações internas inerentes ao mundo da vida e a natureza definida como constituída por partes em “recíproca exterioridade”. Poderíamos, portanto, levantar como questão se seria justificada a classificação da Teoria da Gestalt como um naturalismo do mesmo tipo da psicologia clássica e do empirismo de Locke.

Os gestaltistas se opõem radicalmente a toda concepção elementarista de ciência. A concepção de um universo constituído por partículas reais cujas combinações nada

mais são do que a soma das propriedades já preexistentes nas mesmas não é autorizada de forma alguma pela inspeção de nossa experiência direta. Havia, na verdade, um tipo de naturalismo pressuposto na ciência elementarista cujas implicações relativas ao sentido da vida humana eram especialmente desesperadoras. Tais implicações inspiraram, dentre outros fatores, a chamada “crise da razão”.

Pensemos em nosso mundo vivido. Geralmente, nossos comportamentos parecem ter “motivos” que os tornam compreensíveis, parecem seguir certas demandas do meio (tantos de objetos como de outras pessoas) ou mesmo de nossos próprios planos de vida; percebemos contextos, como paisagens e obras de arte, expressando-nos paz, tranqüilidade, violência; sentimos um terror imenso diante de determinados eventos, como num acidente, alegria diante de outros, como diante do riso de um bebê. Agora, pensemos nisso tudo como efeito de movimentos aleatórios de partículas materiais, ou mesmo como associações acidentais, sejam condicionamentos reflexos ou conexões entre sensações. O valor e o sentido que estão incrustados em nossa vida tornam-se “ilusões”, pois perdem o estatuto de fenômenos autênticos, sua “necessidade”, em favor de uma realidade cujas relações não são nada mais do que acidentes⁴¹. No primeiro capítulo do “Lugar do valor num mundo de fatos”, Köhler apresenta a repercussão dessa forma de pensar a ciência através do diálogo com o editor de uma revista acerca da “crise da razão”. O interlocutor de Köhler, um tanto dramaticamente, descreve o estado em que a ciência teria deixado a humanidade em relação a sua “natureza”.

Dentro deste mundo há pouco que possa interessar a um ser humano que não é dado ao estudo de leis abstratas por si mesmas. É difícil ver como ele, inteiramente estrangeiro, poderia sequer aparecer em tal ambiente. Devemos perdô-lo se ele sente-se sozinho, frio e confuso quando ele aprende que esta é sua situação. Para deixar as coisas piores, a ciência o considera com um olhar hostil, pois suas superstições e suas tendências antropomórficas deram ao mundo calor, cores, intensidade e sentido. (...) a natureza não é nada mais do que pequenas partículas inacessíveis, suas leis não são nada mais do que chances, cujos caprichos ninguém pode compreender (Köhler, 1959/1938, p. 14).

A definição da natureza como “partículas e seus movimentos aleatórios” é aquela do materialismo, à qual a filosofia não tardou a reagir. É que os valores cuja autenticidade é recusada não correspondem apenas a vivências como sentimentos e qualidades sensíveis, mas incluem as noções de “verdade”, “necessidade”,

⁴¹ Lembremos como, no introspeccionismo, a experiência concreta não tinha nada de novo a oferecer ao psicólogo, ocupado unicamente com a “experiência sensorial real”.

“inteligibilidade”. Negar a legitimidade de tais valores é o mesmo que negar a legitimidade do conhecimento, conseqüentemente, da própria noção de natureza – fruto de um trabalho teórico. Trata-se da principal contribuição da fenomenologia à ciência, de forma geral, a revelação da dependência do mundo natural em relação às vivências subjetivas, pois tal dependência interdita esse tipo de absurdo.

Ao pensar a construção da natureza sob a luz da tese do isomorfismo, a Teoria da Gestalt buscará legitimar um mundo físico no qual haja relações inteligíveis (que apresentem uma contraparte fenomenal), a serem compreendidas pelo cientista. Nessa tarefa, a noção de totalidade revela-se como categoria fundamental, já que compreender um processo como Gestalt é compreender o papel de cada uma das partes em sua realização.

3.1 – A função integradora da categoria Gestalt e a legitimidade da compreensão:

Em 1935, nos “Princípios da Psicologia da Gestalt”, Koffka afirma que o verdadeiro desenvolvimento da ciência decorre do conhecimento dos fatos em sua “relação intrínseca”, e não da coleção de meras constatações. Trata-se da diferença entre duas concepções de conhecimento, exemplificadas pelos dois sentidos de “muito” no provérbio latim “multum non multa”. No sentido rejeitado (“multa”), conhecer muito é conhecer muitos fatos, de forma que uma pessoa que conheça vinte fatos sabe dez vezes mais do que aquela que conhece apenas dois. Entretanto, se esses dois fatos são conhecidos em sua relação intrínseca, tornando-se duas partes de um processo total inteligível, a segunda pessoa conhece mais (“multum”) do que a primeira. A principal proposta do projeto gestaltista ao conhecimento é a integração da coleção de constatações factuais decorrente da especialização das diversas ciências num sistema teórico racional, de forma que tenhamos uma só Ciência.

Ou, dito de outra forma, a ciência não é comparável a um catálogo no qual todos os fatos são listados de acordo com um princípio arbitrário, como os livros numa livraria em ordem alfabética de seus autores; a ciência é *racional*; os fatos e sua ordem são um e o mesmo; fatos sem ordem não existem; portanto, se soubermos um fato profundamente, nós conheceremos muito mais fatos a partir do conhecimento deste único fato (Koffka, 1955/1935, p. 6).

Enquanto Köhler defende as estruturas fenomenais como base necessária dos conceitos científicos, Koffka, complementando as discussões anteriores, nos apresenta a possibilidade da integração das diferentes disciplinas científicas sob a categoria Gestalt. Koffka identifica três dimensões no universo da ciência: natureza inanimada, vida e mente, tendo, respectivamente, a quantidade, a ordem e o sentido como categorias fundamentais. Assim, o primeiro passo para o estabelecimento da referida integração consistirá na defesa da compatibilidade entre os processos estruturais e todas essas dimensões científicas.

Assim como Köhler, Koffka recusa a legitimidade da dicotomia qualidade-quantidade apontando o caráter qualitativo do arranjo dos termos das fórmulas físicas. A mensuração tem como principal função testar a “relação” expressa pela fórmula, a representação matemática de uma lei. Por outro lado, a distribuição mostra-se tão importante na descrição dos fatos físicos quanto a mensuração de fatos individuais, como a determinação das coordenadas de uma partícula. Na descrição de uma bolha de sabão, por exemplo, a distribuição esférica de sua superfície em torno de um volume de ar é um aspecto tão importante cientificamente quanto a posição de uma partícula num dado momento dessa totalidade. Tal distribuição apresenta-se como a articulação mais estável conforme os diversos fatores em jogo. Numa superfície esférica, o maior volume é envolvido pela menor superfície, de forma que as pressões internas e externas à superfície, bem como a coesão das partículas que a constituem, encontram-se em equilíbrio.

A defesa da legitimidade das Gestalten físicas tem como objetivo a refutação de duas interpretações do problema da relação entre mente, vida e natureza inanimada. Na interpretação materialista, a “ordem”, categoria fundamental das ciências da vida, é recusada como “ilusória”, pois não haveria necessidade alguma na manutenção de um determinado estado global, dado o caráter atomístico da matéria e suas leis mecânicas. Tal interpretação simplesmente recusa a legitimidade do problema, defendendo a existência de apenas uma das três dimensões, sendo as outras meras ficções.

Por outro lado, a interpretação vitalista, em sua reação ao materialismo, nos revelaria pela categoria “ordem”, não uma mera nomeação arbitrária, mas um evento peculiar em que cada parte se organiza conforme o estado das demais. O organismo é um evidente processo desse tipo, afinal, como poderíamos explicar o funcionamento de tal entidade a partir de leis mecânicas referentes a partículas independentes?

A solução vitalista, no entanto, ao mesmo tempo em que revela a legitimidade da ordem como categoria de pensamento, aceita a definição materialista da natureza inanimada. É por isso que a inserção da “ordem” na “vida” acaba por levar o vitalista a defender o advento de uma “força vital”, cujo papel seria estabelecer um tipo de processo que jamais poderia ocorrer espontaneamente no âmbito da “matéria”. A demonstração da existência da ordem na natureza inanimada, empreendida constantemente nos textos gestaltistas, portanto, apóia a tese de que as Gestalten são organizações espontâneas (entidades autênticas) e não um evento produzido por uma força exterior. Podemos acrescentar que o problema da coexistência da concepção atomística da “matéria” com a necessidade de concebermos os processos do organismo como processos globais levou alguns filósofos a negarem até mesmo a possibilidade de compreensão científica da vida. Trata-se, por exemplo, do pensamento de Driesch, segundo Köhler (1978/1925). Portanto, a defesa das Gestalten físicas também consiste na defesa da cientificidade dos processos totais, conseqüentemente, da cientificidade da vida.

Quanto às ciências humanas, encontraríamos outra dicotomia: a oposição entre causalidade e sentido. A psicologia alemã do século XIX, segundo Koffka (1955/1935), ao mesmo tempo em que tinha como desafio estabelecer-se como disciplina científica, isto é, trabalhar seus problemas de forma sistemática, com métodos que permitissem a reprodução e a fundamentação empírica de suas soluções (em termos de causa e efeito), tinha como objeto de estudo temas cujos aspectos mais relevantes, segundo os adversários da psicologia incipiente, eram o sentido e o valor.

Como poderiam, assim corria o argumento, as leis da sensação e associação, que então compunham a maior parte da psicologia científica, algum dia explicar a criação ou apreciação de uma obra de arte, o descobrimento da verdade, ou o desenvolvimento de um grande movimento cultural como o da Reforma? (Koffka, 1955/1935, p. 19).

Assim como vimos na crítica de Köhler ao introspeccionismo, a descaracterização da experiência humana concreta, que para além das “constâncias” inclui valor, sentido, conduta, expressão, etc., teria levado a psicologia científica a perder grande parte de seu público. Por outro lado, as questões referentes ao sentido e ao valor eram tratadas no âmbito de um pensamento especulativo que “carregava o rótulo da personalidade de seus autores”. Sem dúvida foi um motivo legítimo da

psicologia científica a tentativa de determinar seu objeto de maneira sistemática, entretanto, ela o teria perdido no processo.

Na solução desse dilema, Koffka procura integrar a validade dos dois argumentos. Ele aponta que o valor e o sentido são categorias científicas legítimas, desde que os fatos sejam considerados como totalidades. A “relação intrínseca” entre as partes de uma Gestalt é um processo que envolve sentido e valor, como vimos no estudo da percepção⁴². A compreensão do papel que cada parte desempenha no todo é a determinação do sentido de um evento, do “por quê” ocorre, em que circunstâncias torna-se “necessário”. A parte tem um sentido, a totalidade expressa um valor, seja na articulação de uma bolha de sabão, no desenrolar dos processos orgânicos ou num movimento cultural.

Quando Koffka aborda o problema do “significado”, ele aponta que tal dimensão da Teoria da Gestalt teria ficado oculta aos americanos⁴³, devido a um certo pudor em relação ao “clima intelectual” dos EUA. Tratava-se de um clima orientado pelo pragmatismo com uma ênfase exacerbada na experimentação e no controle “objetivo” de variáveis. Nos “Princípios...” (1955/1935), Koffka acredita que, após a teoria ter ganhado um prestígio razoável no âmbito da experimentação, seria possível apresentar a tentativa gestaltista de compreender o “sentido” como categoria científica legítima.

Embora o autor não apresente explicitamente quais são tais implicações, ele refere-se ao exemplo de Wertheimer da “sinfonia dos anjos”. Nesse exemplo, Wertheimer opõe a concepção do conhecimento voltada para a estética – como diria Ash (1998) – ao lema positivista da “previsão e controle”. Se chegássemos ao céu e ouvíssemos uma bela sinfonia sendo tocada por anjos, deveríamos tentar compreendê-la através da elucidação do papel de cada um dos seus momentos na realização do conjunto, única forma pela qual reconheceríamos no processo a sinfonia. Mesmo que pudéssemos, com uma fórmula, prever qual nota seguiria a nota atual, isso não bastaria para a apreensão do sentido da sinfonia, sua realização parcial naquele momento. Após a compreensão do “sentido interno” da sinfonia, poderemos até mesmo prever os momentos seguintes, mas esse não foi, desde o princípio, o objetivo da investigação.

Tal aliança, estabelecida por Koffka com Wertheimer, nos permite afirmar que a implicação da Teoria da Gestalt importante ao “clima intelectual” da Alemanha

⁴² Ver o comentário sobre o artigo de Wertheimer de 1923, na seção 1.4.

⁴³ Os “Princípios da Psicologia da Gestalt” foi publicado nos Estados Unidos, anos depois da migração de Koffka para esse país.

corresponde justamente à tentativa de compreender a ciência como um empreendimento estético, o reconhecimento da beleza da auto-organização intrínseca à natureza. Tal empreendimento permitia aos gestaltistas unificar o conhecimento natural com as questões humanas oriundas da ética, arte, etc., recuperando cientificamente tais questões essenciais sem negar aquilo que as tornam especialmente relevantes, a saber, o sentido e o valor. Portanto, a discussão da ciência, nos “Princípios...” de Koffka, apóia a interpretação de Ash acerca da Teoria da Gestalt. O papel do cientista, ao contrário do modelo positivista, não seria curvar a natureza aos seus desejos, mas compreender seu lugar nela.

Resumindo: a aquisição do conhecimento verdadeiro deve nos ajudar a reintegrar nosso mundo que foi despedaçado; deve nos ensinar a evidência das relações objetivas, independentes dos nossos desejos e prejuízos, e deve nos indicar nossa verdadeira posição em nosso mundo e dar-nos respeito e reverência às coisas animadas e inanimadas ao nosso redor (Koffka, 1955/1935, p. 10).

Se a totalidade desempenhará um papel central nesse empreendimento, ainda é preciso uma ressalva a seu respeito. Os gestaltistas sempre afirmaram o afastamento relativo a um certo “romantismo” científico. A Teoria da Gestalt não defende que todos os fatos estariam articulados numa grande Gestalt a qual denominaríamos “universo”.

Aplicar a categoria de causa e efeito significa encontrar quais partes da natureza permanecem nessa relação. Similarmente, aplicar a categoria Gestalt significa encontrar quais partes da natureza pertencem como partes a todos funcionais, descobrir sua posição nesses todos, seu grau de relativa independência, e a articulação de todos amplos em todos menores (Koffka, 1955/1935, p. 22).

A investigação das Gestalten não envolve apenas uma mudança de atitude diante da ciência, mas pressupõe o desenvolvimento de uma nova lógica. A lógica gestaltista será, assim como os conceitos científicos, orientada pelo método fenomenológico. Afinal, a integração da ciência à vida implica, primeiramente, o retorno do pensamento ao mundo fenomenal, ou, como diria Wertheimer, às situações concretas nas quais adquire sua verdadeira função.

3.2 – A lógica da Gestalt: o insight e a verdade.

Para a determinação da categoria Gestalt, a compreensão, ou “insight” é um processo epistemológico não só legítimo, mas fundamental. Trata-se da experiência em

que apreendemos a dependência de um evento em relação à totalidade cujas características específicas o tornam necessário. Na defesa da legitimidade do “insight”, como vemos no décimo capítulo de “Psicologia da Gestalt” (1947/1929), Köhler opõe-se a uma concepção de ciência cujas relações factuais seriam estabelecidas somente por repetição e outros fatores extrínsecos. A Teoria da Gestalt pretende mostrar que, ao abandonarmos a concepção empirista da experiência⁴⁴, revela-se a possibilidade de uma concepção de causalidade em que os fatos se relacionem segundo suas propriedades, isto é, intrinsecamente.

A determinação factual através de fatores extrínsecos seria a herança da filosofia empirista à ciência. Segundo o gestaltista, o mundo fenomenal, se tomado em sua originalidade, nos revela facilmente modelos dessa “causalidade intrínseca”, sendo a dificuldade de sua apreensão mera consequência da adoção arbitrária de determinada atitude epistemológica. A tal atitude “humeana” refere-se a ironia de Köhler no texto de 1929.

Suponha que um representante desse grupo está pegando um ônibus no qual tem que ficar levantado, pois está lotado. Num dado momento, um homem pesado escolhe o pé de nosso Humeano como um bom lugar para ficar. Como questão de princípio, o Humeano não teria como decidir se a bela face de uma garota no ônibus ou a conduta do homem é a causa da raiva que ele, o Humeano, agora sente. Ele poderia descobrir por experimentação e indução, ou ele pode ter aprendido a conectar tais coisas corretamente no passado. Mas, se suas convicções teóricas estiverem corretas, ele possivelmente não poderia decidir sem tais evidências indiretas (Köhler, 1947/1929, p. 201).

Para melhor compreensão da noção de “insight”, destacaremos outro conceito descritivo essencial: a “demanda”. Tal conceito já aparecia na apresentação das leis de Wertheimer (5) e desempenha no “Lugar do Valor...” (1959/1938) de Köhler um papel central, sendo uma tradução possível do termo “requiredness”. Trata-se do aspecto vetorial de nossas experiências de relações, em que determinados objetos ou eventos fenomenais “apontam” para outros objetos ou eventos, exigindo-os ou rejeitando-os⁴⁵ segundo suas características. Podemos considerar como exemplos a saudade e o medo. Fenomenalmente, a saudade pode ser descrita como uma situação em que a pessoa saudosa sente-se “incompleta”, demandando a presença de outra pessoa específica, que

⁴⁴ Lembremos que o privilégio epistemológico das associações é substituído, na doutrina gestaltista, pela noção de estrutura, em que as partes relacionam-se devido as suas características intrínsecas (ver seção 1.5).

⁴⁵ A demanda será essencial à compreensão da motivação, vontade e necessidades na Psicologia (ver Lewin, 1926)

presentemente encontra-se distante. Percebemos diretamente o valor da pessoa distante, bem como sua relação com nosso sentimento presente.

Numa situação de medo, descobrimos uma interessante dinâmica nas direções das demandas. Andando por uma rua, vejo um grande cão vindo em minha direção, entretanto, ele parece não ter notado minha presença por estar com a cabeça abaixada. Em primeiro lugar, percebo que o medo que sinto refere-se às características específicas daquele animal (não sentiria medo se fosse um poodle, por exemplo). Há, além disso, como característica fundamental da situação, uma demanda de que o cão se desvie espontaneamente, não continuando em minha direção – tal situação tem um valor peculiar de “inadequada”, que se intensifica conforme a aproximação do animal. Agora, imaginemos que o cão levante a cabeça, olhe em minha direção e rosne. Toda a situação se modifica, a demanda agora refere-se a mim: “fuja”. Tal demanda, novamente, refere-se às características específicas de parte da situação: o cão rosnando para mim.

A experiência do “insight” propriamente dita refere-se à solução de um problema, isto é, ao preenchimento de determinada lacuna no conhecimento⁴⁶. Trata-se, geralmente, de uma situação envolvendo conceitos. O “sobressalto” que muitas vezes caracteriza tal experiência corresponde à apreensão direta dessa referência, que se ocultava de nossa experiência total por desconhecermos os aspectos da totalidade que tornavam a parte em questão “demandada”, “necessária”.

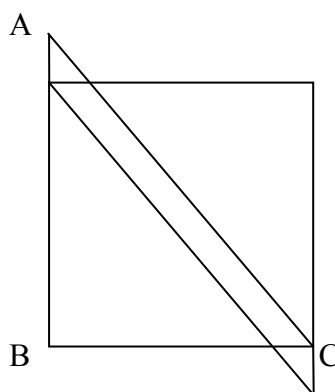
A título de exemplo, apresentaremos um interessante problema de geometria proposto por Wertheimer (1950/1925, p. 279). Nesse texto, ele expõe uma nova interpretação de operações de pensamento segundo princípios estruturais, mostrando-nos como o gestaltismo pode contribuir com a lógica. No silogismo, duas premissas, a maior e a menor, levam a uma conclusão, como no clássico exemplo: se todo homem é mortal (premissa maior) e Sócrates é homem (premissa menor), logo, Sócrates é mortal (conclusão). O silogismo geralmente é utilizado como orientação na definição de conceitos ou classificações, já que a conclusão não corresponderia a um conhecimento propriamente novo, por já estar contido nos termos da premissa. No exemplo clássico, a mortalidade participa tanto do conceito de homem como de Sócrates, sendo o silogismo uma mera explicitação dessa concordância.

⁴⁶ Köhler apresenta o insight como um processo da aprendizagem presente até mesmo em primatas. Aqui, no entanto, pretendemos apresentá-lo como aparece no âmbito da ciência e atividade teórica em geral, por isso utilizamos o texto de Wertheimer acerca do “pensamento produtivo”, em vez dos estudos da inteligência animal de Köhler. O “insight” refere-se, em todas as dimensões, à apreensão de uma relação nova, dependente das características específicas dos seus termos.

Segundo Wertheimer, ao pensarmos o uso concreto desse recurso do pensamento, descobrimos a possibilidade de um avanço real no conhecimento, que permite ao gestaltista classificá-lo como “pensamento produtivo”. Ele se opõe ao estudo puramente formal da lógica, cujos exemplos arbitrários nada mais são do que meios de explicitar uma “forma” anterior ao emprego real do pensamento. Através da análise de problemas significativos presentes em nossa experiência, descobrimos que os conceitos presentes nas operações do pensamento são utilizados segundo articulações específicas, de forma que uma determinada articulação pode apontar para relações até então ocultas, desconhecidas. Nessa interpretação do silogismo, seus termos não conteriam todas as determinações possíveis, mas apenas aquelas pelas quais os objetos são representados no momento atual. A possibilidade da descoberta de uma relação nova é ocultada pelos termos utilizados a título de meras explicitações, pois nestes casos as relações estabelecidas na conclusão estão evidentemente contidas nos termos (como a relação entre Sócrates, humanidade e mortalidade).

Wertheimer apresenta um exemplo mais interessante do ponto de vista da experiência efetiva. Imaginemos que Sócrates vá até o posto fiscal pagar os impostos. O fiscal pergunta-lhe a qual zona ele pertence, ao que o filósofo não sabe responder. Então, o fiscal pergunta-lhe em que rua ele mora – informação conhecida. Considerando o catálogo contendo a relação entre a zona fiscal e a rua, temos como conclusão a qual zona fiscal Sócrates pertenceria. Ao pensarmos Sócrates segundo seu endereço, tal conceito permite-se encaixar numa relação já conhecida, caracterizando a conclusão como um conhecimento novo. Vejamos, agora, o exemplo da geometria.

(11) Estruturas lógicas



Temos um quadrado cortado por um paralelogramo, dados os lados AB e BC pede-se que seja determinada a área total da figura. Se pensarmos AB como uma reta compartilhada por ambas as figuras e BC como a base do quadrado, dificilmente resolveremos o problema. Entretanto, os conceitos podem ser pensados sob uma nova

articulação, fazendo emergir uma relação até então oculta entre tais termos e uma fórmula plenamente conhecida⁴⁷ – a qual adquire o valor de “demandada” pela situação assim que a rearticulamos. A nova apreensão do problema aponta significativamente à sua solução, constituindo-se como um belo exemplo de *insight*. A conclusão deve-se explicitamente às características específicas dos termos, isto é, a sua articulação atual, até então desconhecida.

Não seria tal investigação, de evidente cunho psicológico, razoavelmente representativa daquilo que os grandes gênios da história nos ensinaram? Assim como há diferentes maneiras de percebermos o mundo, há diferentes maneiras de pensá-lo, as entidades presentes na percepção e no pensamento não são “coisas” estáticas, mas estruturas, de forma que expressam um sentido (relações) de acordo com sua estruturação atual. As contribuições mais relevantes ao conhecimento são aquelas que fazem os velhos problemas aparecerem sob uma nova perspectiva, apontando, conseqüentemente, para novas soluções.

Outra discussão lógica de Wertheimer, analisada por Henle no artigo “Fenomenologia na Psicologia da Gestalt” (1979), pode contribuir com a compreensão da oposição entre relações intrínsecas e extrínsecas entre fatos, representada pelo adágio latino no texto de Koffka. Henle analisa o texto “Sobre a verdade” de Wertheimer, publicado em 1934, mostrando como este gestaltista aborda o problema da verdade na perspectiva da fenomenologia gestaltista, definida como a inspeção mais precisa e ingênua possível da experiência. Wertheimer se opõe, neste texto, à “definição clássica” da verdade, isto é, a uma concepção de verdade pautada pela aderência de uma proposição a um objeto. Tal correspondência pontual nos afastaria da verdade real, isto é, da relação efetiva entre determinado evento e o contexto do qual participa.

No artigo de 1934, Wertheimer apresenta a mesma atitude em relação ao pensamento abstrato que já apresentava em 1912, na discussão acerca do conceito de número e em 1925 na discussão do silogismo. Trata-se de pensar a lógica não através de possibilidades ideais, predefinidas, mas através da análise de situações concretas, identificando como o pensamento participa efetivamente da vida das pessoas. Tal atitude evidencia-se na forma de pensar os conceitos através de exemplos cotidianos. Com o problema da “definição clássica” da verdade não será diferente. Pensemos num

⁴⁷ Se pensarmos os lados AB e BC, respectivamente, como base e altura de um dos dois triângulos iguais que compõem a figura e se conhecermos a fórmula da área do triângulo ($\text{base} \cdot \text{altura} / 2$), imediatamente encontramos um meio de resolver facilmente nosso problema.

indivíduo que contrata outro para roubar determinado objeto. Se perguntado acerca deste roubo, numa concepção fragmentada da realidade, a afirmação de que ele não roubara o objeto seria verdadeira, pois, se isolarmos os fatos, o contratante realmente não pegou o objeto. Entretanto, ao considerarmos a função desempenhada pelo contratante no contexto do roubo, tal afirmação seria falsa, ou seja, é preciso uma apreensão completa da articulação dos fatos para que seja determinada a verdade.

Estabelece-se, então, uma simbologia para pensarmos a relação entre as afirmações e eventos fragmentados e totais, sendo as letras minúsculas “v” e “f” correspondentes às situações isoladas e as letras maiúsculas “V” e “F” correspondentes à situação efetiva, total. Dessa forma, a afirmação do exemplo anterior seria classificada como vF, uma proposição aparentemente verdadeira se relacionada a um momento isolado da situação, mas que se revela falsa quando tal momento é pensado como parte da totalidade da situação do roubo. Na situação total, pegar o objeto e pagar para fazê-lo não seriam momentos independentes.

A classificação com a qual acreditamos contribuir com a discussão de Koffka corresponde à notação v(?). Trata-se de uma classificação representativa de uma coleção de fatos verdadeiros enquanto nada é compreendido acerca de seu sentido, ou melhor, de sua inter-relação no evento estudado. Em suma, a notação procura descrever o fato de que todos os dados levantados como uma soma não implicam a compreensão de sua relação, do “princípio interno” que os justifica. Compreensão a que o termo “insight” pretende referir-se.

A notação vF, por sua vez, pode contribuir para a elucidação da crítica dirigida pela Teoria da Gestalt ao behaviorismo e ao introspeccionismo. Certamente as experimentações desses psicólogos foram honestamente conduzidas, descrevem fatos que ocorrem em determinadas condições, o problema refere-se ao caráter fragmentado dessas descrições. Tais fatos relacionam-se a um procedimento que isola os processos, não compreendendo suas divisões naturais. Assim, os conceitos de “sensação”, “estímulo” e “resposta”, são divisões arbitrárias, falsas em relação ao contexto do qual foram extraídos, mas verdadeiros se pensarmos numa existência fragmentada de cores, sons, músculos e glândulas.

É fato que há uma variação do tamanho de um retângulo se for apresentado em diferentes distâncias sobre um fundo negro – lembremos, como exigia a hipótese da constância. Também é fato que uma resposta incondicionada relacionada a um estímulo incondicionado pode ser emitida diante de um estímulo anteriormente neutro se

combinarmos adequadamente as apresentações dos estímulos – o princípio do condicionamento reflexo, desde Pavlov. Entretanto, não é um fato que tais processos estejam por trás de toda percepção e todo comportamento, como a realidade se esconderia por trás das aparências. É exatamente o que os gestaltistas pretendem mostrar.

3.3 – A Teoria da Gestalt para “além da fenomenologia”: a transfenomenalidade.

Na medida em que a compreensão é pensada como um processo cognitivo a ser estudado no âmbito da experiência concreta, um fenômeno da mente humana, esta se torna objeto da psicologia. O estudo do “insight”, a “descoberta da verdade”, faz da psicologia uma ciência epistemologicamente fundamental. No entanto, os três primeiros gestaltistas defendem o subjetivismo genético da experiência – sua dependência relativa aos processos orgânicos, como Koffka, em 1935, quando afirma que o “sistema nervoso central” é o ponto de convergência entre vida, natureza inanimada e mente. Dessa forma, os gestaltistas transitam entre a psicologia fenomenológica e a psicologia genética, sendo a última característica do naturalismo. A Teoria da Gestalt cairia, então, nas armadilhas da atitude natural, apresentadas por Husserl em 1947⁴⁸?

A interpretação positivista do mundo e de nosso conhecimento deste é apenas *uma* possibilidade; há outra. A questão é: qual é realmente verdadeira? Sentido, significado, valor, como dados de nossa experiência total nos dão uma pista de que a última tem ao menos tão boas chances quanto a primeira de ser verdadeira. E isso significa: longe de sermos compelidos a banir conceitos como sentido e valor da psicologia e da ciência em geral, nós devemos usar esses conceitos para um completo entendimento da mente e do mundo, que é ao mesmo tempo uma explicação completa (Koffka, 1955/1935, p. 21).

Por um lado, na medida em que a Teoria da Gestalt pretende legitimar relações necessárias e significativas entre os fatos, o conhecimento não precisa partilhar da contingência de alguns processos naturais. Tal postura nos permitiria defender que a necessidade das leis lógicas, num “objetivismo gestaltista”, seria preservada. Adicionalmente, não podemos caracterizar a postura gestaltista como uma atitude natural devido à importante distinção entre mundo fenomenal e mundo físico (a qual

⁴⁸ Ver introdução.

encontraremos também como parte da reflexão psicológica de Koffka, na distinção entre meio comportamental e meio geográfico). Entretanto, na definição da mente como parte de um universo mais amplo, determinada em certa medida por essa natureza “em si”, Köhler, Koffka e Wertheimer deixam transparecer uma postura naturalista.

O que levaria os gestaltistas a postularem uma natureza “em si”? Na apresentação da investigação fenomenológica de Köhler, apontamos como tese fundamental a necessidade da elucidação fenomenal dos conceitos científicos. Porém, tanto a tese do isomorfismo quanto a busca pela compatibilidade entre a categoria Gestalt e a objetividade científica parecem ter, o tempo todo, o mundo físico como pressuposto – um dos motivos que leva Merleau-Ponty a aproximar os gestaltistas do materialismo. Em outras palavras, tal realidade transcendente não encontraria uma elucidação fenomenológica. Tratar-se-ia de uma grave incoerência epistemológica? Pretendemos, na discussão que se segue, mostrar que não. Veremos que o dualismo epistemológico encontra uma justificação fenomenológica na Teoria da Gestalt, de forma que, se podemos duvidar da validade dessa investigação, não podemos acusar os gestaltistas de terem ignorado o problema.

O isomorfismo torna-se necessário a partir do momento em que se revela a dependência de sentido da atividade científica em relação às organizações perceptivas atuais e, ao mesmo tempo, assume-se a existência de um mundo físico exterior, transfenomenal. Lembremos que tanto Koffka em 1922, quanto Wertheimer em 1923 e Köhler em 1929, referem-se à necessidade de pensarmos os estímulos fisiológicos não mais como processos locais, mas como estruturas, de forma que a estimulação mais simples deixa de ser a excitação de um ponto na retina e passa a ser um campo homogêneo. No entanto, ainda se trata de uma relação de dependência dos processos fenomenais, diretamente apreensíveis, em relação aos estímulos fisiológicos, portanto, transfenomenais, construtos científicos – dependência que Köhler denomina “subjetividade genética” da experiência. Ora, se todo conceito científico deve ser elucidado pela fenomenologia, qual o fundamento fenomenal das entidades físicas, por princípio transfenomenais? Segundo Köhler, a própria experiência fenomenal apontaria para fora de si mesma, referência que se constitui como um dos argumentos mais surpreendentes do gestaltismo.

A justificação da tese do isomorfismo, então, exigirá a fundamentação fenomenológica da transfenomenalidade. Tal fundamentação é apresentada no quarto capítulo do “Lugar do valor...” (1959/1938), no qual Köhler defende a proposta dualista

epistemológica – a existência de duas regiões cognoscíveis, a fenomenal e a transfenomenal – em oposição aos monismos fenomenalista⁴⁹ e realista, ambos defendendo a existência apenas da região da experiência direta, divergindo, porém, quanto ao significado desses dados. Veremos como a noção de estrutura permitirá superar os problemas do dualismo, demandando, inclusive, a investigação da ocorrência de referência entre os fatos da natureza.

A elucidação da transcendência na Teoria da Gestalt permite-nos encontrar o momento em que seus representantes afastam-se da escola filosófica fenomenológica, mantendo a oposição entre o “para si” e o “em si”. A fenomenologia, para os gestaltistas, deve restringir-se à descrição dos dados presentes imediatamente à consciência, sendo a investigação genética o escopo das teorias científicas. Os dados fenomenais, no entanto, não podem ser falseados pelas explicações científicas, isto é, não podem ser reduzidos a meras “ilusões subjetivas” a serem reconstruídas por um modelo “verdadeiro” da consciência. O mundo fenomenal, como vimos em Husserl e em Köhler, é um dado primordial, é fundamento do conhecimento e não um produto a ser descartado no processo da construção da objetividade “real”. Segundo a epistemologia gestaltista, o mundo físico é construto, o mundo fenomenal é dado, o pensamento científico, por sua vez, deve desenvolver-se no diálogo entre essas duas dimensões⁵⁰. Se a investigação genética da experiência exige uma atividade científica que ultrapasse a consciência imediata em direção a uma natureza exterior, é porque, para os gestaltistas, a própria experiência aponta para fora de si mesma. Ora, a defesa da existência de uma ponte entre o mundo fenomenal e o mundo físico, exigida pela própria experiência, corresponde a uma importante oposição à concepção de uma “subjetividade absoluta”, como a definida por Husserl.

O exemplo crucial de tal “ponte” na experiência é apresentado na defesa, desenvolvida por Köhler, do dualismo epistemológico em relação às críticas dos fenomenalistas. O “fenomenalismo” corresponde à postura filosófica que nega a existência das “coisas em si”, ou a possibilidade de serem conhecidas, restringindo-se aos dados da multiplicidade fenomenal. Dessa forma, a própria noção de natureza, a

⁴⁹ É importante destacar a diferença entre o que é chamado de fenomenalismo por Köhler e a fenomenologia, já que é tema constante da segunda a busca do sentido da objetividade a partir da investigação dos modos de doação, a relação daquilo que aparece como atualidade e como possibilidade à consciência e o significado comum que articula essa multiplicidade. Enquanto a fenomenologia busca encontrar uma nova inteligibilidade no interior da experiência imediata, o fenomenalismo acaba por cair num ceticismo (ver a análise do pensamento de Hume realizada por Husserl na “Crise...”, §23).

⁵⁰ Poderíamos, talvez, afirmar que a experimentação consiste numa região privilegiada em que se encontram os dados fenomenais e os construtos referentes ao mundo físico.

comunidade das coisas em si mesmas, não teria sentido algum, assim como o conhecimento físico “indireto”.

Segundo o fenomenalismo, o objeto de estudo das ciências naturais não seria outra coisa senão um recorte na multiplicidade fenomenal. Tal recorte, orientado pelos interesses práticos do cientista, implica uma concepção instrumentalista da ciência, concepção que aparece no pensamento de Ernst Mach, sendo alvo constante de psicólogos como Brentano, Ehrenfels, Stumpf e de físicos da escola de Max Planck (Ash, 1998). Aqui Köhler se posicionará ao lado do que poderíamos denominar “tendência racionalista”, seguindo seus mestres (Stumpf e Planck) em oposição à escola dos novos empiristas que, diante de um eminente ceticismo, partem explicitamente para uma concepção técnica de ciência. Ash (1998, p. 182) denomina a postura comum à Planck, Stumpf e Köhler, a defesa da existência de um mundo exterior que não é dado na experiência em nenhuma instância, de “realismo crítico”. É importante ressaltar, no entanto, que não se trata, pelo menos no caso de Köhler, de recusar a experiência a título de “aparência”, pois o mundo fenomenal corresponde ao único conhecimento direto possível. A questão central no “realismo crítico” de Köhler corresponde à compreensão das duas realidades, a mental e a física, e da possibilidade da transcendência da primeira em direção à segunda.

Temos, nessa discussão, uma interessante continuidade da disputa que assombra a filosofia desde Descartes. Embora Husserl acredite ter apontado o caminho para a solução desse dilema, as discussões científicas parecem mostrar que sua teoria acaba, na verdade, se afastando do problema. Acreditamos não ser possível compreender o sentido da natureza afastando todo argumento que nasça no âmbito científico como “injustificado”. Ao retomar as ciências de uma perspectiva fenomenológica, Merleau-Ponty aproxima-se da Teoria da Gestalt, mas ainda para recusar seu “realismo”. Nosso objetivo aqui é apresentar a justificativa gestaltista para seu dualismo, contribuindo dessa forma para a revitalização de uma discussão que está longe de ser resolvida.

A natureza exterior, conforme a acusação fenomenalista, seria um pressuposto assumido pelos cientistas dualistas na abordagem de seus objetos – como o cérebro, os órgãos dos sentidos e as relações objetivas. Não haveria um organismo físico, um cérebro físico, uma coisa física no sentido transcendente, as entidades “físicas” seriam um tipo de entidade fenomenal. Trata-se dos “conceitos” que, articulados com os dados sensoriais, constituiriam todo o escopo da ciência. A questão central, portanto, envolve, como diria Husserl, a possibilidade do conhecimento de objetos transcendentais.

A principal tese dualista recusada pelo fenomenalista corresponde à defesa de que um dado fenomenal possa representar, ou manter qualquer relação, com um dado transcendente. Levanta-se como argumento que a realidade transfenomenal, assim como os demais conceitos científicos, não seria nada mais do que uma composição lingüística, um objeto mental. Trata-se de um composto em que seriam utilizados dois termos com um sentido fenomenal definido, mas incapaz de descrever o que pretende. O termo “trans” estaria relacionado com duas regiões fenomenais separadas (como passado e presente), enquanto o termo “fenomenal” estaria ligado à experiência de forma geral. A união desses dois termos numa só palavra não passaria de um jogo lingüístico, sem nenhum significado específico.

Köhler defende que o fenomenalismo só mantém uma aparência de plausibilidade quando é defendido de forma genérica. Segundo o gestaltista, ao pensarmos a atividade científica concreta, vemos que o dualismo entre percepto e suas causas físicas nasce da própria observação⁵¹. Lembremos da recorrente história do desenvolvimento da física, da necessidade que Eddington, por exemplo, defendia de considerarmos a realidade física devido às recorrências presentes na experiência de diferentes pessoas. Podemos nos perguntar, inclusive, como poderíamos sequer supor a experiência de outrem, a qual não me é dada diretamente, mas evidenciada pela presença do comportamento alheio em meu mundo fenomenal? Porém, tais considerações não implicariam uma refutação direta do fenomenalismo.

“Se o fenomenalismo deve ser refutado, deve sê-lo diretamente” (Köhler, 1959/1938, p. 113). A refutação direta dessa concepção do conhecimento exige que encontremos uma referência transfenomenal no próprio mundo fenomenal, a qual serviria de objeto ao termo e desmentiria sua classificação como um mero jogo lingüístico. A importância dessa investigação ultrapassa a refutação do fenomenalismo, já que, também para a Teoria da Gestalt, a inteligibilidade dos conceitos depende de sua contraparte fenomenal. Temos, então, a intrigante pergunta: onde, no mundo fenomenal, encontraremos algo transfenomenal? Vejamos, em primeiro lugar, que tipo de estrutura poderia conter, ao mesmo tempo e evidentemente, termos de ambos os domínios.

Uma estrutura não corresponde sempre a um objeto circunscrito, como uma figura fechada segregada de um fundo. Como vimos na caracterização do *insight*, existem totalidades que envolvem uma multiplicidade de objetos segregados e

⁵¹ Uma fenomenologia da atividade científica foi o que Köhler pretendeu desenvolver na reflexão sobre a observação no âmbito da física (ver seção 2.6).

características de contexto que os transcendem, significando-os uns em relação aos outros. Nessas estruturas, as partes, já sendo unidades, apresentam-se em relação. Na experiência da saudade e do medo, apresentamos relações de demanda entre o eu e um objeto do mundo fenomenal. Entretanto, tais estruturas também podem envolver apenas entidades fenomenalmente objetivas.

Um primeiro exemplo de estruturas em que objetos relacionem-se devido às suas peculiaridades corresponde à relação dinâmica entre as gradações de cinza apresentadas por Koffka, em 1922. Outro exemplo especialmente ilustrativo, dado por Köhler no “Lugar do valor...”, corresponde à percepção de duas linhas de diferentes tamanhos. A diferença entre as linhas é apreendida no declive da área percebida entre elas, que vai da extremidade maior de uma em direção à extremidade menor da outra. Na “relação”, as partes da Gestalt, as linhas, têm significados específicos que subsidiam o julgamento de comparação – como apontamos na discussão acerca da mensuração, em relação a extensões diferentes.

As “relações” nas Gestalten apresentam-se como características dependentes, isto é, têm como condição de existência a presença de seus termos. São totalidades cujas relações são internas, de dependência, pois uma comparação só tem sentido na medida em que as partes comparadas sejam dadas. Tais partes, por outro lado, apresentam uma certa independência em relação à comparação, isto é, persistem como unidades mesmo fora da Gestalt em que se relacionavam. A percepção da diferença (a relação) entre as linhas e os brilhos desaparece com o aumento da distância, o que não ocorre com as próprias linhas ou quadrados coloridos, que continuam sendo unidades segregadas de um fundo comum, mesmo que seu sentido seja diferente. As estruturas de relação também permitem ressaltar a necessidade, em conceitos estruturais, da referência ao todo – às outras partes e suas funções – na definição de uma das partes. A expressão “a linha menor”, por exemplo, não tem sentido se não nos referirmos à maior, o que implica a experiência da relação. Tais relações de sentido são especialmente representativas da lógica perceptiva, das “implicações” e “referências” inerentes às Gestalten percebidas.

As relações de valor – como o *insight* e as experiências de saudade e medo – apresentam-se como um subtipo das estruturas de relação – diferentes das relações comparativas citadas acima. A estrutura fenomenal descrita por Köhler na definição das

relações valorativas⁵² corresponde, essencialmente, a uma demanda – um vetor negativo ou positivo – que envolve um dado, entidade ou ato demandado devido às suas características específicas dentro de um contexto incompleto de outros dados, entidades e atos. A parte exterior ao contexto incompleto recebe um caráter conforme o complemento (tendo o valor “certo” ou “necessário”, como a fórmula da área do triângulo na figura 12), ou impeça sua regularidade (“inadequado”, como a parte da figura 6 que não respeita a “lei interna” da linha). A especificidade da demanda em relação a outras referências é sua exigência dinâmica (o “dever ser” que define o valor), a aceitação ou rejeição de uma parte do contexto pelas outras, tendo inclusive graus de intensidade que, quanto menores, maior a condição de indiferença entre os fatos, de mera justaposição ou seqüência⁵³. O fato das alterações caminharem no sentido exigido ou não é indiferente à definição do valor, pois é justamente a “tensão dinâmica” que o define. Vejamos agora como tal estrutura, superando a restrição fenomenalista imposta à experiência, nos permite conceber a presença de dados transcendententes na experiência.

Segundo o fenomenalismo, todo dado é fenômeno, portanto, não seria possível encontrar um dado que apoiasse a possibilidade de transcendência transfenomenal. Entretanto, Köhler defende que a possibilidade da experiência de estruturas concretas, nas quais há relações de referência entre fenômenos, dissolve esse paradoxo. Essa dissolução ocorre devido à superação da noção de fenômenos como fatos elementares indiferentes entre si, ou seja, independentes uns dos outros, completos em si mesmos.

As estruturas contendo “relações” nos revelam, em primeiro lugar, o significado fenomenal de “transcendência”, pois o “vetor” transcende uma parte do contexto em direção à outra. Ao lembrarmos algo, transcendemos o presente em direção ao passado⁵⁴, ao pressionarmos uma parede, sentimos uma resistência exterior, partindo do objeto em direção a nós. Embora tenhamos elucidado o significado de “transcendência” através dessas estruturas, ainda estamos no âmbito puramente fenomenal.

O próximo passo de Köhler corresponde à elaboração das condições lógicas que permitiriam a existência de uma referência que transcendesse a região fenomenal em direção à região transfenomenal. Sob quais condições seria possível que o segundo

⁵² A realização passo a passo dessa investigação fenomenológica pode ser encontrada no terceiro capítulo da obra “O lugar do valor num mundo de fatos” (Köhler, 1959/1938), sendo complementada no capítulo 9. Estamos traduzindo por valor e demanda o termo *requiredness* utilizado por Köhler.

⁵³ Os gestaltistas não defendem que os fatos estão organizados num grande Todo. Coexistem, no universo, fatos indiferentes e estruturas. Novamente, trata-se de recusar um pensamento científico restrito que custaria a unidade do conhecimento humano.

⁵⁴ O passado e o futuro fenomenais, para a Teoria da Gestalt, são regiões da experiência direta, portanto, são, em certa medida, presentes. Ignoraremos nesse texto as implicações filosóficas dessa tese.

termo de uma relação fosse exterior à experiência? O gestaltista pretende, a partir dessa reflexão, delimitar o tipo de experiência a ser buscado. Como se trata de uma questão de princípio, o autor ressalta que encontrar apenas uma experiência desse tipo basta para validar a realidade transfenomenal⁵⁵. As “questões de princípio”, para Köhler, parecem corresponder a perguntas acerca da existência de um correlato fenomenal de determinado conceito, incluindo a determinação de suas características essenciais – podemos pensar na descrição da “demanda” como exemplo. Assim, descrever uma experiência efetiva basta para validar sua existência, bem como a precisão dessa descrição destacará suas características distintas, delimitando-a como um tipo específico de fenômeno, caracterizando, por assim dizer, sua essência.

Köhler aponta duas condições para que uma relação de referência em que uma realidade exterior à experiência esteja implicada seja possível. A primeira condição corresponde à necessidade de que a realidade fenomenal e a transfenomenal pertençam ao mesmo reino de existência, sendo que a passagem de um domínio a outro seja possível. A segunda refere-se à existência de relações de referência em ambos os domínios. Dessa forma, Köhler conclui que a experiência a ser buscada corresponde a uma referência que sugira a exterioridade do segundo termo, ou seja, uma ponte sensível a algo exterior ao mundo fenomenal. Tal “ponte sensível” refere-se à exigência de um termo transfenomenal numa relação como condição de sentido do termo fenomenal – da mesma forma que a “linha menor” deve seu sentido à relação com a “linha maior”.

A experiência crucial corresponde ao atraso na lembrança de um evento específico. Trata-se, como o próprio Köhler aponta, da mesma experiência utilizada por William James para exemplificar os estados de consciência chamados de “feelings de tendência”, em que há uma lacuna ativa. Quando tentamos lembrar o nome de uma pessoa, por exemplo, “uma espécie de fantasma do nome está lá, sinalizando para nós uma determinada direção” (James, 1890, p. 163). Não há dúvidas de que James tenha antecipado, na riqueza de seus argumentos e críticas, muitos desenvolvimentos posteriores no âmbito da fenomenologia e da psicologia. Na presente discussão, para Köhler, a percepção de uma tendência toma as cores de uma relação dinâmica, vindo a apoiar, além da existência do *feeling* como um autêntico estado de consciência, a

⁵⁵ Segundo Cossutta (1994), numa reflexão fenomenológica, o exemplo geralmente tem peso de “prova” em vez de constituir-se como um mero recurso didático. É que o exemplo atesta a existência de determinado conceito na experiência direta.

existência de influências no âmbito fenomenal exercidas por entidades exteriores ao mesmo.

Na tentativa de lembrar um evento, muitas vezes, apesar de termos plena convicção de que sabemos aquilo que tentamos lembrar, que aquilo “está lá”, a lembrança nos foge. Pensemos na tentativa de lembrarmos um nome ouvido há alguns dias. O atraso em tal lembrança leva-nos a um interessante contexto fenomenal, trata-se de uma situação incompleta que exige o termo exterior como complemento, pois esse termo que “está lá”, na “escuridão adiante”, possui as características adequadas ao sucesso de nosso esforço. A análise das características dessa situação mostrará como se encaixa na hipótese apresentada anteriormente.

Estruturalmente, o caráter de “complemento”, “encaixe”, ou “parte demandada”, da parte a ser lembrada aponta para uma relação interior relativa ao contexto incompleto. Ora, algo só pode aparecer como complemento de algo incompleto devido as suas especificidades, a existência da “relação” implica a existência de seus termos. Todo nosso esforço nessa situação consiste na procura de um correlato fenomenal do termo exterior, ou melhor, buscamos fazer com que ele possa “emergir” à experiência fenomenal. Outra possibilidade no interior dessa situação, particularmente ilustrativa da especificidade do termo exterior, corresponde à comparação entre esse termo e diversos objetos fenomenais. Considerando que tanto a experiência da relação de diferença, quanto a de igualdade, implicam seus termos, a possibilidade de recusarmos diversos nomes como inadequados, bem como o reconhecimento imediato do nome que corresponde àquele termo exterior, nos mostra que a medida da comparação vem de fora do nosso mundo fenomenal. Trata-se, portanto, de uma experiência que implica diretamente uma influência exterior, evidenciando o caráter dependente da região fenomenal. Ao mesmo tempo, tal investigação nos revela a memória como um campo privilegiado para compreendermos a ponte entre a experiência direta e a transfenomenalidade⁵⁶.

Köhler acredita ter refutado, através dessa investigação fenomenológica, a acusação fenomenalista de que a “natureza” do dualista não teria sentido. É possível compreender, a partir de agora, a que se refere o cientista através da atribuição da transfenomenalidade a objetos como cérebro, organismo, entidades físicas, etc. O

⁵⁶ É interessante, senão irônico, que os gestaltistas apontem a memória como ponte para o mundo físico, pois, em Bergson, se trata justamente do argumento que aponta a existência do espírito e sua independência em relação à matéria. Certamente o embate dos argumentos, ambos próximos da fenomenologia, seria um tema produtivo de pesquisa.

gestaltista, porém, não deixa de ressaltar o caráter tácito com que o cientista dualista geralmente assume a existência de uma natureza transfenomenal em suas pesquisas, sua tendência em “ser lento para mostrar qual o sentido real da existência ‘transfenomenal’, e como ele ou qualquer um é capaz de ‘transcender’ em direção a este segundo mundo” (Köhler, 1959/1938, p. 108). Na verdade, a impossibilidade de uma fundamentação adequada do sentido do dualismo epistemológico na experiência da transfenomenalidade decorre da adoção, pelo próprio dualista, de uma concepção de “fatos” como exteriores entre si, semelhante a definição fenomenalista dos “fenômenos”. Apenas com o advento da noção de estrutura, ou Gestalt, tornou-se possível tal fundamentação.

O cientista natural não inicia seu trabalho pelo que é evidenciado pela experiência transcendente, entretanto, tem fornecido diversas leis e propriedades acerca dos fatos da natureza física. Por esse motivo, Köhler parece confiar nos métodos dessas ciências, sentindo-se seguro em assumir que a realidade transfenomenal presente na experiência de transcendência na memória pertence à natureza física, mais especificamente, ao cérebro humano. O elemento que se esconde do mundo fenomenal corresponderia, segundo a ciência, a um traço de memória. Indo mais longe, o autor parece demonstrar uma forte inclinação – já evidenciada pela hipótese do subjetivismo genético de 1929 – em atribuir uma natureza neural a todo termo transfenomenal sugerido no âmbito fenomenal, assim como aos correlatos necessários dos próprios dados fenomenais.

Se tal posição parece precipitada, encontraremos, talvez, na consideração das condições necessárias da transcendência entre as duas realidades, alguns elementos que lhe são favoráveis. Ao defender a dependência do campo fenomenal em relação ao cérebro, bem como o caráter neural dos termos transfenomenais implicados na transcendência, Köhler localiza os eventos no mesmo reino de existência – o mundo neural – ao mesmo tempo em que torna necessária, além de possível, a busca de Gestalten na natureza.

A delimitação da existência transfenomenal de estruturas de relação, inclusive aquelas envolvendo valor, tornou-se, portanto, essencial para Köhler demonstrar que o cérebro é capaz de cumprir a segunda condição da transcendência, isto é, a existência da referência interna entre fatos nos dois domínios. É importante ressaltarmos o caráter hipotético da concepção do termo transfenomenal como uma entidade cerebral, Köhler reconhece que a referência transcendente não sugere, por si mesma, que a parte ausente

do contexto fenomenal pertença ao cérebro. Porém, a suposição tem o papel de guiar o autor na investigação da realidade transfenomenal, que poderá assegurar ou não a viabilidade da hipótese mais geral que defende a legitimidade da realidade proposta pela física enquanto objeto do conhecimento.

A demonstração da “experiência da transcendência transfenomenal” pode ser considerada a elucidação de um princípio: a necessidade da presença de termos transfenomenais em determinados contextos fenomenais. Tal princípio tem como implicação a imposição de um impedimento relativo à possibilidade de uma compreensão puramente fenomenológica do homem, baseada apenas em conceitos “auto-evidentes”. A determinação da natureza dos termos transfenomenais será necessariamente hipotética, teórica, mesmo que mediada pelos conteúdos fenomenais. Jamais poderemos, portanto, concluir a investigação dos problemas concretos da experiência e do comportamento humano com uma fenomenologia pura, a atividade científica é necessária, tanto quanto a investigação fenomenológica que a elucida.

3.4 – A refutação do “novo realismo”: corpo e organismo

O dualismo epistemológico gestaltista⁵⁷, em oposição ao fenomenalismo, defende a necessidade de considerarmos a existência de uma natureza exterior à experiência, a qual justificaria a observação indireta e a elaboração de conceitos referentes ao mundo “em si”. A noção de “natureza” parece razoavelmente necessária para a compreensão da prática científica em geral, porém, a sua definição como uma região transfenomenal encontra outra oposição importante no meio epistemológico. Qual a necessidade de postularmos a existência de um mundo físico inacessível diretamente se o mundo está bem diante de nós? Tal pergunta é proposta pela postura denominada por Köhler de “Novo Realismo”, a qual defende que “o mundo como o temos diretamente diante de nós é o mundo físico não menos do que é mundo percebido” (Köhler, 1959/1938, p. 124). Se defendêssemos que só podemos conhecer

⁵⁷ Como afirmamos na seção 2.6, todo dualismo epistemológico implica questões ontológicas acerca da existência e da natureza do mundo transcendente. No caso da Teoria da Gestalt não será diferente. Embora os gestaltistas não assumam uma postura ontológica explícita, o “Lugar do valor...” nos permite encontrar, em Köhler, ao menos a defesa de duas teses: a existência de uma região transfenomenal indicada pela experiência da transcendência transfenomenal (seção 3.3) e a semelhança funcional dessa região em relação à fenomenalidade (seções 2.6, 3.5, 3.6 e 3.7). Acreditamos que a existência de uma região transfenomenal seja uma tese ontológica, enquanto que a possibilidade de abarcá-la com o arsenal teórico da física permaneça a título de hipótese.

aquilo que nos aparece e que é a realidade em si mesma que nos aparece, resolveríamos o problema da oposição entre percepto e objeto em si. Em outras palavras, por que não podemos simplesmente identificar o mundo da percepção com o mundo físico? Quais os motivos dessa insistente distinção entre os termos fenomenais e transfenomenais?

Köhler ressalta a aplicabilidade da experiência da transcendência transfenomenal como crítica ao Novo Realismo. Entretanto, aponta a necessidade de abordar a principal questão entre o último e o dualismo epistemológico, isto é, a interpretação dos perceptos. Como o dualismo epistemológico explicaria as características de alguns perceptos, como a distância, a permanência e a independência? Ora, se no nosso mundo fenomenal as coisas não parecem, na maior parte das vezes, depender de nossa existência, se temos, ao mesmo tempo, plena convicção da continuidade de sua existência para além de nossa percepção, o que nos levaria a diferenciar percepto de coisa física?

Uma das características dos perceptos que mais desafiariam a postura dualista, apoiando o “Novo Realismo” corresponde a sua localização exterior em relação ao corpo. Tal característica, em conjunto com o subjetivismo genético, originaria um problema aparentemente paradoxal para o conhecimento na perspectiva dualista. Segundo o subjetivismo genético, os perceptos dependem de processos internos ao organismo; somente o funcionamento adequado de um conjunto de processos orgânicos torna possível seu surgimento. Como é possível, entretanto, que os perceptos estejam, ao mesmo tempo, distantes de nós e dependentes de processos internos ao corpo? Trata-se, segundo Köhler, de um problema que “assombra os filósofos desde Schopenhauer até Whitehead”, sendo um de seus propósitos afastá-lo, de uma vez por todas, de sua teoria. Para Schopenhauer, segundo Köhler, teria sido necessária uma hipótese auxiliar relativa a uma operação mental que projetasse os perceptos, originalmente interiores, para o local onde a mente acreditava repousar suas causas físicas. Köhler pretende nos mostrar que tamanha questão não passa de um pseudoproblema decorrente da má leitura das premissas dualistas referentes à relação entre a experiência e organismo. A refutação da legitimidade desse “paradoxo” corresponde a uma contribuição fundamental à epistemologia dualista, pois aponta a necessidade, uma vez que aceitamos a subjetividade genética, da concepção do organismo como exterior à experiência direta.

A premissa interpretada inadequadamente corresponde à afirmação de que o lugar original dos perceptos corresponde ao interior do “corpo”. A confusão

terminológica, bem como a aparência paradoxal, são resolvidas através da elucidação do que representam – em termos de realidade fenomenal e transfenomenal – duas assertivas implicadas nessa premissa: 1. os perceptos dependem de processos dentro do organismo⁵⁸ e 2. Os perceptos “coisas” estão localizados fora de mim⁵⁹.

Na primeira afirmação, o termo “organismo”, bem como os seus processos interiores, significam, conforme o dualismo epistemológico, uma realidade transfenomenal. O termo “dentro”, por sua vez, refere-se a uma relação na realidade transfenomenal. Já na segunda afirmação, o termo “mim” (*myself*) refere-se ao corpo, enquanto percepto definido do mundo fenomenal. O corpo, mesmo que tenha suas peculiaridades perceptivas – ser percebido como *meu* corpo – é sentido, tocado e está dado no campo perceptivo como qualquer outro percepto. Dessa forma, depende, tanto quanto os outros, de processos interiores ao organismo. O termo “fora”, portanto, refere-se a uma relação no mundo fenomenal.

Assim, se os termos “dentro” e “fora” se referem a realidades distintas, nada há de paradoxal na afirmação simultânea de que os perceptos dependem de processos interiores ao organismo, ao mesmo tempo em que se localizam fora do corpo. É interessante ressaltar que o paradoxo parece originar-se apenas na medida em que se procede realisticamente, ou seja, identificando corpo e organismo. O problema decorre, em suma, de uma leitura inconsistente das premissas do dualismo epistemológico, que parece ser, não apenas plausível, mas necessário a uma explicação fisiológica da percepção. A concepção de um mundo físico transfenomenal, ou natureza, torna-se cada vez mais necessária à superação das questões epistemológicas das teorias científicas, especialmente acerca da percepção. Ao mesmo tempo, tocamos na questão filosófica da transcendência entre a subjetividade e a natureza.

Além da identificação entre corpo e organismo, o realismo implicaria a identificação entre percepto e objeto físico. Tal identificação teria como consequência a complicação na interpretação das relações dinâmicas fenomenais, entre o eu e os perceptos. Ora, o gestaltista não assume que numa relação de valor subjetiva – uma demanda positiva ou negativa relacionando o eu e um objeto externo –, as características inerentes ao objeto demandado estariam localizadas no objeto físico. Nossa sede, por exemplo, não altera em nada um copo de água transfenomenal, entretanto, o fenomenal adquire um característico aspecto atrativo, destacando-se no

⁵⁸ “Percepts depend on processes inside the organism” (p. 128)

⁵⁹ “Thing-percepts are located outside myself” (p. 129)

campo perceptivo como “demandado”. As alterações nos objetos exteriores decorrentes de nossa história de vida, a familiaridade e o reconhecimento, por exemplo, também seriam dificilmente explicadas pelo realismo. Em suma, a postura que parece mais convir ao realista é a negação da realidade de qualquer alteração no objeto exterior, classificando-a como “ilusória”. Entretanto, como vimos, o dado fenomenológico é um dado primordial e tem seu valor garantido por sua auto-evidência quando tomado “tal como nos aparece”. A caracterização do “valor” do objeto como ilusório decorre da pressuposição da sua existência em si como uma coisa física. É justamente no momento em que o realismo torna necessário o falseamento dos dados fenomenais que tal postura mostra-se epistemologicamente inadequada.

3.5 – As Gestalten físicas e a abordagem macroscópica da psicofísica

O levantamento dos argumentos que justificariam o dualismo epistemológico permite-nos, agora, a consideração da tese do isomorfismo não como uma mera hipótese auxiliar, mas como um princípio epistemológico fundamental. Se há duas regiões cognoscíveis, uma diretamente, outra apenas por meio de conceitos oriundos de experimentações e articulações teóricas fundados na primeira, a existência de semelhanças entre ambas é condição de possibilidade do conhecimento da natureza.

Na discussão acerca dos conteúdos fenomenais implicados na atividade científica do físico, Köhler defendia a necessidade de postularmos o isomorfismo entre o mundo fenomenal e o mundo físico. Entretanto, segundo a classificação da experiência total como geneticamente subjetiva, o mundo fenomenal depende mais diretamente dos processos orgânicos do que dos objetos físicos exteriores ao organismo. Os últimos teriam como função desencadear, através da excitação das superfícies receptoras, processos cerebrais que seriam os correlatos diretos da experiência, isto é, os processos psicofísicos. Precisamos, portanto, considerar o isomorfismo entre três dimensões: o mundo fenomenal, o organismo transfenomenal e o mundo transfenomenal. Em certa medida, justifica-se o argumento de Eddington sobre o advento de processos cerebrais no mundo mental, os quais ocultariam a estrutura do mundo físico. Mas ainda sim, conforme a oposição de Köhler, é necessário ao sentido da experimentação física que os processos nos três domínios sejam isomórficos em suas características essenciais.

As “características essenciais” similares referem-se às relações funcionais entre as partes de uma estrutura, não à semelhança geométrica. Semelhanças funcionais correspondem aos aspectos da situação que envolvem as influências, ou ações, de uma parte sobre as outras. As definições geométricas pressupõem definições que levam em consideração a forma e localização espacial dos objetos. Assim, uma coisa está dentro de outra se uma linha desenhada além das fronteiras da primeira passa pela segunda. Por outro lado, num todo funcional uma região está funcionalmente dentro de outra se uma influência exercida pela primeira afeta a segunda antes de qualquer outra (Köhler, 1959/1938). Quanto ao termo funcional “fora”, uma área está completamente exterior à outra se as influências entre elas são mediadas por uma terceira região, enquanto que estariam lado a lado se exercessem essa influência diretamente.

Sendo a parte neural do isomorfismo psico-neural uma entidade transfenomenal, a comprovação dessa tese exigirá o levantamento de material empírico referente às propriedades transfenomenais do cérebro. Para tanto, foi necessária uma investigação que os gestaltistas já levavam a cabo desde o início da história da Teoria da Gestalt. A apresentação do isomorfismo e das leis da percepção nos primeiros artigos gestaltistas de Wertheimer encontraram uma bela complementação na investigação de Köhler empreendida em 1920 nas “Gestalten físicas” (1938/1920) e apresentada mais resumidamente no quarto capítulo da “Psicologia da Gestalt” (1947/1929).

Köhler, nas “Gestalten físicas”, procura mostrar-nos a existência de entidades físicas cujas propriedades assemelhavam-se àquelas das Gestalten percebidas. Dessa forma, a tese do isomorfismo não implicaria uma estranha revisão da natureza física e neural, mas apenas exigiria que os processos neurais fossem considerados da perspectiva da macrofísica, especialmente da termodinâmica. Nesta área da física, os sistemas são determinados segundo leis totais, referentes a características de contexto (e não de elementos isolados) tais como “energia”, “pressão”, “volume”, “temperatura”, etc. Ora, isso não só evidenciava a cientificidade da proposta gestaltista, mas também permitia o desenvolvimento de diversas hipóteses de pesquisas concretas em diferentes disciplinas científicas.

Diante da multiplicidade de sistemas físicos, a neurofisiologia teria escolhido como modelo dos processos cerebrais um sistema físico especialmente artificial, a saber, a máquina. A adoção de tal modelo decorre de um antigo preconceito relativo aos processos naturais.

Ora, desde os dias antigos da ciência européia o homem esteve convencido que, quando deixados ao que geralmente é chamado seu próprio jogo cego, os processos da natureza nunca produziram resultados ordenados. Os intercursos acidentais entre forças no mundo físico não produzem caos e destruição para todos os lados? A ciência foi capaz de formular algumas leis que processos isolados sempre seguem. Mas quando muitos fatores operam ao mesmo tempo, parece não existir razão alguma pela qual as coisas deveriam se desenvolver na direção da ordem em vez do caos. (Köhler, 1947/1929, p. 62).

A crença de que “somente com restrição temos ordem” teria sido responsável pelo privilégio do modelo mecanicista na ciência, seja nos primeiros passos da física, seja na fisiologia e na psicologia behaviorista e introspeccionista do início do século XX. Nas máquinas, os processos seguem-se linearmente, devido às “restrições anatômicas”, ou topográficas. Dessa forma, dado um estado inicial específico, só poderá segui-lo um outro evento específico predeterminado por tais restrições. Trata-se da definição da “causalidade linear”, a qual a Teoria da Gestalt recusará em favor da causalidade dinâmica. O desenvolvimento da física, porém, teria revelado outros tipos de sistemas físicos cujas forças em interação, mesmo com restrições mínimas, articulam-se de maneira ordenada. Entretanto, “embora tais fatos sejam obviamente familiares aos físicos, são freqüentemente negligenciados no tratamento teórico dos problemas biológicos” (Köhler, 1938/1920, p. 18). Torna-se necessária, então, uma reflexão preliminar acerca dos sistemas presentes na teoria física, para que, em seguida, seja possível a investigação das condições cerebrais que sustentariam tais Gestalten no âmbito da neurofisiologia.

Em 1920, Köhler cita como exemplos de Gestalten físicas os sistemas trabalhados pela termodinâmica. As partes desses sistemas se articulam de tal maneira que alcançam um estado privilegiado de equilíbrio, constância. Uma vez obtido tal estado, este tende a se manter independentemente do tempo, sendo que, dada uma influência externa, o sistema se restabelecerá por um comportamento de conjunto. Há, dessa forma, uma lei interna à estrutura que lhe prescreve um estado “ideal” a ser mantido. Adicionalmente, o sistema se constitui como uma unidade segregada do meio circundante, mantendo uma “coerência” interna – tal como uma gota de óleo imersa na água. Lembremos que a lei interna e a segregação relativa ao fundo são características compartilhadas pelas Gestalten perceptivas.

Os tipos de processos físicos “macroscópicos” correspondem ao equilíbrio perfeito ou repouso, processos estacionários, processos quase-estacionários, processos estacionários periódicos e processos dinâmicos. O repouso pode ser exemplificado por um objeto sólido sobre uma superfície. No sistema estacionário, um mesmo processo

ocorre continuamente, mantendo suas propriedades estruturais, como a passagem contínua de água por um sistema de canos. Nos sistemas quase-estacionários há uma pequena mudança nas propriedades totais com o decorrer do tempo. Os sistemas estacionários periódicos são constituídos por entidades semelhantes a membranas ressoando numa vibração contínua e constante. Os processos dinâmicos, por último, correspondem àqueles que ocorrem quando o estado privilegiado do sistema é alterado, levando ao comportamento cooperativo das partes no restabelecimento da ordem, ou à passagem a um estado mais estável. Trata-se da noção de causalidade que irá vigorar em todas as dimensões da Teoria da Gestalt, como ressaltado por Lewin, em 1926.

Processos psicológicos – não menos do que os biológicos, físicos e econômicos – podem freqüentemente ser deduzidos de sua tendência em direção ao equilíbrio. A transição de um estado de repouso a um estado dinâmico, ou a modificação de um processo estacionário ocorre quando o equilíbrio sistêmico foi alterado (Lewin 1938/1926, p. 290).

Na medida em que a determinação da lei de equilíbrio exija a consideração do estado das demais partes, temos um “todo”. Se for possível a determinação dessas leis a partir de determinada “parte individual”, então teremos, nessa parte, um sistema em si mesmo. Há, portanto, critérios objetivos para a determinação de quais relações constituem-se como “sistemas” e quais processos são independentes entre si, meras somatórias de eventos.

Assim, um circuito elétrico é um sistema físico precisamente porque as condições que prevalecem em qualquer ponto dado são determinadas por aquelas existentes em todas as outras partes. Ao contrário, um grupo de circuitos elétricos completamente isolados um do outro constituem um complexo de sistemas singulares, independentes (Köhler, 1938/1920, p. 19).

Os eventos não são, entretanto, simplesmente divididos em eventos totais e elementares. As Gestalten envolvem graus, conforme a possibilidade de uma alteração em determinada parte desencadear uma mudança global. Pensemos num conjunto de capacitores conectados por um fio elétrico. O equilíbrio da carga em cada capacitor tem como “forma natural” sua superfície. Se houver mudanças na carga de uma parte de um capacitor, sua estrutura irá se rearranjar, entretanto, a mudança empreendida nos outros capacitores poderá ser até mesmo negligenciável. A Gestalt constituída pela auto-distribuição da carga de um capacitor é uma “Gestalt forte”, enquanto que a Gestalt constituída pelo conjunto de capacitores é uma “Gestalt fraca”.

Outra questão importante acerca das Gestalten físicas corresponde a sua relação com suas topografias, isto é, com as condições “materiais” de sua ocorrência. Trata-se, por exemplo, da forma geométrica de um condutor ou dos íons de determinada solução. Tais entidades podem existir independentemente de uma Gestalt sustentar-se neles, ou mesmo persistir quando tais processos ocorrem – como os condutores. Entretanto, chamamos de Gestalten a ordem estabelecida e os processos relacionados à mesma, tais como as mudanças visando ao equilíbrio ou as características do contexto (constância de temperatura, carga elétrica, pressão osmótica, etc.). Os íons, dessa forma, são partes de uma Gestalt somente quando dependem do comportamento total do sistema, por exemplo, quando duas soluções de diferentes concentrações, postas em contato, dão origem a uma migração de íons no sentido da igualação das concentrações. Nesse caso, as condições topográficas da Gestalt, os íons, são modificadas pelo comportamento do sistema.

As semelhanças entre tais sistemas e as Gestalten da percepção referem-se às suas características macroscópicas. A concepção materialista-atomística da natureza, no entanto, nos impede de conceber as entidades macroscópicas como “reais”, pois defende como realidade apenas partículas diminutas (matéria) separadas por um imenso espaço vazio. É o que leva Köhler a afirmar, no quinto capítulo do “Lugar do valor...” (1959/1938) que o termo “macroscópico” coexiste com o “microscópico” na própria teoria física, apontando sua validade teórica e legitimidade para pensarmos a natureza. Tanto as partículas quanto os sistemas são fatos físicos legítimos, isto é, as partículas podem existir tanto independentemente quanto como partes de um contexto macroscópico. A diferença é de caráter funcional. Enquanto numa existência independente a partícula move-se com alto grau de liberdade, ao participar de uma situação macroscópica tem sua liberdade restringida pela interação com as outras partes do sistema. Os movimentos da partícula, no segundo caso, serão determinados pelo estado da totalidade. Tal restrição deve-se à coesão mantida pelo campo de forças gerado pelas cargas elétricas das partículas, cujos comportamentos são igualmente determinados.

O efeito da coesão entre as partículas, mantida pelo campo de forças, corresponde à manutenção da distância constante entre as partículas por todo o sistema, numa determinada temperatura. Nos sólidos, a manutenção de uma distância específica determina a constância de forma e volume, enquanto nos líquidos, uma distância maior determina a constância de volume. Assim, podemos concluir que a constância é uma

característica macroscópica real dos sistemas físicos, podendo ser legitimamente pensada como existente na natureza e isomórfica à constância notada nas Gestalten perceptivas. A própria modificação de estados, conforme o aumento da temperatura, poderia nos mostrar como os objetos macroscópicos são contextos reais, já que corresponde a um comportamento conjunto das partes, plenamente observável e determinável empiricamente.

É importante acrescentarmos que, segundo Köhler, a própria noção de matéria deixou de ter sentido na física. As partículas, fatos microscópicos, são compreendidas também como estruturas, não como corpúsculos indestrutíveis – porções de “matéria”. Os elementos subatômicos não são independentes uns dos outros, pois se organizam numa interação que resulta nas propriedades estruturais dos átomos e dos íons. O mesmo pode-se dizer das moléculas⁶⁰. A concepção, injustificada pelas experimentações físicas, da partícula como algo real em detrimento da organização, ou mesmo em detrimento do seu próprio campo, é o que leva à consideração da continuidade e constância do objeto físico como ilusória. Esse pressuposto está por trás da noção dos objetos “reais” como um imenso vazio. Segundo o autor, o campo de um elétron é tão real quanto a própria partícula. Podemos dizer que a partícula já se constitui como uma organização de forças num espaço. O espaço entre as partículas, então, não é vazio, há forças e campos, continuidade. Quando andamos sobre uma superfície, não flutuamos no vazio, da mesma forma que, quando percebemos um objeto contínuo, conhecemos algo semelhante à continuidade do objeto físico.

Considerando a abordagem dos processos psicológicos tais como nos aparecem, a Teoria da Gestalt aponta, de forma geral, a necessidade de pensarmos os processos psicofísicos como eventos dinâmicos, processos totais, e não mais como processos locais, mecânicos. Tal postura veio a estabelecer um primado da psicologia em relação à fisiologia, já buscado por teóricos anteriores, como Müller e Hering, segundo Ash (1998). Tanto a psicologia estruturalista quanto o behaviorismo basearam suas teorias no modelo fisiológico mecanicista, definindo os efeitos sensoriais e comportamentais segundo eventos orgânicos locais, isto é, a excitação de determinada superfície receptora. É tal semelhança de princípio que leva Koffka a afirmar, em 1922, que o behaviorismo teria simplesmente trocado a “sensação” pela “resposta”. Podemos

⁶⁰ O exemplo mais citado acerca do caráter sistêmico da molécula corresponde à constituição da água. As propriedades da molécula H₂O não são uma simples somatória das propriedades dos átomos de hidrogênio e de oxigênio.

afirmar que a Teoria da Gestalt não pensa apenas as leis da percepção “de cima para baixo”, mas também a relação entre os processos psicológicos e os psicofísicos, já que os últimos devem tornar inteligíveis os primeiros, sem desconstruí-los ou classificá-los como ilusões do “senso-comum”.

Os gestaltistas procuram ressaltar a viabilidade do modelo neurofisiológico macroscópico apontando que as condições necessárias a um funcionamento mecânico do sistema nervoso não estariam presentes neste. Tais condições referem-se a um intenso isolamento dos processos desencadeados entre os neurônios, de forma que não houvesse a possibilidade de formarem-se sistemas tais como os citados acima. Ao contrário, segundo Köhler, o sistema nervoso teria características extremamente propícias ao desenvolvimento de processos macroscópicos.

As propriedades do tecido cerebral como meio físico-químico são tais que, nessa parte do organismo, funções macroscópicas contextuais não são meramente possíveis; é difícil até mesmo imaginar como sua ocorrência seria evitada. Quanto ao conteúdo microscópico do tecido, que no sentido físico são íons, elétrons, etc., tais entidades movem-se no cérebro tão perto umas das outras como o fazem em soluções extraorgânicas de densidade moderada (Köhler, 1959/1938, p. 208).

Tais características teriam sido ocultadas pela consideração do neurônio como a unidade funcional do sistema nervoso, que implicaria um funcionamento mecânico dos processos psicofísicos, ou mesmo pela atitude materialista que não poderia ver no tecido cerebral nada mais do que partículas independentes em interações acidentais. Ambos os pressupostos têm como conseqüência a redução da vida psicológica a processos “funcionalmente inferiores”. Conseqüência que teria gerado uma grande aversão relativa à psicofísica em todo aquele que se preocupasse em compreender realizações humanas do nível da ética, artes, sociedade, conhecimento, etc. Ora, a partir do momento em que se compreendem os processos neurais e os fenomenais como igualmente ricos, tal discussão não poderia ser retomada sem implicar nenhum paradoxo ou redução da humanidade a choques acidentais entre partículas?

3.6 – A psicofísica da percepção.

Podemos identificar uma estratégia geral no desenvolvimento da psicofísica da Gestalt. Em primeiro lugar, escolhemos um processo estrutural e determinamos

fenomenalmente sua articulação. Em seguida, percorremos o corpo teórico da física em busca de um processo estruturalmente semelhante e avaliamos a possibilidade de sua ocorrência no cérebro, o que, obviamente, envolve o conhecimento da biologia. Por último, tentamos percorrer o caminho de volta, extraindo implicações para pesquisas psicológicas a partir do modelo escolhido e da maneira como funcionaria no interior dos processos cerebrais. Tentaremos apresentar a realização dessa estratégia nas próximas duas seções.

Após a realização de uma discussão detalhada acerca das organizações perceptivas, podemos nos questionar: quais processos físicos são mais adequados para a formulação de hipóteses acerca da psicofísica da percepção? Em primeiro lugar, é preciso considerar que os tipos de sistemas físicos mais propícios ao sistema nervoso correspondem aos processos estacionários, quase-estacionários e dinâmicos. Dado o grau de interação entre os íons e os impulsos elétricos no tecido neural, dificilmente poderíamos encontrar um sistema em repouso tal como um objeto físico sólido.

O processo perceptivo mais básico corresponde à segregação de uma figura em relação a um fundo⁶¹. O fundo, menos definido, torna-se o meio de uma entidade delimitada por um contorno, a figura. A clareza da “segregação”, por sua vez, dependerá das diferenças entre a figura e o fundo, isto é, do grau da heterogeneidade ocorrida num campo anteriormente homogêneo. Trata-se de uma primeira semelhança importante entre o campo perceptivo e os sistemas físicos: o desencadeamento de novas articulações devido à ocorrência de descontinuidade no sistema. Portanto, os processos psicofísicos, segundo o modelo gestaltista, não serão determinados pelo “local” estimulado, mas pelo tipo de heterogeneidade desenvolvida na superfície receptora. A partir desse momento, o “estímulo” deve ser entendido como “descontinuidade”, como o surgimento de tensões num determinado campo.

Investigando os processos decorrentes da heterogeneidade em sistemas físicos, Köhler (1938/1920) descreve a interação entre duas soluções de diferentes concentrações. A diferença entre as concentrações iônicas de duas soluções em contato leva ao desenvolvimento de um processo sistêmico denominado “difusão”, em que há uma migração de íons no sentido do equilíbrio, isto é, da região de maior concentração para a de menor concentração. A diferença entre as velocidades dos cátions (íons com carga positiva) e ânions (íons com carga negativa) acarreta uma diferença de potencial

⁶¹ Ver seção 1.3, trecho sobre os limiares absolutos da percepção.

eletrostático, levando ao desenvolvimento de uma força eletromotriz na região de contato entre as soluções. Se diferenciações nas superfícies receptoras⁶² acarretarem o desenvolvimento de sistemas macroscópicos de diferentes concentrações iônicas nas regiões cerebrais correspondentes, teremos então um único processo sistêmico no qual a fronteira entre as partes desempenha um papel peculiar assim como as fronteiras da figura no campo fenomenal.

De maneira semelhante à estrutura figura-fundo, na qual o grau de segregação da figura é determinado pelo grau da diferença entre as regiões, quanto maior o grau de diferença entre os potenciais das partes do sistema físico, maior a força eletromotriz desenvolvida na região de sua comunicação.

Se duas cores forem levadas a parecer uma com a outra, tanto a força eletromotriz como o contorno desaparecem. Enquanto, entretanto, houver uma diferenciação no campo visual – p. e. aquela da figura-fundo – haverá uma força eletromotriz correspondente no campo neural (Köhler, 1938/1920, p. 23).

Em 1938, no “Lugar do valor...”, Köhler apresenta as relações isomórficas através de um exemplo no âmbito da visão. Assumiremos que as diferentes frequências de ondas luminosas, ao atingirem a retina, acarretarão processos diferenciados, isto é, as substâncias químicas serão liberadas em diferentes quantidades. Imaginemos, primeiramente, a percepção de um campo cinza homogêneo, cujo correlato será um processo estacionário constante no córtex visual. Considerando a percepção de um disco branco sobre esse campo, haverá a formação de duas regiões de “comportamento eletrostático” diferentes no córtex visual, que se mantêm no tempo desde que a estimulação continue. A segregação de uma área circunscrita relativamente autônoma, envolvida por uma área ampla correspondente a outro processo estacionário, corresponde ao correlato isomórfico da segregação de entidades perceptivas de um campo. Se houver mais de uma entidade, haverá diferentes regiões segregadas relativas a um fundo comum, tal como a constituição do campo perceptivo total. Temos, ainda, a variação brusca do potencial na área de contato entre as regiões, que corresponderia ao correlato isomórfico do contorno do objeto.

⁶² As “camadas ganglionares” da retina são citadas como conjuntos de receptores que cumprem os pré-requisitos necessários ao desenvolvimento de heterogeneidades num campo físico-químico. Nestas, os somas neuronais estão de tal forma conectados que sobre eles se constitui uma camada na qual as substâncias químicas podem interagir e articular-se em sistemas. Assim, o tipo de moléculas que afetarão os receptores dependerá dos resultados de tal articulação.

A perspectiva macroscópica da psicofísica leva-nos a pensar o conjunto dos processos cerebrais como um sistema estacionário. Entretanto, não se trata de uma grande Gestalt forte em que todos os eventos implicariam uma rearticulação do campo total. O estudo do nível de inter-relação das diferentes áreas e processos cerebrais corresponde a uma parte fundamental da psicofísica. Espera-se, na comprovação da tese do isomorfismo, que o grau de interdependência dos processos cerebrais seja semelhante ao dos processos fenomenais equivalentes.

É preciso ressaltar que os gestaltistas pretendem, além da comprovação de uma teoria acerca da relação entre o mundo fenomenal e o físico, mostrar-nos a viabilidade de tal modelo neurofisiológico em detrimento da psicofísica clássica, baseada no modelo da “máquina” desde Helmholtz (Ash, 1998). Lembremos da exposição do problema das constâncias, em que a pressuposição das estimulações locais como causas da experiência sensorial dificultava a compreensão de nossa experiência efetiva. Ora, a partir do momento em que defendemos a predominância das articulações sistêmicas corticais em detrimento dos processos desencadeados linearmente a partir dos locais estimulados, temos processos cujas características estruturais são semelhantes às da experiência direta. A variação dos processos psicofísicos não será independente de suas circunvizinhanças, como exigia Köhler em 1929, pois há um campo estruturado que condicionará as novas articulações decorrentes da mudança do padrão de heterogeneidade nas superfícies receptoras.

A concepção do conjunto dos processos psicofísicos como “campo”, cujas alterações acarretadas por novas estimulações dependem do estado atual, ou da “lei interna” é apresentada claramente por Koffka, nos “Princípios da Psicologia da Gestalt” (1955/1935). Tal apresentação é realizada tendo a pergunta “por que as coisas parecem o que parecem?” como guia. Dessa forma, Koffka apresenta o modelo gestaltista em oposição às teorias psicofísicas anteriores.

Resumiremos as respostas anteriormente dadas à pergunta guia, pois se constituirão como uma simples retomada de tópicos desenvolvidos anteriormente. A primeira, afirmando que “as coisas parecem o que parecem porque elas são o que são”, pode ser classificada como uma visão “realista ingênua” das causas da percepção, pois defendem que as coisas percebidas são as próprias coisas físicas, isto é, que os “estímulos distais” causam a percepção. Os problemas dessa resposta, como vimos na refutação do “novo realismo” por Köhler, referem-se à redução de importantes dados fenomenais a meras ilusões, devido à impossibilidade de aceitarmos, por exemplo, a

existência de relações dinâmicas entre nós e os objetos físicos em si mesmos. Koffka acrescenta que os objetos fenomenais podem parecer algo que descobrimos posteriormente, mesmo no âmbito fenomenal, não serem. São exemplos a camuflagem e as “ilusões” em que objetos “objetivamente iguais” nos aparecem como diferentes.

A segunda resposta afirma que “as coisas parecem o que parecem porque a estimulação proximal é o que é”. Trata-se de uma concepção que restringiria as causas da percepção ao tipo de estimulação nas superfícies receptoras, defendendo a correspondência ponto-a-ponto entre estímulo e percepção. A inviabilidade de tal explicação é evidenciada pelo grande desacordo entre as características da estimulação e a riqueza do campo fenomenal, além da existência de figuras ambíguas, em que, mantendo-se constante a estimulação, vemos uma variação na articulação da figura.

Entretanto, a resposta mais influente à época procurava superar os problemas das duas respostas anteriores, isto é, a dessemelhança entre percepção e estimulação atual, seja distal, seja proximal. Assim, estabelecia-se uma diferenciação entre sensação, que seria causada pela estimulação proximal (tendo a hipótese da constância por princípio), e percepção, à qual a memória e o intelecto davam a forma da experiência concreta. Embora tenhamos refutado a explicação da experiência concreta por leis de associação (hipótese empirista), o intelecto aparece, nessa discussão, como um elemento novo.

A refutação da presença de um “juízo” perceptivo, que explicaria o inexplicável através da memória e do mosaico de sensações, será realizada no terreno dos fenômenos e da observação do comportamento. Na permanência de tamanho percebido mesmo com a variação da estimulação proximal, não experimentamos nenhum juízo, o objeto simplesmente permanece o mesmo. Adicionalmente, animais extremamente jovens são adaptados a constâncias de tamanho. Numa pesquisa realizada por Götz, pintos foram treinados a bicar sempre um grão maior dentre dois apresentados simultaneamente. Posteriormente, realizou-se um teste mostrando que os pintos bicavam os grãos realmente maiores mesmo que eles estivessem a uma distância maior do que os menores – o que fazia com que a imagem retiniana correspondente aos grãos maiores fosse menor. Seria uma explicação um tanto absurda, para Koffka, que pintos com, no máximo, três meses de vida, julgassem maior algo que lhes parecia menor. A explicação dada por ele é que as aves bicavam os grãos porque eles pareciam diretamente maiores, isto é, porque os processos neurais que os representavam articulavam-se dessa maneira (Koffka, 1955/1935).

A necessidade de pensarmos um “juízo” no âmbito da percepção, na verdade, seria decorrente da adoção da premissa associacionista de que a experiência imediata corresponde às sensações causadas pela estimulação local. A proposta gestaltista, por sua vez, pretende alcançar a articulação perceptiva como um processo autêntico, realmente imediato.

No entanto, a importância da estimulação proximal não pode ser negada. O que Koffka pretende, na verdade, corresponde à integração desses processos numa organização mais ampla, que envolveria todo o sistema psicofísico. Os estímulos proximais afetariam um campo cortical pré-existente, sendo a percepção efeito do estado desse campo, segundo suas leis internas.

A refutação das duas respostas dadas implicitamente ou explicitamente a nossa pergunta levou-nos à verdadeira resposta. As coisas parecem o que parecem por causa da organização de campo à qual a distribuição do estímulo proximal dá origem. Essa resposta é final e pode ser assim somente por que contém todo o problema da organização por si mesmo. Assim, nossa resposta, em vez de fechar um capítulo em psicologia, abriu outro, um fato do qual todos relacionados com a literatura psicológica devem estar cientes. Ele significa que nós temos que estudar leis de organização (Koffka, 1955/1935, p. 98).

A dinâmica desse campo psicofísico é compreendida como a interação entre as forças relativas às organizações e as características do meio em que se inserem. As forças seriam desencadeadas pelo surgimento de heterogeneidade no sistema (Koffka, 1955/1935). Portanto, como ocorre em um campo físico, uma mesma força poderá produzir diferentes resultados de acordo com o meio em que o processo acontece. Pensemos numa forquilha vibrando. O movimento de seus braços implica uma força no meio circundante, acarretando o desenrolar dos processos vibratórios. O campo vibratório ao qual a forquilha dará origem dependerá das características do meio afetado. Por exemplo, num meio homogêneo como o ar ou a água, ele terá uma estrutura simétrica, embora se propague mais rapidamente na água. Entretanto, a propagação desse campo será linear se a forquilha estiver inserida num tubo isolado acusticamente.

O meio é definido como o conjunto de fatores condicionantes dos processos psicofísicos iniciados pelas forças produzidas pelas estimulações extra e intra-orgânicas, isto é, pelas heterogeneidades produzidas nas superfícies receptoras. Tais condições são de natureza restritiva e isolante, pois favorecem algumas interdependências, segregam processos em determinadas partes do sistema e determinam a direção que algumas forças irão tomar – por exemplo, prescrevendo em qual região do córtex haverá liberação de substâncias químicas (Koffka, 1955/1935, p. 98). Tais condições podem ser

divididas em “permanentes” e “momentâneas”. As condições permanentes referem-se às características topográficas do sistema nervoso, sua forma física, as áreas em comunicação e a constituição química das soluções existentes. As condições momentâneas correspondem, por exemplo, à quantidade de energia disponível ao sistema, cujo papel veremos em seguida.

As condições “restritivas” não devem ser confundidas com as prescritas pela “teoria da máquina”, que só permitiriam o desenrolar de um único processo. A restrição, para os gestaltistas, corresponde às características topográficas da Gestalt, não impedindo sua ocorrência, mas simplesmente servindo de suporte “material”. Lembremos que há ainda a possibilidade de que tais condições sejam alteradas pelas organizações que sustentam (como as concentrações de íons), sendo sua restrição também relativa.

A organização resultante das interações entre as forças e a estrutura do sistema nervoso, segundo Koffka, segue o mesmo princípio geral das estruturas percebidas, isto é, a lei da pregnância de Wertheimer. A busca por um estado privilegiado, a “boa forma”, pelos processos neurais seria possível devido à própria estrutura do sistema nervoso, como vimos defendido por Köhler, que facilitaria a ocorrência de estados quase-estacionários.

O tipo de estado privilegiado ao qual a organização neural tenderá dependerá, além das condições permanentes, da quantidade de energia disponível, tendo simplicidade “mínima” ou “máxima”. A simplicidade mínima torna-se a “região de pregnância” quando o organismo está numa postura passiva, com pouca energia a sua disposição e com poucas forças externas agindo sobre ele, nesse caso a percepção terá características de uniformidade – tenderá à homogeneidade. No caso da organização segundo a simplicidade máxima, há uma grande quantidade de energia à disposição do organismo, tanto resultante das forças provenientes da estimulação externa quanto dos subsistemas interiores, como o ego; as formas da percepção corresponderão, nesse caso, a articulações mais ricas e segregações mais detalhadas. A “energia” refere-se à quantidade de tensão no sistema, que produz maior propensão à realização de transformações. Como no caso dos limiares absolutos, apenas uma quantidade definida de tensão será capaz de acarretar uma diferenciação no campo perceptivo, levando da estrutura “campo homogêneo” à estrutura “figura-fundo”.

3.7 – *A psicofísica da memória: a parte transfenomenal da transcendência*

Trataremos agora das repercussões psicofísicas da combinação das mudanças empreendidas na concepção de “memória”⁶³ na Teoria da Gestalt e da abordagem macroscópica da neurofisiologia. Abordaremos as questões deixadas em aberto anteriormente acerca do destino dos processos armazenados no tempo e sua evocação por eventos presentes. Vimos que a aprendizagem passa a ter um papel menos determinante em relação às articulações do campo fenomenal presente na Teoria da Gestalt, de forma que as articulações memorizadas tendem a compartilhar as características estruturais da situação vivida. Embora a memória tenha perdido o estatuto de “constituente” da experiência concreta, sua participação na vida presente não deixa de ser considerada. Apresentando tais idéias, estabeleceremos uma oposição relativa a certas leituras da Teoria da Gestalt, como a de Piaget – apresentada por Toccafondi (2002) – que acusam os gestaltistas de negligenciarem o papel da experiência na determinação das formas perceptivas.

Vivemos constantemente situações que implicam a participação do passado, tais como o uso da linguagem, a rememoração intencional e o reconhecimento. Na rememoração intencional viramo-nos conscientemente à região fenomenal “passado”. Já no caso da linguagem, utilizamos as palavras espontaneamente conforme exigido pelas condições presentes, tais como uma pergunta, a necessidade de solicitarmos algo, ou descrever um evento. Entretanto, sabemos que tal uso não seria possível sem a aprendizagem prévia acerca do sentido das palavras. No reconhecimento, o caráter de familiaridade de que se reveste o objeto ou pessoa reconhecida também implica ao menos uma semelhança com eventos previamente vividos.

No sétimo capítulo do “Lugar do valor...”, Köhler define o problema da memória como “a participação de condições previamente estabelecidas na determinação de eventos presentes” (Köhler, 1959/1938, p. 234). Trata-se de uma definição ampla que pretende dar conta da memória como um todo. Os principais problemas tratados nesse texto correspondem à natureza das entidades da memória e seu destino no tempo, dado seu efeito “atrasado”.

Primeiramente, Köhler recusa a afirmação de que não precisaríamos determinar como tais eventos permanecem no tempo, argumentando que a ausência dessa

⁶³ Ver seção 1.5.

permanência implicaria uma relação entre eventos sem nenhuma ligação, o que a tornaria incompreensível. A segunda concepção recusada afirmaria que as entidades mnemônicas seriam entidades “mentais”. Num certo sentido, poderíamos conceber “mental” como “fenomenal”. Entretanto, uma inspeção do mundo fenomenal não encontraria a totalidade das experiências passadas, ou apenas encontraria aquelas intencionalmente buscadas, mas não as implicadas em todos os desempenhos aprendidos, por exemplo. Embora o “passado” seja uma região fenomenal legítima, a memória não age sempre de maneira fenomenalmente explícita – pensemos no caso da linguagem como exemplo. Acreditamos que essa pequena observação pode justificar o argumento de Köhler acerca da estranheza de se conceber a memória como uma entidade fenomenal.

Eu conheço o mundo da experiência, dos fenômenos; eu admito a existência de um segundo mundo, o mundo da natureza. No entanto, sou incapaz de conceber que entidades poderiam existir as quais são ditas pertencerem ao primeiro desses mundos, enquanto ao mesmo tempo nunca estão lá. Os remanescentes da experiência passada nunca ocorrem como tais na experiência atual; eles não pertencem realmente ao mundo fenomenal, isso é certo (Köhler, 1959/1938, p. 234).

Dada a falsidade da idéia de uma permanência fenomenal de todo o passado, o único sentido em que tais entidades poderiam ser “mentais” corresponderia à concepção da mente como uma terceira região, para além do mundo fenomenal e da natureza. Entretanto, a postulação de uma terceira região, diferente do mundo físico e do fenomenal seria uma grande sobrecarga ao pensamento, de forma que devemos investigar, em primeiro lugar, se tal postulação é realmente necessária.

Partindo do fato de que as entidades da memória não são fenomenais e considerando a postulação já realizada de um mundo transfenomenal, o mundo físico, ao qual pertencem tanto os objetos exteriores quanto os processos interiores ao organismo, devemos investigar primeiramente a possibilidade de que as entidades da memória pertençam a essa região. Assim, a concepção da mente como uma terceira região corresponde a uma medida precipitada, certamente inspirada por preconceitos acerca do mundo físico. Dada a teoria dos processos psicofísicos da percepção e a necessidade da preservação das articulações vividas na memória, a “teoria dos traços” surge como uma bela proposta à natureza transfenomenal da memória.

Eventos neurais tendem a modificar levemente o estado do tecido no qual eles ocorrem. Tais modificações serão semelhantes aos processos pelos quais foram produzidas tanto quanto ao seu

padrão como em relação a outras propriedades. Eles são, nessa medida, representativos do passado. Como tais eles serão capazes de codeterminar os processos atuais do futuro (Köhler, 1959/1938, p. 236)

Ao conceber os traços como “marcas” estruturais deixadas pelos processos psicofísicos no tecido neural, o modelo gestaltista opõe-se a outras teorias que defendiam a existência de centros especializados de memória (Köhler, 1959/1938, 1947/1929 e Koffka, 1955/1935). Trata-se de uma visão decorrente da “teoria da máquina”, na qual cada parte do organismo desempenha uma função específica. Teríamos, então, os “centros da percepção” e os “centros da memória”, sendo os primeiros conectados pontualmente aos últimos. De acordo com a teoria gestaltista dos traços, a memória estaria localizada no mesmo lugar em que os processos psicofísicos da percepção ocorreram.

Algumas pesquisas são citadas por Köhler como evidências importantes que apoiariam a teoria gestaltista. Temos, por exemplo, estudos que mostram que a destruição do córtex visual de ratos implica a perda de condicionamentos anteriores; entretanto, Lashley (1935) teria sido capaz de estabelecer novos treinamentos com discriminação de brilhos. A discriminação parece ser um processo dependente do gânglio visual inferior, estrutura subcortical. Portanto, a hipótese de que a memória seria decorrente dos traços deixados pelos processos, agora restritos a tal estrutura, torna-se uma explicação razoável. Por outro lado, se existisse um “centro de memória visual”, sua destruição implicaria a perda total dessa capacidade.

O ponto da divergência entre as teorias não se refere especificamente à ocorrência das alterações no tecido neural devidos aos processos subjacentes à percepção, mas ao seu grau de permanência. Para apoiar sua teoria, Köhler levanta os efeitos do desenvolvimento de correntes iônicas em soluções eletrolíticas, atravessando membranas pelas quais os íons não passam livremente. Em tal situação físico-química, haverá um depósito de íons nas membranas, que será proporcional à densidade da corrente naquele ponto. Considerando o sistema nervoso e a imensa quantidade de barreiras que ofereceriam resistência às correntes, é perfeitamente plausível a suposição de que os processos eletroquímicos macroscópicos deixariam uma marca razoavelmente permanente no tecido no qual ocorreram.

Considerando o exemplo da percepção de um disco branco sobre um fundo cinza, temos três momentos na distribuição de potenciais e, portanto, no comportamento do sistema: a densidade interna à figura, a diferença brusca de potencial na fronteira

entre ambas e a densidade correspondente ao fundo. Dessa forma, a deposição de íons nas membranas representaria as características das partes do sistema anteriormente correspondente à percepção.

É importante ressaltar que o local do traço seria menos importante do que sua estrutura para a recordação. Nota-se o reconhecimento de objetos na percepção mesmo que os processos subjacentes localizem-se em outros locais do córtex. Ora, tal dificuldade é facilmente contornada se levantarmos outro fato físico. Pensemos no comportamento das cordas de um violão, quando tocamos o “lá” da primeira corda, vemos a segunda corda vibrar, como que “reconhecendo” a primeira. A ressonância é um fenômeno físico legítimo, por que não ocorreria entre entidades corticais?

Como vimos em nossa discussão preliminar sobre a memória, as entidades “armazenadas” possuem as mesmas segregações dos objetos percebidos. A manutenção dessas propriedades pode agora ser compreendida devido ao fato de que os traços são estados macroscópicos assim como os processos da percepção. Por outro lado, o tecido no qual os processos da percepção deixaram suas marcas não permanecerá inalterado com o passar do tempo, sendo necessária a incorporação desse fato na teoria. Podemos desenvolver uma hipótese acerca da natureza dessa alteração, pois os traços, como estados macroscópicos, deverão tender à simplicidade – lei da pregnância –, eliminando as tensões existentes no sistema. Considerando tal comportamento sistêmico, podemos buscar evidências empíricas que apoiem a teoria dos traços através da investigação da articulação dos dados da memória com o passar do tempo.

As pesquisas com sílabas sem sentido mostravam uma intensa dificuldade no ensino de uma seqüência ampla de sílabas a sujeitos cuja memória era excepcional. Tal dificuldade pode ser compreendida pelo fato das sílabas serem entidades da mesma classe, sendo suas diferenças desfeitas devido à homogeneização do traço referente à série. Lembremos também da tendência, na memorização, da organização das sílabas num todo melódico, que já se constitui como uma “melhor” articulação entre seus membros.

Köhler cita um conjunto de estudos que apoiariam a hipótese de que os traços se organizam em direção a simplicidade. Parte-se do princípio de que a tendência à uniformidade dos traços implicaria que entidades heterogêneas em relação a um conjunto de mesma classe são mais facilmente recordadas do que os membros dessa classe (Köhler, 1959/1938, pp. 257, 259). No primeiro estudo, um grupo de sujeitos era exposto a uma seqüência de dez membros sendo o segundo ou terceiro um número de

dois algarismos e o restante composto por sílabas sem sentido. Passados alguns minutos ocupados com outra atividade, era solicitada a reprodução da seqüência. Alguns dias depois, o mesmo grupo submetia-se a uma seqüência em que as classes eram invertidas, isto é, o termo heterogêneo correspondia a uma sílaba, e o procedimento era repetido. Em ambas as situações os sujeitos lembraram proporcionalmente mais vezes o termo diferente do que os termos da mesma classe, o que apóia a hipótese de que as seqüências memorizadas tendem à simplicidade, fundindo os termos da mesma classe.

O segundo estudo busca refutar o argumento de que as entidades heterogêneas são mais facilmente lembradas devido ao fato da percepção das entidades da mesma classe tornar-se mais confusa pela presença de termos semelhantes. Assim, elaborou-se um procedimento em que eram decoradas seqüências completamente heterogêneas (nas quais os termos eram, por exemplo, uma sílaba, um número, uma figura, etc.). Se o argumento contra a organização espontânea dos traços estivesse correto, os termos das seqüências completamente heterogêneas seriam lembrados com a mesma freqüência do que os anteriormente heterogêneos em relação a uma seqüência uniforme. Tal resultado não foi obtido, pois os termos das seqüências completamente heterogêneas foram lembrados com menor freqüência do que os termos que se diferenciavam de uma seqüência uniforme. Portanto, podemos concluir que a organização tem um efeito importante na permanência da segregação de um traço em relação aos outros, aliás, tal como o grau de heterogeneidade determina a segregação das figuras em relação ao fundo, na percepção.

Um último estudo, de Müller (1937), é citado para reforçar o argumento de que tal organização realiza-se no âmbito dos traços, isto é, nas entidades ausentes da percepção, afinal, nos estudos anteriores, eram utilizadas seqüências em que a memória e a percepção interagiam. Assim, no novo procedimento foram utilizadas seqüências de números cujos termos heterogêneos eram ou uma sílaba, ou uma figura. Os passos do procedimento correspondiam à apresentação de uma seqüência (números com uma sílaba ou números com uma figura), que deveria ser reproduzida logo em seguida. O ponto fundamental corresponde à maior quantidade de seqüências com figuras do que com sílabas. A reprodução imediata ocultava aos sujeitos a verdadeira intenção da pesquisa, isto é, a determinação da articulação da seqüência sílabas-figuras existente somente no reino dos traços através da solicitação, ao final da pesquisa, de que os sujeitos reproduzissem tudo que conseguissem lembrar. O resultado, de fato, apóia a

teoria dos traços de memória, pois as figuras (o fator heterogêneo da seqüência de sílabas) eram lembradas mais freqüentemente do que as sílabas.

A defesa empírica da teoria gestaltista dos traços configura-se como um argumento preliminar à abordagem da questão central do sétimo capítulo, a saber, a defesa de que o objeto transfenomenal na experiência da transcendência corresponde a uma entidade cortical. A semelhança entre as organizações perceptivas e as organizações da memória abre a possibilidade de que haja relações de referência – como as presentes nas estruturas comparativas – entre um traço e um processo cortical presente, subjacente à atualidade do mundo fenomenal. A definição do “traço de memória” como uma marca mnemônica que permanece no lugar da ocorrência do processo perceptivo abre a possibilidade de algumas pesquisas que testem o modelo físico proposto para as estruturas relacionais.

Na escolha do correlato isomórfico das estruturas relacionais, ainda no âmbito da percepção, Köhler alia-se a Lauenstein na defesa dos “gradientes físicos” (Köhler, 1959/1938, p. 229). São chamados “gradientes” os processos que se estabelecem entre duas entidades, cuja existência depende das diferenças entre as mesmas, tais como gradientes de temperatura e gradientes de campo – desenvolvendo uma corrente contínua entre dois potenciais eletrostáticos diferentes. Trata-se, portanto, de uma estrutura semelhante às relações comparativas, nas quais a “relação” dependia da existência de seus termos e de suas peculiaridades. Para testar tal hipótese, no âmbito da percepção, basta que consideremos uma característica dos “gradientes” e tentemos encontrá-la nas estruturas perceptivas. É com esse propósito que Köhler apresenta a pesquisa de Jacobs (1933), orientada por Metzger⁶⁴.

Uma das condições para que ocorra um gradiente de temperatura, por exemplo, é que dois objetos de diferentes temperaturas estejam próximos, sendo seu afastamento inversamente proporcional à força do gradiente e, conseqüentemente, à intensidade da troca de calor. Na pesquisa de Jacobs, foram medidos os limiares da percepção da diferença de brilhos de duas imagens, variando-se a distância entre elas. É importante acrescentarmos que os sujeitos fixavam um ponto intermediário entre as imagens. Os resultados mostraram justamente o aumento da dificuldade da percepção de diferenças em distâncias maiores. A dependência entre a “relação” e a distância também pode ser

⁶⁴ Lauenstein e Metzger foram dois importantes discípulos de Köhler, desde a época em que fora diretor do instituto de Berlim, sendo que Metzger aparece como um continuador fundamental da Teoria da Gestalt, na investigação histórica de Ash (1998). Lauenstein provavelmente se encaixaria nessa categoria se não tivesse falecido na Segunda Guerra Mundial.

constatada se pensarmos no exemplo das linhas com tamanhos variados, pois quanto mais distantes as linhas, mais dificilmente percebemos suas diferenças.

Além de representarem um belo exemplo das implicações empíricas da hipótese do isomorfismo, tais exemplos, aliados à conclusão da discussão precedente – a semelhança entre os princípios de organização da percepção e da memória – apóiam a possibilidade da existência de gradientes entre traços de memória e correlatos atuais da percepção. Tais gradientes nos permitiriam compreender o termo transfenomenal das relações “anfíbias” – envolvendo um termo fenomenal e um termo transfenomenal – como um traço ao qual se relaciona o processo psicofísico perceptivo, tornando-o parte de uma totalidade que o ultrapassa.

Outras pesquisas são levantadas por Köhler como evidências que apóiam tais hipóteses. São experimentos envolvendo comparações sucessivas, nos quais são apresentados objetos sucessivamente, mensurando-se o limiar da percepção de suas diferenças. Dois resultados de Kleinbub (1933) citados por Köhler mostram-se especialmente relevantes à discussão. O primeiro reproduz os dados de Jacobs em apresentações sucessivas, enquanto que o segundo, obtido num procedimento em que os sujeitos fixavam as figuras diretamente e não um ponto determinado, não mostra variações nos limiares diferenciais. Temos, portanto, evidências importantes para a teoria de que os processos subjacentes às comparações sucessivas são gradientes entre traços e processos. Ao mesmo tempo, o fato dos resultados não se reproduzirem quando os sujeitos fixam as imagens e não um ponto entre elas mostra que o traço se localiza no lugar em que ocorreu o processo perceptivo, pois, dessa forma, o correlato da imagem atual e o traço de memória estariam sobrepostos. Não existiria, no córtex, a diferença de distância presente nas condições experimentais.

A concepção gestaltista do mundo fenomenal como articulado espontaneamente permite a caracterização dos “contextos anfíbios”, tais como a recordação iminente (3.3) e a comparação sucessiva, como eventos independentes de uma atividade conceitual do sujeito. Certamente, uma atividade conceitual segue-se a esses eventos, como quando nos esforçamos para encontrar o termo fenomenal equivalente ao que queremos lembrar, ou quando emitimos o julgamento “X é maior (mais pesado, mais claro, etc.) do que Y (o qual não está mais presente)”. Entretanto, a atividade do “eu fenomenal” mostra-se muito mais como uma operação dependente da articulação espontânea dos contextos do que como uma operação que lhes daria sentido. No caso da lembrança iminente, cada um dos termos evocados para a lembrança adquirem imediatamente um

sentido (certo, errado, quase lá, etc.), assim como na comparação sucessiva o julgamento geralmente descreve o fato de que o segundo termo “parece menor (mais pesado, mais claro, etc.)”, não atuando como uma atividade complexa em que é evocada uma “imagem mental” do termo ausente. Em suma, sentimos a referência vir do exterior do mundo fenomenal, significando-o.

Se a tais processos fenomenais subjazem processos corticais, sendo os correlatos dos termos transfenomenais os traços de memória, a articulação espontânea, o valor e o sentido, devem ser categorias corticais legítimas. Para Köhler, os processos físicos são igualmente compatíveis com as categorias reveladas no mundo fenomenal, isto é, com o sentido (parte, menor, maior, mais claro ou escuro, lado, contorno, etc.) e o valor (organização boa, ruim, parte demandada, parte rejeitada, etc.), portanto, tais categorias, assim como a ordenação espontânea, independem de uma subjetividade constituinte. Ainda no âmbito de uma investigação fenomenológica, a subjetividade, mesmo pensada como a totalidade da experiência, parece depender de entidades transfenomenais, especialmente quanto à manutenção de uma coerência histórica. Nosso passado, em geral, não se doa fenomenalmente. Entretanto, identificamos objetos e pessoas, mesmo sem saber quando os vimos; mantemos, adicionalmente, um certo estilo de agir no mundo, estilo que é realizado naturalmente, como se fizesse parte do nosso “eu fenomenal”.

É importante ressaltar que a passividade do mundo fenomenal é uma passividade em relação ao “eu fenomenal”, considerado aqui como único sujeito possível, pois os dados sensíveis organizam-se por si mesmos, tendo, assim, uma atividade própria. Tal “passividade fenomenal” é dada, conhecida diretamente, não há “redução” que possa desfazê-la, tornando-a uma síntese subjetiva. A referência a uma transfenomenalidade parece ser exigida pelo funcionamento do próprio mundo fenomenal. Ora, se qualquer entidade caracterizada como uma Gestalt participa, de direito, das categorias do sentido e do valor, as Gestalten corticais certamente poderiam cumprir o papel da transfenomenalidade implicada no mundo fenomenal. Se isso for verdade, a compreensão da transcendência será uma questão de conhecermos a relação entre os processos corticais que se expressam fenomenalmente e os que não se expressam. Acreditamos ter extraído, dessa forma, os problemas que os gestaltistas deixam em aberto, simultaneamente, à fenomenologia e às neurociências.

Chega-se, então, a isto: transcendência significa que por alguma razão nem todos os membros de um dado contexto cortical são capazes de se expressar em linguagem fenomenal; e que, ainda assim, a presença de tais membros silenciosos, com características bem precisas, é claramente e diretamente implicada naquilo que os outros membros do contexto têm a dizer (Köhler, 1959/1938, p. 274).

3.8 – *Os valores na natureza.*

A postura científica gestaltista, na psicologia, biologia e física, pode ser entendida como adoção de uma perspectiva macroscópica dos processos capaz de revelar a “finalidade intrínseca” que os determina. Tal “finalidade” descreve a tendência de todo processo gestáltico à maior simplicidade possível dentro do conjunto de tensões e qualidades presentes, ou seja, descreve a presença da Lei de Pregnância em todos os domínios da natureza. Os fatos, portanto, deixam de ser pensados sob a regência de relações cegas – correlações, coincidências –, e passam a ser considerados como partes cujo destino torna-se inteligível à luz da Gestalt que realizam. Por outro lado, a atividade científica envolve discussões de princípios, as quais devem ser orientadas pelo método fenomenológico. Definido como uma inspeção ingênua dos fatos, este método revelaria os princípios que justificariam a atividade e os conceitos da ciência, dentre eles, a própria noção de Gestalt e a existência de uma transfenomenalidade.

Na medida em que a categoria Gestalt participa tanto de discussões ontológicas acerca da existência de um mundo físico, acerca da possibilidade de existir uma significação imanente aos fatos da natureza, quanto de discussões epistemológicas envolvendo modelos de causalidade e de métodos científicos, ela parece atenuar a linha divisória entre a reflexão filosófica e a investigação científica. Ao mesmo tempo em que os gestaltistas defendem a dependência da ciência em relação ao “mundo fenomenal”, lhes parece igualmente certo que a ciência tem o papel de preencher as lacunas desse mundo. É nesse momento que a categoria Gestalt, ocupando o papel de princípio explicativo comum a todas as áreas do conhecimento, como exigido por Koffka (1955/1935)⁶⁵, contribui para um retorno da ciência para a vida que preserve suas características mais marcantes e evidentes. Podemos dizer que os princípios gestaltistas, como afirma Toccafondi (2002) acerca de Köhler, na medida em que defendem uma ciência unitária, assemelham-se aos ideais do positivismo. Entretanto, mais importante é ressaltarmos que a aproximação com o positivismo, ou mais especificamente, com o

⁶⁵ Ver citação sob o título da dissertação.

neo-positivismo, não implica a defesa da exclusão apriorística de problemas metafísicos, ontológicos, etc., do escopo da ciência.

Toda ciência e toda filosofia estão ocupadas com a busca de um sistema conceitual que torne nossa experiência compreensível. Como essa tentativa pode ter sucesso, se o pensamento positivista se recusa a reconhecer algumas das características mais essenciais e gerais da experiência? (Köhler, 1959/1938, p. 340).

O positivismo perde seu valor, para Köhler, quando substitui a tendência a aceitar apenas conceitos que se refiram a experiências precisas pela defesa dogmática dos “meros fatos” como única classe de experiências cientificamente legítimas. O papel do método fenomenológico na Teoria da Gestalt é justamente a superação de qualquer forma de dogmatismo, fundando na evidência intuitiva do mundo vivido seus principais conceitos. Podemos dizer, talvez, que os gestaltistas procuram radicalizar a exigência positivista de uma investigação pautada pelos fatos, pois os únicos fatos diretamente acessíveis são os fatos fenomenais.

A postura gestaltista em relação aos “problemas filosóficos” pode ser igualmente extraída da reflexão de Koffka, na introdução dos “Princípios...” (1955/1935). Se a ciência necessita, inicialmente, da exclusão dos problemas que não se adequam facilmente aos seus métodos, isso não exclui a possibilidade de retomarmos tais problemas com o desenvolvimento do conhecimento científico. Koffka cita como exemplos as questões que se configuram como o impulso inicial ao questionamento, isto é, “o que é Deus, o que nós somos?” (Koffka, 1955/1935, p. 8). A aversão da ciência a tais questões deve ser superada, pois “bloqueia o progresso da própria ciência, fechando ao seu desenvolvimento as portas que levam à mais essencial de todas as questões” (Koffka, 1955/1935, p. 8).

Ora, se em Descartes era justamente a idéia da perfeição que constituía a ponte entre o cogito e Deus, a retomada de um princípio de ordem, como a “Boa Gestalt”, relativo à tendência dos próprios fatos à harmonia, pode trazer novamente à tona a questão sepultada por uma ciência regida pela contingência. Se vivemos numa natureza na qual a beleza e a harmonia são valores fundamentais, talvez nosso destino não seja uma questão de sorte, talvez tenhamos um papel, como partes de um todo, na realização de algo maior. Sem dúvida, ao menos o empreendimento de reconhecer um sentido na natureza torna a atividade científica menos angustiante, pois os fatos nos permitiriam compreender o lugar do homem no universo. Enfim, se não reconhecemos linhas

divisórias entre a filosofia e a ciência, o desenvolvimento da atividade científica revela-se eticamente significativo. Tais implicações transparecem no questionamento de Koffka acerca da função da psicologia.

Que papel especial a psicologia poderia exigir? Para nos ensinar humildade, que ciência poderia fazer isso melhor do que a astronomia e a astrofísica que lidam com tempos e distâncias muito além da nossa imaginação? E qual ciência poderia nos disciplinar melhor que a matemática pura com suas demandas de provas absolutas? Poderíamos, então, defender que a psicologia é particularmente adequada à tarefa de integração, dando assim uma resposta à questão da qual partimos [por que psicologia?]? (Koffka, 1955/1935, p. 10).

No terreno da teoria do conhecimento, por outro lado, a tese do isomorfismo permite aliar a necessidade do pensamento à necessidade factual, fazendo com que a ciência volte a ser “conhecimento da verdade”, deixando de ser uma “técnica de domínio da natureza”. A ciência não traz ordem ao caos, ela reconhece a ordem intrínseca aos fatos, fenomenais e transfenomenais, sendo que a beleza dessa experiência e suas conseqüências éticas justificam o exercício da ciência.

Aproximamo-nos, assim, novamente, da interpretação de Ash (1998), de quem tomamos emprestada a citação de um belo trecho do discurso de Stumpf, reproduzido por Wertheimer em homenagem ao septuagésimo aniversário de seu mestre. Notemos o peso dado à inserção dos “valores superiores” no mundo da ciência.

Apressem-se na reconstrução da nossa visão de mundo, não se deixem subjugar pelos físicos, armem-se com todas as armas da ciência natural para, ainda assim, proclamar com afinco a posição suprema do espiritual e do bem no mundo; é o que a humanidade espera de vocês, se é para acordar para uma nova vida de sua mais difícil crise, como de um terrível pesadelo (Stumpf, citado por Wertheimer em 1917, apud Ash, 1998, p. 198).

No “Lugar do valor...” (Köhler, 1959/1938), as expectativas de Wertheimer parecem inspirar profundamente o trabalho de seu colega. Köhler apresenta a participação do valor na natureza como exigência da combinação do argumento da experiência da transcendência transfenomenal e da tese do isomorfismo, portanto, como condição do conhecimento natural. De alguma forma, é preciso que a “*requiredness*” entre para o mundo dos fatos, pois somente assim a natureza transfenomenal seria compatível com a transfenomenalidade sugerida na experiência da lembrança iminente, na qual a “demanda” se constitui como característica mais evidente⁶⁶.

⁶⁶ Lembremos que a “demanda” se constitui como característica estrutural de alguns sentimentos (saúde) e comportamentos (fuga), mas tem sua implicação central para a “verdade” enquanto participa da noção de *insight* (ver seção 3.2).

Qual seria, entretanto, o correlato isomórfico da “demanda” no mundo transfenomenal? Para Köhler, os conceitos de força e de campos de forças podem adequadamente cumprir tal função.

Eu conheço apenas uma classe de fatos físicos que representa as propriedades de uma dada entidade para além dessa entidade, e, assim, faz alguma coisa em relação a uma segunda coisa com referência à primeira. Trata-se da classe das forças e campos de forças (Köhler, 1959/1938, p. 334).

As forças partilham das características estruturais das demandas, segundo Köhler, pois são características de contextos, isto é, não existem sem a presença dos objetos relacionados, e transcendem, como vetores, partes de um contexto em direção a outras partes (translocais), aceitando-as ou rejeitando-as conforme suas especificidades se encaixem ou não na boa organização total da situação. Dessa forma, tais vetores produzem tensões no sentido de uma alteração que, porém, não aponta necessariamente o curso dos fatos. A ocorrência dos fatos na direção demandada dependerá de outras condições, talvez de um contexto mais amplo ou da inexistência de restrições, cujo não cumprimento não implica a inexistência da “exigência”. Trata-se, portanto, da característica das forças que se refere ao “tem que ser”, em oposição ao “simplesmente acontece” característico dos “meros fatos”.

Quando os processos não se realizam conforme as demandas do contexto no qual se inserem, a “requiredness” adquire um caráter “perfeccionista”, exigindo uma correção. Köhler elucida tal exigência com os exemplos das motivações comportamentais, configurações visuais e com a curva imperfeita (6). Podemos dizer que tais contextos correspondem à Gestalten próximas da região de pregnância. As demandas, portanto, não envolvem somente aceitação ou rejeição de uma parte pelas outras – significação –, mas, dadas imperfeições em sua realização, tornam-se pressões que apontam para a melhor articulação possível. Nas leis de Wertheimer, por exemplo, o “caráter perfeccionista” é indicado pelo ângulo “quase reto” ou pelo fator de fechamento. A “aceitação” ou “rejeição”, por outro lado, descrevem simplesmente o aspecto de “correto” ou “errado” de determinada parte em relação ao contexto, como na evocação de nomes na tentativa de identificarmos o conteúdo transfenomenal⁶⁷ da lembrança iminente.

⁶⁷ A “aceitação” e “rejeição” e a “exigência perfeccionista” são aspectos interdependentes das demandas, pois a significação está implicada na demanda que exige uma articulação “ainda melhor”.

Assim, se estou com fome, comida é bem-vinda ao meu ambiente, mesmo se estiver distante; ela é, nessa medida, aceita. Porém, há esta característica adicional na situação, de que a comida “tem que estar mais próxima”. De maneira similar, se uma configuração visual não está inteiramente balanceada, determinada parte pode, não simplesmente aparecer como “fora do lugar”, mas como “um pouco alta demais”, “muito para a esquerda”, “muito pesada”, e assim por diante (Köhler, 1959/1938, p. 338).

O reconhecimento das “pressões” fenomenais é estrategicamente fundamental na reflexão de Köhler, pois torna as semelhanças entre demandas⁶⁸ fenomenais e forças físicas mais evidentes. Ao levantar os conceitos de força e campos de forças como correlatos das demandas, e, portanto, dos valores, Köhler participa de uma polêmica no interior da própria física. É que o estabelecimento do isomorfismo entre tais processos tem como condição que as forças e campos sejam considerados como eventos físicos reais, em oposição à definição de tais conceitos como meros instrumentos matemáticos.

Aceita a realidade desses conceitos, podem ser investigadas as leis referentes aos mesmos e a possibilidade de sua inserção no interior dos processos corticais. Abre-se, dessa forma, outro conjunto de questões empíricas acerca da viabilidade da participação de processos envolvendo campos de forças no córtex cerebral, cujo comportamento é explicado, segundo Köhler, pela Lei da Direção Dinâmica. Tal lei enuncia a tendência das forças dos sistemas físicos se direcionarem no sentido da menor energia potencial. O estado de menor energia potencial, para Gurwitsch (2002/1936), corresponde justamente à expressão física da Lei da Pregnância. Considerando que a Lei da Direção Dinâmica determina o comportamento do sistema apenas quando a inércia⁶⁹ do mesmo é negligenciável, o nível de complexidade do córtex e a interação intensa entre seus íons e moléculas tornam tal comportamento extremamente provável. O objetivo de Köhler, nesse momento, é apontar problemas de investigação que somente o progresso das pesquisas poderia resolver, detalhando os processos cuidadosamente.

⁶⁸ É interessante ressaltar que a linguagem de Köhler no capítulo 9, “Fatos e forças”, do “Lugar do valor...” aproxima-se explicitamente da utilizada por Lewin em relação aos vetores e valências no campo vital dos organismos. Tais conceitos serão, em ambos, fundamentais para a descrição da motivação e seu papel no comportamento. Entretanto, há uma divergência epistemológica importante de Lewin em relação a Wertheimer, Köhler e Koffka, pois o primeiro recusa a necessidade, levantada pelos últimos, de uma psicofísica que torne inteligível os processos psicológicos. Não é nosso objetivo aqui detalhar as diferenças entre tais gestaltistas, sem dúvida um importante tema de pesquisa. Entretanto, acreditamos que Lewin, ao assumir a independência da psicologia em relação à fisiologia e à física, afasta-se do projeto de seus três colegas de fundar uma ciência unitária em que os fatos sejam compreendidos em sua dependência mútua. Tal projeto corresponde ao nosso interesse neste trabalho, por esse motivo não abordaremos a reflexão de Lewin.

⁶⁹ Não temos condições de desenvolver uma discussão técnica, entretanto, basta que seja entendido que um baixo grau de inércia implica maior interdependência entre as partes de um sistema, fazendo com que se comporte segundo leis estruturais e não como um agregado de partículas independentes.

Ora, se não podemos distinguir as forças do contexto no qual ocorrem, os processos neurais seriam determinados precisamente por suas características específicas. No mundo fenomenal as relações de “causalidade” são inteligíveis devido à relação entre as demandas e as características específicas das partes do contexto, como quando uma mulher, ou uma obra de arte, nos parece intrinsecamente bela por tais e tais aspectos, ou quando determinada conclusão parece “exigida” pelas premissas, quase que emergindo delas, ou ainda quando determinado comportamento inicialmente absurdo torna-se compreensível a partir de uma inspeção das condições em que ocorreu, condições que o exigiam como “fechamento adequado” de um contexto incompleto envolvendo uma pessoa, sua história e as características da situação atual. As forças, da mesma forma, determinam o comportamento do sistema de que participam de maneira inteligível na medida em que dependem das características específicas das partes que relacionam. Pensemos, por exemplo, em regiões de concentrações iônicas diferenciadas que, postas em contato, geram uma força eletromotriz no sentido do equilíbrio, ou na atração e repulsão dos ímãs por forças magnéticas, conforme a polaridade das partes. Enfim, a dependência dos processos totais em relação às características específicas das partes, tanto no âmbito das demandas, quanto das forças, permitem-nos compreender a defesa gestaltista de uma ciência que volte a se perguntar “por que” os fatos ocorrem. O “por que”, ressaltemos mais uma vez, opõe-se à simples constatação de um evento.

Se as demandas têm alguma contraparte no mundo físico, tal contraparte deve ser algo específico na natureza que reaja, positivamente ou negativamente, aos eventos atuais ou situações. É assim como um “tem que” (ought to) deve permanecer o que é, mesmo que os fatos não lhe obedeam, sua contraparte na natureza deve apontar numa direção invariável, quer os eventos físicos tomem ou não tal curso (Köhler, 1959/1938, p. 368).

A relação entre os processos corticais e a experiência configura-se, portanto, não mais como a redução do pensamento a uma causalidade cega, mas como um paralelismo entre duas dimensões nas quais os eventos têm sentido em relação às características do contexto presente no qual ocorrem.

CONCLUSÃO - A relevância científica e filosófica da Teoria da Gestalt

“Se um processo de pensamento, que conduz a um novo *insight* logicamente válido, tem sua contraparte isomórfica em eventos fisiológicos, perderá por esse motivo seu vigor lógico, convertendo-se num mero processo mecânico da natureza? Ou não deverá o processo fisiológico, ao ser isomórfico com o pensamento, ser encarado como partilhando da necessidade intrínseca do pensamento?” (Koffka, 1955/1935, p. 684).

Na discussão da possível relação entre as forças físicas e as demandas fenomenais, tudo se passa como se o valor intrínseco aos fatos naturais estivesse o tempo todo diante dos nossos olhos, representado pelo conceito mais antigo da física. Para compreendermos seu verdadeiro sentido, seria necessário, simplesmente, mudarmos o foco da definição conceitual da matemática para a psicologia, isto é, do abstrato para o intuitivo. Dessa forma, superaríamos os preconceitos que nos levam à rejeição de certas estruturas fenomenais como meramente subjetivas; negativismo característico do materialismo ou do naturalismo no sentido estrito. A objetividade, por sua vez, passa a ser definida como a espontaneidade característica dos processos fenomenais e naturais, não mais se opondo à subjetividade como a realidade se opõe à aparência. No momento em que a ciência aceita a legitimidade epistemológica da fenomenologia, pode-se reconhecer que a inteligibilidade da noção de força é justamente extraída das demandas e significações objetivas do mundo fenomenal.

Tal relação entre física e psicologia permite-nos afirmar que Köhler não defende um “fiscalismo” no sentido estrito. Segundo Ash (1998), o fiscalismo foi o principal alvo das críticas dirigidas aos gestaltistas, sendo, em nossa opinião, o aspecto mais mal compreendido dessa teoria. Não se trata de reduzir a psicologia aos conceitos da física, mas de encontrar os correlatos dos processos fenomenais na transfenomenalidade, os quais tornam a natureza inteligível, digamos, por analogia. O primado da experiência direta tem como implicação fundamental que, se não houver um correlato equivalente à determinada estrutura fenomenal no corpo teórico da física, torna-se necessária uma mudança na teoria da física, não da psicologia. Trata-se, portanto, de uma inversão

radical em relação ao naturalismo encontrado por Husserl na psicologia clássica e no empirismo; inversão que nos permitiria classificar o naturalismo gestaltista muito mais como uma tese filosófica do que como um pressuposto científico injustificado.

No décimo capítulo do “Lugar do Valor...” (Köhler, 1959/1938) o autor discute as acusações dirigidas às idéias gestaltistas, localizando suas teses em relação ao problema do lugar do homem na natureza. Tais acusações, é interessante ressaltarmos, por vezes são incompatíveis entre si, como a afirmação de que a Teoria da Gestalt seria “materialista”, por um lado, e o apontamento de uma “antropomorfização” da natureza, por outro. Essas oposições vêm a ilustrar a imprecisão com que os gestaltistas são vistos na ciência e filosofia, ressaltando a importância de tomarmos a teoria por si mesma.

A noção de natureza que emerge da articulação entre a fenomenologia, o dualismo epistemológico e o isomorfismo, no pensamento gestaltista, contrapõe-se a um conceito de natureza cujas implicações impedem a elucidação da relação entre teorias científicas fundamentais e a existência humana. A definição dos fatos naturais como radicalmente diferentes da inteligibilidade revelada fenomenalmente, a defesa dos “meros fatos” em oposição ao “subjetivismo”, acarreta uma cisão entre homem e natureza que torna, por exemplo, a existência humana incompatível com a teoria da evolução. Sendo o homem fruto da natureza, o que a grande maioria dos cientistas aceita sem problemas, tudo que compete ao primeiro deveria encontrar uma origem inteligível na última, inclusive o valor, característica fundamental da experiência humana. Segundo Köhler (1978/1944), a teoria da evolução implica mudança e invariabilidade, isto é, deve haver variação no âmbito dos seres vivos, entretanto, devem permanecer válidas as leis que definem a natureza como tal, ou seja, as leis da física. Ora, se essas leis pressupõem a ocorrência indiferente de fatos, num esquema linear de determinação, ou de mera correlação, as leis da natureza não permaneceriam constantes no advento da subjetividade humana. Como explicar essa diferença, então, entre o ser humano e a natureza? É como se a parcimônia buscada pelos cientistas se voltasse contra a própria ciência, assim como a busca cega pela exatidão desmoronava o edifício teórico da física⁷⁰.

Obviamente, nenhum desses problemas se põe a uma ciência definida explicitamente como técnica. Entretanto, na medida em que pensamos a ciência como conhecimento da verdade, as noções de valor e sentido passam a ser fundamentais,

⁷⁰ Ver seção 2.6.

exigindo sua justificação no âmbito fenomenal. A defesa da necessidade do isomorfismo ao conhecimento natural coloca lado a lado o mundo humano e a natureza, superando a incompatibilidade imposta pelo positivismo e tornando possível a concepção de uma continuidade que daria um lugar ao ser humano na natureza. Acreditamos, é importante ressaltar, que isso implica muito mais uma elevação da natureza do que uma redução da existência humana.

As dimensões físicas, biológicas e humanas constituem-se como níveis de complexidade de organização, as diferenças devem referir-se às partes presentes nas Gestalten em consideração, bem como à heterogeneidade dessas totalidades. Certamente existe descontinuidade no âmbito das Gestalten, a própria segregação de uma Gestalt num campo homogêneo implica uma variação qualitativa, entretanto, a transformação do campo ainda é inteligível com base no princípio de Pregnância. O que se nega aqui é a impossibilidade de um diálogo entre as estruturas humanas e as estruturas naturais, que seria o resultado da defesa da irredutibilidade do mundo fenomenal à natureza.

Tal preocupação, explicitada por Köhler, pode ser facilmente encontrada na reflexão de outros gestaltistas. Koffka, nos “Princípios da Psicologia da Gestalt” (1955/1935) procura encontrar um lugar para o conceito de “meio comportamental” (conceito de Koffka que equivale ao ambiente da experiência direta de Köhler) num universo de discurso compatível aos conceitos das outras ciências. É através da noção de “campo” de Koffka estabelece tal correspondência, tornando o meio comportamental parte de processos que incluem, assim como em Köhler, partes fenomenais e transfenomenais (também predominantemente relativas aos traços de memória). Estudos futuros poderão abordar a apresentação, em Koffka, do dualismo epistemológico na figura da relação entre o mundo geográfico e o meio comportamental, aos quais esperamos poder contribuir com o presente trabalho.

Mesmo tornando o mundo humano compatível com a história natural, com a teoria da evolução, a Teoria da Gestalt não acabaria caindo numa concepção antropomórfica da natureza, ou não retornaria a um naturalismo materialista?

Köhler (1959/1938) se defende da acusação de antropomorfismo afirmando que a inteligibilidade da natureza refere-se justamente às semelhanças entre os construtos utilizados nas inferências e as estruturas do mundo fenomenal, como o vimos no segundo capítulo deste trabalho. A teoria de um mundo físico qualitativamente diferente dos dados do mundo da vida dependeria unicamente dos caprichos teóricos de quem a

elaborasse, sendo a tal arbitrariedade que caberia verdadeiramente o título de “antropomorfismo”.

A constituição do mundo físico *deve* ser descrita em termos que têm, fundamentalmente, um sentido fenomenal, ou, nesse sentido, “humano”. Se todos esses sentidos pertencem *exclusivamente* à experiência humana, se nenhum, ao mesmo tempo, se aplica aos fatos físicos, então a física permanecerá eternamente um delírio antropomórfico (Köhler, 1959/1938, p. 376).

A verdade da classificação da Teoria da Gestalt enquanto uma filosofia naturalista, por sua vez, condiciona-se à exclusão dos postulados materialistas e positivistas da natureza. Considerando, assim, tal naturalismo, qual seria o problema de relacionarmos o homem a uma natureza que já não é mais constituída somente de fatos indiferentes e lineares, sendo até a ocorrência do valor razoavelmente provável, e a complexidade e beleza dos fatos naturais correspondentes aos psicológicos? Não estaríamos, na verdade, sendo preconceituosos em relação à natureza, simplesmente por nos apegarmos aos sentimentos angustiantes decorrentes dos pressupostos epistemológicos anteriores? Essa última questão pode, em nossa opinião, ser considerada a maior lição da Teoria da Gestalt ao pensamento contemporâneo.

A defesa de Köhler (1959/1938, p. 401) contra a acusação de materialismo inclui uma interessante discussão do termo “matéria”, cuja base fenomenal lhe parece estranha ao que se pretende dizer acerca do mundo físico. Relatando um sonho que tivera acerca do problema, Köhler faz uma excursão pelos departamentos do conhecimento em busca do significado de “matéria”, encontrando-a somente no “departamento dos fenômenos objetivos”. A “matéria” havia sido apagada do catálogo do departamento de física, pois “nunca deveria ter permanecido lá”, já que as definições físicas referem-se às características dinâmicas referentes a volumes espaciais. O termo “matéria”, assim, encontraria seu significado elucidado pela passividade, inércia e indiferença de alguns conteúdos fenomenais objetivos (no sentido de “coisas fenomenais”).

O problema do materialismo, portanto, repousaria numa indevida projeção de características fenomenais circunscritas a todo o universo físico. A consequência dessa projeção seria a redução da vida mental, cuja atividade não passaria de ilusão, a meros movimentos forçados, passivos, de partículas de realidade, isto é, de matéria. Ora, tal passividade está longe de corresponder às formas cuja existência é defendida na Teoria da Gestalt.

O termo matéria, por exemplo, para o qual não há lugar na física, não deveria ser utilizado em conexão com nossa investigação. Mas se pudéssemos evitar, também, as palavras “física” e “físicos”, tanto melhor... O que pretendemos investigar pode ser chamado de “o mundo das estruturas funcionais que não são diretamente acessíveis”. Pode alguém se contrapor a uma investigação que almeja o entendimento de tais estruturas funcionais em sua relação com a vida mental? (Köhler, 1959/1938, p. 408).

Quanto à relação entre o mundo transfenomenal e o mundo fenomenal, um aspecto já mencionado⁷¹ da postura gestaltista mostra-se especialmente intrigante. Köhler, Koffka e Wertheimer – o primeiro a levantar a hipótese do isomorfismo – assumem que o mundo fenomenal mantém uma relação íntima com os processos orgânicos, entretanto, os dois primeiros adiam explicitamente a discussão das condições que fariam com que alguns desses processos se “revelassem” (Koffka), ou se “expressassem em linguagem fenomenal” (Köhler), enquanto outros permanecem ocultos na transfenomenalidade.

Realmente, este lado consciente não entra em nossas explicações causais, porém, deve ser reconhecido como um fato mesmo assim. E isso leva à conclusão de que é próprio da trama de certos eventos da natureza que “se revelem”, que sejam acompanhados por consciência. Por que assim o são, e quais características especiais um processo deve ter para ser dessa maneira, são questões que não podem ser respondidas agora, e talvez nunca o sejam (Koffka, 1955/1935, p. 65).

Merleau-Ponty (2006/1942) considera tal postura o limite da originalidade do projeto da Teoria da Gestalt, estabelecendo um diálogo com os gestaltistas que atravessa toda a sua obra. Os gestaltistas, tendo vislumbrado a importância filosófica da “Forma”, não teriam levado seu projeto até o fim, isto é, não teriam compreendido a necessidade de uma nova ontologia, baseada nesse conceito. Para o filósofo, tudo se passa como se a visão gestaltista fosse ofuscada pelo flerte com a física, apontando uma tendência materialista. A sugestão ontológica de Merleau-Ponty, na “Estrutura do Comportamento” (2006/1942, capítulo 3) – cujo embate com as teses gestaltistas corresponde à outra interessante questão de pesquisa – compreende as estruturas físicas, vitais e espirituais como três níveis estruturais irreduzíveis uns aos outros, sendo que o nível superior integraria o inferior sob uma nova significação. O erro gestaltista seria justamente reduzir as duas ordens superiores à ordem física, como se todas fossem regidas por leis de equilíbrio dinâmico.

É certo que Merleau-Ponty, no decorrer da discussão da “Estrutura...”, caminha para a revelação do problema da “forma” como um conceito misto de existência e idéia,

⁷¹ Ver seção 3.7.

tendo como objetivo central a defesa do privilégio da percepção em relação ao problema do conhecimento (Merleau-Ponty, 2006/1942, capítulo 4). No contexto dessa obra, as diferenças estruturais entre o físico, o vital e o espiritual acabam tomando lugar de “objetos do conhecimento”, tendo uma posição ambígua entre a epistemologia e a ontologia. Entretanto, podemos destacar que a ordem humana, a espiritual, é caracterizada como ordenada numa virtualidade que supera as condições presentes em relação ao futuro. Por outro lado, a experiência humana teria como peculiaridade a estrutura “coisa”, isto é, uma entidade percebida capaz de deter múltiplos significados (tal como um galho pode se tornar uma arma ou uma ferramenta, sem deixar de ser um galho). A estrutura animal estaria mais próxima do ambiente imediato e suas demandas, enquanto a estrutura física estaria restrita aos seus próprios limites, não compreendendo propriamente um “meio”.

Imaginemos, para além da discussão epistemológica do filósofo, um universo constituído por tais formas. Algumas questões parecem cabíveis da perspectiva científica. Se existia um mundo físico e biológico antes de mim, como surge, então, minha consciência como estrutura superior? Como se constitui o salto de uma forma presente para uma estrutura virtual? A definição da virtualidade como característica da dimensão humana não implica um preconceito em relação aos sistemas da física? Afinal, podemos identificar uma certa virtualidade – pensada como referência à ausência – presente no próprio conceito de força, na medida em que esta visa, assim como uma demanda fenomenal, a um estado privilegiado ausente, à realização de algo que ainda não é, mas que “tem que ser”. Considerando tal virtualidade na física, podemos dizer que a aproximação com Bergson⁷² se tornaria igualmente rica, pois o filósofo assume explicitamente os problemas metafísicos implicados na relação entre a consciência e a matéria, tentando elaborar uma evolução inteligível que vai da “matéria” ao espírito humano.

Torna-se necessário investigarmos se o afastamento entre as características do mundo humano e o mundo físico realmente nos permitiria compreender a existência da consciência. Ao que nos parece, muda-se a teoria, a questão se mantém. Podemos

⁷² E esta não seria uma relação arbitrária, pois, segundo Ash (1998, p. 69), os gestaltistas conheciam a teoria bergsoniana, especialmente suas críticas à psicologia clássica. Köhler e Koffka, inclusive, lecionaram tais idéias em seus primeiros seminários.

levantar que tal problema somente encontrará sua boa compreensão e eventual solução num terreno partilhado pelos gestaltistas e os dois filósofos, a saber, a fenomenologia⁷³.

É importante ressaltarmos que o problema da relação entre os processos corticais transfenomenais e os processos fenomenais é adiado pelos gestaltistas, mas não é classificado como inatingível cientificamente. Poderíamos, talvez, localizar essa questão entre os problemas essenciais que a ciência não deve recusar a princípio. Sobre esse aspecto é importante ressaltar o caráter epistemológico da postura dos gestaltistas. Segundo Köhler (1959/1938, 1978/1960), a passagem da hipótese dualista da relação do mundo físico com o fenomenal, em termos de conhecimento estrutural, para uma postura ontológica, seja dualista, seja monista, depende das pesquisas decorrentes da hipótese do isomorfismo, isto é, do fechamento empírico das questões abertas nas discussões epistemológicas. Podemos afirmar que o gestaltista tende ao monismo, recusando a idéia de uma mente enquanto algo substancialmente exterior à natureza, assim como Eddington. Entretanto, também aponta, em 1960, a possibilidade da concepção da natureza com aspectos fenomenais inerentes.

Atualmente, o problema da consciência está sendo retomado no âmbito das ciências cognitivas, como vemos na coletânea “Naturalizando a Fenomenologia”, organizada por Petitot, Varela, Pachoud e Roy em 1999. Os organizadores apresentam o problema como o esforço das ciências cognitivas em integrar as descrições da fenomenologia husserliana em seu corpo teórico. A exposição dessa problemática ignora as contribuições da Teoria da Gestalt que, ao contrário da suspensão husserliana do conhecimento objetivo, expõe explicitamente a questão entre a natureza científica e o mundo fenomenal. Portanto, acreditamos ser necessária a retomada das idéias gestaltistas, pois implicam discussões diretas com alguns métodos e modelos das ciências cognitivas atuais, especialmente com a concepção do funcionamento mental como “processamento de dados”. Depois da imensa polêmica da primeira metade do século XX, teríamos retomado um modelo de mente no qual o sentido e o valor não passariam de operações exteriores impostas a dados indiferentes entre si? Novamente, portanto, concordamos com a observação de Ash (1998).

⁷³ É possível, como o faz Bento Prado Junior, encontrar uma reflexão próxima da fenomenologia na obra bergsoniana, especialmente no primeiro capítulo de “Matéria e Memória” e nos exemplos do “Ensaio sobre os dados imediatos da consciência” que contradizem as operações do introspeccionismo em relação à experiência. Por último, é interessante destacarmos que um desses exemplos, a fluidez da dança que interdita a divisão do processo em momentos discretos, é extraído, assim como a Gestalt, da arte. Evidencia-se, assim, ainda mais a importância da estética para a psicologia.

O vocabulário dominante nas ciências cognitivas hoje não é aquele da Teoria da Gestalt. Na verdade, o discurso corrente referente a informações sendo processadas por mentes ou cérebros trabalhando como computadores soa muito mais como o pensamento contra o qual os teóricos da Gestalt originalmente se rebelaram. Porém, suas questões e conceitos continuam estimulando pesquisas, funcionando como incômodos produtivos, tanto nesse campo, quanto na biologia teórica e filosofia. Também incomoda o fato de que o que vemos são coisas e em relação mútua e não fragmentos de informação. A lacuna entre o discurso das ciências cognitivas e o da experiência vivida permanece escancarado. É por isso que a odisséia da psicologia da Gestalt é de contínuo interesse (Ash, 1998, p. 14).

BIBLIOGRAFIA:

- Ash, M. G. (1998). Gestalt Theory in German Culture 1890 - 1967: holism and quest for objectivity. Cambridge: Cambridge University.
- Cossutta, F. (1994). Elementos para leitura dos textos filosóficos. São Paulo: Martins Fontes.
- Brentano, F. (1995). Psychology from an empirical standpoint (A. C. Rancurello, D. B. Terrel e L. McAlister, trads.). London e New York: Routledge (original publicado em 1874).
- Descartes, R. (1973). Meditações (Guinsburg e B. P. Junior, trads.). Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural (original publicado em 1641).
- Donzelli, T. (1980). Gestaltismo: ensaio sobre uma filosofia da forma. Rio de Janeiro: Edição Antares.
- Drummond, J. J. (2008). The Transcendental and the Psychological. Husserl Stud. 24, 193–204.
- Eddington, A. (1947). New Pathways in Science. Cambridge: Cambridge University (transcrição de lições realizadas em 1934).
- Embree, L. (1979). The Gestalt law in phenomenological perspective. Journal of Phenomenological Psychology. 10, n.3, p. 1-17.
- Engelmann, A. (2002). A psicologia da Gestalt e a ciência empírica contemporânea. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 18, n.1, pp. 1-16.
- Fechner, G. T. (1912). Elements of psychophysics, sections VII and XVI. Trad.: H. S. Langfeld. In: Classical Psychologists, pp. 562-572. Boston: Houghton Mifflin, 1912 (original publicado em 1860).
- Gurwitsch, A. (2002). Quelques aspects et quelques développements de La psychology de la forme. In: Esquisse de La phénoménologie constitutive. Paris: Vrin (original publicado em 1936).
- Henle, M. (1979). Phenomenology in Gestalt Psychology. Journal of Phenomenological Psychology. 10, n.1, p. 1-17.
- Husserl, E. (1970). L'idée de La phénoménologie (A. Lowit, trad.). Paris: PUF (tradução do trabalho publicado em 1950).
- Husserl, E. (2001). Meditações cartesianas (F. Oliveira, trad.). São Paulo: Madras (original publicados em 1931).

- Husserl, E. (1993). *Idées directrices pour une phénoménologie et une philosophie phénoménologique pures. T. III. La phénoménologie et les fondements des sciences. - Suivi de "Postface à mes Idées directrices pour une phénoménologie pure"*. (trad. D. Tiffeneau). Paris: P.U.F. (original publicado em 1913).
- Husserl, E. (1993). Recherches logiques, tome 2: recherches pour la phénoménologie e la théorie de la connaissance. La théorie des tous e des parties (Recherche III). Paris: PUF (original publicado em 1901).
- Husserl, E. (1970). The crisis of european sciences and transcendental phenomenology: an introduction to phenomenological philosophy (David Carr, trad.). Evanston: Northwestern University Press (original publicado em 1938).
- James, W. (1983a). The Principles of Psychology. Cambridge: Harvard University Press (original publicado em 1980).
- Kant, I. (1983) Crítica da razão pura, Segunda Edição (V. Rohden e U. B. Moosburger, trads.); Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural (original publicado em 1781).
- Koffka, K. (2001). Principles of Gestalt Psychology. London: Routledge and Kegan Paul (original publicado em 1935).
- Koffka, K. (1922). Perception: An introduction to Gestalt theory. Psychological Bulletin, 19, 531-585.
- Köhler, W. (1938a). Physical Gestalten. Em W. D. Ellis (Condensador e tradutor), A source book of Gestalt psychology (pp. 17-54). London: Routledge & Kegan Paul. (original publicado em 1920).
- Köhler, W. (1947). Gestalt Psychology. New York: Liveright (primeira publicação em 1929, revisado pelo autor em 1947).
- Köhler, W. (1978). O problema mente-corpo. In: A. Engelmann (Org.), Wolfgang Köhler (pp. 129-147) (J. S. de C. Pereira e V. L. Bianco, Trads.). São Paulo: Ática. (original publicado em 1960).
- Köhler, W. (1978). Problemas da Gestalt e primórdios de uma teoria da Gestalt. In: A. Engelmann (Org.), Wolfgang Köhler (pp. 55-98) (J. S. de C. Pereira e V. L. Bianco, Trads.). São Paulo: Ática. (original publicado em 1925).
- Köhler, W. (1959). The place of value in a world of facts. New York: Meridian Books (original publicado em 1938).

- Köhler, W. (1978). Valor e Fato. In: A. Engelmann (Org.), Wolfgang Köhler (pp. 109-126) (J. S. de C. Pereira e V. L. Bianco, trads.) São Paulo: Ática. (original publicado em 1944).
- Lewin, Kurt (1938a) Will and Needs. Em W. D. Ellis (Condensador e tradutor), *A source book of Gestalt psychology* (pp. 283-299). London: Routledge & Kegan Paul. (original publicado em 1926).
- Madden, E. H. (1952). The Philosophy of Science in Gestalt Theory. Philosophy of Science, 19 (3), 228-238.
- Merleau-Ponty, M (2006). A Estrutura do comportamento. (M.V.M. Aguiar trad.) São Paulo: Martins Fontes (original publicado em 1942).
- Merleau-Ponty, M. (1973). Ciências do homem e fenomenologia. (S. T. Muchail). São Paulo: Saraiva. (original provavelmente publicado em 1958).
- Merleau-Ponty, M (1999). Fenomenologia da Percepção. (C.A.R. de Moura trad.). Coleção: Tópicos. São Paulo: Martins Fontes (original publicado em 1947).
- Moura, C. A. (2001). Racionalidade e crise: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea. São Paulo: Discurso Editorial e Editora UFPR.
- Moura, C. A. (1989). A crítica da razão na fenomenologia. São Paulo: Nova Stella e Edusp.
- Moutinho, L.D.S. (2006). Razão e Experiência: Ensaio sobre Merleau-Ponty. Coleção: Biblioteca de filosofia. Rio de Janeiro: Editora UNESP.
- Petitot, J., Varela, F. J., Pachoud, B., Roy, J. (1999). Beyond the gap: an introduction to naturalizing phenomenology. In: Petitot, J., Varela, F. J., Pachoud, B., Roy, J. (orgs.), Naturalizing Phenomenology: issues in contemporary phenomenology and cognitive science. California: Stanford University.
- Schultz, D. P e Schultz, S. L. (2004). História da Psicologia Moderna (S. S. M. Cuccio, trad.). São Paulo: Thomson Learning (original publicado em 2003).
- Titchener, E. B. (1898). The postulates of a structural psychology. Philosophical Review, 7, 449-465.
- Titchener, E. B. (1912). The Schema of Introspection. American Journal of Psychology, 23, 485-508.
- Titchener, E. B. (1914). On “Psychology as the behaviorist views it”. Proceedings of the American Philosophical Society, 53, 1-17.
- Toccafondi, F. (2002). Receptions, Readings and Interpretations of Gestaltpsychology. Gestalt Theory. vol. 24, n 3, PP. 199-211.

- Watson, John B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. Psychological Review, 20, 158-177.
- Wertheimer, Max (1938a). Gestalt theory. Em W. D. Ellis (Condensador e tradutor), A source book of Gestalt psychology (pp. 1-11). London: Routledge & Kegan Paul. (original publicado em 1924).
- Wertheimer, Max (1938a). Laws of organization in perceptual forms. Em W. D. Ellis (Condensador e tradutor), A source book of Gestalt psychology (pp. 71-86). London: Routledge & Kegan Paul. (original publicado em 1923).
- Wertheimer, Max (1938a). Numbers and numerical concepts in primitive people. Em W. D. Ellis (Condensador e tradutor), A source book of Gestalt psychology (pp. 71-86). London: Routledge & Kegan Paul. (original publicado em 1912).
- Wertheimer, Max (1938a) The silogism and productive thinking. Em W. D. Ellis (Condensador e tradutor), A source book of Gestalt psychology (pp. 276-282). London: Routledge & Kegan Paul. (original publicado em 1925).
- Wozniak, R. H. (1999). Classics in psychology. Bristol: Thoemmes.